

DIÁLOGOS TEMÁTICOS E (TRANS)TERRITORIAIS

TERRITÓRIO E SOCIEDADE NA PARAÍBA, RIO GRANDE DO
SUL E CENTRO DE PORTUGAL

- RUI JACINTO - DIRCE SUERTEGARAY -
- BARTOLOMEU DE SOUZA - LÚCIO CUNHA -
ORGANIZADORES

DIÁLOGOS TEMÁTICOS E (TRANS)TERRITORIAIS

Volume 2

TERRITÓRIO E SOCIEDADE NA PARAÍBA, RIO GRANDE DO SUL E CENTRO DE PORTUGAL

Rui Jacinto

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Bartolomeu Israel de Souza

Lúcio Cunha

Organizadores



2021

1ª Edição - 2021

ISBN: 978-65-89013-05-1

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, sem autorização expressa dos autores ou da editora. A violação importará nas providências judiciais previstas no artigo 102, da Lei nº 9.610/1998, sem prejuízo da responsabilidade criminal. Os textos deste livro são de responsabilidade de seus autores.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D536
v.2-2

Diálogos temáticos e [trans]territoriais: território e sociedade na Paraíba, Rio Grande do Sul e Centro de Portugal / Rui Jacinto...[et al.] organizador – Porto Alegre : Compasso Lugar-Cultura, 2021.
v. 2 : 1-292p.

ISBN: 978-65-89013-05-1
Vários autores.

1. Geografia - Território 2. Fronteiras 3. Coletâneas de textos I. Título II. Jacinto, Rui (org.).

CDU 911.3
CDD 304.2

Bibliotecária Responsável: Catarina Strapação Guedes Vianna CRB-10/2469

Eu sou a princesa moura encantada, trazida de outras terras por sobre um mar que os meus nunca sulcaram... Vim, e Anhangá-pitã transformou - me em teiniaguá de cabeça luminosa... Faz duzentos anos que aqui estou; aprendi sabedorias árabes e tenho tornado contentes alguns raros homens que bem sabem que a alma é um peso entre o mandar e o ser mandado. Salamanca do Jarau. Lendas do Sul.

Simões Lopes Neto

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Território é uma das categorias de análise da Geografia, sendo vinculado, de forma clássica, aos recursos naturais e às potencialidades, que uma determinada área poderia oferecer. É, assim, o resultado de uma construção social, em que a territorialidade é uma projeção da identidade de pessoas e de povos. Nesse contexto, conforme Milton Santos, em *O dinheiro e o território*, “O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

O presente trabalho é um dos frutos gerados, a partir das ideias da profa. Dirce Suertegaray (UFRGS), quando da sua presença como Professora Visitante na UFPB, entre os anos de 2018 e 2020, quando sugeriu a proposição destes seminários realizados em parceria entre o CEGOT-UC-PT, o Centro de Estudos Ibéricos (CEI – PT), com a participação ampliada de colegas da Universidade de Sevilla (ES) e Universidade de Rosário (AR). Durante esse período, entre outras atividades, foram realizados dois eventos internacionais (*I Seminário Iberoamericano: Disciplinaridade e transdisciplinaridade na pesquisa do Semiárido brasileiro e II*

Seminário Iberoamericano: Disciplinaridade e Transdisciplinaridade – Arenização e Paisagem – Pampa Gaúcho) na Paraíba e no Rio Grande do Sul, com diversas palestras e trabalhos de campo pela Caatinga e pelo Pampa.

Ainda que muito distantes, especialmente, uma das curiosidades geradoras desses eventos, entre os seus organizadores, era investigar o que tornava esses espaços, ao mesmo tempo, tão distintos e, também, tão similares, sendo estas similaridades, à primeira vista, tão pouco ou, mesmo, nada perceptíveis, atualmente, e, portanto, dignas de serem debatidas, ainda, quando procuramos marcas do passado no presente, como se não existissem rugosidades desse tempo no espaço.

Este livro (*e-book*) traz um pouco desse olhar, sob a ótica de brasileiros nordestinos e gaúchos (naturais, radicados ou passageiros entre esses dois territórios), mas também de portugueses e de espanhóis, baseados não apenas no que leram, mas também no que viram e no que ouviram em campo, num esforço intelectual de ultrapassarem as fronteiras, mostrando que, para além do que separa e distingue física, política e culturalmente a Caatinga do Pampa, também, sob diversos pontos de vista, temos muitas aproximações e várias semelhanças.

O que se desejou com esta construção, foi promover uma aproximação e uma comparação entre esses dois lugares, tão distantes geograficamente, com diferenças espaciais e temporais em suas histórias, mas muito vinculados a uma construção ibérica, marcante, seja no Sul, seja no Nordeste do país.

O *e-book* está organizado em dois volumes. No primeiro, foram reunidos os capítulos que se vinculam à geodiversidade, aos recursos e ao patrimônio natural. Caatinga e Pampa são os biomas centrais e, perpassando esses biomas, questões relativas à desertificação e à arenização, mas, para além destes temas, há o resgate comparativo da flora e da maior ou menor presença da água nessas áreas, que explicita diferenças entre os climas semiárido e tropical úmido. Vislumbra-se, da mesma forma, uma beleza que vem de suas formas de relevo, de suas coberturas vegetais, de suas paisagens e de suas construções, decorrentes de tempos profundos que merecem atenção, resultando daí as proposições de preservação, via zoneamento de uso ou de constituição de patrimônio natural.

No segundo volume, o tema é a cidade, o rural no contexto

territorial. A centralidade da análise é a história de constituição do espaço geográfico, seja na escala da cidade, seja na escala regional. Resgata-se, para a constituição dessa história, duas cidades do Sertão da Paraíba, de um lado, e se toma a escala regional e a temática da fronteira, de outro lado. Neste caso, comparam-se duas fronteiras, as de Portugal, denominadas fronteiras velhas, e as do Brasil Sul, denominadas fronteiras novas. Este comparativo expressa a formação histórica dessas regiões e seus vínculos com Portugal e com Espanha, seja em sua configuração europeia, seja em sua configuração sul-rio-grandense, em decorrência das lutas por território no atual Sul do Brasil.

Visualizam-se, nesses lugares, a partir da História, patrimônios destacados nas referências a João Pessoa, em associação com novas formas de valorização da cidade, como o turismo, por exemplo.

Este volume apresenta outras leituras de Geografia, incluindo capítulos sobre a atividade de campo, sobre a vivência, sobre a memória e sobre a literatura. O texto, que trata da atividade de campo, indica, como possibilidade, o resgate, a partir da experiência vivida em campo, do conhecimento e do diálogo entre os participantes, durante os dois seminários realizados.

Da mesma forma, enquanto possibilidade de leitura em Geografia, tem-se a literatura. Esta escolha se debruçou sobre dois escritores: Fernando Namora e Cyro Martins. Namora, renomado escritor português, e Cyro, reconhecido escritor brasileiro, têm em comum sua formação em medicina, suas experiências, medicando as populações de menor renda das aldeias e da campanha, e, sobretudo, o vínculo com as populações mais pobres de lá e de cá. Unem-se, ambos, pela universalidade dos temas que abordam e, ao mesmo tempo, revelam as especificidades de cada lugar. O capítulo relativo ao ensino é a expressão de uma narrativa poética, como possibilidade de pensar o ensino da Geografia e os estudos da natureza.

O leitor observará que, nesta obra, foram acrescentadas algumas transcrições. São textos que estão no âmbito desta parceria internacional, já apresentados e divulgados em publicações do Centro de Estudos Ibéricos (CEI), de Guarda, Portugal. Decidiu-se reuni-los nos dois volumes deste *e-book* com o objetivo de registrar, em uma única fonte, a produção realizada e difundida pelos participantes deste projeto.

Expressamos, ao finalizar, nosso agradecimento aos participantes desta obra. Este *e-book*, que se inicia em tempos anteriores aos da pandemia do Covid-19, vem sendo concluído neste ano de 2021. Apesar das distâncias entre o Sul e o Nordeste, no Brasil, e de Portugal e Espanha do Brasil, as parcerias estabelecidas permitiram esses registros, pelos quais somos gratos.

Os organizadores

SUMÁRIO

- DO CARIRI PARAIBANO AO PAMPA GAÚCHO: NOTAS SOBRE TRABALHOS DE CAMPO EM DIÁLOGO TRANSDISCIPLINAR** **13**
Karinne Wendy Santos de Menezes e Cristiano Quaresma de Paula
- NOTAS SOBRE A CIDADE E O URBANO NO SEMIÁRIDO – PATOS/PB** **47**
Doralice Sátyro Maia e Luciana Medeiros de Araújo
- GOPATRIMÔNIO E GEOTURISMO URBANOS: CASO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA** **83**
Luciano Schaefer Pereira e Lúcio Cunha.
- EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA DA NATUREZA E CONHECIMENTO PEDAGÓGICO** **117**
Carlos Augusto de Amorim Cardoso
- TOPONÍMIA, IDENTIDADE E PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL (transcrição)** **135**
Dirce Maria Antunes Suertegaray, Rui Jacinto e Inocencio de Oliveira Borges Neto
- A GEOGRAFIA LITERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL E DO CENTRO DE PORTUGAL: UM PRIMEIRO DIÁLOGO A PARTIR DAS OBRAS DE CYRO MARTINS E FERNANDO NAMORA.** **171**
Dirce Maria Antunes Suertegaray e Rui Jacinto

- 205** AS VELHAS E AS NOVAS FRONTEIRAS: UMA REFLEXÃO, A PARTIR DOS ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS ENTRE PORTUGAL-ESPANHA E BRASIL-URUGUAI
Rui Jacinto e Dirce Maria Antunes Suertegaray
- 273** QUARAÍ, UMA GEOGRAFIA VIVIDA: REPRESENTAÇÕES E VIVÊNCIA (TRANS)FRONTEIRIÇAS. (transcrição)
Dirce Maria Antunes Suertegaray

DO CARIRI PARAIBANO AO PAMPA GAÚCHO: NOTAS SOBRE TRABALHOS DE CAMPO EM DIÁLOGO TRANSDISCIPLINAR

Karinne Wendy Santos de Menezes
Cristiano Quaresma de Paula

INTRODUÇÃO

No ano de 2019, ocorreram dois seminários ibero-americanos na área de Geografia, ambos no território brasileiro. O primeiro, na região Nordeste, realizado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, Paraíba; o segundo, na região Sul, sediado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Em ambos os eventos, houve a realização de trabalhos de campo: o primeiro, no Cariri paraibano, e o segundo, no Pampa gaúcho. O presente capítulo destaca os percursos destes trabalhos de campo, apresentando os municípios visitados e enaltecendo o contexto de construção dos conhecimentos transdisciplinares, que caracterizaram a ambos. A Figura 1 apresenta o *folder* de divulgação de primeiro seminário.

Este primeiro evento, intitulado *I Seminário Ibero-Americano Disciplinaridade e Transdisciplinaridade na Pesquisa do Semiárido Brasileiro*, aconteceu na UFPB, entre os dias 15 e 22 de julho de 2019, e contou com a presença de estudantes de pós-graduação e de professores de universidades nacionais e internacionais, no intuito de promover a disseminação dos conhecimentos, que estão sendo produzidos no e sobre o Semiárido brasileiro, principalmente, no estado da Paraíba.

Objetivo

Promover o conhecimento do semiárido brasileiro e a constituição de redes nacionais e internacionais de pesquisa visando a troca de conhecimento no campo científico, no contexto disciplinar e transdisciplinar.

Realização

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba

Parceiros

Logos de parceiros: UFPB, UEPB, UFRN, UFRGS, Universidade de Coimbra, Universidade de Brasília, PPGG UFPB, PRODEMA, NEGA, FAPESP, FIDA, IICA, SEMEAR.

I SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO

DISCIPLINARIDADE E TRANSDISCIPLINARIDADE NA PESQUISA DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

De 15 a 22 de julho de 2019

Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - Paraíba - Brasil

Figura 1 – Imagem do folder de divulgação do I Seminário Ibero-Americano.

Fonte: Universidade Federal da Paraíba (2019)

Este encontro se tornou imprescindível para a formação de uma rede de pesquisadores de diferentes universidades e áreas de conhecimento e trouxe possibilidades de parcerias e de diálogos sobre experiências acadêmicas, no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão.

O segundo acontecimento, o *II Seminário Ibero-Americano Disciplinaridade e Transdisciplinaridade – Arenização e Paisagem – Pampa Gaúcho*, aconteceu em Porto Alegre, na UFRGS, no período de 25 a 30 de novembro de 2019, e deu continuidade à proposta do primeiro evento de difundir conhecimentos sobre processos análogos aos de desertificação, mas abordando uma nova área de estudo, o Pampa gaúcho, com foco na questão da arenização, fenômeno que ocorre no sudoeste do estado do Rio Grande do Sul. A Figura 2 traz o folder de divulgação deste *II Seminário*.

conhecimento científico, disciplinar e transdisciplinar e na valorização dos municípios visitados nos trabalhos de campo, durante a execução de ambos, em relação às discussões que envolvem sociedade e natureza.

CAMINHOS PERCORRIDOS

Para a construção deste artigo, foi levada em consideração a estruturação dos seminários ocorridos na Universidade Federal da Paraíba, na Região Nordeste, e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Região Sul do Brasil (Figura 3).

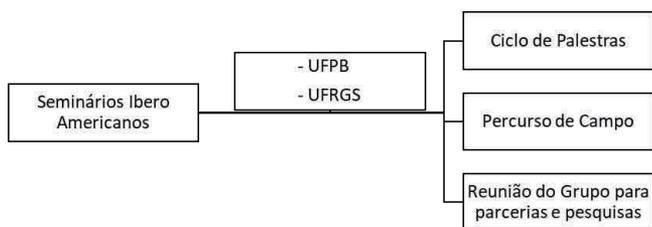


Figura 3 – Organização dos seminários

Fonte: elaborada pelos autores (2020)

Conforme o organograma da Figura 3, o seminário foi constituído por ciclos de palestras, por percursos de campo e por reuniões de trabalho. Neste capítulo, a ênfase será dada à atividade de campo, pois este é um recurso metodológico de ensino-aprendizagem essencial na pesquisa geográfica e, por isso, fundamental na formação dos estudantes de graduação e de pós-graduação em Geografia.

Para algumas disciplinas do currículo acadêmico, ele é indissociável e fundamental ao processo de aprendizagem e proporciona a correlação com outras áreas de ensino, enquanto sua prática se estende ao ambiente acadêmico, pois estimula a compreensão do espaço geográfico, para além do que é apresentado na universidade.

No *1 Seminário*, o trabalho de campo contou com a colaboração de estudantes, de professores e de pesquisadores de universidades nacionais e estrangeiras, e o diálogo disciplinar, intrínseco à Geografia, se expandiu, transpondo as fronteiras do conhecimento e adquirindo um caráter transdisciplinar.

A partir das contribuições do *Seminário*, foi realizado um levantamento bibliográfico, em busca de associar os conhecimentos teóricos obtidos nas palestras e nas discussões à prática de campo, para subsidiar à construção de um texto, que abordasse os biomas Caatinga e Pampa no contexto dos eventos em questão.

A TEORIA E A PRÁXIS, NO CONTEXTO DO I SIMPÓSIO IBERO-AMERICANO

Para Ruy Moreira (2012, p. 17), em relação à práxis da Geografia, “o suposto é que tudo na Geografia surge da prática espacial, uma ação de relação do homem com a natureza sempre aqui e ali arrumada num termo espacial em vista da sua vida organizada em sociedade”.

Esta colocação é bastante pertinente, no contexto do seminário, pois o trabalho de campo é uma prática espacial indispensável aos estudantes e aos profissionais da área da Geografia, haja vista que as discussões sobre a relação sociedade-natureza esteve presente, durante ambos os eventos, tanto nos trabalhos de campo quanto nas abordagens teóricas dos palestrantes e dos participantes.

[...] Desta prática nasce o saber espacial, um conhecimento de caráter ainda empírico, o conhecimento do senso comum, emanado do imediato da ação prática do homem sobre o meio, e que no tempo, com a multiplicação da experiência da prática espacial e o acúmulo, ganha um nível de abstratividade crescente. Vem desse salto de abstratividade e sistematização de escala o pulo que transforma o saber espacial no conhecimento intelectualmente sistematizado da ciência formalizada, nascendo a Geografia como a conhecemos. (MOREIRA, p. 17, 2012)

As discussões dos seminários sobre disciplinaridade e sobre transdisciplinaridade nos estudos ambientais e nas pesquisas contemporâneas perpassaram os diferentes eixos temáticos.

Na região semiárida, abordaram-se temáticas acerca da gestão da água, da biogeografia, da geodiversidade e do patrimônio natural da Caatinga, bem como se tratou das questões rural e urbana, por meio do uso de leituras da Geografia histórica. Na região pampiana, por outro lado, o foco recaiu sobre os areais e sobre o processo de arenização, incluindo a biogeografia dos areais e de seu entorno, além de discussões sobre paisagem, sobre geodiversidade e sobre patrimônios natural e cultural do espaço.

Apesar destas regiões geográficas apresentarem características e processos de uso e de ocupação historicamente diferenciados, os eventos que as tematizaram foram considerados fundamentais, para a construção de argumentações, no tocante aos reflexos dos processos de interação entre a sociedade e o meio, sejam estes de origem natural, sejam decorrentes de ações humanas, relativamente aos ambientes da Caatinga e do Pampa.

Diante disso, viu-se a necessidade de se distinguir, de forma conceitual, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, utilizando-se, como referência, as contribuições de Suertegaray (2017):

A experiência interdisciplinar é algo complexo de realizar e, internamente, na Geografia, não é diferente. A transdisciplinaridade, em meu entendimento, seria um caminho possível, desde que entendida de forma diferente da forma concebida mais normalmente, ou seja, como transcendência. (SUERTEGARAY, 2017, p.53)

Adicionalmente, Suertegaray (2017) explica a transdisciplinaridade da seguinte forma:

A transdisciplinaridade a que me refiro significa mais do que o horizonte para além das disciplinas ou a construção do objeto único ou os múltiplos olhares sobre um mesmo objeto. A transdisciplinaridade que acredito ser possível trilhar, na perspectiva de busca de articulação, é por mim entendida como capacidade de trânsito, como possibilidade de cada um colocar-se no lugar do outro, na busca da compreensão ampliada de sua disciplina. Neste sentido, a capacidade de transitar pelos diferentes campos é algo a ser buscado. É condição para a construção do diálogo entre disciplinas e, mais particularmente, entre os fragmentos geográficos. (SUERTEGARAY, 2017, p. 53-54)

Compreender a transdisciplinaridade como trânsito é fundante, nas abordagens dos seminários, porque tensiona a disciplinaridade da Geografia, que, enquanto campo do saber, constituiu-se em constante diálogo, adotando, muitas vezes, métodos, técnicas e teorias de outras ciências, tanto as da natureza quanto as da sociedade, e porque se abre a esse trânsito, quando quer compreender o espaço geográfico em sua totalidade. Tal lógica foi evidenciada nos eventos, nos quais os conhecimentos da Botânica, da Geomorfologia e da Climatologia, por exemplo, tiveram livre circulação nas apresentações e nas discussões, participando ativamente dos processos de construção do conhecimento disciplinar/transdisciplinar.

EXPERIÊNCIA EM CAMPO NOS SEMINÁRIOS IBERO-AMERICANOS: OS BIOMAS CAATINGA E PAMPA

Diante de mim, as malhas amarelas do mundo,
Onça castanha e destemida. No campo rubro, a
Asma azul da vida à cruz do Azul, o Mal se
desmantela.

Mas a Prata sem sol destas moedas perturba a
Cruz e as Rosas mal perdidas; e a Marca negra
esquerda inesquecida corta a Prata das folhas e
fivelas.

E enquanto o Fogo clama a Pedra rija, que até o
fim, serei desnortado, que até no Pardo o cego
desespera, o Cavalo castanho, na cornija, tenta
alçar-se, nas asas, ao Sagrado, ladrando entre as
Esfinges e a Pantera.

(Ariano Suassuna, *O mundo do sertão*)

O Bioma Caatinga

O bioma Caatinga ocupa, aproximadamente, 10% do território brasileiro e está presente nos estados de Alagoas, da Bahia, do Ceará, do Maranhão, de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí e de Sergipe, na região Nordeste, e no norte de Minas Gerais, na região Sudeste do país. É considerado um bioma rico em biodiversidade, abrigando 178 espécies de mamíferos, 591 espécies de aves, 177 espécies de répteis, 79 espécies de anfíbios, 241 espécies de peixes e 221 espécies de abelhas (MMA, 2020).

Sobre a Caatinga, é importante destacar que este bioma está situado na região semiárida mais povoada do planeta, segundo Coutinho (2016, p. 64), apresentando “uma população de cerca de 15 milhões de habitantes, dispersa por toda a área rural. Só o Nordeste concentra cerca de 50% de toda a população rural do Brasil”.

A Caatinga nordestina coincide com amplas depressões intermontanas e interplanálticas, superfícies aplainadas (pediplanos), entremeadas por planaltos, como o da Borborema, chapadas e serras, como a Diamantina, a do Araripe, a de Tabatinga e outras mais. Essas chapadas situam-se 700-800 m acima do nível do mar, enquanto as depressões ficam bem abaixo, a 200-300 m de altitude. Nos altos dos

chapadões e interflúvios de chapadas encontram-se cerrados. Vez por outra, em meio a essas depressões, são encontrados *inselbergs* (do alemão *insel* = ilha e *berg* = montanha), morros isolados, como ilhas, revestidos por florestas, chamados pelos nordestinos de brejos. (COUTINHO, 2016, p. 74, friso do autor)

A Figura 4 mostra a distribuição original da Caatinga no território brasileiro e, na Figura 5, podemos observar o uso da terra e a cobertura vegetal desse bioma. Existem muitas áreas prioritárias, relativamente às demandas de conservação da Caatinga, principalmente, na região Nordeste, em que as atividades humanas vêm alterando constantemente a cobertura vegetal da mata nativa e interferindo na biodiversidade do bioma.

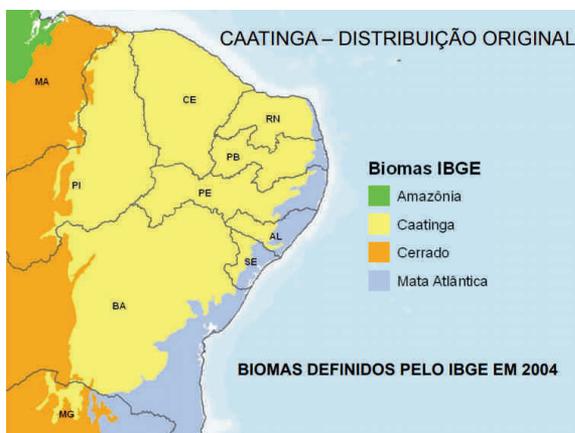


Figura 4 – Distribuição original do bioma Caatinga na região Nordeste

Fonte: MMA (2020)

Apesar destes mapeamentos se referirem à década passada, o intuito destas exemplificações é de mostrar como este bioma vem sendo degradado, historicamente, e ressaltar a importância de sua conservação, pois existem populações sertanejas, além de comunidades tradicionais e originárias, que vivem nesse ambiente semiárido e que dele dependem, para sobreviver.

Existem pesquisas acadêmicas que têm, como foco, analisar o uso da terra e a cobertura vegetal do bioma em questão, por exemplo, no entanto tal não é o objetivo deste trabalho. Contudo, o conhecimento científico

produzido nas universidades e nos institutos de pesquisa é essencial à propagação de informações atualizadas, que são necessárias à sociedade, e são estas reflexões que produzem questionamentos relevantes, para a compreensão dos modos de viver em ambientes semiáridos.

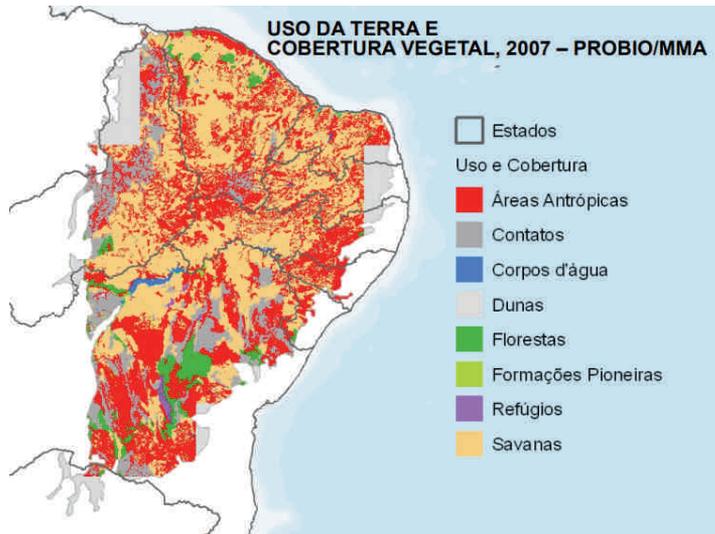


Figura 5 – Mapa de uso da terra e de cobertura vegetal do bioma Caatinga na região Nordeste

Fonte: MMA (2020)

Durante o percurso de campo no Semiárido, os pesquisadores trouxeram informações fundamentais sobre o estado de conservação da Caatinga, sobre a sua biodiversidade e sobre a divulgação das pesquisas, que estão sendo desenvolvidas, principalmente, no contexto do estado da Paraíba, ressaltando a importância de sua proteção, os seus potenciais e as suas limitações. Também foram apresentadas, durante este percurso, as pesquisas de pós-graduandos, sendo tal exercício de divulgação um dos aspectos importantes na questão da disseminação do conhecimento produzido na universidade para a sociedade.

O Ministério do Meio Ambiente ressalta que, apesar de sua importância para a conservação ambiental, a Caatinga tem sofrido com formas aceleradas de desmatamento, que já atingem cerca de 46% do bioma, por isso o governo busca concretizar uma agenda de criação de mais unidades de conservação federais e estaduais, para possibilitar o uso

sustentável da biodiversidade do bioma. O MMA também destaca que, desde 2012, projetos estão sendo executados, por meio do Fundo Clima – MMA/BNDES, do Fundo de Conversão da Dívida Americana – MMA/FUNBIO e do Fundo Socioambiental - MMA/Caixa Econômica Federal (MMA, 2020), com vistas à melhor conservação deste bioma.

O Bioma Pampa

De acordo com o MMA (2020), o bioma Pampa não é exclusivo do Rio Grande do Sul e corresponde, atualmente, a apenas 2% do território brasileiro. Suas paisagens abrangem serras e planícies, morros rupestres e coxilhas, representando um imenso patrimônio cultural, associado à biodiversidade.

Coutinho (2016, p. 73), em sua explanação sobre os biomas do Brasil, ao enfatizar as características dos campos sulinos, explica que “no Rio Grande do Sul predominam aqueles das planícies e das coxilhas, a 100-200 metros de altitude. São os campos finos da campanha sul-riograndense, os pampas”.

De modo geral, o RS localiza-se nas zonas de latitudes médias, onde os tipos climáticos são controlados por sistemas tropicais e polares. O estado, em já consagradas classificações (de Strahler e de Trewartha), é definido como área de clima subtropical úmido ou, como define Köppen, clima temperado chuvoso e moderadamente quente. Entende-se aqui que estas são definições mais abrangentes, uma vez que estes autores identificaram tipos climáticos em escala global. Nesta classificação, buscou-se identificar distinções importantes dentro deste conjunto que, num primeiro momento pode parecer homogêneo, com chuvas bem distribuídas e temperaturas amenas. (ROSSATO, 2011, p. 190)

Rossato (2011) propõe uma nova classificação climática para o Rio Grande do Sul, na qual ocorrem quatro tipos de clima definidos – Subtropical I, II, III e IV –, destacando-se dois deles, que possuem subdivisões:

- Subtropical I Pouco Úmido: subdividido em Subtropical Ia Pouco Úmido com Inverno Frio e Verão Fresco, e Subtropical Ib Pouco Úmido com Inverno Frio e Verão Quente;
- Subtropical II: Medianamente Úmido com Variação Longitudinal das Temperaturas Médias;
- Subtropical III: Úmido com Variação Longitudinal das Temperaturas Médias;

- Subtropical IV – Muito Úmido: subdividido em Subtropical IVa - Muito Úmido com Inverno Fresco e Verão Quente e Subtropical IVb - Muito Úmido com Inverno Frio e Verão Fresco).
(ROSSATO, 2011, p. 192)

Portanto, no tocante a esta classificação climática, também se enfatiza a presença de faixas de transição: “os atributos vão, pouco a pouco, modificando-se, sendo incorporando novas influências, até chegar a um conjunto mais homogêneo, que define o tipo climático” (ROSSATO, 2011, p. 192).

A Figura 6 mostra os biomas presentes no Rio Grande do Sul, enfatizando que, no segundo seminário, o foco principal foi o bioma Pampa, por isso este texto não traz discussões, a respeito da Mata Atlântica.



Figura 6 – Biomas do Rio Grande do Sul

Fonte: IBF (2020)

As paisagens pampianas reproduzem a grande biodiversidade do estado do Rio Grande do Sul. Tais paisagens se apresentam de forma bastante expressiva na região sul, por isso a proporção em que tem ocorrido a perda de sua biodiversidade e de sua mata nativa é um aspecto preocupante, quando analisamos este bioma. Segundo o MMA (2020):

A perda de biodiversidade compromete o potencial de desenvolvimento sustentável da região, seja perda de espécies de valor forrageiro, alimentar, ornamental e medicinal, seja pelo comprometimento dos serviços ambientais proporcionados pela vegetação campestre, como o controle da erosão do solo e o sequestro de carbono que atenua as mudanças climáticas, por exemplo. (MMA, 2020)

Este bioma é considerado um patrimônio natural, genético e cultural de importância nacional e global, pela presença, em sua subsuperfície, da maior parcela do Aquífero Guarani. A degradação do Pampa gaúcho se relaciona com a progressiva introdução e com a expansão das monoculturas e das pastagens, incluindo o ingresso de espécies exóticas, as quais comprometem o potencial de desenvolvimento sustentável da região (MMA, 2020).

Nos trabalhos em campo, percorremos a região do Pampa, mas o foco principal foi a região Sudoeste do estado, onde se encontram os areais. Neste espaço, os pesquisadores externos puderam conhecer as áreas de ocorrência do fenômeno e puderam ter uma melhor compreensão do processo de arenização, que foi conceituado pela professora Dra. Dirce Suertegaray, em seu trabalho de doutoramento.

O PERCURSO DE CAMPO NO I SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO

As regiões geográficas salientadas neste texto apresentam características distintas e foram estudadas por grupos de pesquisas, por professores e por estudantes com visões de mundo e com experiências singulares, mas, que, no contexto dos seminários em questão, foram alvos de diálogos e de trocas de conhecimentos profícuos. Nestes eventos, fronteiras foram transpassadas – não, apenas, as territoriais – e novos caminhos de pesquisa foram construídos, enquanto linhas inéditas de discussão foram estabelecidas.

O trajeto realizado em campo é, em certa medida, uma síntese do que foi apresentado e vivenciado, durante os seminários, todavia, não se ambiciona, no presente artigo, apresentar todos os aspectos referidos, mas expor importantes questões sobre as localidades percorridas nas regiões do Cariri paraibano e do Pampa gaúcho.

Nesse sentido, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponibiliza informações essenciais sobre os municípios brasileiros e, por

se tratar de uma experiência de campo, achou-se pertinente apresentar os contextos históricos de formação e algumas características gerais dos municípios constituintes dos percursos percorridos na Paraíba e no Rio Grande do Sul, a partir de dados coletados por esta instituição.

Trajeto no Semiárido Paraibano

No estado da Paraíba, os trabalhos de campo do *I Seminário Ibero-Americano* ocorreram na região conhecida como Cariri paraibano, em municípios suscetíveis ao processo de desertificação, em decorrência da degradação ambiental, conforme salientado por Souza et al. (2015):

No caso do Estado da Paraíba, conforme BRASIL (2004), dos 223 municípios existentes, 208 são considerados susceptíveis a esse tipo de degradação (46.004Km²), destacando-se a região dos Cariris Velhos (também conhecida como Cariri Paraibano ou Cariri) por apresentar elevados níveis de desertificação, em virtude da rarefação ou ausência completa de cobertura vegetal. (SOUZA et al., 2011, p. 132)

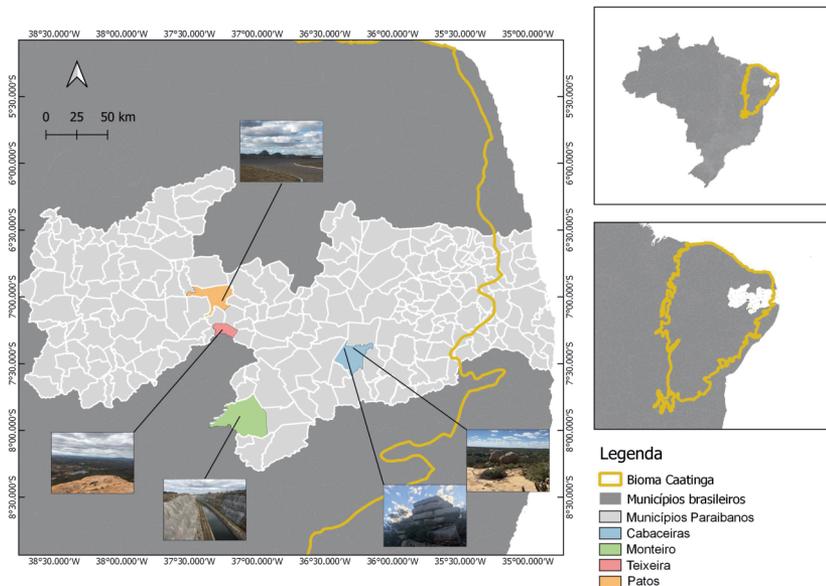


Figura 7 – Mapa do percurso de campo no Cariri Paraibano

Fonte: elaborado pelo autores (2020)

Os estudos realizados pelos pesquisadores presentes, principalmente, por parte das universidades paraibanas, foram importantes nesta etapa do evento, pois possibilitaram novos horizontes para os estudos do bioma Caatinga, alimentando discussões sobre as características naturais e sobre as atividades humanas, que vêm ocorrendo, historicamente, nestas áreas.

Acentua-se que os pesquisadores das áreas da Geografia urbana e da Geografia histórica abordaram a formação territorial de cada uma das cidades visitadas, buscando associar tais processos à formação territorial do Brasil, bem como ao papel de cada região no contexto local.

Cabaceiras

O município de Cabaceiras está localizado no Cariri paraibano. No trajeto realizado, foi apresentada uma contextualização histórica de seu surgimento e foram trazidos aspectos, relacionados à degradação ambiental na cidade.

Cabaceiras possui, de forma geral, características naturais heterogêneas, com temperaturas médias anuais elevadas de 27° a 29°C, solos rasos, vegetação de caatinga e precipitações irregulares e torrenciais, cujas médias anuais variam entre 400 e 800 mm (AB'SABER, 1980), sendo considerado um dos municípios mais secos do Brasil. (APOLINÁRIO, p. 15, 2014)

No que se refere aos processos de desmatamento e de degradação do bioma Caatinga, Farias (2015, p. 27, inserção nossa) afirma que estes "(...) [vêm] causando uma perda substancial de vegetação, que, atrelada às condições climáticas, vem agravando a situação das áreas suscetíveis à desertificação (...)".

A fazenda Salambaia e as sacas de lã em Cabaceiras, representadas nas Figuras 8 e 9, mostram a geodiversidade do semiárido paraibano.

Estas estruturas rochosas, em formas de bloco, mostram processos de fraturas e de desgastes naturais, ocorridos ao longo do tempo, sendo grande atrativos para o turismo comunitário na região.

Conforme mencionado, o Quadro 1 apresenta o histórico e as características gerais do município de Cabaceiras.



Figura 8 – Paisagem da Fazenda Salambaia, no município de Cabaceiras

Fonte: Menezes (2019)

Figura 9 – “Sacas de Lã”, no Sítio Pai Mateus, em Cabaceiras

Fonte: Menezes (2019)

Quadro 1 – Dados históricos e características gerais de Cabaceiras (PB)

CABACEIRAS (PB)	
Contexto histórico	Características gerais
<p>Acredita-se que a primeira penetração no território do município tenha sido feita pelo Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Lêdo, em meados do século XVII. Mas o bandeirante baiano Antônio de Oliveira também é indicado como o primeiro devassador do território, tendo dado, em 1670, início a um povoamento, em Boqueirão (hoje, Carnoió), para servir de base à bandeira, que se destinava a combater os índios bodopitás e cariris, primitivos habitantes da região. De uma pequena aldeia, onde havia uma capela dedicada à Nossa Senhora das Cabaças, surgiu o município. Conta-se que Antônio Ferreira Guimarães e Domingos de Farias Castro, partindo de pontos opostos, combinaram erigir uma capela no lugar em que se encontrassem. Onde, hoje, está localizada a matriz de Cabaceiras, próxima ao rio Taperoá, acredita-se que tenha sido o local em que os dois aventureiros se encontraram e levantaram a pequena igreja.</p>	População
	População estimada [2020]: 5.661 pessoas
	População no último censo [2010]: 5.035 pessoas
	Densidade demográfica [2010]: 11,12 hab./km ²
	Território e ambiente
	Área da unidade territorial [2019]: 469,171km ²
	Esgotamento sanitário adequado [2010]: 26,5%
Arborização de vias públicas [2010]: 95,2%	
Urbanização de vias públicas [2010]: 1,4%	
Bioma [2019]: Caatinga	
Sistema Costeiro-Marinho [2019]: Não pertence	

Fonte: IBGE (2020)

Ademais, as características geoambientais e socioeconômicas do município também foram apresentadas e discutidas, assim como pesquisas, que estão sendo desenvolvidas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), relativamente ao processo de desertificação.

Monteiro

O município paraibano de Monteiro também se situa no Cariri paraibano, estando localizado na divisa com o estado de Pernambuco. No trajeto realizado em Monteiro, enfatiza-se o trecho da transposição do rio São Francisco (Figura 10), visitado em campo.



Figura 10 – Imagem do trecho da transposição do rio São Francisco, em Monteiro (PB)

Fonte: Menezes (2019)

O projeto de transposição do rio São Francisco tem sido amplamente discutido, desde sua fase de elaboração, até a de execução. Em Monteiro, tivemos a oportunidade de visitar o trecho, que corresponde à transposição do Eixo Leste do rio São Francisco para a Paraíba.

O Quadro 2 destaca características gerais, com dados disponibilizados sobre população, território e ambiente, assim como o histórico do município.

Quadro 2 – Dados históricos e características gerais de Monteiro (PB)

MONTEIRO (PB)	
Contexto histórico	Características gerais
Ao final do século XVIII, Custódio Alves Martins, João Pereira de Melo e outros, estabeleceram fazendas de criação de gado no local, em que se ergueu o município de Monteiro. Em 1800, Manuel Monteiro do Nascimento e sua mulher desmembraram, de sua Fazenda Lagoa do Periperi, meia légua de terra em quadro, para constituir o patrimônio da capela de Nossa Senhora das Dores, por eles edificada no pátio de sua propriedade, distante 300 metros da margem do rio do Meio. A fertilidade do solo atraiu muitos habitantes e, em pouco tempo, havia ali um povoado, que, em 1840, já trocara a denominação de Lagoa de Periperi pela de Povoação da Lagoa. Posteriormente, em homenagem ao seu fundador, recebeu o nome de Alagoa do Monteiro. O distrito de Alagoa do Monteiro foi criado em 1865 e o município, em 1872, com território desmembrado do de São João do Cariri. A instalação se deu no ano seguinte. Em 1921, Alagoa do Monteiro recebeu foros de cidade, passando a se chamar, simplesmente, Monteiro.	População
	População estimada [2020]: 33.433 pessoas
	1)População no último censo [2010]: 30.852 pessoas
	Densidade demográfica [2010]: 31,28 hab./km ²
	Território e ambiente
	Área da unidade territorial [2019]: 992,620km ²
Esgotamento sanitário adequado [2010]: 56,1%	
Arborização de vias públicas [2010]: 89%	
Urbanização de vias públicas [2010]: 0,8%	
Bioma [2019]: Caatinga	
Sistema Costeiro-Marinho [2019]: Não pertence	

Fonte: IBGE (2020)

Teixeira

O grande destaque nesta etapa do campo foi a Pedra do Tendó (Figura 11), que, além de suas características geoambientais, apresenta grande beleza paisagística, atraindo visitantes de outras áreas do estado da Paraíba.



Figura 11 – Panorama do alto da Pedra do Tendó, em Teixeira (PB)

Fonte: Menezes (2019)

De acordo com a sequência apresentada, o Quadro 3 retrata o contexto histórico de formação do município de Teixeira e traz suas características gerais, referentes à população, ao território e ao ambiente.

Quadro 3 – Dados históricos e características gerais de Teixeira (PB)

TEIXEIRA (PB)	
Contexto histórico	Características gerais
Há polêmica, em torno da fundação do Município. O historiógrafo Coriolano de Medeiros afirma ter sido o Capitão Francisco da Costa Teixeira, vindo de Mamanguape, por volta de 1761, que se estabeleceu no território, iniciando as primeiras povoações.	População
	População estimada [2020]: 15.248 pessoas
	População no último censo [2010]: 14.153 pessoas
Entretanto, sabe-se, através de antigos habitantes do lugar, que os irmãos Manoel Lopes e João Leite foram os fundadores do povoado de Canudos, dando origem à cidade. Em 1792, Manoel Lopes doou o terreno para o patrimônio de Santa Maria Madalena, onde foi construída a Capela. O povoado foi elevado à freguesia, em 1857, tendo, como primeiro vigário, Geminiano Ferreira Régis.	Densidade demográfica [2010]: 87,96 hab./km ²
	Território e ambiente
	Área da unidade territorial [2019]: 155,452km ²
O distrito foi criado pela Lei Provincial nº 16, de 6 de outubro de 1857.	Esgotamento sanitário adequado [2010]: 32%
	Arborização de vias públicas [2010]: 88,9%
	Urbanização de vias públicas [2010]: 0,9%
	Bioma [2019]: Caatinga
	Sistema Costeiro-Marinho [2019]: Não pertence

Fonte: IBGE (2020)

O município de Teixeira, assim como os demais municípios visitados, durante o trabalho em campo, apresenta irregularidades, em seu regime pluviométrico. Teixeira está inserido nos domínios da bacia hidrográfica do rio Piranhas, na sub-bacia do rio Espinharas, tendo um regime intermitente de escoamento de seus cursos d'água (BRASIL, 2005).

Patos

O município de Patos, por fazer parte do Semiárido paraibano, tem características geoambientais semelhantes às dos outros municípios visitados. Encontra-se na bacia hidrográfica do rio Piranhas, na sub-bacia do rio Espinharas, sob um regime de cursos d'água intermitente (BRASIL, 2005).

Em Patos, destaca-se a Depressão Sertaneja Setentrional, que está presente em grande parte do estado da Paraíba, mas, também, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, no Ceará e em uma pequena parcela do estado do Piauí.



Figura 12 – Visão da Depressão Sertaneja, na cidade de Patos (PB)

Fonte: Menezes (2019)

A Depressão Sertaneja Setentrional, segundo MMA (2002), “inclui o Seridó, o Cariri paraibano (no quadrante Sudeste da ecorregião, limitada pelo Planalto da Borborema) e a Chapada do Apodi (no quadrante Nordeste da ecorregião), com solos distintos, que influenciam a altura da vegetação”.

Quadro 4 – Dados históricos e características gerais de Patos (PB)

PATOS (PB)	
Contexto histórico	Características gerais
<p>A história do município teve início em meados do século XVII, quando os “Oliveira Ledo”, partindo da Casa da Torre de Garcia D’Ávila, no recôncavo baiano, desceram o rio São Francisco e chegaram ao lugar onde, hoje, se encontra edificado o município de Patos e, ali, instalaram suas primeiras fazendas de gado. Com a chegada do elemento branco ao hinterland, renhida luta foi travada com as duas aguerridas tribos indígenas, que já habitavam aquela localidade: os pegas e os panatis, membros da grande família dos cariris. O povoado, que pertenceu, inicialmente, a Pombal, foi emancipado, em 1933, adquirindo sua condição de vila e a demarcação municipal. No dia 22 de agosto do mesmo ano, foi instalada a sua Câmara de Vereadores. A denominação do povoado surgiu de uma lagoa, que ficava situada bem próxima ao rio Espinharas, que, atualmente, contorna a cidade. A lagoa vivia repleta de gansos, de marrecos e de patos. Ao redor dela, foram surgindo as primeiras edificações.</p>	<p>População</p> <p>População estimada [2020]: 108.192 pessoas</p> <p>População no último censo [2010]: 100.674 pessoas</p> <p>Densidade demográfica [2010]: 212,82 hab./km²</p>
	Território e ambiente
	Área da unidade territorial [2019]: 472,892km ²
	Esgotamento sanitário adequado [2010]: 85,5%
	Arborização de vias públicas [2010]: 89%
	Urbanização de vias públicas [2010]: 5,5%
	Bioma [2019]: Caatinga
	Sistema Costeiro-Marinho [2019]: Não pertence

Fonte: IBGE (2020)

No que concerne à apresentação de municípios percorridos, durante trabalho de campo na Paraíba, esta etapa foi finalizada em Patos (PB) (Quadro 4).

Trajetos no Pampa Gaúcho

O II Seminário Ibero-Americano *Disciplinaridade e Transdisciplinaridade – Arenização e Paisagem – Pampa Gaúcho*, realizado no estado do Rio Grande do Sul, teve o seu percurso de campo na área correspondente ao do bioma Pampa, proporcionando, também, discussões e análises comparativas sobre os ambientes Semiárido/Caatinga e Campo Sulino, considerando-se, também, as experiências do primeiro seminário.

Neste trabalho de campo, foram visitados municípios, que apresentam grandes belezas paisagísticas e, também, elevado potencial para a realização de pesquisas científicas.

Nesta etapa, foram apresentadas discussões, referentes à geodiversidade, à biogeografia e aos areais da região sudoeste do estado, bem como ao processo de arenização, que origina tais espaços. Do mesmo modo, neste trajeto foram discutidos aspectos, referentes à formação territorial dos municípios percorridos.

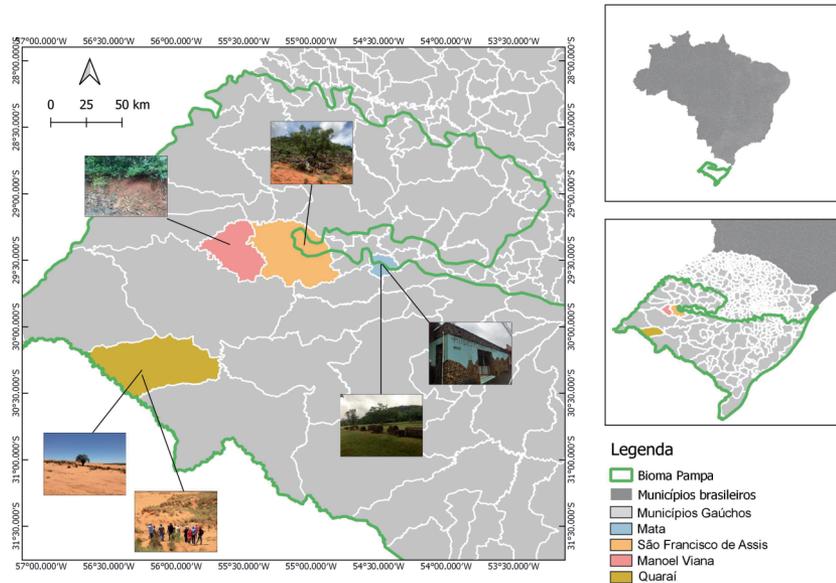


Figura 13 – Trajeto do trabalho de campo no Pampa

Fonte: elaborados pelos autores (2020)

Mata

O município de Mata é conhecido na região pela presença marcante dos fósseis. De acordo com Dias et al. (2015), está situado na porção central do estado do Rio Grande do Sul e “possui as suas terras drenadas pelo Sistema Hidrográfico Toropi. De forma mais ampla, o município está inserido na Região Hidrográfica do Rio Uruguai, dentro da Bacia Hidrográfica do Rio Ibicuí” (p.138).

No Quadro 5, apresenta-se o contexto histórico e as características gerais de Mata (RS), no intuito de fornecer mais informações, a respeito deste município sul-rio-grandense.

Quadro 5 – Dados históricos e características gerais de Mata (RS)

MATA (RS)	
Contexto histórico	Características gerais
Os primeiros habitantes de Mata foram os índios das tradições umbu, humaitá e tupi-guarani, que remontam ao século XVII. Em 1632, foi fundada a redução de São José, com a chegada dos jesuítas espanhóis, que, em pouco tempo, já abrigava 5.800 habitantes, em sua maioria índios, sendo que o fim desta redução se deu em 1640. Em 1801, este território passa a integrar a chamada América Portuguesa. O início da colonização de terras de Mata se deu em 1836, quando chega o casal Randolpho José Pereira da Silva, militar português, e Francisca Pereira da Silva, procedentes do Porto de Pernambuco (Portugal), os quais tinham, como missão, colonizar e povoar a região. Para isto, o Governo Imperial destinou a eles uma légua de sesmaria de campos. Em 1885, deu-se a primeira corrente migratória alemã, que se instalou na localidade de Sertão. Para a construção da estrada de ferro, interligando Santa Maria e Jaguari, iniciada em 1912, os trabalhadores tinham que abrir 'picadas' na mata, para desenhar o leito da ferrovia, dando a denominação atual à cidade. Em 1920, chegaram os imigrantes italianos, integrando-se aos alemães e aos nativos, que aqui moravam, dando início, realmente, ao desenvolvimento do município. O primeiro proprietário legítimo da maior parte das terras, que, hoje, compõe o município de Mata, foi o Senhor Silveira. Posteriormente, este doou parte das terras ao seu genro, Domingues. Finalmente, estes venderam estas terras a Antônio Franciosi e a Vitório Nochi, que começaram o loteamento e a venda das glebas. Diante da necessidade de controle e de organização das novas terras, Antônio Franciosi nomeou seu sobrinho Santo Brugalli como procurador.	População
	População estimada [2020]: 4.797 pessoas
	População no último censo [2010]: 5.111 pessoas
	Densidade demográfica [2010]: 16,39 hab./km ²
	Território e ambiente
	Área da unidade territorial [2019]: 311,884km ²
	Esgotamento sanitário adequado [2010]: 46,1%
Arborização de vias públicas [2010]: 96%	
Urbanização de vias públicas [2010]: 31,9%	
Bioma [2019]: Mata Atlântica/Pampa	
Sistema Costeiro-Marinho [2019]: Não pertence	

Fonte: IBGE (2020)

Mata conta com um museu, nomeado *Padre Daniel Cargnin*, que tem, em seu acervo, peças fossilizadas de animais, de minerais e de vegetais, e com um "museu a céu aberto", em que se pode conhecer uma floresta petrificada.

O *Museu Padre Daniel Cargnin* (Figura 14) foi nossa primeira parada, para que o grupo de pesquisadores de campo pudesse conhecer a coleção de fósseis em exposição, no município.



Figura 14 – Imagem da entrada do *Museu Pe.*

Daniel Cargnin, em Mata (RS)

Fonte: Menezes (2019)



Figura 15 – imagem do “museu a céu aberto”

em Mata, no Rio Grande do Sul

Fonte: Menezes (2019)

Na sequência, os pesquisadores visitaram o museu a céu aberto (figura 15), que é um grande sítio paleontológico, composto, basicamente, de rocha arenítica, que abriga uma floresta petrificada, um espaço de beleza cênica singular.

Deste modo, este município desperta o interesse de pessoas de outras localidades, em função da presença deste sítio paleobotânico e de sua beleza paisagística, o qual apresenta grande potencial para atividades turísticas e, também, para o desenvolvimento de pesquisas.

São Francisco de Assis

O município de São Francisco de Assis está localizado na região Sudoeste do Rio Grande do Sul. O Quadro 6 apresenta um breve histórico e algumas características, referentes à população, ao território e ao ambiente deste município.

São Francisco de Assis, assim como o município de Quaraí, que será abordado, posteriormente, tem a presença marcante de manchas de areia, conhecidas como areais.

Para Binda e Verdum (2015, p. 274), “essas concentrações de areia formam deposições e, em alguns casos, verdadeiras dunas pela ação do vento, fatos que têm levado os observadores a fazer vinculação dessas paisagens a desertos e a processos de desertificação”.

Por isso, para os estudos sobre o processo de arenização, é preciso diferenciar conceitualmente o que se entende por deserto, por

desertificação e por arenização, além de compreender as formas de uso do território, para evitar interpretações equivocadas sobre o processo, que ocorre, historicamente, na região sudoeste do estado.

Quadro 6 – Dados históricos e características gerais de São Francisco de Assis (RS)

SÃO FRANCISCO DE ASSIS (RS)	
Contexto histórico	Características gerais
Este pedaço do Rio Grande, desde a sua gênese, há quase dois séculos, foi confiado ao proverello de Assis, São Francisco de Assis. Anteriormente a esta gênese, estes rincões pertenciam aos índios tapes. Até os nossos dias, esta terra passou pelas mãos de sucessivos donos, incluindo as tribos dos guaranis, dos minuanos, dos guenos, dos carijós, dos arachanes, dos charruas, dos caaguas e dos guaranáis. A ação das bandeiras predadoras devastou as reduções dos Tapes. Após sucessivos combates entre portugueses e espanhóis e tratados estabelecidos, delimitou-se as fronteiras. Aqui, permaneceram os portugueses, que continuaram a criação de bovinos de corte, atividade que, até hoje, é predominante no município. No início do século XX, imigrantes italianos colonizaram a parte serrana do município (Toroquá e Beluno), onde exercem atividades agrícolas, até hoje.	População
	População estimada [2020]: 18.205 pessoas
	População no último censo [2010]: 19.254 pessoas
	Densidade demográfica [2010]: 7,68 hab./km ²
	Território e ambiente
	Área da unidade territorial [2019]: 2.508,453km ²
Esgotamento sanitário adequado [2010]: 25,4%	
Arborização de vias públicas [2010]: 96%	
Urbanização de vias públicas [2010]: 29,5%	
Bioma [2019]: Mata Atlântica/Pampa	
Sistema Costeiro-Marinho [2019]: Não pertence	

Fonte: IBGE (2020)

A obra precursora dos estudos sobre o processo de arenização é a tese *A trajetória da natureza: um estudo geomorfológico sobre os areais de Quaraí - RS*, de autoria da professora Dirce Maria Antunes Suertegaray, defendida em 1987, junto à Universidade de São Paulo (USP). A Figura 16 mostra os areais de São Francisco de Assis.

Manoel Viana

O município de Manoel Viana já fez parte do município de São Francisco de Assis, como se depreende de sua contextualização histórica, e a sua emancipação ainda é recente, tendo ocorrido, apenas, na década de 1990.



Figura 16 – Fotografia dos areais em São Francisco de Assis (RS)

Fonte: Menezes (2019)

O Quadro 7 apresenta o contexto histórico e as características gerais deste município.

Quadro 7 – Dados históricos e características gerais de Manoel Viana (RS)

MANOEL VIANA (RS)	
Contexto histórico	Características gerais
<p>O município de Manoel Viana teve origem, primeiramente, com o nome de Passo Novo do Ibicuí, localizado no 3º distrito de São Francisco de Assis e criado pelo intendente Francisco Pereira Viana. Mais tarde, pela necessidade de uma área para apascentamento dos animais em trânsito, bem como para o repouso dos viajantes, foi feita a divisão do total das terras, restando o espaço denominado Sesmaria do Ibicuí, com uma área de 272,5ha., destinada à formação do povoado. Este povoado conservou o nome de Passo Novo do Ibicuí, até a criação do Decreto-Lei nº 7.589, em 29 de novembro de 1938, elevando-o à categoria de vila, que passou a se denominar Vila Manoel Viana, em homenagem ao intendente Coronel Manoel Viana, por serviços prestados no período de 1908 a 1916. Com o início da construção da ponte General Osório sobre o rio Ibicuí, em 1945, que foi inaugurada no governo de Walter Jobim, a vila começou a crescer, em todos os setores da economia, e, também, populacionalmente. Em 20 de março de 1992, após muita luta, por parte dos vianenses, deu-se a criação do novo município de Manoel Viana, através do Decreto-Lei nº 9.542, assinado pelo governador Alceu Colares.</p>	População
	População estimada [2020]: 7.307 pessoas
	População no último censo [2010]: 7.072 pessoas
	Densidade demográfica [2010]: 5,09 hab./km²
	Território e ambiente
	Área da unidade territorial [2019]: 1.390,696 km²
	Esgotamento sanitário adequado [2010]: 16%
	Arborização de vias públicas [2010]: 95,6 %
	Urbanização de vias públicas [2010]: 0,7 %
	Bioma [2019]: Pampa
Sistema Costeiro-Marinho [2019]: Não pertence	

Fonte: IBGE (2020)

Em Manoel Viana, município que faz divisa com São Francisco de Assis, destaca-se a presença das formações Botucatu e Guará (Figura 17).

Quaraí

Assim como em outros municípios da Região Sudoeste do Rio Grande do Sul, o destaque do trabalho de campo em Quaraí foi para os areais. Para os estudos sobre os areais em Quaraí, tem-se, como referência principal, os estudos sobre o processo de arenização, conceituado na década de 1980, pela professora doutora Dirce Maria Antunes Suertegaray.

Conforme Silva (2019, p. 3), “verifica-se que o processo de arenização vem sendo reconhecido, espacialmente no Brasil, através dos estudos já elaborados, assim como daqueles que derivam da continuidade das pesquisas”.

Os estudos indicam ocorrência de sítios arqueológicos juntamente com areais. Corroborando esta interpretação a tese de que na origem os areais seriam naturais, podendo ser o processo de arenização intensificado pelo manejo inadequado do solo, como é possível observar em determinadas áreas do sudoeste, particularmente, aquelas utilizadas para o cultivo da soja. (SUERTEGARAY; OLIVEIRA, 2018, p. 73)

Nesse sentido, o percurso pelos areais de Quaraí (Figura 18) mostrou de que modo um processo de origem natural pode ser intensificado pelas atividades humanas, como as atividades pastoris e as agrícolas, por exemplo. Mais recentemente, Silva (2019), analisando processos de arenização em escala nacional, afirmou:

O processo de arenização é vinculado a causas naturais em sua origem, mas que são intensificadas pelo uso e manejo inadequado dos solos em áreas com fragilidade ambiental, situadas em clima subtropical, tropical subúmido e equatorial. Sua dinâmica depende de condições pluviométricas de elevada intensidade e ou torrencialidade para promover a mobilização de sedimentos. (SILVA, 2019, p. 10)

Os diálogos do trabalho de campo no Pampa gaúcho permitiram que analisássemos quais seriam as possíveis semelhanças e diferenças entre as características naturais deste bioma e o da Caatinga, enriquecendo, deste modo, as discussões e as trocas de conhecimentos.

Os percursos nos areais do município de Quaraí são representados pelas Figuras 18 e 19. Nesta última imagem, especificamente, pode-se visualizar os professores e os estudantes participantes do seminário, durante a atividade de campo.



Figura 18 – Ilustração dos areais de Quaraí (RS)

Fonte: Menezes (2019)



Figura 19 – Imagem dos pesquisadores no percurso de campo em Quaraí (RS)

Fonte: Menezes (2019)

Neste trajeto, em relação à temática humana, foi dada ênfase à fronteira e às cidades de fronteira, sobretudo, a partir de visitas às cidades gêmeas de Quaraí-Artigas e de Livramento-Rivera, na fronteira sul do Brasil com a República Oriental do Uruguai, além de Bagé.

Em concordância com o proposto, o Quadro 8 traz o contexto histórico do surgimento do município de Quaraí e apresenta as suas características gerais.

Quadro 8 – Dados históricos e características gerais de Quaraí (RS)

QUARAÍ (RS)	
Contexto histórico	Características
<p>Em 1814, D. Diego de Souza, 1º Governador da Capitania Geral do Rio Grande, e Luis Teles da Silva, depois Marquês de Alegrete, iniciaram as doações de sesmarias no atual município de Quaraí. É este o tempo das lutas contra José Gervásio Artigas, o idealizador da independência da Banda Oriental, atual República Oriental do Uruguai. Em nove anos de doações de sesmarias, 42 estancieiros foram os primeiros proprietários dos 3.238 km², que formam a área do município. Entre estes pioneiros, encontrava-se o paulista de Sorocaba João Batista de Castilhos, que, além da sesmaria recebida, comprou outra, que fora concedida a José Joaquim de Melo, e parte deste campo é, hoje, a cidade de Quaraí. Era o tempo das guerras de Independência no Prata, iniciadas em 1810, quando os 'saladeiros' desta região entram em decadência, sendo o gado contrabandeado para as charqueadas riograndenses. Os proprietários de terra formavam a elite política do Rio Grande do Sul e serão os líderes da Revolução Farroupilha. Quaraí é o berço do último combatente farroupilha e aqui iniciou o derradeiro combate, que se estendeu até o local denominado Quaró, no departamento de Artigas, em dezembro de 1844. Em 1816, o comandante José de Abreu acampa, junto à margem direita do Rio Quaraí, e, com seus 200 homens, impede que as tropas do general Artigas aqui se estabeleçam. Assim, tem origem o povoamento urbano. Em 1858, o Tenente Coronel Simeão Francisco Pereira comandava esta guarnição, quando da chegada do engenheiro e matemático José da Victória Soares Andréa, que integrava a comissão de demarcação dos limites entre Brasil e o Estado Oriental do Uruguai, que traça a planta da futura freguesia. A lei providencial nº 442, de 15 de dezembro de 1859, criava, no 2º Distrito de Alegrete, a Freguesia de São João Batista de Quaraí. O 1º Vigário foi o Padre Augusto Martins da Cruz Jobim, apresentado por Carta Imperial de 17 de janeiro de 1858, confirmado canonicamente, em 25 de março de 1863. Na época, o Passo do Batista, local da atual cidade de Quaraí, tinha um oratório, com uma imagem de São João Batista no local, em que, hoje, se ergue a Igreja Matriz. Tal imagem veio da Bahia e era pintada a ouro, por encomenda de João Batista de Castilhos. Ao lado deste oratório ficava a casado Capitão Bernardo José Maurício de Souza, na qual o padre de Alegrete celebrava missas e batizados, quando vinha visitar a povoação.</p>	<p>População</p> <p>População estimada [2020]: 22.607 pessoas</p> <p>População no último censo [2010]: 23.021 pessoas</p> <p>Densidade demográfica [2010]: 7,31 hab./km²</p> <p>Território e ambiente</p> <p>Área da unidade territorial [2019]: 3.139,995km²</p> <p>Esgotamento sanitário adequado [2010]: 85,7%</p> <p>Arborização de vias públicas [2010]: 92%</p> <p>Urbanização de vias públicas [2010]: 13,9%</p> <p>Bioma [2019]: Pampa</p> <p>Sistema Costeiro-Marinho [2019]: Não pertence</p>

Fonte: IBGE (2020)

Bagé

Os ciclos de palestras e os trabalhos de campo propiciaram discussões sobre o processo de formação territorial do Brasil, como já enfatizado no texto, mas o trajeto no Pampa gaúcho incluiu discussões sobre a fronteira e sobre os processos de formação de suas cidades, permitindo a troca de conhecimentos com professores de universidade estrangeiras, que têm experiência nesses estudos.

Neste contexto, o Quadro 9 explicita algumas informações sobre o município de Bagé (RS).

Quadro 9 – Dados históricos e características gerais de Bagé (RS)

BAGÉ (RS)	
Contexto histórico	Características gerais
Distrito criado com a denominação de Bagé, pela Resolução Régia de 13-09-1815, pela Lei Provincial nº 64, de 05-07-1846, e pelo Ato Municipal nº 2, de 12-06-1897, após desmembramento do município de Piratini.	População
	População estimada [2020]: 121.335 pessoas
Segundo divisão territorial datada de 1988, o município é constituído de dez distritos: Bagé, Aceguá, Colônia Nova, Hulha Negra, Joca Tavares, José Otavio, Palmas, Piraí, Seival e Tupi Paulista.	População no último censo [2010]: 116.794 pessoas
	Densidade demográfica [2010]: 28,52 hab./km ²
Pela Lei Estadual nº 9.574, de 20-03-1992, o distrito de Seival é desmembrado do município de Bagé, para constituir o novo município de Candiota.	Território e ambiente
	Área da unidade territorial [2019]: 4.090,360 km ²
Pela Lei Estadual nº 9.579, de 20-03-1992, é desmembrado do município de Bagé o distrito de Hulha Negra, sendo elevado à categoria de município.	Esgotamento sanitário adequado [2010]: 85,3%
	Arborização de vias públicas [2010]: 88,8%
Pela Lei Estadual nº 10.766, de 16-04-1996, é desmembrado do município de Bagé o distrito de Aceguá, sendo elevado à categoria de município.	Urbanização de vias públicas [2010]: 26%
	Bioma [2019]: Pampa
Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído de seis distritos: Bagé, Colônia Nova, Joca Tavares, José Otavio, Palmas e Piraí.	Sistema Costeiro-Marinho [2019]: Não pertence
Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído de cinco distritos: Bagé, Joca Tavares, José Otavio, Palmas e Piraí, assim permanecendo, em divisão territorial datada de 2007.	

Fonte: adaptado de IBGE (2020)

A Figura 20 mostra um momento de encontro entre os participantes do trabalho de campo em uma praça do município.

A visita a Bagé finalizou o trabalho de campo do ciclo de seminários de 2019, cuja ênfase residiu em discussões disciplinares e transdisciplinares. Mas as discussões não encerraram, ao término das pesquisas de campo; elas permanecem em fluxo, por meio da rede de pesquisadores, que se formou e/ou que se fortaleceu, a partir dessa experiência.



Figura 20 - Reunião dos pesquisadores em praça de Bagé (RS)

Fonte: Menezes (2019)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os seminários referidos contribuíram, no sentido de estabelecer conexões entre pesquisadores de diferentes universidades nacionais e internacionais e abriram as fronteiras do conhecimento, à medida que construíram elos, para promover o avanço dos conhecimentos científicos.

Os trabalhos de campos abordaram os biomas Caatinga e Pampa, a partir de olhares singulares, apresentando estudos desenvolvidos sobre os ambientes do Semiárido e dos areais, ao longo dos anos, por cada universidade organizadora do evento, resultando, sobretudo, em novas miradas geográficas sobre estes espaços.

Adicionalmente, tanto os participantes das universidades brasileiras quanto os pesquisadores das universidades estrangeiras puderam ampliar seus conhecimentos sobre o território brasileiro, durante todo o evento, seja na Paraíba, seja no Rio Grande do Sul, pois o Brasil é um país extenso e dotado de grandes diversidades culturais e paisagísticas.

Assim, pode-se afirmar que os eventos sublinhados neste artigo foram importante, para desenvolver discussões sobre possíveis semelhanças e diferenças existentes em cada bioma e para a formação de uma nova rede de pesquisadores, fator que deve colaborar com os projetos de internacionalização das universidades e cooperar para a construção de novos projetos e de novas pesquisas, sob diferentes perspectivas, pautadas pelo diálogo entre as diversas áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

APOLINÁRIO, Otavio Karla dos Santos. **Análise geoambiental e degradação no município de Cabaceiras-PB**. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BINDA, Andrey Luis; VERDUM, Roberto. **Reflexões interpretativas sobre as manchas de areia do sudoeste do Rio Grande do Sul, Brasil**: da desertificação à arenização. Bol. Goia. Geogr. (Online). Goiânia, v. 35, n. 2, p. 273-288, maio/ago. 2015.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**: Paraíba: diagnóstico do município de Teixeira, estado da Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea**: Paraíba: diagnóstico do município de Patos, estado da Paraíba. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

COUTINHO, Leopoldo Magno. **Biomass brasileiros**. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.

DIAS, Daniéli Flores; TRENTIN, Romario; SCCOTI, Anderson Augusto Volpato. Zoneamento geoambiental para o município de Mata/RS: síntese das potencialidades e fragilidades. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, v. 30, p. 132-148, 2015.

FARIAS, Williton Itozamir Batista de. **Cabaceiras: uma análise dos aspectos físicos e do uso da terra como fatores agravantes da desertificação**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS (IBF). **Bioma Pampa**. Disponível em: <https://www.ibflorestas.org.br/bioma-pampa>. Acesso em: 28 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico de Cabaceiras**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cabaceiras/historico>. Acesso em: 26 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico de Patos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/patos/historico>. Acesso em: 26 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico de Teixeira**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/teixeira/historico>.

Acesso em: 26 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico de Monteiro**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monteiro/historico>. Acesso em: 26 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico de Mata**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/historico>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico de São Francisco de Assis**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-assis/historico>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico de Manoel Viana**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/manoel-viana/historico>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico de Quaraí**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/quarai/historico>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico de Bagé**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bage/historico>. Acesso em: 06 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Cabaceiras**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cabaceiras/panorama>. Acesso em: 26 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Patos**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/patos/panorama>. Acesso em: 26 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Teixeira**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/teixeira/panorama>. Acesso em: 26 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Monteiro**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monteiro/panorama>. Acesso em: 26 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Mata**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/mata/panorama>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de São**

Francisco de Assis. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-francisco-de-assis/panorama>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Manoel Viana.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/manoel-viana/panorama>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Quaraí.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/quarai/panorama>. Acesso em: 27 ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama de Bagé.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/bage/panorama>. Acesso em: 06 out. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Caatinga** – distribuição original. Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/203/_arquivos/mapas_bsicos_caatinga.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Caatinga.** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/caatinga>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Pampa.** Disponível em: <https://www.mma.gov.br/biomas/pampa>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Uso da terra e cobertura vegetal, 2007 – PROBIO/MMA.** Disponível em: https://www.mma.gov.br/estruturas/203/_arquivos/mapas_bsicos_caatinga.pdf. Acesso em: 02 ago. 2020.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e Práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica.** São Paulo: Contexto, 2012.

ROSSATO, Maíra Suertegaray. **Os Climas do Rio Grande do Sul: variabilidade, tendências e tipologia.** Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SILVA, Ivamauro Ailton de Sousa. Arenização no Brasil: bases conceituais e características ambientais. In: **XIII Enanpege: A Geografia Brasileira na Ciência-Mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento.** Anais [...] Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562563214_ARQUIVO_ArtigoIvamauro-enanpege.pdf. Acesso em: 18 set. 2020.

SOUZA, Bartolomeu Israel de; ARTIGAS, Rafael Câmara; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de. Caatinga e Desertificação. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 1, p. 131-150, jan./abr. 2015.

SUASSUNA, Ariano. **7 poemas sensacionais de Ariano Suassuna.** Disponível em:

<https://www.culturagenial.com/poemas-ariano-suassuna/>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Geografia e interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 35, p. 43-53, jan./jun. 2003.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; OLIVEIRA, Mateus Gleiser. Arenização, areais e políticas de ordenamento territorial. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, FLUC, n. 38, p. 69-76, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Acontece em julho o I Seminário Ibero-Americano**. Disponível em: <http://www.ce.ufpb.br/ce/contents/noticias/acontece-em-julho-o-i-seminario-ibero-americano>. Acesso em: 14 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **POSGea convida para evento internacional**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/posgea/noticias/posgea-convida-para-evento-internacional>. Acesso em: 14 jun. 2020.

NOTAS SOBRE A CIDADE E SOBRE O URBANO NO SEMIÁRIDO – CAJAZEIRAS E PATOS (PB)¹

Doralice Sátyro Maia
Luciana Medeiros de Araújo

Os estudos clássicos da Geografia Urbana, como bem escreveu Monbeig (1943, p. 9), iniciavam-se com o “estudo do quadro natural, em que nasceu e cresceu a cidade”. Cientes de que tal procedimento remonta aos estudos clássicos e à Geografia fundada no Positivismo, avalia-se que, para tratar da cidade e do urbano, com enfoque no semiárido paraibano, torna-se indispensável recorrer a tal exercício. Tal prática, entretanto, não significa remontar exclusivamente aos ensinamentos da Geografia Clássica, mas, sim, que alguns dos seus ensinamentos continuam valiosos para determinados estudos. Desta forma, optamos por iniciar este texto com uma rápida apresentação do “quadro natural”, de modo a podermos nos aproximar dos escritos, que compõem o conjunto desta obra.

O semiárido paraibano compõe o que Carvalho (1982) denominou Setor Subúmido e Semiárido. Este setor é “caracterizado predominantemente pelo clima BSh, de Köppen, ou semiárido, que inclui

1. Este texto foi produzido a quatro mãos e em momentos diversos, muito embora a escrita e a composição tenham sido modificadas, adaptadas e reescritas para tal versão. Traremos algumas informações, obtidas através de pesquisas acadêmicas, de leituras realizadas, ao ministrar cursos de Geografia Urbana, e, também, de pesquisas anteriores e, ainda, de resultados do trabalho de campo, realizado no ano de 2019, sob a coordenação dos professores Bartolomeu Israel de Souza e Dirce Suertegaray.

extensa porção do Maciço da Borborema, do Pediplano Sertanejo e das depressões, que ali ocorrem” (CARVALHO, 1982, p. 42). A hidrografia é composta pelas bacias dos rios: Paraíba, Curimataú, Piranhas, Piancó, Espinharas e Peixe, com drenagem intermitente sazonal exorreica. Segundo a referida autora, neste setor podem ser compartimentadas as seguintes sub-regiões: sub-região árida, sub-região semiárida e sub-região subúmida. Desta forma, elege-se, aqui, o compartimento denominado sub-região semiárida, de forma mais destacada, a área entre as bacias dos rios Piranhas, Espinharas e Peixe. Na compreensão do senso comum e/ou mais popular, trata-se, pois, do Sertão Paraibano. A discussão sobre a região é mais ampla, especialmente, no que se refere às condições naturais, que fogem do propósito deste texto. Contudo, é preciso apresentar, mesmo que sucintamente, as condições naturais dos espaços de localização das cidades destacadas neste estudo: Patos e Cajazeiras.

Trataremos, pois, de duas cidades importantes, enquanto centralidades da rede urbana paraibana. A rede urbana paraibana, assim como a de todos os estados, que compõem a costa, do Nordeste ao Sudeste brasileiro, é caracterizada pela hierarquia, que segue o sentido Leste-Oeste, ou seja, o “caminho” do processo de ocupação territorial. Tal herança é, até hoje, uma forte característica do “desenho” da rede urbana brasileira.

Assim, na Paraíba, se tomarmos como referência o último estudo do IBGE, *Regiões de influência de cidades*, tem-se a cidade de João Pessoa, capital do estado, classificada como “Capital Regional A”, ocupando a posição mais alta na hierarquia da rede urbana estadual. Na sequência, encontra-se Campina Grande, como “Capital Regional B”, e Patos e Cajazeiras, como “Centro Sub-Regional A”. Há, porém, uma distinção no estudo de 2018, uma vez que foi incorporada outra classificação, que se agrega ao nível hierárquico: trata-se da identificação de unidades territoriais, denominadas “Arranjos Populacionais”. Estes constituem “unidades territoriais, compostas por mais de um município, que apresentam integração significativa, em razão da contiguidade das áreas urbanizadas ou da presença de deslocamentos frequentes dos habitantes, para trabalhar ou para estudar.” (IBGE, 2020b, p. 5). Assim, das cidades, apenas Cajazeiras não se constitui em um Arranjo Populacional, o que reforça a assertiva de que a hierarquia urbana paraibana segue, de forma genérica, uma escala hierárquica no sentido Leste-Oeste, ou seja, uma

sequência hierárquica, conforme se adentra o território, partindo do litoral, em direção oeste, portanto, ao Sertão. Tal percurso se concretiza, através da BR-230, que corta todo o território paraibano no sentido mencionado (Figura 1).



Figura 1 – Rede Urbana/Arranjo Populacional do estado da Paraíba, de acordo com o REGIC-2018

Fonte: IBGE (2020)

A posição hierárquica definida pelo REGIC-IBGE (2020) leva em consideração “a atração exercida entre as cidades próximas e as de longa distância, realizada pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos” (IBGE, 2020, p. 196). A partir da definição do índice de centralidade, as “cidades foram divididas em cinco grupos, posicionando-se, inicialmente, em relação aos tipos hierárquicos básicos da pesquisa REGIC” (ibid.). Os tipos básicos correspondem aos níveis hierárquicos, definidos do mais baixo para o mais alto: “5. Centro Local; 4. Centro de Zona; 3. Centro Sub-Regional; 2. Capital Regional; e 1. Metrópole.” (ibid.).

A partir das informações anteriores, tem-se uma noção de onde se encontram as duas cidades – Patos e Cajazeiras – e das suas posições na rede urbana paraibana. Isto posto, partiremos para uma apresentação geral das mesmas.

SÍTIO E SITUAÇÃO DE PATOS E DE CAJAZEIRAS: NOÇÕES GEOGRÁFICAS CLÁSSICAS, PARA A APRESENTAÇÃO DAS DUAS CIDADES

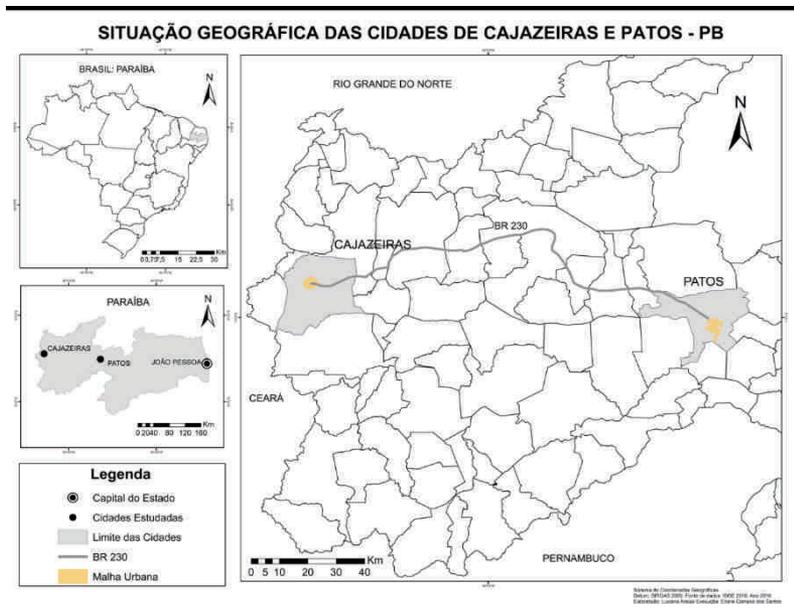
No artigo *O estudo geográfico das cidades*, de Monbeig (1943), encontra-se a assertiva: "O estudo do quadro natural deve ser levado a efeito, considerando, ao mesmo tempo, o estudo de *situação* e o estudo do *local urbano*" (MONBEIG, 1943, p. 10, grifos do autor). A situação se refere à posição da cidade, em relação ao "conjunto regional, de que faz parte, podendo, esse conjunto, ter uma verdadeira unidade natural ou, ao contrário, resultar do contraste entre regiões naturalmente opostas" (ibid.). No mesmo sentido, Pierre George (1983, p. 36) entende que o conceito de posição ou situação se apresenta como "a localização da cidade em função de fatos naturais susceptíveis, no passado ou no presente, de influir em seu desenvolvimento que, por sua vez, está vinculado à facilidade de expansão".

Monbeig (1943) esclarece que "o estudo da situação e do local não pode consistir exclusivamente na descrição dos elementos geográficos: é preciso mostrar, concomitantemente, como os homens tiraram partido do mesmo, de modo mais ou menos feliz, segundo as épocas (ibid., p. 14). À maneira da abordagem de Pelletier e Delfante (2000), os aspectos geográficos da cidade, como posição, coordenada e morfologia, tiveram um lugar de destaque nos estudos urbanos, por serem considerados como fatores determinantes no desenvolvimento socioeconômico das aglomerações urbanas.

Entendemos ser valiosa, para a presente discussão, uma breve apresentação da situação, mas, também, do sítio, em que se encontram as cidades abordadas no território paraibano. Como já mencionado, anteriormente, ambas se encontram na sub-região Semiárido ou, como também se conhece, no Sertão Paraibano. A primeira, dista 319,4 Km da capital João Pessoa e a segunda está mais a oeste, à 409,19 Km, seguindo a mesma rodovia, a BR-230, que corta o território paraibano de leste a oeste e que segue, até a Amazônia, constituindo o início do traçado da Transamazônica² (Figura 2).

2. A Rodovia Transamazônica (BR-230) foi construída no período de 1969 a 1974, durante o Governo Militar. Tal construção é bastante polêmica, por ter levado o sistema rodoviário para a Região Amazônica, incorrendo em desmatamentos da floresta e em desrespeito das características naturais da região, em especial, das densidades hidrográfica e florestal. O seu traçado soma quatro mil quilômetros no sentido leste-oeste, cortando os estados da Paraíba, do Ceará, do Piauí, do Maranhão, do Pará e do Amazonas. Grande parte de seu traçado ainda se apresenta sem pavimentação.

A cidade de Patos está localizada em uma depressão do Pediplano Sertanejo, de origem cristalina, sítio marcado por um relevo de áreas deprimidas entre as cristas das serras, sendo “pontilhada” por inselbergs, que compõem a paisagem, cortados pelo rio Espinharas, com altitude média de 250 metros (Figura 3). Já a cidade de Cajazeiras está localizada na Depressão Sertaneja, constituída por elevações alongadas e residuais, na bacia sedimentar do rio do Peixe³.



. Figura 2 – Situação geográfica de Patos e de Cajazeiras (PB)

Fonte: Araújo (2017)

As cidades de Patos e de Cajazeiras se situam, portanto, no oeste do estado da Paraíba, inseridas, respectivamente, nas regiões denominadas Baixo Sertão e Alto Sertão, cuja característica definidora é, em ambas, a variação altimétrica. O município de Patos apresenta altitudes baixas, inferiores a duzentos e cinquenta metros acima do nível do mar, e está localizado na compartimentação geomorfológica do Pediplano Sertanejo, (CARVALHO *et al.*, 2002).

3. Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (out. 2005).



Figura 3 – Alinhamento de inselberg na depressão de Patos (PB)

Fonte: IBGE (1956)⁴.



Figura 4 – Açude, localizado no Vale do Riacho Cacaré, afluente da margem direita do rio do Peixe, na bacia do Alto Piranhas, no município de Cajazeiras (PB)

Fonte: IBGE (1962)⁵.

O nível altimétrico do município de Cajazeiras é um pouco mais elevado, em torno de trezentos metros acima do nível do mar, e este se insere na unidade geomorfológica da Bacia Sedimentar do Rio do Peixe, sob a influência da grande bacia hidrográfica do rio Piranhas. Diferente do Pediplano Sertanejo, esta unidade é de formação sedimentar, porém é igualmente marcada por áreas rebaixadas e deprimidas, contornadas por serras e por inselbergs.

Em ambos os municípios, a vegetação é tipicamente xerófila, com espécies caducifólias, tipificadas como mata de caatinga. O clima predominante é o tropical quente, com temperaturas elevadas, durante todo o ano, e com chuvas bastante escassas e irregulares. Tais características abrangem todo o sertão da Paraíba na área delimitada do Polígono das Secas (CARVALHO *et al.*, 2002).

A posição geográfica compreendia, segundo Pelletier e Delfante (2000), a justaposição de fatores, como “a centralidade”, sob a perspectiva geométrica de Christaller; “o contato” entre diferentes regiões na efetivação de trocas comerciais; e “o cruzamento e as confluências”, potencializadoras dos fluxos e da circulação de informações e de mercadorias. Vistos em

4. Título: *Alinhamento de inselberg na depressão de Patos (PB)*. Acervo de Walter Alberto Egler e Tibor Jablonsky, publicado no Acervo dos trabalhos geográficos de campo (IBGE, 1956), disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=410977>, acessado em 20 fev 2021.

5. Título: *Açude Lagoa do Arroz: município de Cajazeiras*. Acervo de Nilo Bernardes e Tibor Jablonsky, publicado no Acervo dos trabalhos geográficos de campo (IBGE, 1962), disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=411146>, acessado em 20 fev 2021.

conjunto, formavam os elementos estruturantes da localização geográfica. Entretanto, nos contextos da revolução técnico-informacional contemporânea e da emergência da Geografia Crítica, de viés materialista, conformada a partir da segunda metade do século XX, esse entendimento assumiu um papel secundário e, até certo ponto, irrelevante, enquanto fator condicionante dos crescimentos socioeconômico e espacial.

A consolidação e a extensão dessa vertente epistemológica à Geografia Urbana colocam em destaque os processos históricos e a ampliação das relações socioeconômicas e políticas, redefinidos, sob o modo capitalista de produção, como determinantes e regulatórios do desenvolvimento das cidades e, por conseguinte, de suas funções na rede urbana, em diferentes escalas geográficas. Daí, a perda daquele lugar destacado, quanto aos aspectos geográficos, ao se admitir que recaíam sobre eles leituras deterministas, especialmente, no que tange ao conceito de localização⁶.

Ainda na perspectiva de Pelletier e Delfante (2000), a localização é um conceito regional, entendido como a posição geral da cidade, diante de grandes conjuntos geográficos físicos ou econômicos, compreendendo uma noção permeada de relativismo, ao considerarmos as diferentes escalas geográficas e de ações e de práticas socioespaciais. Para Corrêa (2004, p. 317), "localização relativa ou posição geográfica se refere à situação locacional de uma cidade, face a aspectos externos a ela, envolvendo o conteúdo natural e social das áreas circunvizinhas", precisando ser contextualizada no tempo e no espaço. Esse relativismo está associado a imposições, decorrentes de diferentes imperativos estruturais e/ou conjunturais, de ordens socioeconômica, política e cultural, o que inclui produção, demanda ou acessibilidade.

No decorrer do tempo e em distintas escalas espaciais, os processos históricos, o desenvolvimento da técnica e da tecnologia da informação, das comunicações e dos transportes, bem como as alternâncias econômicas, todos elementos engendrados pelo capitalismo, têm condicionado um desenvolvimento geográfico desigual (SMITH, 1988; HARVEY, 2007) (os quais têm sido por ele condicionados, em contrapartida), redimensionando a centralidade de determinados pontos de localizações. Nesse sentido, Harvey reconhece que a atividade capitalista

6. É pertinente esclarecermos que não faz parte do escopo deste texto ampliar a discussão sobre esses fatores, tampouco discutir o seu abandono, por parte das correntes renovadas do pensamento geográfico.

está fundada em algum lugar e que os diversos processos materiais, tais como os físicos, ecológicos e sociais, são apropriados, com vistas à acumulação de capital.

A par disso, e a despeito da fluidez e da circulação do capital, a atividade capitalista se encontra, de alguma forma, assentada em uma base territorial, geograficamente localizável. Nesse curso, como nos adverte Barbosa (2014), a localização em si não representa um fator determinante para os interesses do capital, mas, ao ser associada às relações socioeconômicas, políticas e culturais estabelecidas no espaço geográfico, esta assume significados distintos, segundo as ações e as intencionalidades dos agentes produtores do espaço, em especial, dos promotores imobiliários. Esse entendimento, posto sob escalas as mais diversas, deve embasar a importância da localização ou situação geográfica, quando tratamos dos propósitos da reprodução e da acumulação do capital nas cidades em análise, Patos e Cajazeiras, ambas no território paraibano.

Nesse âmbito, diante do aumento dos fluxos, que se estabelece sobre os diferentes pontos de localizações, Sposito (2011, p. 135) admite que “o espaço não pode mais ser visto pela Geografia, essencialmente, a partir do que está localizado”. Reconhece, ainda, que tais fluxos podem ser organizados em áreas, em eixos ou em redes. Quando organizados em rede, “as diferenças de velocidade entre os agentes econômicos e os indivíduos e grupos estabelecem a distinção entre eles e geram uma multiplicidade ainda mais ampla de níveis de integração espacial e de possibilidade de apropriação dos espaços” (ibid.).

Por fim, a mesma geógrafa enfatiza a necessidade de pensarmos a revalorização do conceito de situação geográfica, a partir de relações entre espaço e tempo, pondo em questão as ideias de centro e de periferia na escala da rede ou da cidade⁷. Adiante, retomaremos essa questão, aprofundando-a, no que concerne a esta última escala.

Embasadas por essas proposições conceituais, a seguir, pontuaremos alguns aspectos, relativos às localizações geográficas de Patos e de Cajazeiras, esforçando-nos para, de forma contextualizada e

7. As reflexões de Sposito (2011) estão voltadas à discussão sobre centralidade e sobre fragmentação socioespacial, como aspectos basilares, para compreendermos as escalas, as diferenças e as desigualdades socioespaciais inerentes à produção do espaço urbano. A autora propõe o fim da cidade, como unidade espacial, tomando este entendimento como essencial às definições de centro e de centralidade.

relativizada, associá-los ao crescimento econômico e à expansão territorial dessas cidades. Para tal, faremos uso de níveis escalares de tempo e de espaço distintos, a exemplo das escalas intraurbana, para refletirmos sobre a expansão territorial, e a interurbana, objetivando entender a centralidade que essas cidades exercem nas redes urbanas paraibana e nordestina. Com isso, buscamos elementos, no presente e no passado, para elucidarmos o mais recente crescimento da produção imobiliária nas realidades mencionadas.

PATOS E CAJAZEIRAS: A "ENTRADA" E A "SAÍDA" DOS CAMINHOS DO PARA O SERTÃO DA PARAÍBA

A origem das cidades localizadas no interior do estado da Paraíba e, particularmente, das do Sertão Paraibano, está diretamente relacionada à atividade pecuária. Algumas delas foram denominadas, por Aroldo de Azevedo (1957), "Bocas de Sertão", o que significa, propriamente, entradas do sertão. O século XVIII é caracterizado pelo autor como um período de "modificações substanciais no panorama urbano do Brasil" (AZEVEDO, 1957, p. 114), pois a "obra de urbanização conseguiu se libertar definitivamente da orla atlântica" (ibid.). Isso se dá sobremaneira no Planalto Brasileiro, mas, também, na Amazônia e no sertão nordestino, neste último, em função da expansão da atividade pecuária, que seguiu o curso do rio São Francisco.

Na Paraíba, alguns povoados, que surgiram, enquanto locais de pouso de tropeiros, são elevados à condição de vila, a exemplo da Vila Nova da Rainha (Campina Grande). Outros, são erguidos, em função da política de domínio territorial do Marquês de Pombal, como Pombal e Vila Nova de Sousa (Sousa).

A cidade de Patos deriva, como muitas outras do Semiárido nordestino, de antigas propriedades de gado bovino, de cujas áreas os proprietários doavam partes, para a construção de paróquias (no caso de Patos, da paróquia de Nossa Senhora da Guia) e, por conseguinte, para a formação de um povoado. Desta forma, sua origem remonta à atividade pecuária e à passagem de tropas com mercadorias diversas e do gado, para ser comercializado nas feiras da região. Cajazeiras também tem sua origem ligada a uma área rural, o sítio Cajazeiras, parte de uma sesmaria concedida ao

8. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/patos.pdf>, acessado em 18 fev 2021.

governador da então capitania de Pernambuco, no século XVIII, que, posteriormente, foi doada à sua filha, como presente de casamento com Vital de Souza Rolim, proveniente de Jaguaribe, no Ceará. Deste matrimônio, nasce um filho, que se ordena padre e, em 1843, funda um colégio, que será o marco inicial do povoado⁹.

Desta forma, levando-se em conta a valorização de suas localizações geográficas nos processos de formação socioeconômica e de expansão, aspectos historicamente são referenciados, ao caracterizá-las, pois ambas constituíram importantes rotas no caminho do gado, no período da colonização do sertão da Paraíba.

Patos foi favorecida por sua localização geográfica, às margens do rio Espinharas. Para os historiadores locais, esse rio marcou em definitivo o surgimento e o crescimento da cidade, cuja disponibilidade de água possibilitou um fluxo contínuo de passagem das boiadas por aquela região.

No encontro dos rios: Cruz, cuja nascente está localizada no sopé do Pico do Jabre e Farinha, originado na Serra da Viração, numa encruzilhada de caminhos, onde os tropeiros faziam parada, atraídos pela água corrente e os seus animais se deliciavam com a fartura das pastagens, estava o cenário escolhido para a implantação das primeiras fazendas de gado. Com a união desses cursos de água natural veio a formação do terceiro rio, o qual fora denominado pelos índios de Pinharas e traduzido para a língua dos brancos como Espinharas. (CAVALCANTE, 2008, p. 33)

Segundo a referida autora, depois “de 66 anos subordinada à vila de Pombal, Patos, no dia 9 de maio de 1833, foi elevada à categoria de Vila, adquirindo, portanto, a emancipação municipal”. Em 1845, de acordo com Fernandes (2003), contabiliza-se “1.545 fogos” e, em 1851, havia 4.406 habitantes livres e 600 escravos na vila. Já em 1892, conforme o censo, a sua população era de “8000 almas” e a vila possuía 138 prédios, 3 sobrados, o edifício da Câmara e Cadeia, além de estabelecimentos comerciais e de ferragens. O referido autor assinala, ainda, a importância do pátio da matriz, em que se realizava a feira semanal, que dinamizava a vida citadina (FERNANDES, 2003, p. 65).

A sua economia se pautava, sobretudo, na pecuária bovina e na

9. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/cajazeiras.pdf>, acessado em 18 fev 2021.

cultura de alimentos de subsistência. Sobre o início do século XX, escreve Cavalcante (2008):

A vila irrompe o século XX com a presença de escolas primárias e uma economia baseada na agricultura e pecuária. Contava também com engenhos para a fabricação de rapadura, bolandeiras de descaroçamento de algodão e várias fazendas de gado. Toda esta vida social ia sendo fomentada por um fluxo constante de viajantes que por ali se encontravam e iam fortalecendo o lugar como um ponto de referência no sertão, que interligava viajantes da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. (CAVALCANTE, 2008, p. 38)

Em meados do século XX, no Recenseamento Geral de 1950, o município de Patos contabilizou 49.540 habitantes, com uma população rural de 34.290 habitantes e uma população urbana de 13.672 pessoas, as quais representavam 27,60% do total (IBGE, 1960, p. 320).

A atividade econômica predominante no município, como em toda a região, era a agropecuária, com destaque para os cultivos do algodão e do feijão. As informações de IBGE (1960) ressaltam que, em 1956, a produção algodoeira totalizou 39.980 arrobas. Trata-se, pois, do apogeu da produção algodoeira. A pecuária também se mostrava uma importante atividade econômica:

Grande parte da produção bovina é exportada para os municípios vizinhos e, em maior escala, para Campina Grande e a capital do Estado. Patos é considerado o município paraibano de maior área agropastoril, representando cerca de 27o/o da respectiva Zona Fisiográfica - Sertão - e 8% da do Estado. (IBGE, 1960, p. 321)

A respeito da produção algodoeira na Região Nordeste do Brasil, há que lembrar de que para além do seu ápice, no século XIX, impulsionada pela Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, registra-se outro apogeu, no século XX, após a Primeira Guerra Mundial e a crise capitalista do final dos anos 20 do século XX (ANDRADE, 1986). Estes dois últimos eventos mundiais contribuíram, para impelir a produção do algodão nas regiões do Agreste e do Sertão da Paraíba. "Assim, essas regiões paraibanas tiveram suas paisagens cobertas pelo branco das fibras desse "ouro branco" para a sua economia" (FARIAS; COSTA, 2017, p. 12). Tal compreensão da dinâmica econômica do mercado mundial é fundamental, para que se entendam as mudanças da economia nacional e, por conseguinte, da economia paraibana.

Vale lembrar que o estado da Paraíba é marcado pela sua história econômica, pautada nas atividades agropecuárias. Desta forma, quando a economia açucareira declina, a produção algodoeira se torna a principal atividade estadual, sendo o produto de maior exportação para o mercado europeu, no século XIX, e para as indústrias brasileiras da Região Sudeste, no século XX.

Tal registro da história econômica, mesmo que muito sucinto, é imprescindível na compreensão do processo de urbanização do interior do território paraibano, portanto, das cidades sertanejas, como Patos e Cajazeiras, pois se observa que as suas dinâmicas econômicas e seus ápices de expansão, até os anos 1980, correspondem aos períodos de apogeu da cultura algodoeira e da pecuária bovina. Ao tratarem do comércio algodoeiro, Farias e Costa (2017) escrevem sobre as significativas alterações nas estruturas econômicas, sociais, políticas, territoriais e demográficas das cidades de Patos, de Sousa e de Cajazeiras, situadas no Sertão Paraibano, dadas pelo beneficiamento e pela comercialização do algodão.

A década de 1950 é bastante representativa do apogeu das culturas algodoeira e pecuária, no século XX, na economia e, por conseguinte, na dinâmica urbana paraibanas. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros do IBGE (1960), encontra-se, além do que já foi mencionado, a descrição e a referência à atividade comercial. Na cidade de Patos, em 1956, registrou-se um total de 310 estabelecimentos comerciais, crescimento vertiginoso, quando se compara com o número contabilizado pelo Censo de 1950, de 197 estabelecimentos. As relações comerciais se davam, já neste período, com Campina Grande e com João Pessoa, na Paraíba, com Recife, em Pernambuco, com Fortaleza, no Ceará, e com as duas maiores cidades do país: Rio de Janeiro e São Paulo. As principais mercadorias de exportação eram o algodão em pluma, os óleos vegetais (algodão, babaçu e oiticica) e o gado bovino. O movimento da atividade comercial se dava, sobremaneira, nos dias de feira: na segunda-feira, com a feira livre, e na quinta-feira, com a feira de gado. Como já destacado, o comércio de gado bovino no município era uma atividade relevante para o estado da Paraíba (IBGE, 1960).

Ainda em 1956, a cidade já apresentava elementos urbanos significativos: duas praças ajardinadas, três avenidas largas – Eptácio Pessoa, Venâncio Neiva e José Herculano –, era servida de energia elétrica, de um número expressivo de escolas, bem como de um hospital, para

atendimentos de saúde, o Hospital Regional. Entre os edifícios, o documento do IBGE (1960) faz um destaque para a igreja matriz: a “Nossa Senhora da Guia é um dos mais belos templos religiosos do Estado.” (ibid., p. 322). A cidade contabilizava, na época, de acordo com o mesmo documento, “cerca de 4.500 prédios, dos quais alguns tinham mais de um pavimento”. (ibid.).

Entre os seus edifícios mais importantes, sobressaem, neste período, o da sede da Prefeitura Municipal, os dos ginásios Cristo Rei e Diocesano, o do Hospital Regional, o do Mercado Público, o do Grupo Escolar Rio Branco e o da agência do Banco do Brasil.” (ibid.). Tais edificações foram construídas no estilo arquitetônico *art déco*, que representava o “moderno” no momento ou, como expressa Farias (2018), que desempenhou importante papel no “processo de modernização da arquitetura brasileira, nos anos 1930-1950” (FARIAS, 2018, p. 25).

O estilo *art déco* é assim caracterizado, por Farias (2018):

O despojo ornamental ou a presença de ornamentação geometrizada é determinante na definição de uma edificação *art déco*, tanto que é a característica principal de reconhecimento dessa produção, mesmo a mais discreta e simplificada. Essa ornamentação geometrizada é importante no resultado plástico dos edifícios, principalmente nas fachadas e no coroamento das edificações. (FARIAS, 2018, p. 132)

A identificação do estilo *art déco* nos edifícios das prefeituras municipais foi evidenciada, pela autora, na sua pesquisa, tomando, como referência, as imagens e as informações da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. A mesma afirma: “O edifício da Prefeitura Municipal representa a própria cidade e a ideia local de modernidade, que resulta, muitas vezes, em várias regiões, na opção pelo *art déco*, conforme registrado em, pelo menos, 316 municípios brasileiros.” (FARIAS, 2018, p. 185). Entre estes exemplares, encontra-se o edifício da Prefeitura Municipal de Patos. Além deste, a autora identifica, em mesmo estilo: o do Ginásio Diocesano Municipal, o da agência do Banco do Brasil S.A., o do Mercado Municipal, os das indústrias Reunidos Produtos IPAL e algumas edificações térreas. Observe-se que muitos deles são registrados pelo IBGE como edificações relevantes na cidade. A presença marcante do estilo arquitetônico *art déco* nas pequenas cidades brasileiras e, também, nas aqui analisadas, é explicada, por Farias (2018), por se tratar de um ornamento, que requer “técnicas de fácil assimilação”, configurando, por isso, uma “modernidade acessível” (FARIAS, 2018, p. 169).



Figuras 5 e 6 – Imagens da cidade de Patos, com edificações em estilo *art déco*: vista da avenida Solon de Lucena, com o edifício da Prefeitura Municipal no primeiro plano e com a torre da Catedral, ao fundo (à esquerda) e casario em estilo *art déco*, em uma rua não identificada de Patos (PB)

Fonte: IBGE10 Fotografia de cartão postal, parte do Acervo dos municípios brasileiros, do IBGE, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>, acessado em 20 fev 2021 ^{10, 11}.

A respeito da história de Cajazeiras, como já mencionado, anteriormente, sua origem também advém de uma propriedade rural, com atividade pecuária. Contudo, a formação do povoado vai se dar, a partir da criação de uma escola, que, em 1843, transforma-se no Colégio Salesiano (IBGE). O antigo povoado se tornou distrito do município de Souza, em 1859, sendo elevado à vila, em 1863, tornando-se município, em 1873, mantendo o nome de Cajazeiras¹².

Segundo o Recenseamento de 1950, a população do município de Cajazeiras contabilizava 30.918 habitantes, dos quais 9.823 eram residentes na cidade. Na década de 1950, a principal atividade econômica do município era a agricultura, particularmente, o cultivo do algodão. É o que registra o IBGE: “a produção algodoeira conta com condições climáticas e geológicas admiráveis, notadamente, para as variedades de fibras longas e resistentes, como o “mocó” e o “mocozinho”, seguindo-se, em importância, o arroz, o milho, o feijão e outros.” (IBGE, 1960, p. 227). No que diz respeito à atividade pecuária, esta se fazia presente, com um número significativo de propriedades com gado bovino, cujos “proprietários limitam-se, apenas, à compra de gado bovino, que, após algum tempo de engorda, é vendido, para o abastecimento local” (Ibid.).

10. 11. Lembrança da visita do governador do 43º Distrito, Alvaro Silva, para a entrega da Carta Constitucional, em 9 de janeiro de 1948, parte do Acervo dos municípios brasileiros, do IBGE, disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>, acessado em 20 fev 2021.

12. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/cajazeiras.pdf>, acessado em 18 fev 2021.

Ainda, de acordo com os registros do IBGE (1960):

Em 1956, a cidade se apresentava com 72 logradouros, dos quais, 34 calçados a paralelepípedos, num total de 77 385 metros quadrados, 24 arborizados e 4 simultaneamente arborizados e ajardinados. Nas zonas urbana e suburbana existiam, em 1956, 3 800 prédios, dois cinemas, três hotéis, três pensões, duas livrarias, duas tipografias, campo de pouso medindo 950 metros x 100 metros e três clubes recreativos. A iluminação pública estendia-se por 65 logradouros e a domiciliária contava 1404 ligações elétricas. (IBGE, 1957, p. 229)

A descrição acima mostra que se tratava de uma pequena cidade, mas já dotada de aparatos técnicos, a exemplo da energia elétrica, na maior parte dos logradouros, dois cinemas, duas livrarias e duas tipografias, o que não era muito comum nas cidades do interior do Nordeste brasileiro, no período citado. Acrescenta-se que a rede comercial se estendia para os estados do Ceará, particularmente, com as cidades de Crato, de Juazeiro e de Fortaleza, além dos dois maiores centros urbanos da Paraíba: Campina Grande e João Pessoa (Figura 7).



Figura 7 – Avenida João Pessoa, em Cajazeiras (PB)

Fonte: IBGE ¹³.

Concordamos com Lucena (2014), a respeito de que o movimento histórico da sociedade comporta demandas de funções urbanas, as quais são socialmente construídas por diferentes agentes sociais. Nesse sentido, a expansão urbana de Patos é condicionada, desde a sua origem, por

13. Título: *Avenida João Pessoa: Município de Cajazeiras*. Acervo de Nilo Bernardes e Tibor Jablonsky, publicado no Acervo dos trabalhos geográficos de campo (IBGE, s.d.), disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>, acessado em 20 fev 2021.

atividades agropecuárias, mas, também, comerciais, iniciadas pela feira de gado, atraindo consumidores de seu entorno.

Outro fato histórico e elemento importante na análise do processo de urbanização das cidades, aqui tratadas, é a presença da linha ferroviária. Tal incremento decorre do fato de ambos os centros terem se constituído locais de passagem no escoamento da produção algodoeira do sertão paraibano aos portos exportadores da Paraíba e do Ceará. Gonçalves (1999) assinala que, no final do século XIX e no início do XX, Patos e Cajazeiras foram cortadas e servidas por eixos ferroviários, implantados pela *Great Western*, companhia de capital inglês, sediada em Recife.

A respeito da implantação das ferrovias no Brasil, sabe-se que esta se deu, em função dos comércios agroexportador e marítimo (QUINTÃO, 2008). Quando as ferrovias chegam às cidades brasileiras, em meados do século XIX, instalam suas estruturas físicas, comumente, nas áreas próximas ao núcleo primaz das cidades, que, posteriormente, na maioria dos casos, torna-se área central. Cria-se, dessa forma, uma relação espacial entre as ferrovias e a estrutura urbana das cidades, que pode ser analisada pela perspectiva da negação do tecido urbano preexistente e/ou da reconciliação, a depender de cada implantação.

O autor Pedro Pinchas Geiger, ao escrever sobre a rede urbana brasileira, elenca alguns elementos, evidenciados no que denomina quadro urbano brasileiro, que se devem à implantação da ferrovia. Entre estes, destaca: o fortalecimento dos portos, a decadência de algumas cidades, situadas distantes da linha férrea, a valorização dos núcleos atingidos pela ferrovia, fator determinante para a criação de novas cidades, e o “estímulo às modificações operadas no interior da estrutura de diversas cidades antigas, atingidas pela ferrovia” (GEIGER, 1963, p. 90).

O maior propósito dos governantes paraibanos era de fato interligar o sertão à cidade de Campina Grande (PB), que, desde 1907, transportava as mercadorias agroexportadoras diretamente para o porto de Recife, através da Ferrovia *Great Western Of Brazil* (MAIA, 2017). Contudo, o planalto da Borborema constituiu uma dificuldade para a concretização deste sonho. Desta forma, a ferrovia chega à cidade de Patos, proveniente do Oeste, mais exatamente, do estado do Ceará, com o prolongamento da Estrada Ferroviária Baturité, que prossegue da estação de Arrojado e, somente em 1944, atinge Patos. Esta via cortava o território paraibano no sentido oeste-leste, passando por Souza, em que, em 1933, encontra-se

com a linha Mossoró-Souza, procedente do Rio Grande do Norte. Mas é somente em 1958, portanto, quando, no Brasil, já se privilegiava o transporte rodoviário, que a linha férrea interliga as duas principais centralidades do interior do território paraibano: Campina Grande e Patos. Neste momento, os quatro estados do Nordeste passam a ser interligados pelos caminhos de ferro: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Assim, de 1944 a 1958, Patos é uma ponta de linha ou ponta de trilho (Figura 8).



Figura 8 – Estação ferroviária de Patos (PB), em 1944

Fonte: sítio <http://www.estacoesferroviarias.com.br/paraiba/patos.htm>, acessado em 20/02/2021

Em Cajazeiras, a estação foi inaugurada em 1926, bem antes da de Patos, pois o ramal provinha do Ceará. Contudo, há notícias de que, desde 1923, houve tráfego provisório na linha. Ou seja, o sertão paraibano é cortado pela via férrea em sentido contrário ao do movimento de urbanização brasileira, que se deu de leste a oeste. Assim, o veículo moderno chega primeiro a Cajazeiras, naquela que era a porta de saída, para, depois, chegar a Patos, que pelos caminhos das boiadas e das ribeiras, era a porta de entrada. (Figuras 9 e 10).

As linhas férreas implantadas nas cidades interioranas do oeste da Paraíba, no apogeu da cotonicultura, segundo Rolim (2010), não, somente, serviram para o escoamento da produção de algodão, mas, também, para ampliar a comunicação entre as cidades do sertão e a capital da Província e com Fortaleza, em especial, a cidade de Cajazeiras. A presença da linha férrea e do seu traçado, interligando cidades, como Campina Grande, Patos e Cajazeiras, foi determinante no processo de reestruturação socioespacial das cidades sertanejas da Paraíba, impulsionando a economia regional e o processo de urbanização.



Figuras 9 e 10 – Estação ferroviária de Cajazeiras (s/d) (à esquerda) e vista parcial da estação e dos trilhos ferroviários da cidade em dia de chuva (s/d) (à direita)

Fonte: sítio <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>, acessado em 20 de fevereiro de 2021.

A esse respeito, a autora em tela afirma que, nas primeiras décadas do século XX, por onde o trem passava, a dinâmica socioeconômica e a vida cotidiana das cidades que tinham estação se modernizava. Era por meio do trem que chegavam os jornais, vindos de Fortaleza e da capital da Província, as correspondências e os rolos de filmes a serem exibidos na cidade de Cajazeiras. Portanto, no âmbito da dinâmica social da cidade, a chegada do trem à estação era um acontecimento que mobilizava a cidade.

Sob o ponto de vista da dinâmica econômica, favorecida por sua localização, no extremo oeste da Paraíba, a estação de Cajazeiras, passagem para o Ceará, passou a ser importante rota algodoeira para esse estado, produção a qual seguia para exportação.

Posteriormente, associados à implantação da linha férrea, os eixos rodoviários igualmente marcaram a conformação territorial do estado da Paraíba, especialmente, a partir dos anos 1930 do século XX. Tomando o relato de Deusdedit Leitão (1999) como referência, Rolim (2010) reconhece que, por volta dessa década:

O comércio já era uma atividade importante, que dinamizava a vida da população local e das cidades vizinhas com as quais os comerciantes cajazeirenses mantinham transações. Entretanto, os grandes negócios do algodão eram feitos com praças mais desenvolvidas, como a capital cearense ou a pernambucana ou ainda com Mossoró, no Rio Grande do Norte. O intercâmbio com a capital do estado de início era dificultado pelas condições de acesso, que só vão melhorar a partir da chegada do trem em 1923 e o melhoramento das estradas de rodagens já na década de 1930. (ROLIM, 2010, p. 68)

Embora os meios de transporte, que serviam à Paraíba, ainda fossem precários, somente a partir da década de 1970, a importância da BR-230 se tornou incontestável, ao cortar o estado de leste a oeste, justo de João Pessoa a Cajazeiras, passando, antes, por Patos. Segundo Maia (1978), a construção da rodovia, entre 1952 e 1972, concorreu favoravelmente para o crescimento de muitas vilas e cidades situadas às suas margens, em meio à circulação de pessoas, de mercadorias e de serviços os mais diversos.

Historicamente, as rodovias também exerceram um papel relevante no processo de expansão territorial intraurbano de ambas as cidades, assim como na estruturação de suas redes urbanas, com maior ou menor capacidade de atuar nas diferentes direções de expansão do tecido daquelas urbis. Como salienta Villaça (2001), na escala intraurbana, os eixos rodoviários, ao cortarem e/ou circundarem as cidades, constituem importantes vetores, para a valorização das terras rurais adjacentes.

Na escala interurbana, a recente ampliação e/ou melhoramento do sistema rodoviário da Paraíba tem contribuído, para um aumento do fluxo de mercadorias, de serviços e de pessoas entre os centros urbanos locais e aqueles, de maior centralidade. A facilidade de acesso constitui um forte atrativo aos diferentes agentes sociais de distintas atividades produtivas – comerciantes (atacadistas e varejistas), empresários da construção civil, da promoção imobiliária, entre outros –, os quais passam a aumentar os seus investimentos no interior do estado. Com isso, cidades como Patos e Cajazeiras dinamizaram os seus setores de serviço e de comércio, ampliando, igualmente, suas regiões de influência, conforme apontam as pesquisas do documento Região de Influência das Cidades 2007 (REGIC 2007), publicadas pelo IBGE, em 2008 (IBGE, 2008), e, mais recentemente, a sua atualização, referente ao ano de 2018 (IBGE, 2020), citada no início deste texto.

Ainda a respeito da situação ou localização das cidades, traz-se um depoimento de um empresário, que ressalta tal atributo, como um elemento importante na dinâmica comercial de Patos:

"O fato de Patos ser uma cidade localizada no meio do estado é bom demais. Daqui se vai facilmente para as cidades vizinhas do Rio Grande do Norte e do Pernambuco. É muito perto desses estados [...]. Patos é muito importante [...] ela é uma cidade de passagem, por aqui se entra para o sertão, essa [Patos] é a entrada do nosso sertão. Podemos dizer que somos a primeira cidade do sertão da

Paraíba, a capital sertaneja [...] também é um polo industrial da nossa região aqui". (relato pessoal de Pedro, empresário do setor imobiliário)¹⁴.

Essa fala é bastante emblemática e manifesta quão representativa é a localização geográfica de Patos, para o seu crescimento econômico. Para o entrevistado, a proximidade com os estados limítrofes e a relativa equidistância entre a capital do estado (cidade de João Pessoa) e o extremo oeste a tornaram mais acessível, desenvolvendo suas atividades comerciais. Nesse sentido, a expressão "capital" denota, pois, a centralidade socioeconômica e política que ela exerce no conjunto das cidades da mesorregião do Sertão Paraibano, formado por oitenta e três municípios.

Verifica-se que, no extremo oeste da Paraíba, a população local tende a evidenciar a localização de Cajazeiras como um fator estratégico para o seu crescimento socioeconômico, especialmente, por se situar próxima a importantes cidades de estados circunvizinhos, como Juazeiro do Norte, no Ceará, e Pau dos Ferros, cidade norte-rio-grandense. De modo metafórico, em contraposição à localização da cidade de Patos como "entrada" do sertão paraibano, Cajazeiras é referida, por sua população local, como a porta de "saída" do estado e, portanto, do sertão, além de ser considerada como cidade "polo". Assim, tanto para Patos como para Cajazeiras se atribui à localização geográfica um papel condicionante do crescimento econômico e da centralidade, exercidas por ambas na rede urbana da Paraíba.

Ora concebidas como "cidades de passagem", ora como "cidades-polo", o que está posto em evidência é o peso que a diversidade de suas atividades comerciais e de serviços exerce sobre o contínuo fluxo de consumidores, que se deslocam, cotidianamente, das cidades, que compõem as suas respectivas áreas de influência urbana. Ademais, outro fator relevante, que deve ser somado à proximidade entre essas cidades, é a importância da implantação das malhas rodoviárias federal e estadual, interligando as cidades sertanejas da Paraíba e estas, aos estados circunvizinhos¹⁵.

De modo geral, esse entendimento sobre a localização geográfica das cidades em tela é recorrente no imaginário social de seus moradores, bem como está presente nas crônicas sobre as cidades.

14. Entrevista concedida a Luciana Medeiros de Araújo, em junho de 2015.

AS REGIÕES INTERMEDIÁRIAS DE PATOS E DE CAJAZEIRAS E SUAS ARTICULAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

As cidades de Patos e de Cajazeiras são indicadas como centros sub-regionais e formam Regiões Geográficas Imediatas, as quais estão inseridas, respectivamente, nas Regiões Intermediárias de Patos e de Sousa-Cajazeiras (IBGE, 2017), com áreas de influência territorial redimensionadas, que extrapolaram os limites definidos por suas antigas microrregiões geográficas. Conforme o IBGE, as “Regiões Geográficas Intermediárias organizam o território, articulando as Regiões Geográficas Imediatas, a partir de um polo de hierarquia superior diferenciado, a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade”¹⁶.

A identificação e a delimitação dos novos desenhos regionais dessas cidades ampliaram a abrangência de suas áreas de influência e de articulação socioeconômica. Significa uma redefinição dos fluxos materiais e imateriais no espaço geográfico, os quais são, cada vez mais, multidirecionais, em função do aumento da dinâmica de oferta e de gestão de serviços e de atividades comerciais, em ambas as cidades.

A Tabela 1 mostra que as duas Regiões Intermediárias abrangem 88 municípios, o que as tornam representativas, em relação ao contingente populacional do estado, 23%, e ao número de municípios, abrangendo quase 40% do total dos entes municipais. Em termos numéricos, significa que, dos 223 municípios paraibanos, 88 estão inseridos na hinterlândia dessas duas regiões geográficas, cuja centralidade envolve uma população de quase 900 mil habitantes.

15. Nos últimos anos, por meio do Programa Caminha da Paraíba, do governo estadual, a malha rodoviária estadual tem sido ampliada e melhorada, com o asfaltamento de antigas estradas de terra, propiciando a interligação de pequenas cidades a centros urbanos mais dinâmicos.

16. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=sobre>, acessado em: ago. 2018.

Tabela 1 – População total e número de municípios nas Regiões Geográficas de Patos e de Cajazeiras-Sousa

Região Geográfica	Região Geográfica Intermediária		Região Geográfica Imediata	
	Municípios	População	Municípios	População
Patos	63	612.504	26	254.204
Cajazeiras-Sousa*	25	283.163	12	146.921
Total	88	895.667	38	401.125

* Os dados da Região Geográfica Imediata são referentes à região de Cajazeiras

Fonte: elaborada por Luciana M. de Araújo, a partir de IBGE (2010; 2017).

Ainda com base na Tabela 1, ressaltamos que as Regiões Geográficas Imediatas dessas duas cidades representam 44% e 43%, respectivamente, do total populacional e dos municípios das Regiões Geográficas Intermediárias, sendo a de Patos a mais ampliada. Em potencial, isso contribui para a consolidação das centralidades de Cajazeiras e de Patos na rede urbana regional, notadamente, do Sertão Paraibano, intensificando o consumo, o fluxo de serviços e de mercadorias para um contingente populacional superior a seiscentos mil habitantes.

Ademais, a baixa complexidade das atividades comerciais e dos serviços básicos (financeiros, logísticos, consultorias, educacionais, etc.) e não básicos (alimentação, pessoais, etc.) nos demais municípios, articulados por aquelas duas regiões geográficas, demandam um deslocamento cotidiano de sua população, o que dinamiza as economias de seus dois centros sub-regionais. Com base no contingente populacional da região geográfica intermediária de Patos, a Associação Comercial de Patos estima que a população flutuante representa um potencial de consumo superior a dois bilhões de reais por ano¹⁷.

Isso repercute na formação de novos espaços de atratividade do capital investido em diferentes setores produtivos e de serviços. Nesse âmbito, ressaltamos a expansão dos ensinos superiores público e privado e a abertura de *shopping center* na cidade, impulsionando a expansão do setor terciário e a reestruturação urbana. O Patos *Shopping* é um empreendimento do Grupo N. Claudino (GNC), vinculado ao Grupo Claudino, com sede no estado do Maranhão. Esse grupo constitui um

17. Disponível em: <https://www.jornaldaparaiba.com.br/economia/regiao-polarizada-por-patos-tem-populacao-flutuante-de-660-mil-pessoas-e-potencial-de-consumo-de-r-22-bilhoes-por-ano.html>, acessado em: maio 2020.

grande conglomerado de empresas, de diferentes ramos: Armazém Paraíba, Colchões Onix, Onix Jeans, Houston, Audax, Frigotil, Teresina *Shopping*, entre outras.

Outro aspecto a ser considerado representativo do crescimento econômico de Patos e de Cajazeiras, em relação ao estado e aos arranjos regionais examinados, diz respeito ao PIB (Produto Interno Bruto). Muito embora fuja ao escopo dessa seção uma análise pormenorizada desse indicador nos municípios integrantes das regiões de articulação em tela, admitimos, com base em Siedenberg (2003, p. 52), que ele ainda constitui um indicador-chave, utilizado como potencial parâmetro na “estratégia das agências e das políticas locais, regionais e nacionais de desenvolvimento”.

Portanto, ao entendermos as limitações e as imperfeições do PIB, como indicativo de desenvolvimento socioeconômico, fitamo-lo como um indicador *proxy* do nível de desempenho econômico de Patos e de Cajazeiras e das suas regiões geográficas. Para os grandes empreendedores, esse indicador serve para evidenciar a crescente importância, por exemplo, que Patos exerce na economia estadual, classificada como a quinta maior do estado. Nesse caso, há uma conotação estratégica, servindo como variável estatística, para reforçar o potencial das duas cidades no contexto regional.

Apesar de suas Regiões Geográficas Intermediárias articularem um grande número de municípios paraibanos, os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB), que, segundo o IBGE (2010), constitui um indicador da capacidade competitiva da economia dos municípios, indicam um cenário de economias minguadas.

A soma desse indicador nos municípios da Região Geográfica Intermediária de Patos não chega a representar 10% do PIB do estado. Por outro lado, ao considerarmos o conjunto das cidades sertanejas, esse percentual se eleva, de forma exponencial, para 64%, um percentual, que, para os especuladores e para os investidores locais e regionais, indica concentração de recursos, o que representa a possibilidade de ampliar a circulação e o consumo de mercadorias, de capitais e de bens entre os municípios articulados às cidades de Patos e de Cajazeiras, fortalecendo as centralidades de ambas. Juntas, essas duas cidades somam mais 50% do total do PIB das duas Regiões Intermediárias. Não obstante, quando analisadas na escala territorial do estado, as desigualdades econômicas se tornam muito discrepantes.

Conforme Nota Técnica publicada pelo IDEME (2017)¹⁸, Patos corresponde ao quinto maior PIB da Paraíba, participando com apenas 2,7%, um dado que evidencia o baixo desempenho das economias interioranas, com exceção de Campina Grande, cujo PIB é o segundo maior do estado, com 13% de participação. Segundo esse documento, Patos apresentou um crescimento nominal de 10% entre os anos de 2016 e 2017. Com uma economia estruturada pelo setor de serviços, o qual representa mais de 89% do valor adicional, as principais atividades comerciais, que impulsionaram o aumento do PIB, estão ligadas aos serviços de administração, de defesa, de educação e de saúde pública e seguridade social, ao comércio, à manutenção e reparação de veículos automotores e de motocicletas e às atividades imobiliárias (IDEME, 2017).

Quanto aos aspectos demográficos, desde os anos de 1970, Patos e Cajazeiras apresentam uma população urbana superior à população rural, mantendo, desde então, um aumento contínuo de pessoas, residindo na cidade, totalizando, ambas, cerca de 145 mil habitantes (IBGE, 2010). Conforme podemos fitar na Tabela 2, isso garante aos dois municípios altas taxas de urbanização, especialmente, em Patos, com 96% da população urbana. Em ambas, a média dessa taxa é bastante superior à do Sertão Paraibano, que é de 66,34%.

A análise qualitativa da Tabela 2 permite inferir que a migração campo-cidade já se evidenciava, nos anos de 1970. Porém, a maior intensidade desse processo migratório, em ambos os municípios, teve início, especialmente, entre os anos de 1980 e 1991. Nessas décadas, notadamente, em Patos, as taxas de redução da população rural atingem índices expressivos, chegando a uma perda de 25% de sua população residente no campo. Nesse município, entre as décadas de 1970 e 2010, a população rural diminuiu 46%. Diferentemente de Cajazeiras, cujo êxodo rural se manteve, de modo mais constante, mas ainda com índices elevados, com uma redução de 34% no intervalo assinalado.

A dinâmica populacional representada na tabela acima está fortemente relacionada à desestruturação das principais atividades econômicas do Sertão Paraibano, a partir do período em tela, em especial, das duas últimas décadas do século XX. Com o declínio da produção algodoeira e da pecuária, base da economia do semiárido paraibano, acentua-se a migração campo-cidade.

18. Disponível em: http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib/nota-tecnica_pib-dos-municipios-da-paraiba-2013.pdf, acessado em: set. 2016.

Tabela 2 – População Total e Taxa de Crescimento por Situação do Domicílio, em Cajazeiras e em Patos entre 1970 e 2010

Município	Situação do Domicílio	Ano / Taxa de crescimento								Taxa de Urbanização (2010)	
		1970	1980	% (1970-1980)	1991	% (1980-1991)	2000	% (1991-2000)	2010		% (2000-2010)
Cajazeiras	Total	41.693	46.448	11,40	51.273	10,38	54.715	6,71	58.446	6,81	81,27%
	Urbana	24.935	31.566	26,59	38.329	21,42	41.964	9,48	47.501	13,19	
	Rural	16.758	14.882	-11,19	12.944	-13,02	12.751	-1,49	10.945	-14,16	
Patos	Total	46.414	65.162	40,39	81.298	24,76	91.761	12,86	100.674	9,71	96,62%
	Urbana	40.094	58.992	47,13	76.708	30,03	87.949	14,65	97.278	10,60	
	Rural	6.320	6.170	-2,37	4.590	-25,60	3.812	-16,94	3.396	-10,91	

Fonte: elaborada por Araújo (2017), a partir de censos demográficos do IBGE

Segundo Moreira e Targino (2000), a partir dos anos 1990, a Paraíba registrou grande êxodo rural, o qual ocorreu, de modo mais expressivo, nas regiões de clima semiárido. Para os autores, o exame da relação êxodo estimado/população rural indicou uma maior intensidade migratória campo-cidade no Sertão Paraibano, atingindo 23% da população rural, a partir daquela década. Entre os fatores explicativos do esvaziamento do campo, os autores apontam a desestruturação e a desmonetização do sistema gado-algodão e das relações de trabalho.

A praga do bicudo, iniciada nos anos 1980, a falta de políticas de incentivos fiscais e de créditos e os prolongados períodos de seca, como o de 1993, que atingiu a todo o Semiárido paraibano, desencadearam a crise da pecuária regional. Ambas as crises desestruturaram as relações de produção, baseadas no arrendamento e nas parcerias, contribuindo para acelerar a migração campo-cidade.

Como reforçam os autores, a cotonicultura complementava a atividade pecuária dos produtores rurais e constituía grande parte da renda familiar das camadas mais pobres da população, cuja mão de obra era absorvida nos períodos de colheita. Aliás, por um longo período, como já mencionado, a cultura do algodão movimentou a economia paraibana, contribuindo para a formação da receita do estado.

Todavia, vale abirmos um parêntese, para ressaltar, com base em Farias (2012), que a inflexão, que sentencia o declínio definitivo da produção algodoeira na Paraíba, tem, como fundo explicativo, a competitividade capitalista das forças produtivas e as mudanças nos processos de seletividade e de marginalidade espaciais da divisão territorial do trabalho, em escalas internacional e nacional. Associado a isso, "a combinação de fatores tecnológicos, econômicos, políticos e sociais corroborou o resultado desprezível das tentativas de melhoria do algodão produzido no Nordeste, na década de 1930." (ibid., p. 26).

Em síntese, para o autor, o discurso determinista da seca e da praga do bicudo responde melhor pela marginalização do Sertão Paraibano na divisão territorial internacional e nacional da cotonicultura.

A falência da cotonicultura na Paraíba ocorre no contexto da globalização neoliberal e da maior abertura comercial, eventos que forçaram a recomposição da divisão territorial do algodão, imposta pela reestruturação produtiva do setor, na década de 1990. O resultado é o surgimento de novas regiões cotonicultoras, a exemplo do Centro-Oeste, e o aniquilamento definitivo dessa atividade no estado paraibano. Por conseguinte, essa desestruturação do sistema produtivo, baseado na cotonicultura e na pecuária, contribuiu diretamente para a aceleração do crescimento da população urbana, cuja migração campo-cidade foi o fator de maior relevância.

Como observamos na Tabela 2, o ritmo de crescimento da população total nos dois municípios começou a declinar, a partir dos anos 1980, mantendo-se constante, até o último censo, em 2010, com índice abaixo de 10%. No tocante ao crescimento da população urbana, notamos que houve uma transferência da população rural para a cidade em proporções equivalentes, particularmente, em Patos.

Baseando-se em dados da Associação Comercial de Patos, um entrevistado especula que, somando-se os fluxos semanais de população flutuante, o contingente populacional da cidade chega a mais de 130 mil habitantes, incluindo-se "*a estada dos estudantes, que fixam moradia, durante o curso. A tendência é de que essa população flutuante aumente, quando o shopping começar a funcionar.*" (relato pessoal de entrevistado)¹⁹.

19. Entrevista concedida à Luciana Medeiros de Araújo, em fevereiro de 2015 (ARAÚJO, 2017, p. 98).

Ainda como justificativa para o fluxo da população flutuante, a expansão e a sofisticação das atividades comerciais de ambas as cidades podem ser expressas pela abertura de empresas de distintos tipos e portes, como as Lojas Americanas ou as concessionárias da Fiat, da Renault e da Ford, além de franquias, dentre as quais destacamos: Subway, Bob's, CCAA, Localiza, Boticário e Cacau Show. Além dessas, são muitas as filiais de empresas, com sede em João Pessoa, em Campina Grande e em Recife.

Como nos lembra Sposito (2007, p. 55), muitas dessas empresas atuavam apenas nas metrópoles e nas capitais dos estados, e "a ampliação de seus serviços teve, como um de seus focos, as cidades menores, capazes de polarizar mercados consumidores regionais". Neste sentido, Patos e Cajazeiras apresentam os atributos necessários à reprodução e à acumulação do capital de tais empresas, por polarizar um grande número de cidades.

É verdade, como nos adverte a autora, que a abertura desse tipo de empresa promove conflitos de interesses e, de outro modo, dá ensejo a alianças entre empresários e políticos locais. Elas imprimem novas formas de consumo e de estruturação urbana, como temos observado nas cidades estudadas. No processo de crescimento econômico, essas alianças são tomadas como determinantes, conforme manifestou um empresário do setor imobiliário de Patos.

"A história da nossa cidade tem dois momentos: um antes da FIP [Faculdades Integradas de Patos] e o outro, depois dela. Antes da FIP a cidade só tinha um comércio de varejo pobre, 'acanhado', com a abertura dessa faculdade, antes conhecida como 'Chiquinha' [referindo-se a Fundação Francisco Mascarenhas, antigo nome da FIP], o comércio se modernizou. [...] o público jovem, universitário, contribui para essa modernização. [...] aumentou a procura de imóveis para alugar e para comprar. A cidade cresceu e se modernizou mais. E vai crescer ainda mais, porque tem quem gente [empresários de fora] interessada em investir aqui." (relato pessoal de empresário do setor imobiliário)²⁰.

Essa fala é emblemática, não, somente, porque reproduz um pensamento comum entre os empresários locais do setor imobiliário, que acompanharam o crescimento da cidade, mas, também, porque corrobora a importância da expansão do ensino superior nos processos de expansão urbana, de desenvolvimento dos serviços e do aumento da demanda por

20. Entrevista concedida a Luciana Medeiros de Araújo, em fevereiro de 2015.

imóveis. Isso repercutirá sobre os novos postos de trabalho, bem como sobre a produção e sobre o consumo de bens e de serviços na cidade.

EXPANSÃO URBANA E DINÂMICA IMOBILIÁRIA NO SÉCULO XXI

No século XXI, constata-se a celeridade do processo de expansão urbana extensiva nas cidades interioranas de porte médio do país (ARAÚJO, 2017), revelando uma produção do espaço urbano e da cidade cada vez mais articulada à lógica da urbanização e da acumulação capitalista. Essa lógica é orientada pela massificação da produção e da venda de lotes urbanos e de habitações, postos no mercado imobiliário como mercadorias, que demandam, de seus agentes produtores, uma redução do seu tempo de produção, com vistas a aumentar a circulação e a transformação do capital investido.

Ao pesquisar as cidades aqui tratadas, Araújo constata que a mobilidade do capital se dá, de forma latente, pelos pequenos e pelos médios empresários locais de setores variados da economia: comerciantes varejistas, pequenos industriais, profissionais liberais, que investem parcelas do seu capital no setor da construção civil e no setor imobiliário, de forma mais ampla. A autora cita, ainda, o papel dos proprietários fundiários nesta dinâmica, ao parcelarem glebas de terras rurais, transformando-as em urbanas e, ainda, em alguns casos, construindo habitações, para comercializá-las. A mesma complementa:

[...] a recente expansão territorial das cidades pesquisadas resulta da transformação de glebas rurais periurbanas em loteamentos residenciais. Grande parte dessas transformações são sustentadas pelo aporte financeiro, empreendido a partir da mobilidade do capital local e não local para o setor imobiliário e, por conseguinte, da articulação entre os diferentes promotores imobiliários, muitos dos quais não tem suas atividades econômicas principais vinculadas, originalmente, a esse setor. Na esteira dessas transformações, Patos e Cajazeiras vivenciam um processo de massificação da produção de habitação de mercado, que, de um lado, dinamiza o setor imobiliário e a economia local, mas, de outro, amplia os problemas urbanos já existentes [...]. (ARAÚJO, 2017, p. 157-158)

O impulso dado à produção imobiliária se dá, sobretudo, a partir do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), como em muitas cidades brasileiras, conforme demonstrado por diversos estudos ²¹. Há que se ressaltar que, nas cidades de menor porte, o impacto desta política se torna mais

latente, dada a dimensão e a dinâmica urbana destas.

A título de ilustração, trazem-se alguns dos resultados da pesquisa realizada por Araújo (2017). Com base em dados fornecidos pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba (CREA), além das informações fornecidas pelas prefeituras municipais, a autora registra um total de alvarás liberados para 19.849 ARTs e para uma média de 2.835 construções por ano nas duas cidades, de 2009 a 2015. Este número, se comparado com o de 2008, mostra o vertiginoso crescimento, após a implantação do PMCMV, em 2009.

A Tabela 3 mostra o total de ARTs e de unidades habitacionais contratadas pelo PMCMV nas diferentes faixas do programa.

Tabela 3 – Total de emissão de Anotações Responsabilidade Técnica (ARTs) e total de unidades habitacionais contratadas pelo PMCMV nas faixas 2 e 3, em Cajazeiras e em Patos, de 2009 a 2015.

Ano	Cajazeiras			Patos		
	ARTs Emitidas/ CREA	Unid. Hab. Produzidas/ PMCMV	Produção PMCMV* (%)	ARTs Emitidas/ CREA	Unid. Hab. Produzidas/ PMCMV	Produção PMCMV* (%)
2009	177	18	10,1	107	30	28,0
2010	282	122	43,2	187	129	68,9
2011	379	202	53,2	202	207	102,4
2012	326	202	61,9	398	183	45,9
2013	370	283	76,4	460	338	73,4
2014	599	378	63,1	366	399	109,0
2015	575	430	74,7	390	471	120,7
Total	2.708	1.635	60,3	2.110	1.757	83,2

* Percentual da produção de habitação, em relação ao total de ARTs emitidas pelo CREA/PB

Fonte: elaborada por Luciana M. Araújo, a partir de CREA/PB e SNH/MCIDADES

É possível verificar que, a partir de 2010, tanto em Patos como em Cajazeiras, o percentual de crescimento do número de habitações

21. Cita-se: Maricato (2010; 2014), Shimbo (2010), Cardoso *et al.*, 2016, e, mais recentemente, os vários capítulos da obra organizada por Maia e Marafon (2020).

construídas é superior a 250%. Em Patos, 83% das habitações construídas decorreram de contratações pelo PMCMV e, em Cajazeiras, este percentual foi de 60%. Assim, afirma-se que, em ambas as cidades, a expansão do seu tecido urbano, bem como a dinâmica da produção do espaço, é fortemente impulsionada pelo PMCMV, a partir de 2009 (figuras 11 e 12).



Figura 11 – Conjunto Habitacional Itatiunga, em Patos

Fonte: sítio da Associação dos Moradores do Residencial Edimilson Fernandes Mota (AMREMF), do Conjunto Itatiunga, disponível em: <https://www.facebook.com/AMCREFM/photos/822817178054774>, acessado em 28 de fevereiro de 2021



Figura 12 – Residencial Cajazeiras II

Fonte: sítio Coisas de Cajazeiras, disponível em: <https://coisasdecajazeiras.com.br/noticias/prefeitura-de-cajazeiras-entrega-300-apartamentos-residencial-cajazeiras-ii/>, acessado em 28 de fevereiro de 2021

Todavia, tal expansão não foi acompanhada por um planejamento urbano eficaz, considerando a possibilidade de um futuro adensamento populacional e de edificações e o aumento do número de abertura de novas ruas e quadras, em decorrência dos novos loteamentos, pois, com base na pesquisa de Araújo (2017), foram abertas mais de 640 quadras e

ruas em Cajazeiras e este montante se aproxima de 1.000 novas ruas e quadras em Patos. Tal escalada vertiginosa demanda a ampliação da rede de serviços de consumo coletivo, como água, energia e esgotamento sanitário, bem como a instalação de escolas, de postos de saúde e de locais de lazer e cultura (figuras 13 e 14).



Figuras 13 e 14 – Loteamento e conjunto habitacional em Patos (à esquerda) e Loteamento Luar de Cajazeiras em Cajazeiras (à direita)

Fonte: acervo das autoras (imagem da esquerda) e sítio da empresa Colorado, em: <http://coloradoempreendimentos.com/site/colo/pt/loteamentos/paraiba/cajazeiras-pb-loteamento-luar-de-cajazeiras.php>, acessado em 28 de fevereiro de 2020 (imagem da direita)

Assim, ratificamos a assertiva da autora de que os ainda recentes processos urbanos de parcelamento do solo e de expansão territorial da cidade reproduzem o *modus operandi* da sociedade capitalista periférica de diferentes momentos históricos, reforçando a fragmentação e as desigualdades socioespaciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades do Semiárido da Paraíba apresentam algumas características muito próprias do processo de urbanização brasileiro e, em especial, do interior do território da Região Nordeste. Processo, este, entendido desde a fundação dos povoados e das vilas, uma vez que a sua criação está diretamente associada à atividade pecuária, à doação de terras, pelas famílias, para a Igreja, para a fundação de capelas, impulsionando a fixação, em terras semiáridas, de um pequeno aglomerado de pessoas, espaço que, posteriormente, se efetivará, enquanto vila e cidade.

Certamente, não se pode esquecer de que tais processos decorrem de uma política, que teve, como propósito, obter o domínio do território. Tais similaridades se revelam na sua história e também se mostram na expansão da cidade e na dinâmica econômica, cujos ápices correspondem ao momento da alta produção da cultura algodoeira. O capital acumulado é investido nas cidades, nas construções de residências pertencentes à elite local, com portes maiores e com arquitetura moderna, como, também, na edificação dos prédios públicos, como o da sede das prefeituras municipais, os mercados públicos, os cinemas, o ajardinamento das praças, etc.

Vale destacar, ainda, que o meio físico natural interfere na conformação das cidades, em especial, na sua morfologia. No caso das cidades do Semiárido, há que se destacar a fixação do primeiro nucleamento nas proximidades de um reservatório de água, mesmo, de condição intermitente, como, também, a forte imbricação com a atividade pecuária, que permanece, até os dias atuais, nas zonas rurais dos municípios.

As dinâmicas econômica e urbana dessas cidades – particularmente, das cidades de Patos e de Cajazeiras –, correspondem a essas características, como, também, denotam a importância das feiras livres e de gado na consolidação destes centros, que, hoje, exercem importante papel na rede urbana paraibana. As duas foram ainda tratadas, aqui, como portas de entrada ou de passagem (Patos) e de saída (Cajazeiras), considerando-se o território paraibano e a clássica denominação de boca de sertão, apresentada por Azevedo (1957).

Procuramos, neste texto, trazer informações sobre o processo de urbanização no Semiárido paraibano, a partir destas duas realidades. Para além da sua história, intencionamos mostrar a dinâmica mais recente, responsável pela expansão dos seus tecidos urbanos. Tais processos não podem ser entendidos de forma isolada, pois têm, como premissa, a compreensão do urbano e da urbanização, com base na tríade metodológica universal, particular e singular. Assim, mesmo que de forma muito pontual e resumida, fez-se menção ao universal e se tratou mais demoradamente das particularidades destas cidades, com suas características comuns e com suas singularidades. Entendemos que é somente a partir deste exercício que se podem compreender as razões dos avanços, dos recuos, das estagnações da expansão urbana, bem como

as desigualdades socioespaciais, resultantes destes movimentos de mudança.

Mais recentemente, tais cidades, assim como grande parte das cidades do território brasileiro, tiveram um grande impulso, com a política governamental, não, só, econômica, mas, especialmente, habitacional, que culmina com o Programa Minha Casa Minha Vida (2009-2020). Tais políticas resultaram em um impulso na expansão do tecido urbano, transformando muitas parcelas rurais em urbanas, loteando e fragmentando grandes porções de terras. Desta forma, apesar de algumas diferenças, no que se refere ao montante de construções e de capital empregado na construção civil, bem como das empresas, que atuaram em cada cidade, há muitas similaridades nos processos, resguardadas as diferenças locais. Desta forma, o capítulo permite que se tenha uma noção do processo de urbanização no Semiárido paraibano, considerando o recorte eleito, ou seja, as cidades de Patos, na Depressão Sertaneja, e de Cajazeiras, na Bacia Sedimentar do Rio do Peixe.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manoel C. de. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial (Ensaio de Geografia Humana retrospectiva). *In: Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo: AGB, 1957. Vol. IX, tomo I, 1954-1955.

BARBOSA, Adauto G. **Exclusivismo socioespacial na Região Metropolitana do Recife**: produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços Reserva do Paiva. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

CARDOSO, A. L. *et al.* **22 anos de política habitacional no Brasil**: da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

CARVALHO, Maria G. F. **Estado da Paraíba, classificação geomorfológica**. João Pessoa: Ed. UFPB, 1982.

CARVALHO, Maria G. F. *et al.* Clima, Vegetação e Solo. *In: Atlas Espaço Geo-Histórico e Cultural da Paraíba*. João Pessoa: Graset, 2002. p. 33-38.

CAVALCANTE, Vilma L. U. **A Centralidade da Cidade de Patos - PB**: um estudo a partir de arranjos espaciais. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal

da Paraíba, João Pessoa, 2008.

CORRÊA, Roberto L. Posição geográfica de cidades. **Cidades**, Presidente Prudente: GEU, v. 1, n. 2, p. 317-323, jul./dez. 2004.

DELFANTE, Charles; PELLETIER, Jean. **Cidades e urbanismo no mundo**. [s.l.]: Instituto Piaget, 2000.

FARIAS, Paulo S. C. A saga de duas regiões do fazer: as seletividades e as marginalidades do Agreste e do Sertão Paraibanos nas divisões territoriais internacional e nacional da produção do algodão. **Geotemas**, Pau dos Ferros, v. 2, n. 1, p. 17-36, jan./jun. 2012.

FARIAS, Paulo S. C.; COSTA, Antônio A. As rugosidades do comércio algodoeiro no espaço urbano atual de Campina Grande-PB. **Revista GeoSertões (Unageo/CFP-UFCG)**, v. 2, n. 4, jul./dez. 2017.

FERNANDES, Flávio S. **Na Rota do Tempo**: datas, fatos e curiosidades da história de Patos. João Pessoa: Imprell, 2003.

GEIGER, Pedro P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: INEP/MEC, 1963. (Coleção O Brasil Urbana, n. 1)

GEORGE, Pierre. **Geografia urbana**. São Paulo: Difel, 1983.

GONÇALVES, R. C. Questão Urbana na História da Paraíba. *In*: GONÇALVES, R. C. *et al.* **A Questão Urbana na Paraíba**. João Pessoa: UFPB/NDHIR, 1999.

HARVEY, D. Notas hacia una teoría del desarrollo geográfico desigual. *In*: DI CIONE, Vicente. (ed.). **GeoBaires, cuadernos de Geografía. Apuntes de geografía y ciencias sociales. Teorías contemporâneas de la Geografía**. [s.l.]: UBA-FFyL, maio 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Regiões de Influência das Cidades – informações de deslocamentos para comércio**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. (Volume Especial, Notas Técnicas)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil. Regiões Geográficas**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/divisao-regional/15778-divisoes-regionais-do-brasil.html?=&t=sobre>. Acesso em: 17 ago 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960. (Volume XII)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **REGIC. Região de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>. Acesso em: 19 ago 2009.

PARAÍBA. Governo do Estado da Paraíba. Instituto de Desenvolvimento Municipal e Estadual. IDEME e IBGE divulgam PIB dos municípios paraibanos - Ano 2013. Nota Técnica. Disponível em: http://ideme.pb.gov.br/servicos/pib/nota-tecnica_pib-dos-municipios-da-paraiba-2013.pdf. Acesso em: 03 set 2016.

LUCENA, Wilma G. **A produção do espaço urbano da cidade de Patos/PB**: do BNH ao Programa Minha Casa, Minha Vida. 2014. Dissertação (Mestrado) – UFPB, João Pessoa, 2014.

MAIA, Doralice S.; MARAFON, Gláucio J. **O Programa Minha Casa Minha Vida**: habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2020.

MAIA, Doralice S. A ferrovia nas cidades bocas de sertão. **Terra Brasilis (Nova Série) [online]**, v. 8, 2017. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.2160>. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/2160>. Acesso em: 9 fev 2021.

MAIA, Sabiniano. **Caminhos da Paraíba, 1500-1978**: história do DNER-PB. João Pessoa: União, 1978.

MARICATO, Ermínia. O “Minha Casa” é um avanço, mas segregação urbana fica intocada. **Carta Maior**, maio 2009. Disponível em <http://cartamaior.com.br>. Acesso em: 17 mar 2010.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 186 p.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. **Revista Cidades**, v. 1, n. 2, 2004.

MOREIRA, Emília R.; TARGINO, Ivan. Êxodo Rural na Paraíba: Análise do Período 1991/96. In: SANTOS, Taís F. **Dinâmica Populacional das Regiões Norte e Nordeste. Questões Atuais e Emergentes**. Recife: FJN; Massangana, 2000. p. 83-105.

PATOS EM REVISTA. **[Várias páginas]**. Disponível em: http://www.patosemrevista.com/?page_id=4. Acesso em: jun. 2016.

QUINTÃO, Leandro C. **A Interiorização da Capital pela Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo**. 2008. Dissertação (Mestrado) – UFES, Vitória, 2008.

ROLIM, Eliana S. **Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras PB**: memória, políticas

públicas e educação patrimonial. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SHIMBO, Lúcia Z. **Habitação Social, Habitação de Mercado**: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. Tese (Doutorado) – USP, São Carlos, 2010.

SIEDENBERG, Dieter R. Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico: uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 1, n. 1, p. 45-71, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/67/24>. Acesso em: jul. 2014.

SILVA NETO, Alvinio P. **Planejamento urbano e crescimento do Município de Cajazeiras-PB de 1980 até 2015**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2015.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SPOSITO, Maria E. B. A Produção do Espaço Urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: CARLOS, Ana F. A.; SPOSITO, Maria E. B. **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. [s.l.]: Contexto, 2011. p. 123-145.

SPOSITO, Maria E. B. *et al.* O Estudo das Cidades Médias Brasileiras: uma Proposta Metodológica. *In*: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Cidades Médias. Espaços em Transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-67.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

GEOPATRIMÔNIO E GEOTURISMO URBANOS: CASO DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA, PARAÍBA

Luciano Schaefer Pereira

Lúcio Cunha

PODE O GEOPATRIMÔNIO SER URBANO?

O Geopatrimônio é todo o bem natural abiótico, renovável ou não, que é representativo da geodiversidade e que merece atenção e medidas de proteção particulares, por possuir relevante interesse do ponto de vista científico, educativo, econômico ou cultural (Pereira, 2019). Os elementos da geodiversidade referidos são as estruturas geológicas em afloramento (*in situ*) ou em parte recolhidas (*ex situ*), que refletem a história do planeta (rochas, fósseis, minerais, sequências estratigráficas, minérios, etc.), as formas de relevo atuais (seus depósitos correlativos e processos associados, bem como a geoarqueologia, numa mistura de elementos geomorfológicos e culturais (Rodrigues e Fonseca, 2008; Cunha, 2013; Pereira, 2019), os recursos hídricos (superficiais e subsuperficiais), bem como os solos. Assim, o Geopatrimônio pode ser dividido em Patrimônio Geológico, Geomorfológico, Hidrológico e Pedológico.

As formas de relevo são os elementos da paisagem mais estruturantes para a sua imagem, e normalmente os primeiros e os mais fáceis de serem percebidas pelo observador, tornando delas dependentes outros componentes da paisagem (Almeida, 1997). No caso das cidades, os elementos geomorfológicos, condicionam os sítios de edificação,

ajudam a compreender as relações da cidade com o seu entorno e justificam muito do que é a sua evolução histórica.

Por seu turno, as rochas possuem minerais, texturas e estruturas que possibilitam contar a história do Planeta, além de serem fontes de informação sobre o passado tecnológico, social e econômico de povos que utilizavam esses georrecursos na edificação das construções (Stern *et al.*, 2006). Os recursos hídricos, particularmente os rios, mas também as águas subterrâneas e as fontes que as fazem chegar à superfície, bem como os recursos pedológicos são outros elementos geopatrimoniais que são condicionadores do assentamento e expansão urbana e, como tal, também constituem motivo de apreciação pela comunidade científica das Ciências da Terra.

Normalmente, quando pensamos em geodiversidade e nos seus elementos mais significativos, os que constituem o Geopatrimônio, pensamos normalmente em espaços rurais, livres e abertos, em serras e vales em que a observação da Natureza e a sua fruição no plano cultural são mais fáceis. Quando pensamos em Patrimônio Geomorfológico, pensamos também em espaços fortemente dinâmicos, como as linhas de costa e as montanhas (Cunha, 2013). No entanto, também nas cidades, o geopatrimônio tem um papel fundamental na compreensão e na fruição da Natureza abiótica do ponto de vista cultural.

A importância e influência do Geopatrimônio em áreas urbanas tem sido grandemente discutida por vários autores ao longo do tempo (Carrilo e Gisbert, 1993; Thornbush e Allen, 2018). O Geopatrimônio fascina e atrai, e o valor estético é um condicionante de peso para os seus habitantes ou para os visitantes, seja uma edificação de um Centro Histórico, por exemplo, o frontispício secular de uma fonte, ou o pôr-do-sol sobre uma toalha de água em uma elevação que serviu como substrato físico para a edificação da cidade e que está relacionada com um acidente tectônico.

As formas de relevo (incluindo as antropogênicas) permitem a interpretação da memória da paisagem urbana em relação ao desenvolvimento histórico e trazem evidência das mudanças na paisagem e no uso da terra (Kubalíková *et al.*, 2020). Ademais, o Geopatrimônio no interior das áreas urbanas está intrinsecamente ligado ao Patrimônio Histórico-Cultural, na forma da cultura, arquitetura, história e paisagismo, oferecendo, assim, numerosos serviços culturais.

Por fim, locais de interesse geopatrimonial têm, em regra, alto

potencial para lazer, turismo e educação, propiciando a prática do geoturismo urbano. A promoção do entendimento da leitura da paisagem, da interpretação do modo como se deu o estabelecimento da cidade no seu substrato físico, a ocupação do espaço urbano e os desafios impostos pelo meio natural para a sua evolução, permitem entender melhor a cidade no seu todo. Por isso, o geoturismo urbano torna-se um complemento dos roteiros turísticos urbanos e culturais já consolidados, normalmente nos Centros Históricos das principais cidades, assim como dos roteiros de Turismo Balnear Litoral, nos casos em que isso se proporciona, através do acréscimo das novas informações relacionadas com a importância da geologia, geomorfologia, hidrologia e pedologia para o urbanismo, no seu sentido mais amplo.

GEOTURISMO COMO COMPLEMENTARIDADE DO TURISMO CULTURAL: TURISMO DE NICHO A COMPLEMENTAR O TURISMO DE MASSAS

João Pessoa e o litoral paraibano, em especial o litoral sul, por natureza, são fortes destinos turísticos de 'sol e mar'. Somados ao fato de se tratar de uma paisagem belíssima, que entrelaça elementos naturais e uma histórica riquíssima, cujos primórdios estão vinculados diretamente a este Geopatrimônio, torna-se necessário acrescentar e interligar natureza, história e cultura ao turismo já instituído, pois assim fundamenta-se o conhecimento ambiental, fortalecem-se os laços históricos entre natureza e sociedade e incrementa-se a economia local.

A superfície terrestre possui uma gama de geossistemas com diferentes características e funções: geossistemas naturais e humanizados, organizados e planejados ou espontâneos, vividos ou percebidos e sentidos, conservados ou degradados, objetos que são indissociáveis uns dos outros, ainda que todos se configurem em categorias ou objetos de análise de uma Geografia moderna. São lugares, espaços, territórios, paisagens e regiões, inseridos no meio natural ou antropizado, rural ou urbano, mas sempre com maior ou menor influência do ser humano. Mas, são, também, espaços de lazer e de turismo, pois a turistificação do território é um fenômeno global, onde as fronteiras são retiradas e seus limites ultrapassados (Wainberg, 2003). Se os turistas viajam para um determinado lugar para conhecê-lo, vivê-lo e fruí-lo, é indiscutível que há uma relação estreita entre a Geografia e os estudos do território e das paisagens e o Turismo. Assim, a diferenciação geográfica de lugares e

regiões, com seus respectivos climas, paisagens, biodiversidade, sociedades e patrimônios (Coriolano e Silva, 2005), onde o entendimento das atividades turísticas e suas relações com o meio ambiente extrapolam para outras áreas de ensino, nomeadamente das Ciências Sociais e Económicas para as Ciências Naturais, nomeadamente para as Biociências e as Geociências, produzindo um forte entrelaçamento dos elementos culturais-sociais-históricos aos elementos naturais e, particularmente, aos elementos naturais abióticos, suporte primário de vida, de sociedades e de culturas.

Muitos turistas visitam lugares atraídos apenas pela singularidade do meio natural. Pode ser uma caminhada em trilhas no interior da Mata Atlântica ou da Amazônia, no Brasil, um passeio de jipe em uma savana no Parque Nacional do Kilimanjaro, na Tanzânia, ou um trajeto de barco no carso do Rio Li, na China, apenas para citar alguns exemplos do fascínio que o Patrimônio Natural e a sua tradução direta e indireta na paisagem exerce sobre as pessoas. Mas, nesses mesmos passeios, o turista pode, respectivamente, se deslumbrar com uma cachoeira entre as árvores, a visão grandiosa do estratovulcão Kilimanjaro ou o sossego das águas fluviais ao pôr-do-sol. Assim, o Geopatrimônio para além de ensinar, fascina e atrai, se tornando o valor estético um condicionante de peso na atividade geoturística.

Em um ambiente urbano não é diferente! Ao visitar uma edificação do Centro Histórico de uma cidade, o turista pode se fascinar por obras de cantaria ou estatuária executadas com maestria em calcários que servem de detalhe em um monumento. Ou seja, um georecurso usado na obra, o calcário, que faz parte da geodiversidade *ex situ*, está sendo objeto de admiração por parte do turista, enquanto a cantaria requer uma técnica associada à cultura de épocas distintas de execução, portanto podendo pertencer ao Patrimônio Cultural local.

Dos quatro tipos de elementos geopatrimoniais referidos, o que possui o maior poder de motivação nas atividades turísticas, justamente pela comum espetacularidade que pode imprimir às paisagens, é o patrimônio geomorfológico. No entanto, se o uso turístico das paisagens se potencializa nos geomorfossítios, os demais tipos de sítios também possuem grande poder motivador das atividades turísticas, principalmente no interior dos geoparques, como um belíssimo afloramento rochoso, um didático corte de solo ou uma exurgência em um carste. É nesses sítios que as feições culturais e/ou históricas podem estar presentes,

incrementando a valorização do geopatrimônio, a exemplo de um assentamento urbano no alto de uma serra ou de pinturas rupestres no interior de uma caverna.

A esse tipo de turismo, que combina bens turísticos, serviços e infraestruturas, de modo a promover o geopatrimônio de uma determinada área, visando sua geoconservação, e combinando-o com outras porções do patrimônio natural e cultural dá-se o nome de Geoturismo (Declaração de Arouca, 2011; Neto et al., 2020). O apelo cênico tem um papel fundamental na motivação geoturística, portanto quanto maior a diversidade das formas de relevo, quanto mais coloridas, mais grandiosas e espetaculares, maior o seu potencial geoturístico. Cunha (2013) enfatiza que a dinâmica geomorfológica em zonas costeiras e montanhosas faz com que essas regiões possuam mais elementos patrimoniais do ponto de vista geomorfológico. Assim, se o patrimônio abiótico tem o papel crucial de contar a história recente da evolução do Planeta, as atividades turísticas acabam servindo como ferramenta de divulgação desse geopatrimônio.

Compete ao professor da Faculdade de Lazer e Turismo da Buckinghamshire College, Dr. Thomas Hose, introduzir, em 1995, o conceito de geoturismo na literatura como sendo “o fornecimento de facilidades interpretativas e de serviços que possibilitem aos turistas adquirir conhecimento e entendimento da geologia e geomorfologia de um sítio (incluindo sua contribuição para o desenvolvimento das Ciências da Terra), além do nível de mera apreciação estética” (Hose, 1995, p. 17, tradução livre).

A introdução da definição do ‘geoturismo’ acabou por nortear dois grandes posicionamentos acerca da temática na comunidade acadêmica: uma visão mais restrita, como a de Hose (1995), onde na maioria das vezes o prefixo ‘*geo*’ era sinônimo de geológico ou, no máximo, geomorfológico, associando ou mesmo restringindo essa atividade a zonas naturais/rurais, como os geoparques e excluindo as zonas urbanas (e.g. Newsome e Dowling, 2006; Ruchkys, 2007; Moreira, 2008; entre outros); uma visão mais ampla, mais holística e mais abrangente da paisagem, focada não somente na paisagem natural mas também na cultura das áreas em que se desenvolve, ampliando os ativos do destino (e. g. Buckley, 2003; Newsome e Dowling, 2010; Declaração de Arouca, 2011; entre outras), a partir do conceito proposto pela National Geographic (2001, *apud* Stueve et al.,

2002).

Claro que a maior parte da atividade geoturística ocorre nos geoparques, ou seja, com grande interação com o meio natural. Entretanto, como visto até então, podemos destacar o potencial geoturístico de outros espaços, nomeadamente de espaços fortemente antropizados, como as regiões costeiras e as zonas urbanas. Seja em zonas urbanas, rurais ou outro espaço qualquer, o deslocamento das pessoas por meio de trilhas ou roteiros pré-definidos torna-se um meio importante de contato e apreciação com o meio físico circundante.

O geoturismo urbano se manifesta, assim, como uma importante área dentro do geoturismo. Em um sentido restrito, ao se conhecer e mapear o patrimônio cultural, onde se incluam igrejas, casarões, cemitérios, monumentos, fontes, entre outros, ao descrever sua arquitetura e história, ao identificar as litologias pertencentes, ao caracterizá-las petrograficamente e, se possível, identificar sua procedência, podem-se propor medidas que incentivem e garantam sua geoconservação e divulguem o valor da sua geodiversidade (Pereira *et al.*, 2013; Pereira e Amaral, 2014). O geopatrimônio inserido na zona urbana, a exemplo de pedreiras, parques com fontes de água doce, cascatas, formas de relevo específicas, entre outros, também pode fazer parte de roteiros geoturísticos urbanos, nesse sentido restrito.

Por sua vez, a promoção do entendimento da leitura da paisagem, da interpretação do modo como se deu o estabelecimento da cidade no substrato físico, a ocupação do espaço urbano e os desafios impostos pelo meio físico para tal, permitem entender o geoturismo urbano em seu sentido mais lato. Convém salientar que esta aproximação com base no geoturismo urbano torna-se um complemento muito significativo através do acréscimo de novas informações aos roteiros já consolidados, normalmente nos Centros Históricos das principais cidades turísticas.

O GEOPATRIMÔNIO E O PATRIMÔNIO CULTURAL DO CENTRO HISTÓRICO QUE MARCAM A HISTÓRIA DE JOÃO PESSOA

Uma parte significativa dos esforços da comunidade científica de geólogos e geógrafos está voltada para a sistematização dos estudos do meio abiótico (geodiversidade e geopatrimônio) que envolve uma série de etapas, tais como: inventariação, avaliação, estratégias para a

geoconservação e para a divulgação científica, monitorização de casos problemáticos, entrando assim nos campos da educação, do turismo e da cultura; procuram, por esta via, a criação de oportunidades para programas de divulgação do meio abiótico, ainda incipientes, ao contrário do que ocorre em outras áreas do saber, como a Biologia/Ecologia (biodiversidade e patrimônio biótico) ou a História (patrimônio cultural), em que a mídia dá acesso público e promove uma boa parte dos resultados científicos nestas áreas.

Considerando que um dos objetivos deste trabalho é apresentar o Geopatrimônio no Centro Histórico de João Pessoa, a sistemática para se chegar a esse resultado decorrerá de uma série de etapas que envolverão a geodiversidade *in situ* e *ex situ*, o seu Geopatrimônio e o patrimônio cultural com que se relaciona, tentando criar, sempre que possível, um elo funcional e cultural entre eles.

Este trabalho visa pôr em prática, como produto final, um roteiro geoturístico no Centro Histórico, divulgador do meio abiótico e que funcione como um gatilho para o desenvolvimento de uma consciência geoconservacionista, por um lado, e como um dinamizador da economia local, por outro.

Após um exaustivo trabalho bibliográfico e de campo realizado no contexto de uma tese de doutoramento (Pereira, 2019), pretendemos, agora, apresentar os resultados de uma série de etapas: i) inventariação regional e concomitante a uma avaliação qualitativa dos locais seleccionados, pertencentes ao meio abiótico e ao patrimônio cultural; ii) avaliação do meio abiótico do ponto de vista semiquantitativo, a partir de uma proposta de metodologia que dará suporte à definição dos Locais de Interesse (elementos geopatrimoniais), sensu Pereira et al. (2019); iii) definição dos Locais de Interesse que, pelo seu valor, serão seleccionados para compor o Roteiro Geoturístico.

O Meio Abiótico foi analisado quanto às suas características físicas, dependendo do tipo de bem avaliado (geológico, geomorfológico, hidrológico ou pedológico), devendo salientar que um determinado Local de Interesse pode apresentar elementos que se encaixam em mais de um tipo ou mesmo que o seu valor pode resultar exatamente dessa combinação tipológica. Na avaliação foram agrupados os Locais de Interesse de acordo com o elemento predominante: bens geológicos (afloramentos rochosos com suas características, como camadas,

mineralogia, texturas, fósseis, entre outros; feições tectônicas; etc), geomorfológicos (formas de relevo, depósitos correlativos; etc.), hidrológicos (fontes e rios) e pedológicos (solos e outros depósitos correlativos).

Do ponto de vista do Patrimônio Histórico-Cultural, foram avaliados, entre outros, lugares como pedestais de monumentos, obeliscos, palácios, residências, igrejas, tendo sido critérios para a sua seleção:

i) bens tombados pelo IPHAN ou IPHAEP e/ou;

ii) possuírem relação com o meio abiótico da área, que integra a vida cultural do Centro Histórico;

iii) apresentarem elementos da geodiversidade *ex situ*, na forma de rochas que mostrem caráter de raridade e/ou que abarquem o maior tipo de variedade possível, possuindo valor pedagógico, científico ou estético;

Considerando o critério iii) o fato de que todas as edificações do período colonial utilizaram o calcário biomicrítico de idade Maastrichtiana da Formação Gramame, justifica, à partida, a seleção de locais que utilizem outro tipo de rocha devido ao seu caráter de raridade, mesmo que não apresentem excepcionalidade do ponto de vista mineral ou textural. Ademais, o embasamento cristalino mais próximo de João Pessoa aflora a uma distância de cerca de 20 a 30 Km da cidade. Ou seja, em termos práticos (educacionais-pedagógicos), conhecer e mapear essas rochas também é importante para um professor de Geologia que estiver ministrando, por exemplo, uma aula de Petrografia. Será possível saber onde, em João Pessoa, se pode encontrar um determinado tipo de rocha que não seja calcário Gramame ou arenito Barreiras, dois dos materiais mais comuns da geologia local, podendo, desse modo, realizar um trabalho de campo sem necessidade de deslocamento para grandes distâncias (além do interesse, por exemplo, para estudantes de Arquitetura, História ou Engenharia). Afinal, o roteiro geoturístico pode ser utilizado não apenas para fins de lazer, mas também para fins educacionais, sendo que toda e qualquer informação do tipo proposto é uma maneira de popularizar as Geociências, em especial a Geologia, para a sociedade local e para os turistas.

Conjuntamente com os elementos da geodiversidade *ex situ*, foi analisada sua importância histórica e seu valor artístico. A avaliação qualitativa primária se deu por meio dos agrupamentos dos Locais de

Interesse de acordo com suas características funcionais, ou seja: praças (com monumentos, obeliscos, edificações circundantes, entre outros), edificações não religiosas (palácios, prédios institucionais), edificações religiosas (igrejas, mosteiros e conventos) e cemitérios.

A última redefinição do perímetro do Centro Histórico de João Pessoa data de 2004, tendo sido proposta pela Comissão Permanente de Desenvolvimento do Centro Histórico de João Pessoa (figura 1), aumentando-o em cerca de quatro vezes (decreto Estadual nº 25.138) e dividindo-o em 'área de preservação do entorno' e, no seu interior, na 'área de preservação rigorosa', composta de ruas e praças onde estão assentadas as edificações, incluindo elementos do geopatrimônio, como a Dolina dos Irerês (atual Parque Solon de Lucena) e algumas fontes. Assim, tanto o IPHAEP quanto a Comissão Permanente agora iriam atuar conjuntamente, utilizando a mesma proposta de perímetro, apesar de alguns bens tombados pelo IPHAN, a exemplo da Fonte de Tambiá, no Parque Arruda Câmara, e da Capela do Engenho da Graça, limítrofes ao perímetro, não estarem nele inclusos.



Figura 1- Centro Histórico de João Pessoa. Localização no município. Fonte: site

www.joaopessoahistorica.com.br

Fonte: CAJU (2005).

A figura 2 apresenta os locais de interesse geoturístico pertencentes ao meio abiótico e ao Patrimônio Cultural existentes no Centro Histórico que foram selecionados para a avaliação qualitativa e que serão apresentados a seguir.

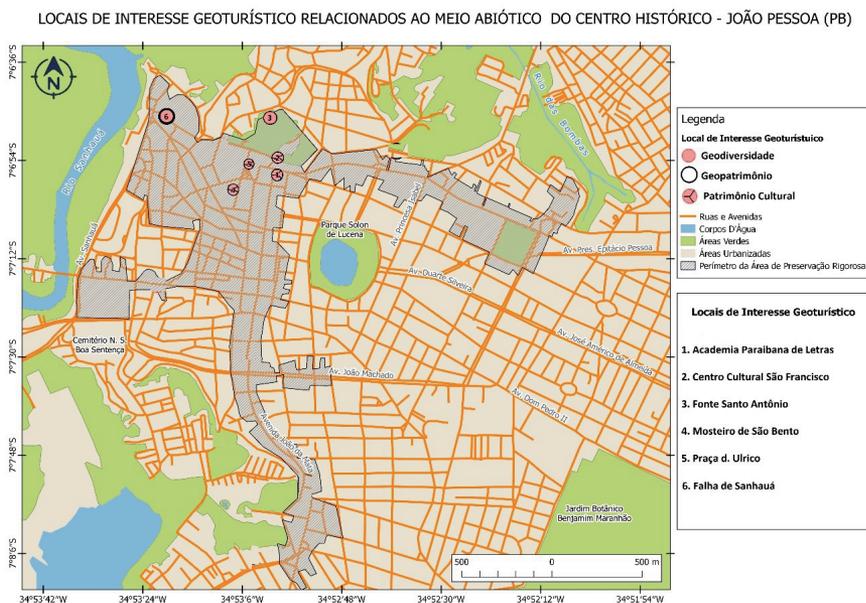


Figura 2 - Locais de interesse geoturístico do Centro Histórico de João Pessoa.

GEOPATRIMÔNIO

Falha de Sanhauá

O ponto de visão panorâmica localiza-se em uma pequena colina, com cerca de 15 metros de altitude, entre a cidade alta e o antigo porto do Varadouro (figura 2), sendo o único exemplar de um largo existente na cidade. Esse largo contempla uma série de imóveis tombados pelo IPHAEP: a Igreja São Frei Pedro Gonçalves, o Hotel Globo e os imóveis nº 02, 10, 16, 36, 48 e 75 (figura 3).

A Igreja de São Frei Pedro Gonçalves é uma das mais antigas da cidade, mas com poucas referências na literatura colonial, talvez por se tratar de uma pequena capela periférica ou pela iconografia da época privilegiar a cidade alta. Um dos poucos documentos em que ela foi

registrada é o mapa de Grangeiro, datada de 1692 (figura 4), assim como uma referência, no Livro do Tombo do Mosteiro de São Bento, datada de 1735 (Livro do Tombo, 1948). Sua denominação está associada ao santo protetor dos homens do mar, tendo chegado ao Brasil através dos primeiros navegantes. Em João Pessoa, o trabalho dos navegantes, somado aos comerciantes do Varadouro, foi primordial para que a Igreja fosse 'construída' em 1843 (figura 5a). A partir do largo, tem-se uma esplendorosa vista do Rio Sanhauá e de parte do vale do Rio Paraíba (figura 5b).

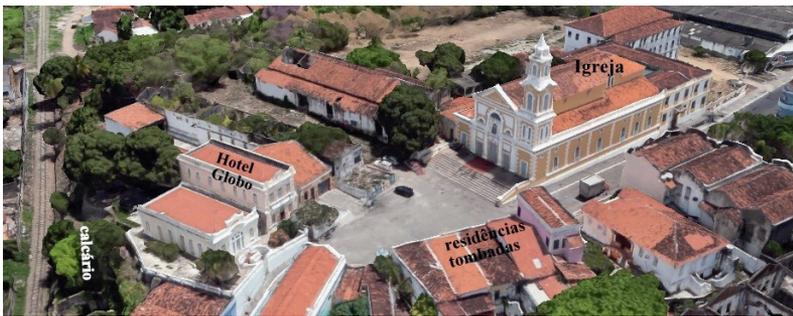


Figura 3 - Vista aérea do largo de São Frei Pedro Gonçalves. Fonte: modificado de Google Earth (Maio/2016).

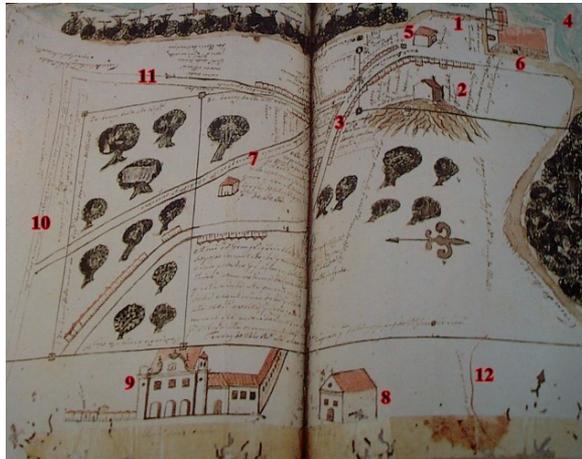


Figura 4 - Fotocópia do mapa de Manoel Francisco Grangeiro (1692). As numerações correspondem a anotações presentes no mapa. A Capela de S. Frei Pedro Gonçalves corresponde ao nº 2.

Fonte: modificado de Rodriguez (1962, p. 11).



Figura 5 – Edificações no Largo de São Frei Pedro Gonçalves. a) Visão frontal da Igreja São Frei Pedro Gonçalves. Foto: Luciano S. Pereira (abril/2016); b) Visão lateral do Hotel Globo e do prédio anexo, com o Rio Sanhauá ao fundo. Foto: Gilberto Stuckert.

O largo está assentado diretamente sobre o calcário, que aflora logo abaixo do muro de arrimo do Hotel Globo na vertente oeste que liga ao porto, ao longo dos trilhos do trem.

Em tempos remotos, antes da conquista e consolidação da malha urbana, provavelmente o Rio Sanhauá e seus afluentes esculpiam a encosta onde aflora o calcário. Com a urbanização e posterior desmatamento, expondo a encosta oeste dos tabuleiros, o intemperismo causou o assoreamento da área do então Porto do Capim, no Varadouro, “empurrando” o Rio Sanhauá mais para oeste.

O aperto de mãos entre o líder indígena Piragibe e João Tavares, representando a Coroa Portuguesa, que selou o acordo de paz e propiciou, posteriormente, a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves se deu às margens do Rio Sanhauá, daí sua importância não apenas ecológica-ambiental, mas sobretudo histórico-cultural.

Esse rio é relativamente linear, com direção de fluxo predominantemente SW-NW e vertentes pouco sinuosas. Segundo Araújo (2012), a separação do terreno do centro histórico em Alto e Baixo é o resultado de uma falha normal que cruza o setor ocidental dos tabuleiros litorâneos, com direção nordeste. Esse falhamento, proposto após estudos utilizando um mapa geológico elaborado a partir de imagem SRTM, testemunhos de sondagem e trabalho de campo, encaixaria os rios Marés e Sanhauá, além da porção intermediária do Rio Gramame, que pode ser visualizado no esquema geológico representado na figura 6, o que justifica

o afloramento dos calcários da Formação Gramame (Maastrichtianos) na vertente, ao longo desse plano de falha (ponto A na figura 6, por exemplo). O afloramento destes calcários foi responsável pelo surgimento pontual de uma série de fontes em um determinado nível dessa vertente que serviram como fontes de abastecimento da cidade de Nossa Senhora das Neves, primeiro nome dado ao município de João Pessoa, em 05/08/1585. Andrade Filho (2010) estudou a sub-bacia por meio de técnicas de sensoriamento remoto e sugeriu que esta região foi afetada por falhas neotectônicas, de idade Quaternária.

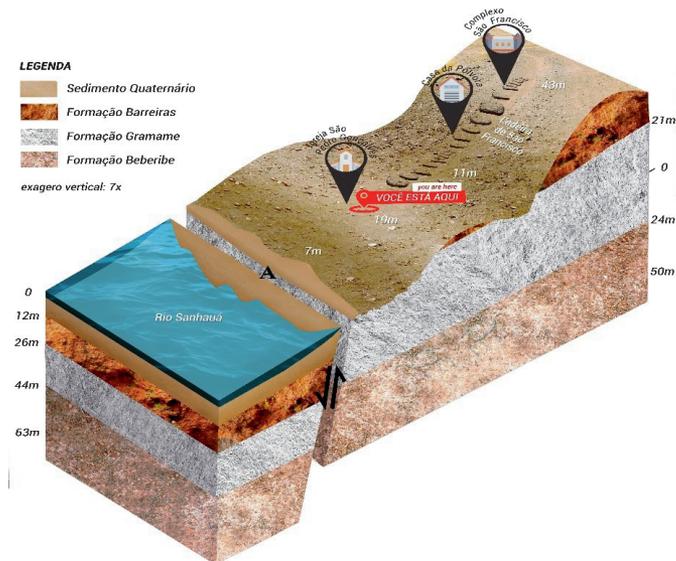


Figura 6 – Bloco diagrama representativo da 'Falha do Sanhauá', mostrando o afloramento de calcário ao longo do plano da falha (A) e as unidades litoestratigráficas, assim como alguns elementos do Patrimônio Cultural. Fonte: Luciano S. Pereira.

Os excepcionais valores estético e científico, aliados ao altíssimo valor funcional justifica considerar a 'Falha do Sanhauá' como um representante do Geopatrimônio da área.

Fonte de Santo Antônio

Localiza-se no terreno dos franciscanos, interior do horto anexo, na vertente noroeste dos tabuleiros (figuras 2 e 7). Para acessá-la, deve-se

descer por um caminho relativamente íngreme por cerca de 350 metros. Desde os primórdios da conquista da capitania suas águas abasteciam a população. Na iconografia holandesa, a dimensão com que era retratada parecia significar um grande importância, com um regato que fluía em direção ao Rio Sanhauá.

Entretanto, apesar dessa abundância no volume de água, a população só teve acesso irrestrito a ela até 1609, quando o guardião da Igreja de São Francisco, Frei Cosmo de São Damião construiu o muro circundando a Igreja, representado já na iconografia da época (Pinto, 1977). Em 1717, é edificada a fachada da fonte (Pinto, 1977), de acordo com o ano talhado em uma cornija com volutas e folhas de acanto na parte superior. O acesso será restrito à comunidade franciscana, exceto em casos de calamidades públicas, como secas ou doenças, quando seria aberta à população (Rodriguez, 1962). Até hoje, seu acesso se dá apenas com autorização dos frades (figura 7).

O registro elaborado pelo frei António Jaboatam mostra, entre outros, os aspectos naturais do sítio onde se assentou a Igreja de São Francisco, incluindo sua fonte e sua abundante pedra calcária, região de onde saiu a matéria-prima para as edificações nas primeiras décadas de evolução urbana. Foi tombada, juntamente com todo o Complexo do São Francisco, pelo IPHAN, em 16 de outubro de 1952.



Figura 7 - Fonte de Santo Antônio. Foto: Luciano S. Pereira (Março/2016).

Do ponto de vista hidrogeomorfológico, assim como a Cacimba do Povo, está localizada nas vertentes voltadas para oeste, a uma altitude de cerca de 22 metros, em uma grande depressão, assentada diretamente

sobre o calcário (figura 8), que aflorava abundantemente no terreno dos franciscanos. Assim, pode ser classificada como uma 'fonte de contato geológico'. Segundo Araújo (2012), essas vertentes são complexas, com perfis de segmentos diferenciados. Nas porções superior e inferior o perfil, do tipo reto, apresenta alta declividade que diminui na porção intermediária, onde está localizada a fonte, no contato do arenito Barreiras (topo) com o calcário Gramame (base). Essa zona é constituída pelo anfiteatro de cabeceira de drenagem, que tende a reduzir a velocidade do fluxo das águas e até mesmo retê-las, formando pequenos regatos e lagoas.

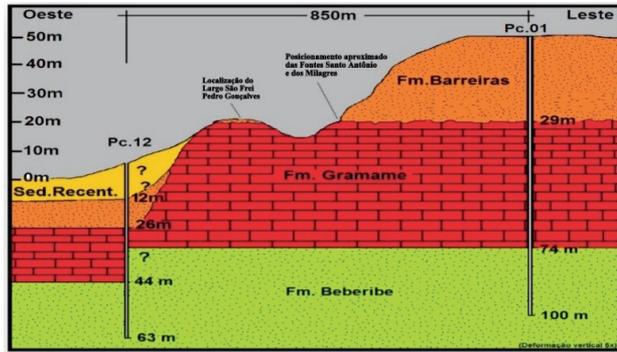


Figura 8- Perfil elaborado a partir de testemunhos de sondagem (Pc.01 e Pc.11) com a localização das Fontes de Santo Antônio (LIG/CH 21) e dos Milagres (LIG/CH 24), além do Largo de São Frei Pedro Gonçalves (LIG/CH 25). Fonte: Araújo (2012, p. 221).

PATRIMÔNIO CULTURAL

Academia Paraibana de Letras

Situa-se na Rua Duque de Caxias, nº 25, na esquina com a Rua D. Ulrico, defronte ao átrio do Complexo São Francisco. O terreno pertencia à Ordem Terceira de São Francisco e em 1947 foi vendido para a Academia. O prédio então existente teve de ser demolido e reconstruído devido às péssimas condições em que se encontrava.

Por se tratar de um prédio do século XX construído com elementos arquitetônicos de residência civil do período colonial e que também utiliza blocos maciços de calcário nas paredes e cercaduras, provavelmente extraídos da pedra da Ilha do Bispo, já em atividade na década de 1940,

justifica-se sua seleção como Local de Interesse enquanto exemplo do valor cultural e econômico de um elemento da geodiversidade *ex situ* (figura 9a). O valor estético pode ser visualizado nos belos nichos de cantaria esculpidos no calcário biomicrítico da Formação Gramame, nas cercaduras das portas e janelas, resultado em um trabalho artesanal primoroso. O prédio foi tombado pelo IPHAEP em 1980, a partir do decreto nº 8643.

No pátio da Academia foi instalado, em 1991, o Jardim de Academos¹, na gestão de Manuel Batista de Medeiros (1990-1994). Consiste em 12 painéis expondo alguns dos integrantes da academia, com um pequeno busto em bronze na parte superior (figura 9b).



Figura 9 - Academia Paraibana de Letras. a) Visão geral; b) Jardim dos Academos. Foto: Luciano S. Pereira (Março/2016).

A rocha que suporta os bustos, através da descrição em lâmina delgada, possui granulometria fina (0,1 a 2 mm), inequigranular, correspondendo a um tonalito cuja mineralogia principal é plagioclásio (35%), quartzo (19%) e microclina (1%). Clinopiroxênio (20%) e biotita (9%) são os máficos principais, tendo ainda titanita (1%), apatita (< 1%) como acessórios e clorita (< 1%) como mineral de alteração.

O plagioclásio ocorre como cristais subédricos comumente com geminação albita-periclina (polissintética, fotomicrografia da figura 10a) também associada a Carlsbad. O quartzo ocorre em seções anédricas, extinção ondulante, contendo pequenas fraturas e ampla distribuição. A

1. Segundo o site da APL, Academos seria um herói da guerra de Tróia, morador de uma caverna onde, no século IV a.C., teria se originado a Escola de Filosofia, fundada por Platão. ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS. História. Disponível em <http://www.aplpb.com.br/index.php/historia>. Acesso em 08 julho 2016.

microclina aparece em seções predominantemente subédricas com geminação do tipo Carlsbad onde, em contato com plagioclásio, por vezes se observa textura mirmequítica. O clinopiroxênio ocorre em seções predominantemente subédricas (figura 10b), em geral associados à biotita. Essas últimas distribuem-se principalmente compondo a matriz da rocha, em seções muito finas e anédricas. A titanita ocorre como cristais subédricos muitas vezes associados à biotita. A apatita forma grãos muito finos subédricos a euédricos, com seções prismáticas, enquanto a clorita é produto de transformação da biotita.

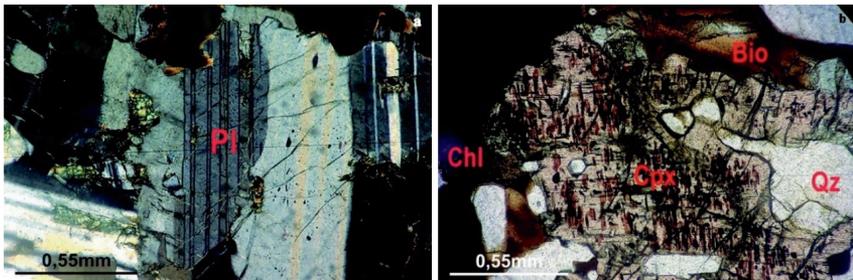


Figura 10 - Fotomicrografia - Lâmina delgada do tonalito da Academia. A) Cristais de plagioclásio (Pl) com geminação albita-priclina (polissintética) em evidência. Nicóis cruzados; b) Mineralogia máfica principal denotada por cristais de clinopiroxênio (Cpx) e biotita (bio), com cloritização (chl) da biotita. Em evidência, também, o quartzo (qtz) anédrico. Nicóis cruzados. Fotos: Luciano S.

Pereira.

Seu valor, enquanto elemento da geodiversidade *ex situ*, se justifica por ser um dos raros exemplos de rochas tonalíticas no Centro Histórico de João Pessoa.

Mosteiro de São Bento

Localiza-se no início da Rua Nova (atual Rua General Osório), nas proximidades da Praça D. Ulrico.

Durante a invasão holandesa, segundo relatos de Herckmans, apenas as paredes haviam sido erguidas, tendo-as os holandeses utilizado como baluartes devido à excelente posição estratégica, após a construção de uma trincheira em torno do mosteiro. Entretanto, foi apenas no século XVIII que a edificação se aproximou das características atuais, com a

inserção dos ornamentos da nave e capela-mor, inclusive o frontispício, com data de finalização de 1761, tendo o calcário como matéria prima predominante na estrutura. Em 1743, estava concluído o púlpito e a escada em espiral que dava acesso ao salão nobre do convento.

Corresponde a uma das mais belas representações da arquitetura barroca brasileira, com o brasão da Ordem Beneditina no frontão, suas três portas em arco pleno, margeadas por óculos e primorosos trabalhos de cantaria tanto no exterior quanto no interior (figura 11). No topo, o cata-vento de cobre em forma de leão caracteriza a ordem beneditina. A Igreja foi tombada pelo IPHAN em 1957, por meio do decreto nº 63.



Figura 11 - Mosteiro de São Bento. Foto: Luciano S. Pereira (maio/2016).

Como em todas as edificações do período colonial, sejam públicas, religiosas ou residenciais, o calcário da Formação Gramame foi o georecurso utilizado na construção do Mosteiro de São Bento. Esse calcário provavelmente foi extraído de pedreiras localizadas nas proximidades do mosteiro, especificamente na vertente oeste por detrás do Conjunto Franciscano. No calcário foram encontrados, em análise macroscópica, cristais milimétricos de pirita, coprólitos piritizados e nódulos de calcita, além de estruturas de bioturbação, em especial as causadas pelo icnogênero *Thalassinoides isp.*

Em lâmina delgada, verifica-se que a rocha é composta por 5% de

grãos e 95% de matriz, sem identificação de poros. Dentre os grãos, observam-se bioclastos de foraminíferos (*Textularina*), radiolários e fragmentos de Equinodermas (figura 12). Em relação aos demais grãos, observam-se cristais romboédricos de dolomita e de minerais opacos. Com relação à matriz, sabe-se que a mesma é do tipo deposicional micrítica recristalizada (devido aos cristais de calcita e dolomita presentes na mesma, figura 12). A partir dessas informações, classificou-se a rocha em Biomicrito (Folk, 1962) ou *Mudstone* recristalizado (Dunhan, 1962). Dada a interpretação de todos os aspectos em conjunto, interpretaram-se alguns eventos diagenéticos que seguem a seguinte linha cronológica: como representante da Eodiagênese, a micritização (característica de região marinha estagnada); como evento da Mesodiagênese temos a compactação incipiente, dolomitização da matriz e dos bioclastos e o processo de fosfatização. Por último, observou-se a presença de alguns grãos muito pequenos de material opaco, o que se interpretou como o resultado da piritização.

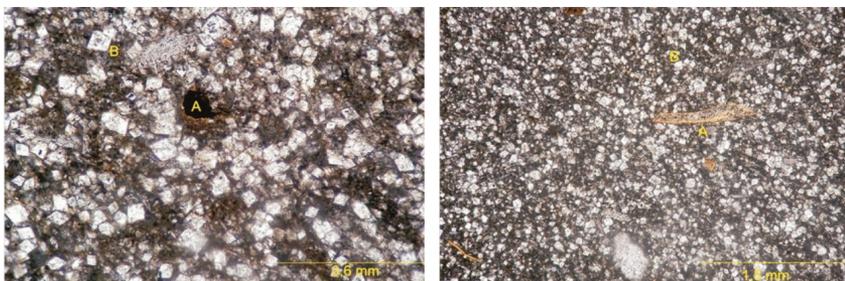


Figura 12 - Fotomicrografia – Lâmina delgada da fácies i do calcário Gramame. a) Precipitação de minerais opacos (A) na rocha, envolta de diversos cristais romboédricos de dolomita (B). b) A fotomicrografia evidencia o aspecto geral da rocha, com excesso de dolomita. Ainda é observado processo de fosfatização em bioclastos (A). Ambos em nicóis paralelos. Fotos: Luciano S. Pereira (Abril/2016).

O calcário biomicrítico Maastrichtiano da Formação Gramame pode ser classificado como um 'Recurso de Rocha Patrimonial' (Global Heritage Stone Resource), sob a égide da ICG/IUGS (Comissão Internacional do Geopatrimônio), de acordo com Pereira et al. (2015) por preencher os critérios estabelecidos pelos autores: utilização como georecurso para a edificação do Patrimônio Cultural de João Pessoa por pelo menos 200

anos; utilização em projetos industriais significantes; reconhecimento como um ícone cultural; avaliabilidade contínua e benefícios potenciais de designação.

Centro Cultural São Francisco

Localiza-se na Praça São Francisco, início da rua Duque de Caxias (figura 2). Faz parte do conjunto a Igreja de Santo Antônio, o Convento de São Francisco e a ordem Terceira de São Francisco (figura 13), acrescido do horto com a fonte de Santo Antônio, essa um Local de Interesse que será discriminado à parte, posteriormente. Por estar entre os mais belos representantes da arquitetura barroca nacional, uma belíssima expressão artística na arte da cantaria portuguesa, além da presença do patrimônio azulejar nas paredes do adro e fósseis em seu piso, justifica-se este local como Interesse Geoturístico.

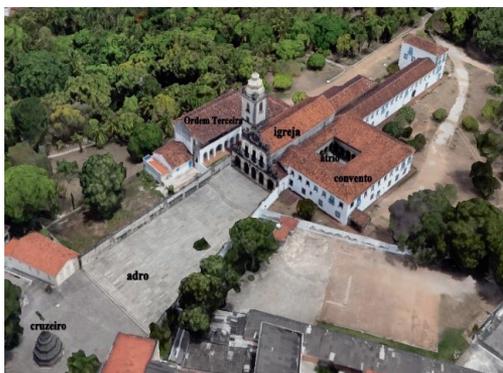


Figura 13 - Vista aérea com a disposição da Igreja, Convento, Ordem Terceira e outros elementos que constituem o Conjunto Franciscano. Foto: modificado de Google Earth (Abril/2016).

O conjunto dos franciscanos, que começou a ser erguido nos primórdios da fundação da cidade e cuja edificação ficara intacta no período holandês, teve sua evolução histórica narrada pelo frei Jaboatão, no 'Orbe Seráfico'. Segundo Jaboatão (1861), em meados do século XVII o Convento teria de ser reedificado, enquanto a Igreja estava restrita a um amplo sobrado com um corredor, em direção à capela-mor, voltado para o nascente. Recorrendo aos moradores retornou-se às obras da igreja e convento em 1718. A fachada é finalizada em 1779, segundo uma inscrição

no frontispício, a torre em 1783 (Pinto, 1977) e o muro do adro em 1788 (Barbosa, 1953), sendo essas as últimas obras concluídas do conjunto.

Todo o conjunto foi erguido tendo como base o calcário, abundante no próprio sítio dos franciscanos e explorado em várias pedreiras, sendo um exemplo da "escola franciscana" na cantaria, arquitetura, na pintura, na talha e na azulejaria.

O piso do adro apresenta blocos de calcário maciço, de coloração creme, de 40 x 20 cm, alguns exibindo conchas de moluscos mineralizadas (figura 14a). Pertencente à Formação Gramame, de idade Maastrichtiana (71-66 Ma), representa os primeiros estágios de um ambiente marinho de baixa energia, com calma tectônica.

Entretanto, trabalhos arqueológicos executados pelo IPHAN, em setembro de 2015, detectaram a presença de um piso abaixo do atual, formado por cerâmica e tijolos, provavelmente o piso original do adro. O adro é ladeado por dois tipos de painéis de azulejos lisos e enxaquetados, que se intercalam: azulejos brancos e azulejos brancos e azuis. Entre eles, três nichos em cada lado revestidos por azulejos decorativos policrômicos em tons azuis sobre fundo branco, representando a saga da Via Crucis. O trabalho é atribuído ao português Policarpo de Oliveira Bernardes, do século XVIII (Pinheiro, 2005). Todos esses painéis apresentam graves defeitos estruturais, a exemplo de desprendimento da parede, rachaduras e embrechamentos, tendo mesmo passado, em 2010, por um processo de restauração, executada pelos alunos da Oficina-Escola (figura 14b).

A Igreja de Santo Antônio possui obras de arte de inestimável valor, a exemplo dos altares, ricamente ornamentados e banhados a ouro, um grandioso painel, com mais de 40 metros de comprimento, que orna o forro da nave, púlpito, com uma moldura na entrada, encimado por coroa dourada, além das cantarias em calcário em portas, escadas (figura 15a), janelas, lavatório (figura 15b), pilastras, assentos (figura 15c), entre outras. Todas estas obras estão muito bem executados e denotam o valor econômico e estético de um elemento da geodiversidade, nesse caso a rocha, associado ao patrimônio cultural imaterial, a arte da cantaria.

O amplo átrio conserva ainda o piso original em calcário, o forro com pintura simples, sendo a portada principal, que dá acesso à nave da Igreja, o elemento que mais se destaca por ser ricamente trabalhada em pedra. As paredes da nave são ornamentadas por azulejos datados da década de 1730, de autoria do artista português Teotónio dos Santos, e

retrata a saga de José do Egito (Estácio Fernandes, 2016, informação oral). O púlpito, com elementos figurativos de anjos decorando o teto, possui um guarda-corpo guarnecido por uma balustrada torneada.



Figura 14 - Elementos da geodiversidade *ex situ* no adro da Igreja de Santo Antônio. a) Detalhe da concha mineralizada de molusco no piso do adro, que denota o valor científico, pensando-se no viés paleontológico, do geopatrimônio. b) Detalhe de um dos nichos de azulejo, onde ficam visíveis seus defeitos. O azulejo é uma representação de um elemento da geodiversidade, o sedimento argiloso, que foi utilizado e enaltece o valor cultural da geodiversidade.

Fotos: Luciano S. Pereira (Abril/2016).



Figura 15 - Amostras de nichos com cantaria em calcário do Conjunto Franciscano. a) Escadas ornada com escultura de carranca; b) Lavatório; c) Assentos. Fotos: Luciano S. Pereira (Abril/2016).

Praça D. Ulrico

Situa-se no início da Rua General Osório (ou Rua Nova, durante o

período colonial, a segunda rua formada na cidade). Nessa praça, em cujo perímetro encontra-se a Basílica de Nossa Senhora das Neves e a Igreja Matriz, até ao início do século XX denominava-se Largo da Matriz, quando foi renomeada, em homenagem póstuma ao benemérito prior do Mosteiro de São Bento, D. Ulrico Sonntag. Em seu entorno localiza-se, também, o antigo Colégio de Nossa Senhora das Neves e sua capela, o monumento a Nossa Senhora de Lourdes e o marco geográfico da cidade (figura 16). A Ladeira da Borborema, no lado sudoeste, ainda guarda resquícios da primeira pavimentação da cidade alta, de meados do século XIX, com blocos irregulares de calcário no meio fio da rua, em partes de sua porção inicial.



Figura16 - Vista aérea da Praça D. Ulrico, com suas principais edificações. Fonte: modificado de Google Earth (modificado de Abril/2016).

No lado oeste da parede da igreja foi construído um marco de pedra calcária, rebocado com argamassa, que representa um marco geodésico implantado pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em 1922, conforme placa anexada na lateral com os dizeres “Base do Instrumento de passagens meridianas utilizado pela Comissão que determinou as Coordenadas Geographicas nos Estados da Parahyba e do Rio Grande do Norte. 1921-1922”.

A praça foi selecionada como Local de Interesse pela presença de dois tipos rochosos inexistentes no substrato físico da capital, um na base da escultura no interior da Igreja Matriz (ortognaisse sienogranítico) e outro na base da estátua construída em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes (*augen* gnaisse), portanto ambas com grande valor científico e pedagógico.

Igreja Matriz

A atual igreja, proclamada Basílica em 1997, foi a quarta e última grande edificação naquele local, datada de 1881. Sem um estilo arquitetônico definido, sua fachada possui duas torres avarandadas com balaústres e no centro um frontão com a imagem da padroeira (figura 17a). A parte interna, sem muito labor artístico, é formada por uma nave central, dois corredores laterais e uma pequena sacristia. Foi tombada pelo IHPAEP em 1998, através do decreto nº 20132.

A área externa do pátio da igreja tem escultura em mármore denominada 'Nossa Senhora das Neves' que, segundo informação oral fornecida por técnicos do IHPAEP, deve datar do início do século XIX (figura 17b). A base, quadrada com quinas recortadas, é composto por um ortognaisse sienogranítico rico em K-feldspato e com granada, com granulometria média e minerais orientados formando um bandamento. Provavelmente essa base serviu posteriormente para suportar a estátua, já no século XX.



Figura 17 - Feições da Praça d. Ulrico. a) Igreja Matriz; b) Estátua de N. S. das Neves.

Fotos: Luciano S. Pereira (Abril/2016).

Em lâmina delgada, o ortognaisse sienogranítico apresenta granulometria média a grossa, inequigranular, com o tamanho dos minerais variando de cerca de 1 a 10 mm. Contém microclina (45%), quartzo (33%) e plagioclásio (15%), além de biotita (3%), granada (2%) e minerais opacos (2%). Como minerais acessórios, com menos de 1%, tem-se epidoto e zircão. O microclínio ocorre com tamanho variando entre 1,5

a 9 mm, com geminação do tipo tartan, além de cristais com pertitas. O quartzo ocorre como cristais anédricos, alguns com extinção ondulante e com inclusões de biotita, plagioclásio, microclina, minerais opacos e granada, além disso ocorrem intercrescidos com plagioclásio em mirmequitas (Figura 18a). O plagioclásio ocorre com geminação polissintética, em cristais anedrais a subedrais com tamanhos em torno de 5 mm. Os cristais podem conter inclusões de biotita, quartzo, opacos e granada. A biotita ocorre como grãos anedrais a subedrais tabulares com tamanho em geral entre 1 e 2 mm. Apresenta inclusões de zircão e minerais opacos. A granada ocorre com textura anedral granular, com pouquíssimos cristais apresentando forma subedral, além do tamanho ser de cerca de 2 mm. Apresentam inclusões de minerais opacos e podem estar inclusos em quartzo, plagioclásio e microclina. Os minerais opacos ocorrem como cristais anedrais a subedrais granulares de tamanho em torno de 0,1 mm. Ocorrem inclusos em biotita, granada, quartzo, microclina e plagioclásio. O epidoto ocorre como cristais de tamanho variando 0,1 a 0,55 mm, em geral subedrais, com diversas seções com forma prismática, enquanto que o zircão ocorre principalmente incluído em biotita, gerando halos pleocróicos (figura 18b). Os cristais são diminutos, atingindo no máximo cerca de 0,5 mm e são subedrais em geral.



Figura 18 - Fotocromia - Lamina delgada do ortognáisse sienogranítico. a) Mineralogia principal denotada por cristais de microclina, plagioclásio e quartzo. No contato entre microclina e pequenos cristais de plagioclásio ocorre mirmequita. Nicóis Cruzados. b) Cristais de biotita (em marrom) com inclusão de zircão e halo pleocróico. Nicóis Paralelos. Fotos: Luciano S. Pereira (Junho/ 2016).

Estátua em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes

Segundo o Jornal a União (12.02.1922), em 11 de Fevereiro de 1922

foi inaugurado a estátua em homenagem a Nossa Senhora de Lourdes, no centro da Praça, num conjunto medindo 8 metros de altura no total, sendo que a estátua, de bronze, mede 3 metros. Foi tombado pelo IPHAEP em dezembro de 2015 (figura 19a).

O pedestal é constituído de gnaiss facoidal (ou 'augen' gnaiss²), semelhante ao que ocorre abundantemente na cidade do Rio de Janeiro. Sua procedência é desconhecida, sendo comum também a ocorrência desse tipo de rocha no Escudo da Borborema. A rocha, de coloração cinza, leucocrática, possui textura inequigranular, com granulometria média a grossa, apresentando megaporfiroblastos de K-feldspato com até 12 cm, orientados preferencialmente, o que acarreta um hábito predominantemente ovalado. A matriz é formada por quartzo, plagioclásio, biotita, K-feldspato e opacos. Possui um bandamento metamórfico incipiente (figura 19b).



Figura 19 – a) Pedestal de N. S. de Lourdes, na Praça D. Ulrico. b) Detalhe do augen gnaiss. Fotos: Luciano S. Pereira (Abril/2016).

Um exemplo de roteiro geoturístico como estudo de aplicação

Uma das etapas para a inserção do geoturismo no contexto turístico do Centro Histórico consiste na divulgação da geodiversidade, do Geopatrimônio e do modo como ele se articula com o próprio Patrimônio Histórico da cidade, onde a geointerpretação tem papel fundamental, uma

2. *Augen*, do alemão, significa, 'olho', em virtude dos cristais de K-feldspato achatados semelhantes a olhos.

vez que um dos objetivos do geoturismo é a divulgação das Geociências para os visitantes, que passam a conhecer a paisagem circundante através de uma nova ótica, assim como mitigar possíveis ameaças ao meio abiótico visitado, no caso das áreas naturais. Neste caso, a educação ambiental, para resultados mais efetivos, torna-se crucial, tanto para as comunidades receptoras, quanto para os turistas. Afinal, um turista sensibilizado em relação à importância dos atrativos visitados é um turista consciente de que a sustentabilidade traz consequências benéficas ao ambiente, tornando a educação a base da atividade geoturística.

As zonas urbanas, conforme referido anteriormente, podem servir de palco para a atuação do geoturismo, onde o deslocamento das pessoas por meio de trilhas ou roteiros pré-definidos torna-se um meio importante de contato e apreciação do meio físico, do Patrimônio Histórico - cultural e das suas relações.

A existência de trilhas interpretativas (Moreira, 2011) atribui nova função aos roteiros, agora do ponto de vista geoturístico, ao enriquecer a experiência dos turistas, que passam a conhecer o patrimônio natural, em especial o abiótico, e o patrimônio cultural sob outro prisma, além de favorecer a conscientização ambiental. Esses roteiros podem ser personalizados (trilhas guiadas) ou não personalizados (autoguiadas, com ajuda de *folders* e mapas, entre outros meios).

Atualmente, as trilhas tradicionais no Centro Histórico de João Pessoa são promovidas por diversas agências de turismo e acompanhadas por guias credenciados que conhecem, essencialmente, os aspectos históricos do patrimônio cultural local. O Departamento de Arquitetura da UFPB, através do projeto 'Memória João Pessoa' (site www.memoriajoaopessoa.com.br), disponibiliza um passeio digital por inúmeros monumentos do Centro Histórico mostrando sua arquitetura, história e evolução urbana, sem enfatizar os georecursos utilizados nas edificações e o papel do substrato físico, especialmente o relevo, os recursos hídricos e o solo na escolha do sítio onde a cidade nasceu e se expandiu.

O roteiro geoturístico urbano aqui proposto (figura 20) inclui monumentos que refletem a geodiversidade local por meio dos georecursos empregados em sua edificação ou que apresentam a maior variedade litológica possível, quando esses georecursos são provenientes de outras áreas. Uma mais-valia para esse roteiro foi, também, inserir as

formas de relevo e os recursos hídricos como fatores-chave para o estabelecimento e expansão urbanos, em uma perspectiva da utilização da Paisagem Cultural, que faz deles representantes do geopatrimônio urbano.



Figura 20 - Mapa de localização do roteiro no Centro Histórico de João Pessoa e os respectivos locais de interesse geoturístico (1. Academia Paraibana de Letras; 2. Centro Cultural São Francisco; 3. Fonte de Santo Antônio; 4. Mosteiro de São Bento; 5. Praça d. Ulrico; 6. Falha de Sanhauá).

O mapa geoturístico mistura elementos de informação geocientífica quanto à geodiversidade e ao geopatrimônio *per se*, com elementos culturais e turísticos, de modo a que o público tenha facilidade de interpretá-lo. Desse modo, para o Centro Histórico, com a presença de

infraestruturas turísticas mais completas, foram priorizadas as informações turísticas básicas, especialmente a malha viária.

As extensão total do percurso proposto é de 1670 metros, a ser percorrido por um veículo, considerando a topografia do terreno, sendo dispendidas cerca de 5 horas no trajeto total. A distância entre os pontos é 130 m (1 – 2), 210 m, ida e volta (2 – 3), 360 m (3 – 4), 100 m (4 – 5) e 650 m (5 – 6).

O roteiro se dá paralelo ao trajeto que unia a cidade alta à baixa, o mais antigo da cidade. Inclui uma panóplia de edificações, monumentos, fontes e obeliscos com grande valor cultural e estético (como os belíssimos trabalhos de cantaria em calcário das igrejas de Santo Antônio e São Bento) e científico (fósseis no piso do adro da Igreja de Santo Antônio, a fonte Santo Antônio, uma fonte de contato geológico, o *augen* gnaiss e o ortognaiss da base dos bustos de Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora das Neves, respectivamente, e a falha geológica do Sanhauá). O Largo de São Frei Pedro Gonçalves, ponto final do roteiro, foi estabelecido em um terreno elevado associado ao referido plano de falha, e de onde se tem uma belíssima visão panorâmica da bacia do Rio Paraíba, especialmente ao pôr-do-sol.

CONCLUSÃO

O papel do geoturismo é aproximar o público à geodiversidade e ao geopatrimônio da área visitada, estejam eles *in situ* ou *ex situ*, através de estratégias de geointerpretação adequadas às características socio-culturais desse mesmo público. Assim, a interação com o meio abiótico sensibilizará o turista/geoturista para percebê-lo sob uma nova ótica, propiciará a divulgação da geodiversidade e do geopatrimônio, servirá como ferramenta para a educação da população local e dos turistas, assim como divulgará as Geociências para além das salas de aula, visando a conservação e gestão desse geopatrimônio e do patrimônio cultural associado.

O principal geoproduto obtido a partir do mapeamento dos locais de interesse foi o Mapa Geoturístico do Centro Histórico, com seu roteiro contendo cinco locais de interesse. Seu caráter interdisciplinar e de material geoeducativo tem o papel de conscientizador e sensibilizador em direção à geoconservação e à popularização das Geociências.

A visão holística permitiu abrir um leque de novas discussões interdisciplinares ao possibilitar experiências culturais distintas das tradicionais, ao redescobrir as raízes culturais que permitem um sentido de lugar e uma reverência ao mundo natural, através do reconhecimento e celebração da criatividade referente ao patrimônio abiótico.

Se a paisagem natural e suas feições têm servido de inspiração para a literatura e as artes desde os primórdios, nos tempos atuais elas têm sido ferramentas de estudos científicos de geoconservação e geodivulgação, proporcionando alcançar um público maior que o do meio acadêmico. Assim, buscou-se também, através dessa análise de correlação do meio físico com o meio cultural, redescobrir um sentido de geoconsciência por meio do apelo estético que a paisagem instiga e de sua importância para a sociedade.

O 'sol e mar' é o principal atrativo turístico da região de João Pessoa, aliado, de maneira secundária, a uma rica história e cultura, mas que negligencia o potencial geoturístico latente. O roteiro geoturístico serve adicionalmente para a promoção do geoturismo como uma mais-valia, inserindo no contexto turístico tradicional as informações acerca do meio abiótico até então esquecidas. Assim, promover-se-á a passagem de um turismo de massas para um turismo de nicho, mais sustentável sob o viés ambiental, social e cultural.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA A.C. Dunas de Quiaios, Gândara e Serra da Boa Viagem: uma abordagem ecológica da paisagem. **Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas**. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.1997.

ANDRADES FILHO, C. Análise morfoestrutural da porção central da bacia paraíba (PB) a partir de dados MDE- SRTM e ALOS- PALSAR FBD. **Dissertação de Mestrado**, INPE.2010.

ARAÚJO, M. E. Água e rocha na definição do sítio de Nossa Senhora das Neves, atual cidade de João Pessoa - Paraíba. **Tese (Doutorado em Arquitetura)**, Universidade Federal da Bahia, Salvador.2012.

BARBOSA, C. F. **Monumentos Históricos e Artísticos da Paraíba**. João Pessoa: Editora União.1953.

BUCKLEY, R. Environmental Input and Outputs in Ecotourism: Geotourism with a

positive triple bottom line? **Journal of Ecotourism**, Research note, v. 2, n. 1.2003.

CAJU, N. M. L. **Identificando o Patrimônio**. João Pessoa: Editora Ideia, 2005.

CARRILLO, L.; GISBERT, J. **Pero hay rocas em la calle?** Guia de rocas ornamentales de Zaragoza. Ayuntamiento de Zaragoza, Zaragoza.1993.

CORIOLANO, L. N.; SILVA, S. C. M. **Turismo e Geografia**: abordagens críticas. Fortaleza: Ed. UECE.2005.

CUNHA, L. Patrimônio geomorfológico e espaços naturais: métodos de investigação, relevância ambiental e significado cultural. In: Jacinto, Rui – Paisagens, patrimônios e turismo cultural. **Iberografias**, Guarda, 24, p. 917.2013.

DECLARAÇÃO DE AROUCA - 2011. Disponível em http://www.azoresgeopark.com/media/docs/declaracao_de_arouca_geoturismo.pdf. Acesso em 12 setembro 2015.

DUNHAM, R. J. Classification of carbonate rocks according to their depositional texture. In: HAM, W. E. (ed.). Classification of carbonate rocks. **American Association of Petroleum Geologists Memoir**, n. 1, p. 128-141. 1962

FOLK, R. L. Spectral subdivision of limestone types, In: HAM, W. E. (ed.). Classification of Carbonate Rocks. **American Association of Petroleum Geologists Memoir**, n. 1, p. 62-84.1962.

HOSE, T. A. Selling the story of Britain's stone. **Env Interpret**, vol. 10, n. 2, p. 16- 17.1995.

JABOATÃO A. **Novo Orbe Serafico Brasilico ou Chronica dos Frades Menores da Província do Brasil** (c. 1761). Parte Segunda, Vol. II, Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro. 1861.

KUBALIKOVA, L.; KIRCHNER, K.; KUDA, F.; BAJER, A. Assessment of Urban Geotourism Resources: An Example of Two Geocultural Sites in Brno, Czech Republic. **Geoheritage**, n. 12, vol. 7, p. 2-12. 2020.

LIVRO DO TOMBO do **Mosteyro de Sam Bento da Parahyba**. Recife: Imprensa Oficial, Livro 2.1948.

MOREIRA, J. C. Patrimônio Geológico em Unidades de Conservação: unidades interpretativas, educativas e geoturísticas. **Tese (Doutorado em Geografia)**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.2008.

MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. Ponta Grossa: Editora da UEPG.2011.

NETO, I.; XAVIER, R.; CUNHA, L. Patrimônio Geomorfológico do município de Gurjão, região semiárida da Paraíba, Brasil. **GOT**, Coimbra, 19, p. 235-261.2020.

NEWSOME, D.; DOWLING, R. The scope and nature of geotourism. In: **Geotourism- sustainability impacts and management**. In: DOWLING, R. (ed.). London: Elsevier, p. 3- 25. 2006.

NEWSOME, D.; DOWLING, R. **Geotourism: the tourism of geology and landscape**. Goodfellow Publishers, Oxford.2010.

PEREIRA D., MARKER B. R., KRAMAR S., COOPER B. J., & SCHOUENBORG B. Global Heritage Stone: Towards International Recognition of Building and Ornamental Stones. - Geological Society, London, **Special Publications**, 407, 1-4. 2015.

PEREIRA, L. S. Mapeamento do geopatrimônio e do Patrimônio Cultural da Região de João Pessoa, Paraíba, para fins de geoturismo urbano e costeiro. **Tese de Doutorado em Geografia**, Universidade de Coimbra, Portugal.2019.

PEREIRA, L. S.; AMARAL, J. Geoturismo urbano: análise da tipologia geológica e cultural da capitania da Parahyba. **Cadernos de Estudo e Pesquisa em Turismo**, v. 3, n. 3, p. 239- 264.2014.

PEREIRA, L. S.; OLIVEIRA, B. G. L.; VIEIRA, K. G. The look on the urban geoheritage of João Pessoa City: a guide to resignify rocks- document. **International Conference on Geography and Geosciences**, 2013, Paris. Anais... Paris: WASET, p. 299. 2013.

PEREIRA, L. S.; CARVALHO, D. M.; CUNHA, L. S. Methodology for the Semi-quantitative Evaluation of Geoheritage Applied to Coastal Geotourism in João Pessoa (Paraíba, Northeast Brazil). **Geoheritage**, n. 11, p. 1941 –1953. 2019.

PINHEIRO, O. **Barroco Memória Viva- Arte Sacra Colonial**. In: TIRAPELI, P. (ed.). Editora UNESP: Imprensa Oficial.2005.

PINTO, I. **Datas e Notas para a História da Paraíba**. João Pessoa: Universitária/ UFPB.1977.

RODRIGUES, M. L.; FONSECA, A. A valorização do geopatrimônio no desenvolvimento sustentável de áreas rurais. **Colóquio Ibérico de estudos Rurais-Cultura, Inovação e território**. 2008. Disponível em www.sper.pt. Acesso em 25 nov. 2012. 2008.

RODRIGUEZ, W. **Roteiro Sentimental de uma Cidade**. Editora Brasiliense.1962.

RUCHKYS, U. R.Patrimônio Geológico e Geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: Potencial para a criação de um geoparque da UNESCO. **Tese (Doutorado em Geologia)**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2007.

STERN, A. G.; RICCOMINI, C.; FAMBRINI, G. L.; CHAMANI, M. A. Roteiro geológico pelos edifícios e monumentos históricos do centro da cidade de São Paulo. **Rev. Bras. de Geoc.**, v. 36, n. 4, p. 704- 711. 2006.

STUEVE, A. M.; COOK S. D.; DREW, D. **The Geotourism Study**: phase 1 executive summary. Travel Industry Association of America, Washington. 2002.

THORNBUSH, C.; ALLEN, M. Urban Geomorphology: Landforms and Processes in Cities. London: Elsevier.2018.

WAINBERG, J. A. **Turismo e Comunicação**: a indústria da diferença. São Paulo: Contexto, p. 39. 2003.

EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA DA NATUREZA E CONHECIMENTO PEDAGÓGICO

Carlos Augusto de Amorim Cardoso

INÍCIO DE CONVERSA¹

Esta ideia de educação geográfica da natureza recorreu-me quando indagado sobre as temáticas a serem financiadas num projeto conjunto entre pesquisadores e países. Com pressupostos da educação geográfica em estruturação, essa forma geográfica de compreender a educação se aproxima das tradições, da contemporaneidade à antiguidade. Desde os garotos vendedores de tâmaras descritos *n'O Banquete* e no debate sobre a poesia e o ensino em *Estrabão*² até os vendedores de bugingangas na praia de Copacabana. Ou, por sorte, um vendedor de rede de São Bento na Paraíba, nas areias da Ilha de Santa Catarina; “...ôô terra ruim de vender rede...”

Deste modo, o ensaio trata de propor um debate iniciado no *Seminário Iberoamericano: Disciplinaridade e Transdisciplinaridade na Pesquisa do Semiárido Brasileiro*. Entre metas e objetivos, estão a promoção do conhecimento do semiárido brasileiro e a estruturação de novas redes nacionais e internacionais de pesquisa, tendo em vista as trocas e

1. Na elaboração de um texto sempre se busca, de forma consciente ou não, as sugestões e comentários que nos ofereçam saídas para os imbróglis ou fabulações do ensimesmado trabalho de escrita. Por isso agradeço as considerações feitas pela Dirce na primeira versão do texto e espero ter atendido às expectativas onde ela “meteu a colher e fez o corte”, propondo modificações na estrutura do texto e nalgumas passagens. Agradeço ao Romero, da Barra, pela presteza na locação das condições necessárias para a finalização desse ensaio e Ana Clara pela seção do desenho da representação do manguezal.

2. Estrabón. Geografía. Libros I-II. Editorial Gredos, 1991, pp.250-2

construções colaborativas de conhecimento com a comunidade científica internacional, nos mais diversos contextos disciplinares e transdisciplinares.

O seminário teve a pretensão, entre outras, de apresentar uma agenda ou protocolo de intensões e considerações pedagógicas em relação ao trabalho de campo e excursões escolares enquanto assunto ou temática do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFPB).

PESQUISA COMO PRINCÍPIO EDUCACIONAL

Se para alguns faz pouco sentido o debate desse princípio, pois envolvidos com ensino; para outros é essencial a extensão dos fundamentos das experiências que oferecem o trabalho de campo, as excursões escolares e aos processos de aprendizagem. O registro aqui tem por *base* as atividades de campo e excursões escolares nas turmas da disciplina Ensino de Geografia do curso de licenciatura em pedagogia na última década. E experimentos nas turmas de pós-graduação ou dos grupos de pesquisas e estudos. De tal modo que as atividades de um ou outro estão fortemente imbricadas no *ato de pesquisar* e em seu *sentido* educacional onde a separação possível é a própria experiência em diferentes níveis de ensino-pesquisa.

Na formação profissional, aqui entendida como conjunto de valores, ações e atividades do ponto de vista pedagógico, as noções de tempo-espaço apontam para (inter)subjetividades objetivas da sociedade, associadas às demandas da educação popular. Por meio das noções de tempo-espaço encontra-se um modo de produzir e construir o conhecimento e, por entremeios, a escola e o campo como semânticas da poética do espaço para a formação de licenciados.

A historiografia, tradicionalmente marcada pela visão da história das ciências como um acúmulo contínuo e progressivo de conhecimento, reconhece que uma descoberta histórica é raramente aquela que os livros atribuíram ao seu autor, pois os fins pedagógicos inevitavelmente o transformam numa narrativa. Ainda que com muitas variações, o tema *pesquisa como princípio educacional* possibilita experimentos pedagógicos, derivas, percursos na história da cidade, na geografia histórica e na história da educação além de um amplo leque de possibilidades estéticas e, portanto, de entradas e saídas, caminhos e rastros de observação do geográfico e do pedagógico na educação.

NO CAMPO DA MÚSICA E DA POESIA: A EXPERIENCIAÇÃO

Objetivar a perspectiva do olhar sobre a educação geográfica, associada à suas demandas, é estabelecer um olhar oblíquo, um olhar como ele é; de esguelha mesmo, olhar pela nesga de um rio, pela frecha de porta ou de lajedo na serra³:



“O LAGEDO DA SALAMBAIA,
Outro lugar exuberante,
Longa extensão rochosa,
Único e importante,
Você vai se encantar,
E vai lembrar a todo instante.

(...)

As rochas que aqui têm forma,
De coisas e de animal,
Falo da PEDRA DA PATA,
Que é bastante escultural,
E recebe esse nome,
Pois a essa ave é igual”

Essa configuração lógica nos acolhe na história da educação para explicar a seara do trabalho de campo, as conformações das disciplinas e as atividades escolares em seus princípios educacionais. Dela, inclusive, distingue-se parâmetros para a avaliação da relação escola-cidade na modernidade.

Contudo, a educação geográfica da natureza se realiza em campos específicos, seja através da poesia, aqui tomada como um exemplo, que tenta definir um pouco mais os sentidos da pesquisa como princípio educativo, seja como experienciação de tais princípios. Um dos princípios que nos chama a atenção parece estar situado no poema *A Pedra* de João Cabral de Melo e Neto, encontrado numa investigação como prática de criação, de desejo de conhecer e de realizar descobertas que possibilitem a

3. Soatres, Juliana. Roliúde nordestina. Cabaceiras (PB): Literatura de Cordel. 2ª. Edição, 2019, p.6-7

busca da essência do que se apresenta como aparência imutável. Ou seja, retoricamente, para despertar a capacidade de elucidação e de emancipação do conhecimento.

Recorrer ao percurso música parece *comFormar* as tecnologias educacionais presentes no cotidiano escolar. Se trata de ação, de práxis: construção objetiva de saber. Aquele saber no instante, do momento, da poesia lida, da música tocada, da frase dita e anotada sobre uma parte. Uma explanação no campo, uma conversa sobre uma obra e as reações diante uma representação cartográfica antiga ou mesmo contemporânea. Parece-me que a experienciação tem como significado e significante o princípio da ação educativa na paisagem, no lugar, no território. Em resumo, a experienciação define a ação comunicacional da pesquisa ou seu corolário de localização.

Isto posto, pode-se fazer incursões pelas obras, personagens e sonoridades correlacionados ao ato de aprender. No poema A educação pela pedra ⁴, João Cabral de Melo e Neto expõe a aridez do sertão e da vida humana:

*Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, frequentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas).
A lição de moral, sua resistência fria
ao que flui e a fluir, a ser maleada;
a de poética, sua carnadura concreta;
a de economia, seu adensar-se compacta:
lições da pedra (de fora para dentro,
cartilha muda), para quem soletrá-la.*

*Outra educação pela pedra: no Sertão
(de dentro para fora, e pré-didática).
No Sertão a pedra não sabe lecionar,

e se lecionasse, não ensinaria nada;
lá não se aprende a pedra: lá a pedra,
uma pedra de nascença, entranha a
alma.*

Para críticos da estética poética, o objeto pedra, inanimado, frio, duro não faz o homem aprender. Mas a pedra demonstra e ganha poesia, sem nada fazer e despercebida. À poesia de João Cabral de Melo Neto é atribuída a suspensão da emoção, colocada para um segundo plano e garantir o poema perfeito, preciso, uma escolha com a necessária

4. MELO NETO, João Cabral de. Obra completa: volume único. Org. Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. p.338. (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira). (Disponível em <https://www.escritas.org/pt/t/11963/a-educacao-pela-pedra>)

colocação das palavras como que num cálculo matemático.

Na educação pela pedra a *carnatura da poética* remete ao pedagógico na sua relação com a formalidade: carnatura didática, didática da pedra e outras designações como poesias imitativas da existência: a poiésis, impulso criativo que parte da imaginação e dos sentimentos. Adquire a compleição de uma pré-dinástica e sua existência encontra-se no valor de nascença entranhada na alma. A pedra remete à aridez do sertão e da aridez humana.

Como pré-existente, a pedra pode *guiar*. E a guia é analogia possível com aquela expressa pelo primo do sul, Ailton Krenak, dos Krenak das terras do Rio Doce sul. Krenak (2019), em revista ao conceito de sustentabilidade, nos conta de um pesquisador europeu nos EUA no começo do século XX que queria entrevistar uma anciã, ao que teve que esperar porque “ela estava conversando com a irmã dela”. Surpreso, o camarada perguntou: “Mas é uma pedra?!”. Para aumentar a sua surpresa, aquela senhora Hopi “que conversava com a pedra, sua irmã, tem um monte de gente que fala com montanhas. (...)... formam casais. Tem mãe, pai, filho, tem família de montanhas que troca afeto, faz trocas. (...) pessoas que nesses vales fazem festas para essas montanhas, dão comida, dão presentes, ganham presentes das montanhas. Por que essas narrativas não nos entusiasmam?”. Prossegue, ao encerrar, afirmando que o desconforto de muitos na contemporaneidade deriva do fato de que tais povos habitam uma cosmovisão com “capacidade imaginativas e de existência” e de criar ausências, do sentido de viver em sociedade e poder contar uns com os outros (Krenak, 2019 passim). No rumo dessa ideia, afirma que sua aldeia Krenak:

...fica na margem esquerda do rio, na direita tem uma serra. Aprendi que aquela serra tem nome, Takukrak, e personalidade. De manhã cedo, de lá do terreiro da aldeia, as pessoas olham para ela e sabem se o dia vai ser bom ou se é melhor ficar quieto. Quando ela está com uma cara do tipo ‘não estou para conversa hoje’, as pessoas já ficam atentas. Quando ela amanhece esplêndida, bonita, com nuvens claras sobrevoando a sua cabeça, toda enfeitada, o pessoal fala: ‘pode fazer festa, dançar, pescar, pode fazer o que quiser.’ (Krenak, 2019:17-8).

Hardaman (2020), em *Krenak e Milton Santos pedem passagem*, aprofunda as ideias para adiar o fim do mundo, propondo uma reflexão de transição:

É necessário reaprender, com os povos tradicionais e originários, o

curso dos caminhos e a esperança que se renova na sequência das estações. Mas o mundo está realmente em colapso socioambiental, por todos os ângulos e paisagens que se queira ver, e a espera pode significar somente um sonho bom, “um sonho feliz de cidade” antes do fim. Tenho percebido que a palavra distopia, até recentemente só de uso especializado em algumas esferas filosóficas e científicas, vai tomando lugar no discurso cotidiano. Por todos os lados. Dialeticamente, utopia pode significar alento novo nas lutas por um mundo habitável por todos os humanos que forem capazes de incorporar os quase-humanos na direção de um conceito de humanidade efetivamente ainda por constituir e por se reconhecer em si e para si como ta⁵.

E, trazido em outro texto literário, em a *Festa da Natureza*⁶, Patativa do Assaré repassa a dualidade:

Chegando o tempo do inverno

Tudo é amoroso e terno

No fundo do Pai eterno

Sua bondade sem fim.

Compondo a sagrada orquestra

Da natureza em festa.

Sertão amargo, esturricado,

Ficando logo transformado

No mais imenso jardim

Num lindo quadro de beleza.

Do campo até na floresta

As aves lá se manifestam

(...)

Mandar a chuva pro nordeste

De verde a terra se veste

E corre água em borbotão.

Dos versos do Patativa, como

carinhosamente era chamado, a um outro especialista da resistência sertaneja das terras maranhenses: João do Vale, demarca a educação geográfica da natureza através de experiência do tempo-espaço e da dialética dos contrários:

A Lavadeira e o Lavrador (João do Vale)⁷.

Eu vi a lavadeira pedindo sol

E o lavrador pra chover

Os dois com a mesma razão

Todos precisam viver

5. Hardman (2020).

6. In: *CD Sertão*; Paulus, 2002. *FESTA DA NATUREZA* - Patativa do Assaré/Gereba.

7. <https://www.youtube.com/watch?v=PinFdBwrcAl>

<i>Eu vi o lavrador com o joelho no chão</i>	<i>Depois, veio a lavadeira</i>
<i>O pranto banhando o rosto</i>	<i>Soluçando a reclamar</i>
<i>Seu filho pedindo pão</i>	<i>Dez dias que não faz sol</i>
<i>O gado todo morrendo</i>	<i>Pra minha roupa secar</i>
<i>Ó Deus poderoso</i>	<i>Se eu não entrego a roupa toda</i>
<i>Faça chover no sertão</i>	<i>Doutor não vai me pagar</i>
<i>Nessa hora eu queria ter força e poder</i>	<i>Se amanhã não fizer sol</i>
<i>Pra acabar com a miséria</i>	<i>Ai, meu Deus, o que será</i>
<i>E fazer no sertão chover</i>	<i>Aí, eu vi que Deus é toda a perfeição</i>
<i>Vocês vão me censurar</i>	<i>O que eu pensei ainda há pouco</i>
 	<i>Agora peço perdão</i>
<i>Mas veio na imaginação</i>	<i>Só uma força de cima</i>
<i>Nem tudo é santo de Deus</i>	<i>Controla a situação</i>
<i>Pois Deus não tem coração</i>	<i>Um povo querendo inverno</i>
	<i>Outro querendo verão</i>

A experiência e a natureza do ensinamento produzem conhecimento ao revés do realismo ingênuo. A expressão poética abaixo, da lavra da professora e escritora Juliana Soares, é parte de um conjunto de projetos, atos e acontecimentos articulados às noções de formação para educação ambiental na escola⁸. Nessa iniciativa encontram-se ludicidade, convivência e experiência, numa oportunidade de relacionar as noções de natureza na formação da sociedade brasileira. Esta parece ser a explicação do regime de chuvas do cariri paraibano estabelecido pelo cordel⁹:

<i>A nossa vegetação,</i>	<i>É assim esse processo,</i>
<i>Ela é sempre um mistério,</i>	<i>Bem simples bem natural,</i>
<i>Eu estou falando sério,</i>	<i>Um momento sem igual,</i>
<i>Passa por transformação,</i>	<i>Na Caatinga é sucesso,</i>
<i>Que nos causa emoção.</i>	<i>Pois nós vemos retrocesso,</i>
<i>E quando a chuva não vem,</i>	<i>Em toda essa ação,</i>
<i>Ela resseca o que tem,</i>	<i>E com dor no coração,</i>
<i>E parece até sumir,</i>	<i>Vemos o verde ressecar,</i>
<i>Bastando a chuva vir,</i>	<i>Pra quando a chuva chegar,</i>
<i>Para o verde vir também.</i>	<i>Surgir a renovação.</i>

8. Nascimento, 2017.

9. Soares (2019a).

Essa relação complexa das ações educacionais da experiência da natureza, merece destaque a formação de *Guardiões da Caatinga*, grupo de escolares da Escola Abdias Queiroz, levadas à cabo com *Práticas Educativas e Ambientais a Partir da Produção de Folhetos de Cordel* e por grupos de pesquisas das universidades Estadual (UEPB e UFCG-UFPB), com *Avaliação do potencial turístico e a conservação do patrimônio geomorfológico do Geoparque Cariri Paraibano*. Associam-se e são causa e consequência de ações coordenadas, atividade dos órgãos e entidades de cultura como o *Circuito Cultural Som nas Pedras*, que possui também objetivo de *fortalecer potencialidades econômicas dos municípios com promoção cultural através de sons, cameratas, poesias, dança e música* (figuras abaixo).



Tais experiências de didática geográfica em variados formatos (pesquisas, músicas, poesias etc.), e ações assumem forma de *instruções pedagógicas* e modelos de aprendizagem. Remetem às práticas de excursões e de passeios escolares de fins de século XIX e inícios do século XX e, após o advento da criação do IBGE, aos *cursos para professores do CNG*, às *Fotografias Comentadas* e publicações dos *Tipos e Aspectos do Brasil*, que tomam a forma institucional de ativismo pedagógico.

Contudo, se as descrições das cercas, os relatórios de viagens e as

fotografias comentadas faziam parte de uma época marcada por uma política cultural nacionalista, ela une, num élan de conhecimento do país, história e geografia para o movimento de ideias pela formação da *consciência nacional* e atua em vários campos da cultura, educação e ciências sociais. Afirma-se que o caminho escolhido pelo poder político para criar uma nação seria o reforço do espírito nacional:

.... o que sabemos da geografia da nossa Pátria, das feições características do seu solo, dos seus habitantes de outras zonas que não são nossas, sabemos-los pelos estrangeiros. Foram os Castelnaus, os Saint-Hilaires, os Eschweges, os Martius, os Burtons, os Agassiz, os Bates, os Wallaces, os New-Wieds, os Hartts e os Steinens que nos ensinaram a geografia da nossa Pátria. (...) Que desamor profundo do País está este fato a revelar! Entretanto, o conhecimento do País em todos os seus aspectos, que todos se podem resumir em - geográfico e histórico - é a base de todo o patriotismo esclarecido e evidente. Por isso, a geografia do País, inteligentemente compreendida e ensinada, é por assim dizer a base de toda a educação nacional bem dirigida (Veríssimo, 1985: 96).

Neste modelo de instrução cívica, a maior parte dos modernos sistemas educativos se acostaram às suas finalidades de assegurar a reprodução dos valores sociais da época para ilustrar a sociedade. Deste modo é que o desenvolvimento do sentimento nacional e a manutenção da ordem social foram as prioridades como respostas às demandas educativas da sociedade bem como a propagação de conhecimentos escolares úteis para a vida.

As descrições das fotografias em *Fotografias Comentadas* estabelecem padrões de qualidade para a descrição e a observação, aliada com as descrições densas e as percepções sensoriais, degustativas, olfativas e dos sentidos. Este certame se aproxima da educação geográfica da natureza por ser o fio condutor além da docência e da pesquisa. A educação geográfica da natureza pode ser um excedente de trabalho nas pesquisas e nos exercícios de aprendizagem de campo ou em estágios. Mas não será mais-valia. Parece evidente que é apropriável através das técnicas de preservação, conservação e estudos do meio da educação ambiental ou de sustentabilidade. Assim, a experiência seria um método que recomenda o conhecimento através de práticas, observações e estudos. A experiência se dá registro e a melodia permanece, mas com outras entonações na apresentação de rotas e paisagens naturais de

divulgação institucional com contação de histórias da região e apresentações de teatro e poesia.

Os Guardiões da Caatinga acompanham a subida ao lajedo nos rituais do evento e demonstram que a natureza dança, articulando, então, a liberdade e a necessidade, a liberdade do espírito e a necessidade da natureza, sem submeter o espírito a natureza nem a natureza ao espírito. Filosofia da natureza essa em que *a experiência geográfica não é, primordialmente, a aplicação de um sistema de categorias e de leis que seriam integrados a um registro teórico. Essa experiência possui todas as características de uma emoção, [...] de uma deposição do eu em contato com o mundo exterior, que permite ao geógrafo se deixar levar, se invadindo pela tonalidade própria do lugar.*" (Dardel, 2011: 129-130)

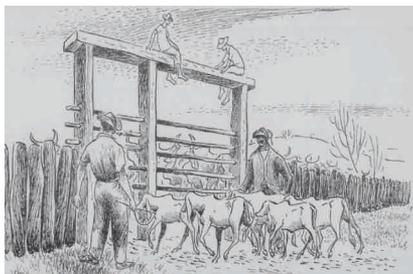
De posse dos elementos de um *encontro inesquecível* entre a experiência geográfica e o saber geográfico como *unidade melódica* de impressão geral sobre o lugar; o saber geográfico constitui a *impressão total* de Humboldt. Estes saberes são repletos de tempestade e ímpeto e experiência de refazer-se com resultado da relação do homem com a terra marcados de "geograficidade" um modo de sua existência. E se o *saber geográfico dá forma a uma emoção* é porque ele articula a memória para restituir a própria natureza e para guardar a intensidade e a linguagem de uma direção do sentido. Os componentes, entre tantos, estão os desenhos de bico de pena de Percy Lau e as fotografias de Barbosa Leite, ambos do IBGE.



Caatinga



Cercas Sertanejas



Porteira de Moirões



Vaquejada

Isto posto, implica dizer que utilizar as conceituações abstratas da contemplação dos objetos dispostos no espaço geográfico com as experiências sensíveis, subjetiva e ontológica do trabalho cumprem tarefa de conceber um conjunto de processos de educação emancipatória através da geografia.

LITERATURA PARA FINALIZAR ESTE ENSAIO.

Por fim, este ensaio não poderia deixar de finalizar com as figuras amáveis dos cronópios de Cortazar, descrevendo as suas geografias fantásticas:

Demonstrando que as formigas são as verdadeiras rainhas da criação (...) eis uma página de sua geografia: '.... mares paralelos (rios?). A água infinita (um mar?) cresce em certos momentos como uma heraherahera (idéia de uma parede muito alta, que expressaria a maré?). Se a gente vai-vai-vai-vai (noção análoga aplicada à distância) chega à Grande Sombra Verde (um campo semeado, um mato, um bosque?) onde o Grande Deus eleva o celeiro contínuo para suas Melhores Operárias. Nesta região abundam os Imensos Seres Horríveis (homens?) que destroem nossos caminhos. Do outro lado da Grande Sombra Verde começa o Céu Duro (uma montanha?). E tudo isso é nosso, mas com ameaças.' Essa geografia foi objeto de uma outra interpretação (Dick Fry e Niels Peterson Jr.). O trecho corresponderia topograficamente a um pequeno jardim da Rua Laprida, 628, Buenos Aires. Os mares paralelos são dois pequenos canais de esgoto; a água infinita, um banho para patos; a Grande Sombra Verde, um canteiro de alface. Os Imensos Seres Horríveis insinuariam patos ou galinhas, embora não se deva descartar a possibilidade de que realmente se trate de homens. A respeito do Céu Duro desenvolve-se uma polêmica que não acabará tão cedo. A opinião de Fry e Peterson, que vêem nele uma parede de tijolos, opõe-se a de Guillermo Sofovich, que presume um bidê abandonado entre as alfaces (Cortazar, 2001:71).

Nessa pesquisa-passeio propedêutico pela obra de Julio Cortazar fica claro quão elucidativo são os caminhos da Geografia fantástica de Cortázar que demonstra um mundo onde o sentido do humano parece ter se perdido e a sua geografia não está antes, depois, na frente ou atrás; mas entre, nas criaturas e no entrecruzamento de gêneros, no questionamento de todas as fronteiras e no cultivo de uma única expressão literária.

Cortazar, argentino nascido em Bruxelas, chegou à Argentina aos quatro anos de idade, por volta dos anos de 1918. Na escola os colegas o apelidaram de "belgicano", algo como um belga americano ou mexicano. Até o fim de sua vida, no início dos anos oitenta, escreveu contos, romances, crítica literária, prosas etc... e sempre buscou a potência da fantasia a partir do real imediato. Nas *Notas sobre o gótico no Rio da Prata* comenta que em sua formação escolar não teve nenhuma educação implacável. Pelo contrário, quando menino jamais teve travas na imaginação e se regozija com a confusão que os professores faziam de imaginação com conhecimento, e diz:

cada vez que vejo as bibliotecas onde estão nutridas crianças bem-educadas, penso que tive sorte; ninguém selecionou para mim os livros que devia ler, ninguém se inquietou com o fato de o que o sobrenatural e o fantástico se impusessem a mim com a mesma validade que os princípios da física ou as batalhas da independência nacional" (Cortazar, 2001: 75).

Sobre a geografia em particular, além de uma página dedicada especificamente a ela através da geografia das formigas, reproduzida acima, deixou diários de viagem (Manágua, Jaipur, Havana, Roma, Paris...) notícias de extravios, mapas errados, contextos de tempos e distâncias.

Em contribuição com J. Dunlop fez de uma pequena viagem em sua Fafner, uma Kombi (WW) adaptada em forma de *trailer*, de Paris a Marcelle, uma verdadeira expedição; programou o uso da estrada com desenhos, definiu escalas em paradeiros e esteve com filhos de amigos e crianças que conheceu nos 12 dias que esteve na estrada, nos paradeiros, nos motéis e na *fauna (e flora) entomológica* do roteiro.

Em *História de cronópios e famas*, ambientada na Buenos Aires da década de 1940-1950, a rua que habita chamava-se Humboldt, conhecido autor do *Cosmos*, o ensaio da descrição física do mundo. Os cronópios de Cortazar são seres estranhos que tomam características humanas. A sua força é a poesia. Cantam, esquecem de tudo, são atropelados, perdem o

que levam nos bolsos e até a conta dos dias. Quando os cronópios saem de casa para uma viagem eles encontram os hotéis lotados, perdem os horários dos trens, chove torrencialmente, os táxis não querem levá-los ou cobram preços altíssimos, mas não perdem otimismo pois, afirmam “*que bela cidade, que belíssima cidade!*”. O polimorfismo cultural derivado da imensidão geográfica, isolamento e tédio - e a sua própria experiência com o que chama de dimensão gótica são os motores desse sortimento de ideias pedagógicas.

Não por acaso, no mesmo livro *História de cronópios e famas*, Cortazar apresenta um manual de instruções que, além de apropriado ao ensino, é pura diversão pedagógica e pode possuir conteúdos de educação geográfica. Numa delas, nos apresenta *instruções para chorar; para cantar; para sentir medo; para entender quadros famosos; para matar formigas em Roma; para subir uma escada ou simplesmente instruções para dar corda num relógio*, entre outras.

O desafio dessa pedagogia fantástica é ir muito além do ensino de geografia, e quem sabe além da educação, pois condizente com a realidade do pensamento. Isto é uma condição necessária, mas não suficiente. Importa encontrar lugares além da noção geográfica, espacial e simbólica, mapeada, “plotada” para enfrentar o desafio.

Neste sentido, podemos imaginar algum livro de geografia que o autor deixa de deitar moral, de argumentar, de propor, de dogmatizar, de criticar, e se põe a assobiar? Cantar? É possível ter lido um livro de Geografia em que exista sentido humorístico? ironia? Bufonada? Estupidez? São muito poucos, suponho. Palhaçada sem palhaços estruturam o campo pedagógico (da Geografia e sua gramática) é aquele que moraliza exorbitantemente, com um ou mais tons sérios, muitas vezes patético. Rejeita-se a decoração ininterrupta das capitais, dos conceitos, das teses.

Ao perguntarem para Agnes Heller, numa entrevista, se ela acreditava na superação do capitalismo e da religião naquele momento, ela respondeu indagando por que que ela teria que acreditar em alguma coisa. Era uma questão crucial para as superações da modernidade: acreditar, crer. Um iluminismo e humanismo além da conta, disseminado socialmente como insuperável.

Encontrar “outro” (fora do Eu e do SuperEu) sentido de domínio pedagógico no conhecimento que a geografia personifica é tentar ir além

daquele campo constituído sobre um incurável otimismo. Os professores de Geografia, os pesquisadores em geografia, em pedagogia, enfim, nós que estamos de passagem nessa formalidade (a distinção tem sentido para muitos e tão logo encontre as palavras poderei me fazer entender, suponho) somos moralistas otimistas, crentes que levam demasiado a sério as suas obrigações, e crentes estabelecem uma distância irônica sobre si mesmo de maneira extraordinariamente penosa.

Não é à toa que Larrosa, um dos mais fervorosos críticos da pedagogia moderna e um dos arautos da pedagogia pós-crítica, em "Elogio do Riso", relembra Cortázar como um amável cronópio que gostava de se olhar no espelho com gravata ao pescoço porque lhe dava a sensação de que um senhor de gravata deveria ser um senhor estupendo. Em vários dos contos, novelas, romances e prosas ("Casa tomada", "62. Modelo para armar", "La vuelta al día en ochenta mundos") Cortázar propõe personagens que efetuam ações comuns, cotidianas, em mundos próximos e com seres semelhantes a todos nós. Concebe personagens verossímeis, complexos, conflitivos e de realidade fática que, para evitar qualquer ilusão nas suas fantasias geográficas, basta reduzir as distâncias entre o mundo textual e mundo exterior, pois propugnava sair de si mesmo, estranhar-se, romper a bússola e buscar fora da cartografia outras orientações. Para conseguir isso, Cortázar mudava de contexto, de cidade e de geografia, pois um enorme apetite geográfico o compelia a viajar com frequência em grandes distâncias, de carro ou de trem. Um de seus comentadores críticos, afirma que Cortázar dizia *viajar para conhecer a sua geografia e para ler aquilo que nunca foi escrito*.

Essa geografia fantástica e desmesurada corresponde a contextos de tempos, de distâncias e de espaços que transformaram a literatura de Cortázar numa chave de acesso à realidade, uma "llave de paso, y no simple y minuciosa representación de trozos y rastros de vida" (Cortazar, 2006). Para este amável cronópio, em seu "Manual de instruções", o cotidiano satisfatoriamente, com todas as suas coisas em seus lugares (*a mesma mulher ao lado, os mesmos sapatos, o mesmo sabor da mesma pasta de dente, a mesma tristeza das casas e janelas de frente*) *cumpra a sua eficiência: reflexo*. Mas para ele nada disso é mau. Abrir a maçaneta da porta e descer a escada, sabe-se que começa a rua, *este lugar geográfico, floresta viva, onde rostos, instantes, braços, paredes, portões irão nascer quando os olhar* (Cortazar, 2001:3-4).

Ao sugerir que a geografia não ri, e que os geógrafos também não, é porque estou sugerindo que não se ri porque se moraliza demasiadamente, com tom grave, sério e quase patético. No suposto prestígio da geografia neste início de século, ela torna-se um conhecimento associado a um incurável otimismo; não se ri na sala de aula, na biblioteca e nos espaços da escola. São todos espaços do sério; e há momentos em que a sala de aula se parece com uma igreja, com um tribunal, com uma celebração patriótica ou com uma missa cultural.

Assim, o convite que faço aos professores e estudantes é uma ação pedagógica derivada de uma reflexão sobre as Geografias insuspeitas. Alguém pode dizer a localização num GPS ou endereço postal do Sítio do Pica-Pau Amarelo? Alguém sabe informar as coordenadas geográficas do colégio Ateneu, prestigiosa instituição de ensino dirigida pelo pedagogo Aristarco Argolo de Ramos, da família do Visconde de Ramos, do Norte.

Amplio o convite para que consigamos *desgeograficar*, fundir e deslocar traços de tudo; de fauna, de flora e de toda sintaxe, vendo nascer os caminhos, as confluências, outras ruas e esquinas, tal como quer o autor de Macunaíma, Mário de Andrade, ao propor a ideia de modernidade em o Turista Aprendiz:

Este primeiro dia de Paraíba tem de ser consagrado ao caso de aranha. Não é nada importante, porém me preocupou demais e o turismo sempre foi manifestação egoísta e individualista. Cheguei contente na Paraíba com os amigos José Américo de Almeida, Ademar Vidal, Silvino Olavo me abraçando. Ao chegar no quarto pra que meus olhos se lembraram de olhar pra cima? Bem no canto alto da parede, uma aranha enorme, mas enorme. Chamei um dos meus amigos, Antônio Bento, pra indagar o tamanho do perigo. Não havia perigo. Era uma dessas arranhas familiares, não mordida ninguém, honesta e trabalhadeira lá ao jeito das aranhas. Quis me sossegar e de fato a razão sossegou, mas o resto da minha entidade sossegou, mas foi nada! Eu estava com medo da aranha. Era uma aranha enorme...(..) topei com os sons dum coco. ...era uma crilada gasosa dançando e catando na praia. Gente predestinada pra dançar e cantar. Sem método, sem os ritos coreográficos do coco, o pessoalzinho dançava dos 5 anos aos 13, no mais! Mas o ganzá era batido por um piázote que não teria 6 anos, coisa admirável. Que precosidade rítmica, puxa! O piá cansou, pediu pra uma pequena fazer a parte dele. (...) Os coqueiros soltos da praia me puseram em presença da aranha. O passeio estava sublime por fora mas eu estava impaciente, querendo voltar pra ver se acabava duma vez com o problema da aranha. Nuns mocambos uns homens metodicamente vestidos de azulão, dólmã, calça e gorro. Eram os presos. (...) E fiquei em presença da aranha outra feira. Olhei pro lugar dela, não a vi. Foi-se embora, imaginei. De-

repente vi a aranha mais adiante. Está claro que a inquietação redobrou. De primeiro ela ficava enormemente imóvel, sempre no mesmo lugar. Agora estava noutro, provando a possibilidade de chegar até meu sono sem defesa. Pensei nos jeitos de mata-la. Onde ela estava era impossível, quarto alto, cheio de frinchas e de badulaques, incomodar os outros hóspedes, fazer bulha. A aranha deu de passear, eu olhando. Se ela chegar mais perto, mato mesmo. Não chegou. Fez um reconhecimentozinho e se escondeu. Deitei interrompi a luz e meu cansaço adormeceu, organizado pela razão. Faz pouco abri os olhos. A aranha estava sobre mim, enorme, lindos olhos, medonha, temível, eu nem podia respirar, preso de medo. A aranha falou: - Je t'aime. Paraíba, 28 de janeiro, 1929, 3 da madrugada. Andrade, Mário de, *Fotógrafo Brasileiro*, 1993:23.

Destaca-se, por fim, a instrução pedagógica *Pai do mangue*. No desenho abaixo está uma reprodução do desenho da Ana Clara, garota de 13 anos que fez o percurso da Trilha do Caranguejo Uça no distrito de Barra de Camaratuba, município de Mataraca na companhia dos pais e do guia. No fluxo e refluxo da maré no mangue, desenha aquilo que tem de misterioso, entrelaçado, sorumbático e tenebroso. Do ponto de vista da semiologia, as experiências de aprendizado de destrezas em estágios e trabalho de iniciação científica, remetem para as noções de espaço e os desdobramentos analíticos são permanentes porque as imagens estão em permanente modificação.



Referências

ANDRDADE L. G. DE. Potencial Geoturístico do Semiárido Paraibano: um estudo acerca do município de Cabaceiras/PB. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 2, p. 1514-1524, 25 nov. 2016. <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/10861>

ANGOTTI-SALGUEIRO Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material** [online]. 2005, v. 13, n. 2 [Acessado 27 Junho 2021], pp. 21-72. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000200003>. Epub 26 Ago 2008. ISSN 1982-0267. <https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000200003>.

CARDOSO, CARLOS. PAISAGENS DO NORDESTE: o Sertão da Paraíba. **VII ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS**. Crato – CE, 1999,p.65-7 (Anais).

CORTAZAR J. "Viagens". In: **História de cronópios e de famas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p.101

CORTAZAR J **Obras Completas** V. I. Barcelona: RBA Coleccionables, S.A., 2005.

DARDEL E. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução Werther Holzer. – São Paulo: Perspectiva, 2011. (estudos; 292). Tradução de: L'homme et la terre: nature de la réalité géographique.

HARDMAN F. F. Por uma outra globalização: Krenak e Milton Santos pedem passagem. In:<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/especial/diario-em-pequim/por-uma-outra-globalizacao-krenak-e-milton-santos-pedem-passage> (acesso 04abr20). 2020

IBGE **Tipos e Aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro. Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica. 10 ed. atualizada e ampl. Rio de Janeiro, 1975. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv82363.pdf>

KRENAK A. **Ideias para Adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 7-32.

NASCIMENTO Maria Edilene da Silva. Valoração Do Patrimônio Geomorfológico dos Lajedos do Bravo (Boavista-PB) e da Salambaia (Cabaceiras-PB). **Monografia** defendida ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, 2019.

NASCIMENTO, M. E. S. et.all. Valoração do Patrimônio Geomorfológico Do Lajedo do Bravo, Região Semiárida da Paraíba.2018 <http://www.sinageo.org.br/2018/trabalhos/5/5-460-536.html>

NASCIMENTO, M. M. A. Práticas Educativas e Ambientais a Partir da Produção de Folhetos de Cordel da EMEF Abdias Aires de Queiroz na Cidade de Cabaceiras.2021 **Pôster Anais COPRECIS - Congresso Nacional de Práticas Educativas: o ver, o fazer, o dizer - Universidade Federal de Campina Grande, GD03**

- **Ensino e práticas educativas, novembro de 2017.** In: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31373> Acesso em: 21/03/2021 17:15

DE MELO, M. L. Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba. **Guia de Excursão nº 7, realizada por ocasião do XVIII Congresso Internacional de Geografia.** União Geográfica Internacional. Comissão Nacional do Brasil. Edição do Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro, 1958.

SOARES J. **Coisas do nosso Nordeste.** Cabaceiras (PB): Littera Poesias: Literatura de Cordel. 2ª. Edição - 2019a, p.4-7

SOARES J. **Roliúde Nordestina.** Cabaceiras (PB): Literatura de Cordel. 2ª. Edição, 2019b, p. 6-7.

TOPONÍMIA, IDENTIDADE E PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

Dirce Maria Antunes Suertegaray
Rui Jacinto
Inocência de Oliveira Borges Neto

APRESENTAÇÃO

Da minha aldeia vejo quanto da terra se pode ver do/ Universo.../ Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra/ qualquer, / Porque eu sou do tamanho do que vejo/ E não do tamanho da minha altura (...)

Mas poucos sabem qual é o rio da minha aldeia/ E para onde ele vai/ E donde ele vem. / E por isso, porque pertence a menos gente,/ É mais livre e maior o rio da minha aldeia.

Alberto Caeiro (Fernando Pessoa), O guardador de rebanhos

Na constituição deste texto, toma-se como referência a toponímia relativa aos nomes das cidades, que compõem o estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, com o objetivo de resgatar, pela nomenclatura local, a história socioespacial da relação com a natureza, no processo de ocupação deste estado.

Neste texto, não será feita uma análise no campo da linguística; trata-se de, a partir da toponímia, refletir sobre a formação do espaço geográfico, enfatizando a designação dos lugares e a intrínseca relação deste processo com as características naturais e com a ocupação populacional. Para realizar este ensaio, o procedimento inicial foi, com base no conjunto dos municípios que compõem o estado do RS, selecionar

aqueles, cujos nomes estão associados a aspectos da natureza e da ocupação territorial. Essas denominações, em muitos dos casos, são conexos às populações indígenas, que, originalmente, ocuparam o espaço.

Após esta seleção, procedeu-se à identificação do significado da palavra, associada às características naturais e à busca por dados, referentes ao processo de ocupação destas terras, em diferentes fases do processo de colonização/ocupação. De posse destas informações, foi proposta uma classificação das cidades, considerando nomes de lugares, que remetem à matriz primordial e a qualitativos identitários, ou seja, relacionados ao modo incipiente de formação do povoamento primitivo, bem como foi destacado um segundo grupo de nomes, associado a condições naturais, a particularidades e a especificidades locais.

Na continuidade, com base nas coordenadas geográficas de cada uma das cidades, foram elaborados mapas de distribuição, tomando, como referência, os mapas de relevo, de vegetação e de divisão regional do estado, além de alguns dos trajetos, que expressam a história econômica do estado.

O produto desta espacialização expressa, afora as características naturais, o processo de ocupação do Rio Grande do Sul, explicitando, pelas denominações encontradas, áreas de ocupação indígena, registradas em nomes, que permanecem preservados, na atualidade, a ocupação espanhola/portuguesa, quando da constituição do território brasileiro, e, posteriormente, o processo de ocupação, vinculado, sobretudo, às migrações alemã e italiana nesta parcela de território.

A nosso ver, um estudo toponímico, comum a outras áreas do conhecimento, a exemplo da História e da Linguística, constitui um caminho, entre outros, no sentido de desencadear um processo de aprendizagem, que permite resgatar dimensões de análise geográfica, como a realidade inseparável entre natureza e sociedade; o processo histórico, como procedimento de compreensão do espaço geográfico, sobretudo, o evidenciado nesta breve pesquisa; e os conflitos territoriais, no que se referem à posse da natureza e dos seus recursos, processos plasmados na originária denominação dos lugares.

TOPONÍMIA E TERRITÓRIO: O NOME DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Sentia que estava a gostar do seu trabalho mais do que nunca, graças a ele pudera penetrar na intimidade de tantas pessoas famosas, saber, por exemplo, coisas que algumas faziam para ocultar, como serem filhas de pai ou de mãe incógnitos, ou incógnitos ambos, que era o caso de uma dessas, ou dizerem que eram naturais da sede de um concelho ou da sede de um distrito quando o que tinham era nascido num lugarejo perdido, numa encruzilhada de bárbara ressonância, se não fora antes num sítio que simplesmente cheirava a estrume e a curral e que podia muito bem passar sem nome.

José Saramago, Todos os nomes

Toponímia: uma tatuagem no corpo da terra

No sentido amplo, toponímia consiste em um campo do conhecimento, vinculado à linguística, que busca a interpretação do significado do nome dado a um lugar. Conforme Houaiss (2001), constitui:

(...) parte da onomástica que estuda os nomes próprios de lugares; lista, relação de topônimos; estudo etimológico e/ou histórico sobre os topônimos. (Compreende diversas subdivisões, como corônimos, limnônimos, eremônimos, potamônimos; livro (ou outro suporte) que contém tal relação ou estudo.

Para Dick, a toponímia pode ser entendida como “um imenso complexo línguo-cultural, em que os dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e, não, exclusivamente” (Dick, 1990, p. 16). Constitui um caminho de análise, que permite uma construção interdisciplinar, que vem sendo resgatado, com o advento das análises culturais, no terreno da Geografia, para uma compreensão do significado dos lugares e de suas correspondentes nomações, dentro do contexto histórico.

Com este enunciado, fica evidenciada a possível interconexão entre Geografia (o lugar), História (o período e o contexto de nomação) e Linguagem. Nesse sentido, considerando o interesse deste estudo, que busca analisar a toponímia das cidades do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, pode-se, a partir de uma leitura prévia, informar que, para um português, a denominação dos lugares, e a atitude dos brasileiros, em relação aos esses nomes, é semelhante à que manifestam com a língua, em geral, e com o nome das pessoas, em particular: uma expressão de

criatividade, que parece ir além da gramática e doutros cânones, que impõem normas e padrões mais restritos.

Sob outra forma de constituir uma concepção de toponímia, poderíamos dizer que, no campo da Geografia, a legenda de um mapa, enquanto registro da denominação de lugares, é o produto toponímico por excelência. Essa representação pode ser entendida, como o nome, como uma tatuagem no corpo da terra, uma marca profunda e perene. Sendo assim, o mapa expressa a distribuição dos lugares no território, uma vez que cada nome atribuído tem um significado histórico e linguístico. Assim, num estudo desta natureza, a legenda (denominação das cidades) constitui o tema, que permite construir a narrativa.

A toponímia acaba por ser uma sugestiva forma de exprimir a semiótica e a semântica do território. Na sua definição mais restrita, topos (lugar) e onoma (nome), esta dá voz ao lugar e ao espaço e, em sentido mais amplo, à paisagem e ao território. O alto grau de resistência dos topônimos em desaparecer leva-nos, pelas suas próprias marcas, ao entendimento da construção do espaço humanizado, pois estes guardam uma relação com o tempo lento da ocupação e da evolução do território e, portanto, com a comunidade e com as raízes culturais², o que equivale a dizer que a toponímia é uma herança de indubitável significado patrimonial, cujas marcas, ricas e expressivas, permanecem na paisagem agrária.

A desapareção e a classificação temática dos topônimos – fitotoponímia, orotoponímia, hidrotoponímia, zootoponímia e hagiotoponímia – permitem uma explicação detalhada do meio natural e do seu entorno. Embora tenha predominado o estudo linguístico, do ponto de vista geográfico, os estudos sobre toponímias adquirem uma verdadeira capacidade explicativa, que, certamente, poderia encontrar-se no conceito de geotoponímia, dando ao termo uma dimensão complexa, diacrónica e interdisciplinar e ligando-se, particularmente, ao estudo geográfico, tanto físico como humano.

Enquanto a toponímia maior reflete as formas de povoamento – os nomenclátor são uma boa fonte –, a toponímia menor (caminhos, montes, ruas) fornece informação do máximo interesse, para entender as circunstâncias e os estratos cronológicos de um território. Os mapas topográficos e cadastrais contêm uma rica memória, a este respeito. Possivelmente, a vegetação e sua história são as que mais eloquentemente

perduram, na toponímia fossilizada. Na toponímia da Península Ibérica, por exemplo, convergem as raízes pré-romanas, com um substrato autóctone (iberos, celtas, celtiberos, tartésios e vacções) ou colonizador (Fernandes, 2016, p. 494).

Os lugares e, conseqüentemente, os estudos toponímicos, têm profundidades temporais diferentes, consoante os continentes e os países. No continente europeu e, particularmente, em Portugal, os lugares remetem a tempos mais longínquos, obrigando a tentar descobrir ligações de nomes a outros povos, que habitaram tais territórios (suevos, romanos, árabes etc.). A similitude do caso brasileiro prende-se, fundamentalmente, à permanência, ou à sobrevivência, de nomes indígenas. A este propósito, Jean-René Trichet observa:

Na Europa ocidental, a interpretação das camadas toponímicas da Antiguidade é da alta Idade Média presta-se ainda a várias hipóteses. Em França, sabemos que vários tipos de topónimos de origem galaco-romano ou germânico, que deram origem a vários milhares de nossos nomes de comunas atuais, têm muitas vezes como radical um nome de pessoa. (...) trata-se então de uma especificidade das sociedades tradicionais europeias, nas quais a marca precoce do território pela autoridade administrativa, com um objetivo principalmente fiscal, tem relevo sobre uma outra lógica que era a fixação indígena dos nomes dos lugares. (Trichet, 1998, p. 180-181)

Num dos capítulos da sua geografia cultural, que intitulou *Nomear os lugares, qualificar os espaços*, Paul Claval trata do “batismo dos lugares”:

Não é suficiente de se reconhecer e de se orientar. O explorador quer conservar a memória das terras que ele descobre e de os fazer conhecer a todos; para falar dos lugares ou dos meios, ele não tem outros meios de proceder senão o batismo do terreno e a elaboração dum vocabulário próprio para qualificar as diversas facetas do espaço (...). (Claval, 1995)

As sociedades sedentárias e organizadas têm necessidade duma toponímia fixa. As relações complexas não são possíveis, se os indivíduos ou os grupos não podem ser localizados e se os encaminhamentos não podem ser guiados por referências bem visíveis, na paisagem. O poder de se apropriar das terras faz colocar sob os registos, sob os planos ou sob os mapas as coleções de nomes dos lugares.

A toponímia é um traço de cultura e uma herança cultural marcada, muitas vezes, por um grande conservadorismo: guardam-se, através da

história, os nomes antigos, os quais se modificam, somente, acompanhando a evolução da língua: a propriedade de Viucytorius, Victoriacum, para os Galaico-Romanos, permanece, segundo as regiões, Vitrac, Vitry ou Vitré. Se o sentido original dos nomes dos lugares se perde, é papel da toponímia linguística reencontrá-lo.

Os nomes mudam brutalmente, em todo um espaço, às vezes, pela instauração dum novo poder ou por uma invasão ou pelo triunfo de novos modos – por exemplo, havia o hábito, na Idade Média, de dar um prenome germânico aos lugares, o que tinha efeitos sobre a toponímia. Um pouco mais tarde, as aldeias, muitas vezes, antigas, receberam nomes de santos, o que parece levar a crer que são de origem medieval.

Do mesmo modo, aos nomes dos lugares juntam-se os regionalismos. Estes traduzem a memorização, pelo grupo, duma mudança de escala na percepção do espaço. “Temos a consciência da recorrência sobre um certo entendimento das mesmas paisagens” (Claval, 1995, p. 384).

Metodologia: ensaio duma tipologia e procedimentos cartográficos

A metodologia, a base deste processo de pesquisa, é resultado de uma investigação inicial, englobando as cidades do Rio Grande do Sul, confrontada com o conhecimento sobre a temática, relativo a estudos já realizados em Portugal. Esta análise preliminar mostrou uma dispersão tão grande de topônimos, que nos levou, em primeiro lugar, a tentar encontrar uma sistematização relativa, perante os significados tão díspares, apresentados pelos lugares.

A partir desta investigação preliminar, foi proposto um caminho, definido, aqui, como um ensaio de tipologia. Ensaio, uma vez que, ao longo do processo, a proposta inicial poderá ser modificada, ampliada ou reduzida, conforme as definições das interpretações, em cada lugar e em cada sub-região de análise. A partir das considerações detalhadas e apresentadas no próximo item, as nomeações previamente analisadas foram colocadas em grandes grupos, obedecendo a sugestões de identificações mais específicas.

Nome dos municípios: ensaio duma tipologia

A análise toponímica, baseada nos nomes dos municípios do estado do Rio Grande do Sul, mostra uma grande dispersão de topônimos, que nos levou, em primeiro lugar, a tentar promover uma sistematização, que melhor os organizasse, considerando seus significados díspares. Deixando de lado aqueles, para os quais não se conseguiu encontrar um significado plausível ou para os quais foi difícil fazê-lo, procurou-se promover uma sistematização em grupos fundamentais, donde, com naturalidade, se destacaram alguns subgrupos:

i. Os que parecem envolvidos num suposto determinismo, remetendo a acidentes morfológicos, além dos que emanam da natureza ou de certas especificidades locais (monte, vale, várzea etc.), bem como à formação incipiente do povoamento primitivo (estância etc.);

ii. A base conceptual e ideológica, cujos exemplos de nomes deixam transparecer pontos de vista e expectativas dos primeiros colonos, tais como as de alcançarem um paraíso na terra, de terem, finalmente, acesso à terra, alegria, felicidade e bem-estar, entre outras;

iii. O importante papel da religião, que se manifesta na presença e na ligação com a Igreja, através da prevalência dos nomes da região das Missões e a frequência com que foram atribuídos nomes de santos aos lugares.

Com base nestes pressupostos, foi lançado um primeiro olhar sobre o nome das cidades do estado do Rio Grande do Sul, em que foram privilegiadas três coordenadas principais:

1. **Toponímia e matriz identitária**, que inclui os nomes dos lugares, que remetem a uma matriz primordial, inicial, ou a certos qualificativos identitários;

2. **Rotas do povoamento primordial**, que engloba os nomes dos lugares, que, de certa forma, revelam a génese do povoamento e o processo de colonização, através do nome de pessoas, de santos, de lugares portugueses ou datas históricas;

3. **Condições naturais, particularidades e especificidades locais**, agregando nomes de lugares, relacionados à biogeografia local, com as condições biogeográficas locais, com a água ou com acidentes morfológicos.

Cabe observar que no presente trabalho, especificamente, serão analisados dados parciais de um projeto em andamento, referentes aos itens Toponímia e matriz identitária e Rotas do povoamento primordial. O item Condições naturais, particularidades e especificidades locais terá uma análise mais específica e constituirá outro texto analítico.

Procedimentos cartográficos

Os procedimentos, para a elaboração dos mapas cartográficos, que fundamentam essa investigação, estão embasados nas seguintes etapas:

1. Classificação das Toponímias e vinculação dos resultados à base cartográfica dos municípios do Rio Grande do Sul;
2. Vetorização das bases cartográficas de regiões fisiográficas, das unidades geomorfológicas e da vegetação original, relativas ao estado;
3. Composição dos mapas, com a sobreposição das bases cartográficas: mesorregiões, regiões fisiográficas, unidades geomorfológicas e vegetação original.

Após a classificação das toponímias dos municípios do Rio Grande do Sul, Brasil, construída, a partir de pesquisa bibliográfica minuciosa, vinculou-se os resultados das classificações à base vetorial dos municípios do Rio Grande do Sul (IBGE, 2018), possibilitando a segmentação das toponímias, conforme sua origem e classificação.

A vetorização dos mapas foi realizada com o auxílio do *software* ArcGis para as bases cartográficas não encontradas, durante as etapas de pesquisa e de aquisição de dados cartográficos, quais sejam:

- Regiões fisiográficas (UFSM/SEMA-RS, 2001);
- Unidades geomorfológicas (CEPSRM/UFRGS, 2001);
- Vegetação original (Secretária da Agricultura (SA)/DGC, 1983).

Para a composição dos mapas, foi utilizado o *software* Quantum Gis (QGis), com quatro sobreposições:

- Mesorregiões (IBGE, 2018);
- Base adaptada/vetorizada de regiões fisiográficas (UFMS/SEMA-RS, 2001);
- Base adaptada/vetorizada das unidades geomorfológicas (CEPSRM/UFRGS, 2001);
- Base adaptada/vetorizada de vegetação original (Secretária da

Agricultura – SA/DGC, 1983).

Para cada base cartográfica foram feitos oito mapas, conforme a origem, a classificação e a segmentação das toponímias, atribuídas na primeira parte do trabalho de mapeamento. Esses mapas são aqui apresentados, consoante à análise, que se pretendeu realizar.

A TOPONÍMIA DO RIO GRANDE DO SUL: IDENTIDADE, PROCESSO DE COLONIZAÇÃO, CONDIÇÕES NATURAIS

Cada mapa que gravo na minha mente conduz-me a uma terra imaginada. (...) Abandonar o lugar que amamos significa que ficamos condenados a conviver com a nossa perda para sempre. (...) Enquanto trabalhava pacientemente no seu mappa mundi ao longo dos anos, começou a perceber o poder que os acontecimentos invisíveis têm de mudar o curso da história. O que ele deixou claramente de mencionar, todavia, embora essa noção se insira no seu texto até hoje, foi a ideia de uma geografia invisível afectando a maneira como vemos os lugares.

James Cowan, O sonho do cartógrafo

Enquadramento Geral: comentário e alguns apontamentos

A panóplia de nomes de lugares, com que nos deparamos, sem deixar de levar em consideração os pressupostos enunciados, obrigou a uma análise mais fina e à definição duma grelha mais apertada, para se proceder à análise. Este minucioso trabalho conduziu à criação da forma de análise utilizada neste trabalho e que se passa a apresentar.

1. **Toponímia e matriz identitária:** inclui os nomes de lugares, que remetem a uma matriz primordial, inicial, ou a certos qualificativos identitários. Em muitos casos, estamos perante um modo incipiente de povoamento, na sua formação primitiva, primordial, cuja génese correspondeu a diferentes fases do processo de colonização. Destacamos, como subgrupos: 1.1. Nome indígena; 1.2. Missão, pelo papel que os missionários tiveram, em dado momento; 1.3. Sul, além de apontar para uma referência matricial, revela a importância da Geografia; 1.4. Estrela/constelação;

2. **Rotas do povoamento primordial:** os nomes de alguns lugares revelam, de maneira impressiva, a génese do povoamento e o processo de colonização do Rio Grande do Sul, seja pela ocorrência de nomes de

pessoas, de nomes de santos ou de nomes de lugares portugueses, seja pela utilização de uma data histórica. Encontramos, ainda, nomes de lugares, associados a elementos fundamentais do povoamento primordial (igreja, casa, fazenda, estância, vila etc.), à expectativa dos imigrantes, que vinham em busca de redenção ou de encontrar o paraíso na terra (alegria, redenção, encantamento, etc.) ou nomes, que remetem aos países de proveniência dos emigrantes. Neste domínio, foram criados os seguintes subgrupos: 2.1. Elementos fundamentais do povoamento primordial (igreja, casa, fazenda, estância, vila, etc.); 2.2. Nomes que se podem associar às expectativas dos colonos de encontrar a terra da redenção, o paraíso (alegria, paraíso, etc.); 2.3. Antroponímia, nome associados a pessoas (barões, bandeirantes, políticos, imigrantes, colonizadores, tropeiros, líderes indígenas etc.); 2.4. Nome de santos; 2.5. Nome de lugares portugueses (da Portugal continental); 2.6. Nomes da Imigração, que remetem à colonização, por imigrantes provenientes de alguns países específicos; 2.7. Datas históricas.

3. Condições naturais, particularidades e especificidades locais:

um número significativo de lugares está relacionado à biogeografia local, quando coincidem com animais ou com plantas, ou com as condições biogeográficas locais, em que se destacaram três tipologias: (i) mato; (ii) condições biogeográficas locais: pinhal, coqueiral, mata; (iii) campina, sertão, gramado. Os nomes relacionados à água foram agrupados em três classes: (i) continental: rio, cachoeira, arroio, passo, ponte, lagoa, pântano; (ii) porto; (iii) barra. Foram destacados, ainda, os nomes relacionados a acidentes morfológicos (monte, morro, morrinho, vale, serra, planalto, cerro, chapada) ou à Geologia (rocha, lajeado). Em algumas situações, as condições naturais, bem como as particularidades e especificidades locais inerentes, que compõem os nomes dos lugares transparecem e identificam um inequívoco sentimento topofílico. Os subgrupos constituídos são os seguintes: 3.1. Biogeografia: animais; 3.2. Biogeografia: plantas; 3.3. Condições biogeográficas locais: mato; 3.4. Condições biogeográficas locais: pinhal, coqueiral, mata; 3.5. Condições biogeográficas locais: campina, sertão, gramado; 3.6. Hidrotoponímia: rio, cachoeira, arroio, passo, ponte, lagoa, pântano; 3.7. Hidrotoponímia: porto; 3.8. Hidrotoponímia: barra; 3.9. Acidentes morfológicos: monte, morro, morrinho, vale, serra, planalto, cerro, chapada; 3.10. Geologia: rocha, lajeado.

Após a classificação, uma primeira análise nos remete, em termos de quantidade, ao Quadro 1, que apresenta a distribuição quantitativa dos nomes dos municípios, considerando a classificação adotada. No total, foram levantadas informações para 495 municípios do estado. Com base nesses dados, é possível observar que há uma distribuição, em certa medida, equilibrada, entre as classes de topônimos. Entretanto, são destacáveis, no grupo Toponímia e matriz identitária, o subgrupo Nome indígena, presente em 94 municípios; e a identificação Sul, presente em 49 municípios. No grupo Rotas do povoamento primordial, o destaque é para Nome de pessoas (99), seguido de Nome de santos (66). No grupo Condições naturais locais, os elementos constituintes da hidrotoponímia (62) e a indicação de nome de plantas e de acidentes morfológicos (41) são os mais presentes.

Quadro 1 – Número de nomes de municípios segundo as classes de tipologias consideradas

Tipologias de nomes de lugares	Nº
1. Toponímia e matriz identitária	
1.1. Nome Indígena	94
1.2. Missão	11
1.3. Sul	49
1.4. Estrela	2
2. Rotas do povoamento primordial	
2.1. Elementos fundamentais do povoamento primordial	39
2.2. O paraíso na terra	31
2.3. Nome de pessoas (Antroponímia)	99
2.4. Nome de santos	66
2.5. Nome de lugar portugueses	4
2.6. Imigração	22
2.7. Nome de data histórica	9
3. Condições naturais locais	
3.1. Biogeografia: animais	18
3.2. Biogeografia: plantas	41
3.3. Condições biogeográficas: mato	12
3.4. Condições biogeográficas: pinhal, coqueiral, mata	13
3.5. Condições biogeográficas: campina, sertão, gramado	16
3.6. Hidrotoponímia: Rio, Cachoeira, Arroio, Lagoa,...	62
3.7. Hidrotoponímia: Porto	1
3.8. Hidrotoponímia: Barra	7
3.9. Acidentes morfológicos: Monte, Vale, Serra	41
3.10. Geologia: Rocha, Lageado	23
0. sem atributo	4
Total Municípios	495

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

O Quadro 2 apresenta, em maior detalhamento, o quantitativo das indicações Sul e Nome indígena. Em relação ao indicativo Sul (49), agregado ao Nome de santos, tem-se 15 topônimos (São Vicente do Sul, São Pedro do Sul etc.), seguido de topônimos, que indicam demanda de terra e redenção (9) (Boa Vista do Buricá, Alto Feliz, etc.). Os topônimos indígenas expressam uma relação muito forte com os constituintes naturais, sobretudo, os vinculados às plantas (21), à água (17) e a animais (16).

Quadro 2 – Número de nomes de municípios, segundo as classes de tipologias consideradas, em que aparece a palavra Sul ou são topônimos indígenas

Tipologias (incluindo subgrupos)	Sul (49)	Nomes indígenas (94)
1. Toponímia e matriz identitária		
1.1. Nome Indígena	6	
1.2. Missão		
2. Rotas do povoamento primordial		
2.1. Elementos fundamentais do povoamento primordial:	1	8
2.2. O paraíso na terra: em demanda da terra da redenção	9	
2.3. Antroponímia: nome de pessoas	1	8
2.4. Nome de santos	15	5
2.5. Nome de lugar portugueses	1	
2.6. Imigração	3	
2.7. Nome de data histórica	2	
3. Condições naturais locais		
3.1. Biogeografia: animais		16
3.2. Biogeografia: plantas	2	21
3.3. Condições biogeográficas locais: mato		4
3.4. Condições biogeográficas locais: pinhal, coqueiral, mata	2	
3.5. Condições biogeográficas locais: campina, sertão, gramado	1	3
3.7. Rio, Cachoeira, Arroio, Passo, Ponte, Lagoa, Pantano	2	17
3.8. Porto		
3.9. Barra		1
3.9. Acidentes morfológicos: Monte, Vale, Serra, Planalto	3	6
3.10. Geologia: Rocha, Lageado	3	5
	49	94

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Importa considerar que levamos em consideração, apenas, os nomes dos municípios, sem termos descido de escala, isto é, sem fazer uma

análise mais pormenorizada da microtoponímia de dado lugar. Tomando a escala do lugar como referência, por exemplo, para o município de Quaraí, num rápido levantamento dos topônimos locais, essa afirmativa se verifica, isto é, as localidades do município são nominadas com a mesma lógica do ensaio de classificação deste trabalho. Eis os exemplos: Cerro do Jarau, Salamanca do Jarau, Coxilha de Santana, Sanga do Cerpa, Rincão da Serra, Saladeiro, Passo da Guarda, Sanga da Areia, Areal, Japeju, Cati, entre outros.

O município de Quaraí, localizado à margem direita do rio de mesmo nome, na fronteira com o Uruguai, observa-se uma forte influência de termos originários do espanhol, identificados em palavras, como: cerro, coxilha, Salamanca, saladeiro, etc. Da mesma forma, ocorrem denominações indígenas (Jarau, Japeju, Cati), indicativos de nomes de santos (Coxilha de São Miguel, São Diogo) e de nomes de pessoas (Jardim (sobrenome), Soares Andreia, Sanga do Cerpa), apenas para citar alguns dos topônimos do município. Este tipo de análise constitui outro aspeto igualmente interessante, a desenvolver, futuramente, no âmbito de alguns estudos de caso.

Interessantemente, em uma escala maior, o mesmo princípio pode ser observado. Se nos detivermos nas mesorregiões, os nomes atribuídos a estas unidades administrativas replicam o que temos vindo a enunciar: Serra e Litoral (Serras de Sudeste, Litoral Lagunar) e Campanha (Campanha Ocidental, Campanha Central, Campanha Meridional), denotando a importância da região na paisagem e na identidade estadual, além da forte influência da Geografia na definição das coordenadas do Rio Grande do Sul (Nordeste Rio-Grandense, Noroeste Rio-Grandense, Sudoeste Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense, Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense).

Os quadros apresentados mostram as principais tipologias criadas, os grupos e os subgrupos definidos, para enquadrar a generalidade dos nomes das cidades das diferentes mesorregiões administrativas do Rio Grande do Sul. Cada tipologia, individualmente ou com outras, que lhe sejam afins, originaram mapas, que nos permitem analisar a dispersão geográfica dos nomes das cidades.

Importa salientar, desde já, que há uma maior concentração de referências no Norte do estado, devido aos processos de ocupação e de dimensionamento das propriedades: de maior extensão, ao Sul (área de

ocupação portuguesa, dividida em sesmarias, após o encerramento dos conflitos com a coroa espanhola) e de pequenas propriedades, ao Norte, tendo recebido os camponeses, provenientes das colonizações alemã (1825) e italiana (1875). Tais processos geraram menor concentração de população, ao Sul, e maior concentração, ao Norte, e, conseqüentemente, uma significativa concentração de cidades, na porção setentrional do estado.

Toponímia e Matriz Identitária; a Substituição de Nomes Indígenas por Nomes Portugueses

O primeiro grupo foi constituído, relacionando nomes, que nos remetam à matriz identitária do estado. Neste grupo foram incluídos os lugares com nomes indígenas e os lugares com nomes compostos, que trazem missões ou Sul, associados a um nome principal (Salvador das Missões ou S. Pedro do Sul, etc.).

Entre os topônimos que remetem à matriz primordial, que podemos considerar qualificativos identitários, acabam por destacar, desde logo, três dimensões: a cultural (nomes indígenas), a histórica (Missões) e a geográfica (Sul). Neste grupo, foram privilegiados os nomes de lugares, que fazem referências identitárias, de cariz diferente, quais sejam: nomes indígenas – implicando uma reflexão, a respeito de como tais designações sobreviveram, até à atualidade –, Missões e Sul.

Nomes indígenas

Os nomes indígenas podem ser considerados primordiais, originais, como acontece nas regiões de todas as latitudes, em que tanto podem prevalecer como serem adaptados¹. Em Portugal, por exemplo, subsistem muitos nomes de lugares, cuja raiz denota a ascendência de outros povos e de outras culturas, os quais ocuparam e, em dado momento, colonizaram o atual território português. Algarve e Almeida são nomes de ascendência árabe, exemplares dessa condição.

1. Muitos nomes **índigenas foram substituídos por nomes portugueses**, uma dentre várias medidas implementadas nas sucessivas reformas administrativas impostas à colônia da América, de que se podem destacar: a transferência da sede do Governo Geral do Estado do Brasil, de Salvador para o Rio de Janeiro (1763); a extinção do estado do Grão-Pará e Maranhão e sua incorporação ao Brasil (1772); e a incorporação das antigas capitanias de Ilhéus, de Porto Seguro e de Espírito Santo à

Os nomes indígenas estão distribuídos por todo o território do Rio Grande do Sul, o que é indicativo de suas existências primordiais, embora diferentes grupos ocupassem diferentes áreas. Algumas toponímias, analisadas em maior detalhe, permitem avaliar e reconhecer esses diferentes grupos, por exemplo, os (Jê) Kaingang (ao norte), os Tupi-Guarani (ao norte e ao centro) e os Tapes (originários dos Guarani) (em parte do litoral, a oeste da Laguna dos Patos, na Serra dos Tapes, entre outros).

O número de topônimos indígenas não representa a denominação inicial, entretanto. Muitos foram substituídos por outras denominações, ao longo do processo de ocupação do estado, seja no período da conquista, seja no período de colonização, estimulado pela monarquia, seja, mesmo, na continuidade, com o processo migratório interno e, em menor escala, externo. Conforme indicamos, são inúmeras as cidades, que permanecem com o topônimo indígena, no estado do Rio Grande do Sul.

Ainda que, ao analisarmos a história individual de cada espaço ocupado, seja possível perceber a troca de nome ou a substituição de nomes indígenas por nomes de pessoas vinculadas aos colonizadores espanhóis e/ou portugueses da origem da ocupação. Ocorre, também, a substituição dos topônimos originários por nomes de lideranças políticas locais, por vezes, associadas à ocupação, via migração alemã e/ou italiana. São exemplos de nomes indígenas preservados: Aratiba, Capivari do Sul, Carazinho, Erechim, Humaitá, Jaguarão, Pelotas, Pirapó, Piratini, Tramandaí, Sananduva etc.

A Figura 1 traz o mapa da matriz identitária do estado do RS. Tal matriz é identificada por três categorias: indígenas, missões e Sul (que consta da Figura 2).

da Bahia (1750). Anos mais tarde, em 30 de abril de 1763, o Marquês de Pombal havia de elaborar um documento, composto de 18 instruções, que continha as diretrizes fundamentais, para a criação e para a gestão do território colonial. A instrução de número 17 tratava da necessidade de transformar as aldeias em vilas e, também, de estimular o descimento de novos contingentes de índios dos sertões, para a fundação de novas vilas, que deveriam adotar nomes de cidades e de vilas de Portugal: "17. Ordena também S. Magestade que assim naquellas povoaçoens chamadas Aldeyas que já estão domesticadas, como nas que de novo se estabelecerem com índios descidos; logo que estes se desciderem no competente numero, se vão estabelecendo novas Villas e se vão abolindo nellas os bárbaros e antigos nomes que tiverem; e se lhes vão impondo alguns outros novos de cidades e villas deste Reino" (RIGHB, 1916, p. 63). Como resultado deste expediente, foram criadas outras seis vilas de índios, em Porto Seguro: Belmonte (1764), São Mateus (1764), Prado (1765), Viçosa (1768), Porto Alegre (1769) e Alcobça (1772).

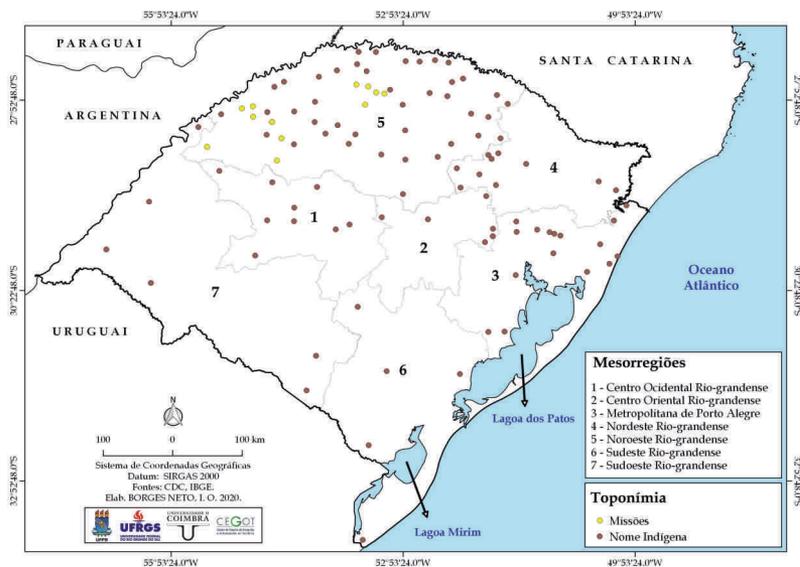


Figura 1 – Mapa da toponímia e da matriz identitária dos municípios do RS, a partir das categorias Nome indígena e Missões

Fonte: elaborado por Borges Neto (2020), com base em CDC e IBGE

Tomando como referência, inicialmente, a toponímia indígena, o mapa expressa uma distribuição relativamente geral de municípios, ou seja, os indígenas, população original deste espaço e que constituía três grandes grupos: jês, tupis-guaranis e pampianos, habitavam amplamente o território. Enquanto os dois primeiros grupos habitavam o centro e o norte (zona de mata) e o litoral do estado, os pampianos habitavam a parte sul. Os jês e os tupis-guaranis viviam da coleta, da pesca e da agricultura, enquanto os pampianos eram nômades e viviam da caça e da coleta. É possível que o nomadismo dos pampianos, pelos territórios do Prata, e pelo menor contingente, em relação à população dos outros dois grupos, não tenha favorecido à criação de grande número de núcleos populacionais, comparativamente às regiões centro, norte e litoral, nas quais os grupos Jê e Tupi-Guarani predominavam, em termos populacionais. Estes viviam em aldeias familiares, portanto, gerando lugares de moradia, que constituíram pontos iniciais de ocupação.

Importa lembrar que, se olharmos o território com maior

detalhamento espacial (na microescala), a presença de topônimos indígenas é significativa, em toda a sua extensão. Morros, serras, rios, espécies vegetais e animais têm vínculo muito forte com a população indígena, seja no RS, seja em território brasileiro.

Cabe fazer referência, como um constituinte fundamental dessa condição indígena, o aldeamento, em especial, dos indivíduos do grupo Tupi-Guarani, nas missões jesuíticas espanholas (NW do estado). Estas missões, aldeando esse grupo indígena, favoreceram à criação de cidades e ao uso do topônimo Nomes de santos.

O mapa da Figura 1 expressa bem essa distribuição, mostrando a dispersão de topônimos indígenas, em todo o território gaúcho, enquanto a concentração de cidades com denominação Missões, à NW do estado, indica menor dispersão e registra a área de domínio espanhol, no território do RS.

Missões

Esta classe, embora integre um número relativamente reduzido de lugares, foi criada, pelo seu significado histórico e pelas repercussões, dentro do processo de ocupação do território do RS. A classe integra o nome de lugares, como: Salvador das Missões, São Paulo das Missões, Santo Antônio das Missões, São Miguel das Missões, São José das Missões, São Pedro das Missões, Palmeira das Missões, Dois Irmãos das Missões.

Contudo, as cidades que constituíram originariamente os Sete Povos das Missões acabaram por ser integradas noutras categorias (Nomes de santos), pelos nomes que assumem, designadamente: São Francisco de Borja, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, São Miguel Arcanjo, São Lourenço Mártir, São João Batista, Santo Ângelo Custódio. Importa levar em consideração que as terras, que, hoje, constituem o estado do RS/Brasil, foram, desde os anos de 1600, espaços de conflito e de lutas por domínio territorial. As missões jesuíticas, que promoveram o aldeamento de indígenas de origem espanhola (expansão política via credo), viveram conflitos, até os jesuítas serem expulsos, pelos bandeirantes e pelos lusos, quando da passagem dessas terras para domínio do Império português. Sete Povos das Missões (1682) ou Missões Orientais é o nome do aldeamento de indígenas, fundado pelos jesuítas espanhóis, na Região do Rio Grande de São Pedro, atual Rio Grande do Sul. As cidades atuais, que,

em parte, correspondem aos sete primeiros núcleos, apresentam nomes de santos e se localizam a NW do estado, na região histórica, que dá o nome a uma das regiões fisiográficas mais antigas da divisão regional do RS.

A presença marcante das missões nessa parcela do estado, observável, até hoje, na paisagem, enquanto patrimônio histórico, através de suas ruínas (Ruínas de São Miguel), fez com que essa antiga divisão regional do estado fosse a única a não receber denominação fisiográfica (de acidentes naturais). Até hoje, os moradores locais se denominam missioneiros.

Sul

A importância da Geografia na afirmação da identidade sulista começa, por estar presente no nome das mesorregiões. Nesse sentido, para além das toponímias categorizadas, destaca-se a denominação das mesorregiões administrativas, que constituem uma das bases regionais de análise desta classificação. As denominações revelam a origem toponímica, vinculada ao nome do estado e à posição geográfica. São elas: Nordeste Rio-Grandense, Noroeste Rio-Grandense, Sudoeste Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense, Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense. A toponímia Campanha, provavelmente, foi introduzida pelos espanhóis, para designar extensas áreas de campo e de relevo relativamente pouco acidentado. São exemplos: Campanha Ocidental, Campanha Central, Campanha Meridional.

A Campanha compreende grandes extensões, ao sul do Rio Grande do Sul, com domínio dos campos e das terras baixas, espaços de ocupação primordialmente indígena – pampianos. Estes eram identificados, mais especificamente, em dois grupos: o dos Charruas, que habitava os campos dos atuais territórios do Uruguai, do nordeste da Argentina (especialmente, na Província de Entre Rios) e do sul do Rio Grande do Sul, no Brasil; e o grupo dos Minuanos, que habitava os campos do sul do estado do Rio Grande do Sul, bem como o Uruguai. Esta etnia empresta o nome ao forte vento Sudoeste, dominante na Campanha do RS. Trata-se de um vento muito frio, que sopra do Sul do continente e atinge o Rio Grande do Sul, após passagem de frentes frias ou em períodos chuvosos do inverno – Vento Minuano.

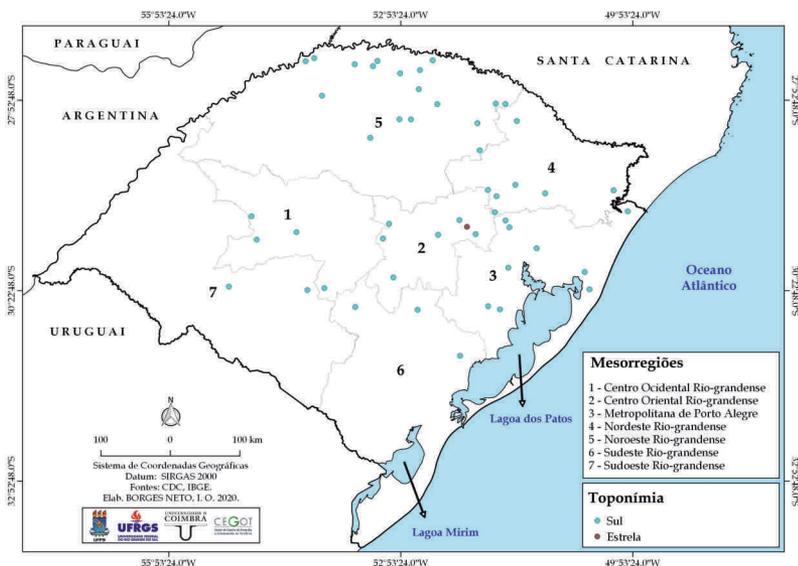


Figura 2 – Mapa da toponímia e da matriz identitária dos municípios do RS, a partir das categorias Sul e Estrela

Fonte: elaborado por Borges Neto (2020), com base em CDC e IBGE

Serras do Sudeste

O topônimo Serras de Sudeste diz respeito a um dos grandes compartimentos de relevo da geomorfologia do estado, que se constitui de rochas do embasamento (ex.: granitos), localizado a SE, em contato com o litoral, à leste. Empresta o nome para a divisão regional de caráter fisiográfico, que constitui outra base de análise utilizada nesta pesquisa.

Destacam-se, ainda, os topônimos Litoral, associado à morfologia de contato entre o continente e o mar, que, no caso do RS, se expressa como uma grande extensão de praia, do norte ao sul do estado; e lagunar, área com presença de lagunas, feições hidrológicas, que apresentam um canal de contato direto com o mar. Estas são constituídas de água salobra ou salgada, uma vez que recebem a influência de retorno das águas do mar, através do vento Sul, que adentra o canal de desembocadura.

O sul do Brasil expressa um processo de ocupação e de colonização diferenciado do do restante do país, tendo sido ocupado, mais precisamente, após os anos 1700. Antes, foi palco de conflitos entre povos

indígenas, espanhóis e portugueses, pela posse da terra. Destacam-se, nesta constituição, os açorianos, cujo legado é evidenciado na arquitetura, na dança e na alimentação. Decorrente deste cruzamento étnico, acrescido do negro (escravo), a identidade sulina se diferencia e se estende, para além da fronteira do Rio Grande do Sul. Essa constituição étnica é denominada gaúcho e o território cultural gaúcho se estende pelo Uruguai e por parte da Argentina.

Em relação ao RS, o gaúcho é, originalmente, o habitante do sul do estado (centro sul), da região da Campanha (Pampa), domínio da vegetação de campo, das terras baixas (coxilhas), da grande propriedade e da criação de gado de forma extensiva, na origem, embora, hoje, outras características possam ser agregadas. A identidade sulista tem a sua constituição, em certa medida, no gaúcho. Agregam essa identidade os povos, que migraram para o estado no processo de ocupação: os açorianos, os alemães e os italianos, entre outros.

A hegemonia política dos fazendeiros (criadores de gado), em tempos recuados, expande-se, como identidade gaúcha (sulina) e os habitantes do estado do RS, na sua totalidade, assumem o gaúcho como adjetivo gentílico. Essa identidade sulista pode estar revelada na toponímia, mas, também, na denominação sul, que tem a ver com o seu nome, em relação a uma outra cidade/irmã, ao norte. O próprio nome do estado serve de exemplo, pois, conta-se, surgiu de um erro cartográfico: o nome teria vindo de um vilarejo, que demarcava a área da foz do rio Grande, que não era uma foz, mas a lagoa (laguna) dos Patos². Ou seja, a origem do nome Rio Grande corresponde à barra da laguna dos Patos, reconhecida, pelos colonizadores, como Rio Grande ou Mar de Dentro, devido a sua extensão e a sua localização geográfica, em relação ao território – Sul³.

2. Dados obtidos do sítio: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/que-rios-inspiraram-os-nomes-do-rio-grande-do-sul-rio-grande-do-norte-e-rio-de-janeiro/>.

3. Tão grande e tão bonita, que parece um mar. Assim é a Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul, a maior lagoa da América do Sul, com quase 300 quilômetros de comprimento. As águas, ora doces, ora salgadas, formam lindas praias, enfeitadas por coqueiros e por figueiras centenárias – um cenário paradisíaco, ainda pouco conhecido do grande público e, talvez por isso, preservado. O curioso é constatar que o Mar de Dentro, como é conhecida a lagoa, não tem patos e, na verdade, nem é uma lagoa, como explica Álvaro Machado, biólogo e técnico da Divisão de Planejamento da Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul: “O nome da região é herança de uma tribo indígena que habitava o Rio Grande do Sul no início da colonização da Brasil, e que se chamava ‘patos’. E a lagoa é, na realidade, uma laguna, sistema que se caracteriza pela ligação com o mar, por meio de estuários. O

Entre os inúmeros nomes associados a Sul tem-se os nomes de santos. Estes nomes revelam uma dupla associação: o hábito de dar às cidades um nome de Santo, em geral, denominado padroeiro, e a identificação Sul, que expressa a sua posição, no território brasileiro, dando-lhe identidade espacial⁴.

Cruzeiro do Sul e Estrela

Estrela e Cruzeiro do Sul remetem ao céu do Hemisfério Sul, identificadas no mapa da Figura 2 pelo topônimo Estrela. Estrela é uma denominação, que indica a presença da lua cheia refletida em uma lagoa, confundida, pelos primeiros habitantes, com uma estrela cadente, pelo clarão da lua. Esta interpretação revela uma das características do céu nestas latitudes, por exemplo, nos meses de março e de abril, extremamente limpo de nuvens no RS, constituindo parte da identidade sulina. Da mesma forma, Cruzeiro do Sul remete à constelação presente no Hemisfério Sul e visível, em noites estreladas, ou seja, em noites de céu limpo de nuvens.

O mapa da Figura 2 expressa a distribuição dos topônimos Sul e Estrela. Observando a distribuição daquele, fica evidenciada a sua presença, relativamente uniforme, no estado. Há uma concentração maior do topônimo Sul no centro/norte, dada a maior concentração de cidades na região. Por outro lado, é provável que essas cidades tenham recebido denominações Sul, por conta de suas conformações políticas mais recentes – grande número delas, nas décadas finais do século XX.

Ao norte do estado do RS, durante as décadas de 1980/1990, ocorreu um grande número de emancipações administrativas. A título de exemplo, destacamos as cidades da Messorregião Noroeste Riograndense

que induz a entrada de água na lagoa não é o jogo das marés, e, sim, a quantidade de chuva e o vento, que empurra a água vinda do mar para dentro". Dados obtidos do sítio: <http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2012/02/lagoa-dos-patos-paraiso-das-aguas-escondido-no-rio-grande-do-sul.html>.

4. São exemplos: Santo Expedito do Sul, São Valério do Sul, Santa Cecília do Sul, São Domingos do Sul, Santa Bárbara do Sul, Santa Clara do Sul, Encruzilhada do Sul, , São Valentim do Sul, São Valério do Sul, São Vicente do Sul, Santa Margarida do Sul. Mas, há, também, indicações de Sul com outros topônimos, associados às diferentes classificações deste texto. São exemplos: Encruzilhada do Sul, Paraíso do Sul, Palmares do Sul, Morrinhos do Sul, Monte Belo do Sul, Lavras do Sul, Itatiba do Sul, Ipiranga do Sul, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Campina do Sul, Bom Retiro do Sul, Ametista do Sul, Benjamin Constant do Sul, Almirante Tamandaré do Sul, Benjamin Constant do Sul.

(5), região do estado de ocupação recente (início dos 1900) e que, durante as últimas décadas do século, promoveu inúmeras emancipações. Tais cidades adotaram o topônimo Sul, por identidade sulina ou por oposição, em relação a uma outra, homônima. São exemplos: Esperança do Sul (1963), Tiradentes do Sul (1992), Cristal do Sul (1988), Ametista do Sul (1995), Taguarucu do Sul (1988), Trindade do Sul (1987), São Domingos do Sul (1987), Santa Cecília do Sul (1996), São Valério do Sul (1992), Tupanci do Sul (1992), entre outras.

No mesmo mapa, aparece identificada, com o topônimo Estrela, uma única cidade, que foi assim denominada, em decorrência de uma luminosidade, que, na realidade, provinha da lua. Uma outra cidade poderá ser associada a esta toponímia, muito embora tenha sido categorizada, nesta classificação, como Sul. Trata-se da cidade de Cruzeiro do Sul. Sua origem data de 18 de abril 1896, no início da construção da Igreja Evangélica São Gabriel de Estrela. O nome de São Gabriel da Estrela foi substituído por Cruzeiro do Sul, em 1939.

Este constitui mais um exemplo de categorização, que poderia expressar diferentes origens toponímicas. Na sua origem histórica, Cruzeiro do Sul levava um nome de Santo, mas a mudança da denominação original nos leva a classificá-la na categoria Estrela⁵.

Processo de Colonização: rotas do povoamento primordial

Elementos fundamentais do povoamento

A igreja, a casa, a fazenda, a estância ou a vila são algumas palavras utilizadas, para nomear certos lugares, que nos parecem indelevelmente ligadas a certas especificidades ou a características, que estiveram presentes na fundação de alguns aglomerados populacionais⁶. O povoamento, no processo de formação socioespacial brasileira, já mencionado, se estabelece, com as ocupações espanhola e portuguesa.

5. Dados obtidos do sítio: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/cruzeirodosul.pdf>

6. É isto que nos faz lembrar os nomes de lugares como: (i) Capela de Santana, Igrejinha; (ii) Caseiros, Sede Nova, Fazenda Vilanova, Inhacorá (grande fazenda), Pouso Novo, Portão, Estância Velha; (iii) Engenho Velho, Barracão, Sobradinho, Vacaria, Rodeio Bonito, Charqueadas, Viadutos, Estação, Linha Nova, Ponte Preta, Esteio, Ronda Alta, Paverama, Tapes, Estrela Velha, Vila Flores, Formigueiro, Charrua, Canoas, Fortaleza dos Valos, Canudos do Vale, Quatro Irmãos, Tapera, Guarani das Missões, Aceguá, Caiçara.

Nesse sentido, os nomes de algumas cidades indicam elementos fundamentais ao povoamento, a exemplo das denominações fazenda, estância, vacaria, rodeio, engenho velho e charqueadas. Estes topônimos remetem às ocupações portuguesa e espanhola e à economia do período.

A conquista do sul do Brasil tem, na sua origem, a implantação do gado bovino, trazido pelos espanhóis e deixado a ocupar grandes dimensões desse território, com a finalidade estratégica de posse. Conflitos e tratados se sucederem, e Espanha, através do Tratado de Santo Ildefonso (1777), confirmou o Tratado de Madri e devolveu à Portugal a ilha de Santa Catarina, ficando à Espanha a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos. Apenas no Tratado de Badajoz, entre Portugal e Espanha, em 1801, que os Sete Povos das Missões (missões jesuíticas, à NW do estado) serão incorporados, definitivamente, à coroa portuguesa. O gado, abandonado, se desenvolve xucro, e vai constituir, a partir da distribuição de sesmarias e de datas aos portugueses, pelo governo Imperial, a base política e a base econômica de sustentação do território de Rio Grande de São Pedro, identificado na denominação, que se expressa na toponímia das vilas e das cidades originárias.

Da mesma forma, as denominações de igreja e/ou de casas era bastante comum. Aquele que recebia uma sesmaria dava início a um assentamento local, construindo uma casa e uma capela/igreja. O mapa da Figura 3 apresenta a distribuição dessa categoria, em quatro representações de divisão regional, incluindo divisões socioeconômicas mais atuais e divisões físicas, em unidades de relevo, de vegetação original e de regiões fisiográficas. Analisando a distribuição, em relação a essas delimitações, verifica-se que tal categoria está presente nas regiões Sudoeste e Sudeste, as quais, por sua vez, do ponto de vista da divisão fisiográfica, estão presentes no Litoral, na Campanha e na Serra do Sudeste e nas Missões, áreas de cobertura original, predominantemente de campo, espaço de ocupação portuguesa, espanhola e açoriana.

Estão presentes, também, nas regiões fisiográficas Encosta Inferior do Nordeste e Planalto Médio, que correspondem à depressão Central e às escarpas do Planalto, sobretudo, ao longo do baixo Jacuí e de áreas próximas a Porto Alegre (ao norte), espaços ocupados por indígenas e por portugueses. Um exemplo é o topônimo Sobradinho, ou seja, um sobrado, em uma estrada entre Rio Pardo [e] Soledade, onde havia uma casa de comércio. O Sobrado, na época, era ponto de referência para os tropeiros,

que levavam gado de Rio Pardo para Soledade". Outro exemplo é Ronda Alta, local de repouso e de ronda do gado, pelos tropeiros, vindos das Missões, em direção a Sorocaba/SP. Um terceiro exemplo é Barracão, ponto de passagem de tropeiros, em que foi construído um local de pernoite, denominado Barracão.

Na continuidade, também podem ser exemplificados os topônimos de origem, associados aos imigrantes alemães e italianos. Um dos exemplos é Linha Nova, povoado originário de imigrantes alemães, que receberam terras, em torno de picadas ou linhas, a partir da década de 1840. Sua primeira denominação foi o nome alemão '*Neu Schneiss*', traduzido para o atual nome, devido à campanha de nacionalização da ditadura varguista". É um dos municípios, cuja emancipação ocorreu nos anos 1990 (março de 1992)⁷.

Um segundo exemplo de cidade de origem alemã é a do topônimo Igrejinha. Este lugar, inicialmente habitado por índios caingangues, conhecidos, na região, pejorativamente, como bugres, foi espaço de colonização de alemães, em 1847. O povoado, inicialmente denominado de Santa Maria do Mundo Novo, virou ponto de referência, em razão da forte influência da Igreja, em toda a região, onde os ensinamentos cristãos davam o apoio necessário aos recém-chegados imigrantes. No entanto, o topônimo Igrejinha resultou do fato desta localidade ser ponto de passagem de tropeiros (atual rodovia RS-020), os quais, em suas incursões pelo povoamento, ao visualizar a pequena igreja, a denominaram Igrejinha⁸. O fato interessante é que a religiosidade dos migrantes, elemento fundante e de aglutinação, que serviu como motivo toponímico inicial, rendendo à povoação um nome de Santo, cedeu espaço a uma denominação resultante de outro elemento fundante, a designação histórica, dada por um grupo externo ao dos habitantes do espaço, os tropeiros.

O paraíso na terra: em demanda da terra da redenção

Muitos imigrantes partiam para o Brasil com expectativas positivas, normalmente associadas à possibilidade de virem a possuir terras e, assim, obterem a autossuficiência da família.

Assim, quando alguém migra, em especial, no caso dos migrantes

7. Dados obtidos dos sítios: <http://www.linhanova.rs.gov.br/web/historia> e https://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_Nova.

8. Dados obtidos do sítio: <https://igrejinha.portaldacidade.com/historia-de-igrejinha-rs>.

alemães e italianos chegados ao Rio Grande do Sul, no século XIX, em busca de melhores condições de vida, em relação à vida sob crise, vivida em seus países de origem, a nomenclatura dos lugares ocupados expressa um sentimento afetivo. Este sentimento foi devidamente analisado na obra *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Um objetivo central dessa obra é estudar os sentimentos de apego das pessoas ao ambiente natural ou construído, pois *topos* é uma palavra grega, que significa lugar, enquanto *filo* significa amor, amizade, afinidade. Colocando o conceito, Yu-Fu (1980) se propôs a encontrar os elementos universais das percepções e dos valores sobre o ambiente, por vários caminhos, como identificar as respostas psicológicas comuns a todas as pessoas (derivadas da evolução biológica e da estrutura básica do cérebro), e, depois, mostrar que os mesmos tipos de respostas se manifestam na cultura dos povos. Vê-se isso, quando ele afirma que “a mente humana parece estar adaptada para organizar os fenômenos [...] em pares de opostos” (YU-FU, 1980) e, mais adiante, comenta que todas as culturas pensam os fenômenos por oposições binárias entre macho e fêmea, terra e céu, montanha e mar etc.

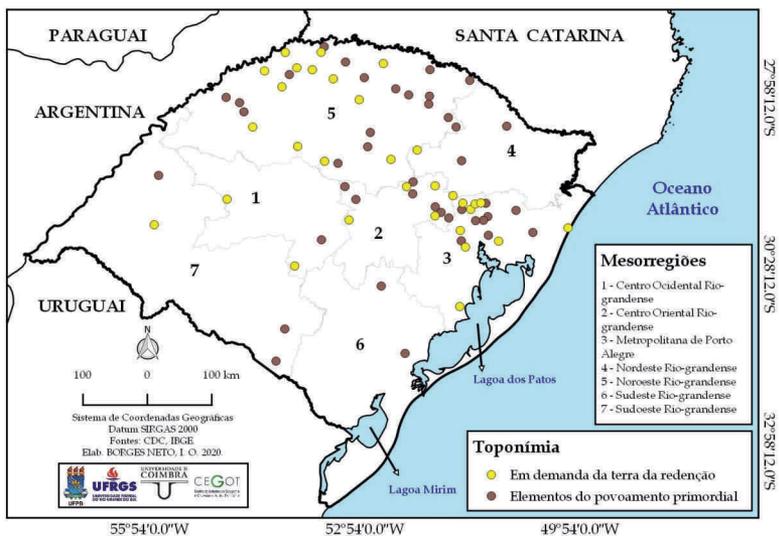


Figura 3 – Mapa das rotas do povoamento primordial: povoamento primordial e demanda da terra da redenção

Fonte: elaborado por Borges Neto (2020), com base em CDC e IBGE

Embora as expectativas quase nunca tenham sido plenamente alcançadas, o desejo inicial era enorme. Não se sabe se é certo ou se existe uma relação inequívoca entre a ansiedade dos imigrantes e os nomes que encontramos, em muitos lugares do Rio Grande do Sul. Contudo, não deixa de ser expressivo o número relativamente elevado de lugares, cujos nomes apelam a um notório sentimento de felicidade⁹. O mapa da Figura 3 revela a distribuição desses lugares. Frise-se que sempre há uma concentração maior desses topônimos, ao Norte, em relação ao Sul, pelo maior número de cidades.

No entanto, caberia levantar outras possíveis interpretações, comparativamente, em relação ao sul. É ao norte do estado que os topônimos representativos de sentimentos de prazer, em relação ao lugar, estão presentes, associados, em parte, às cidades de origem das migrações alemã e italiana. Neste caso, podemos pensar que esse sentimento fazia parte dos migrantes, ao chegarem, ainda que as dificuldades relacionadas e as promessas não cumpridas, por partes dos governantes, ou as dificuldades naturais tenham trazido muitos problemas iniciais.

Observando a região norte do estado nos mapas representados e estabelecendo uma comparação entre as toponímias, podemos observar que há uma concentração de topônimos na Mesorregião Metropolitana, área historicamente inicial de colonização de lusos, de alemães e de italianos, e um posterior direcionamento para NW, eixo de ocupação do território do RS, a partir do esgotamento de acesso à terra nas regiões fisiográficas Encosta Inferior do Nordeste e Planalto Médio (áreas de ocupação inicial, por alemães, nos vales, e por italianos, nas encostas da Serra). Igualmente, com a migração interna dos filhos dos pioneiros alemães e italianos, majoritariamente, novos núcleos de cidades vão surgir, de forma mais concentrada, a NW do estado. Esta é uma das últimas parcelas do território gaúcho, ocupada por populações não originárias. Esta região compõe uma área do Planalto Meridional, recoberta de mato (mata subtropical subcaducifolia), que constituiu a antiga região fisiográfica denominada Alto Uruguai, cuja denominação expressa o espaço drenado pelo fluxo das águas do rio Uruguai nas proximidades da confluência de outros dois rios, que lhe dão origem (Canoas e Pelotas).

9. Alegria, Feliz, Progresso ou Vitória são alguns dos lugares, que denunciam sentimentos positivos: (i) Alegria, Alegrete, Feliz, Soledade, Harmonia, Alvorada, Nova Esperança do Sul, Esperança do Sul; (ii), Eldorado do Sul, Paraíso do Sul, Progresso, Triunfo, Bom Retiro do Sul, Bom Princípio, Bom Progresso, Nova Petrópolis, Vila Nova do Sul, Nova Alvorada; (iii), Vista Alegre, Boa Vista do Cadeado, Boa Vista do Ingra, Nova Boa Vista, Boa Vista do Sul, Boa Vista das Missões, Horizontina, Boa Vista do Buricá, Pejuçara, Xangri-lá.

Tudo parece indicar que a categoria Demanda de terra e de redenção constituiu um topônimo vinculado, e com grande expressão, ao processo migratório. São exemplos, as cidades denominadas Esperança do Sul, Progresso, Boa Vista das Missões, entre outras.

Nome de pessoas

A classificação em si não revela, como outros estudos toponímicos, realizados em território brasileiro, já haviam indicado, que a nomenclatura atual de uma cidade não conta, necessariamente, a totalidade de sua história. Os nomes das cidades são modificados e muitas, se não a grande maioria, revelam esse processo, em estudos sobre as suas histórias particulares. Vejamos os exemplos de Osório, de Caxias do Sul e de Frederico Westphalen.

O povoamento do território de Osório teve início, quando alguns casais açorianos, procedentes de Laguna, se estabeleceram no sopé da Serra do Mar, próximo ao litoral, em terras pertencentes a Manuel Pereira Franco. O município foi criado, com território desmembrado do de Santo Antônio da Patrulha, sob a designação de Conceição do Arroio, pela Lei Provincial nº 401, de 18 de dezembro de 1857. Em 1934, o município teve o nome mudado para Osório, em homenagem ao grande vulto da história pátria, nascido na região¹⁰.

Por sua vez, Caxias do Sul tem sua origem, quando a região era percorrida por tropeiros, ocupada por índios e denominada Campo dos Bugres (denominação pejorativa, dada aos índios, pelos colonizadores). A partir de 1875, ocorreu a ocupação italiana, decorrente do processo de imigração para o Sul do Brasil, estimulado pelo governo Imperial. Após dois anos de ocupação, pelos imigrantes italianos, o nome original é substituído por Colônia de Caxias, tornando-se Caxias do Sul, no início do século XX, em homenagem ao Duque de Caxias¹¹.

Embora essa indicação de origem, vinculada ao Duque de Caxias, seja a mais comumente encontrada, nas referências sobre a toponímia da cidade, nesta classificação, adotou-se o topônimo Nome de Lugar Português para Caxias. Este topônimo tem seu primeiro vínculo ao território brasileiro, no século XVII, durante a invasão francesa do

10. Dados obtidos dos sítios: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/osorio.pdf> e <https://caxias.rs.gov.br/cidade>.

11. Dados obtidos do sítio: <https://caxias.rs.gov.br/cidade>.

Maranhão. Neste conflito, entre franceses, indígenas e portugueses, estes, que ocuparam o território maranhense, pelo interior, após a expulsão dos franceses, substituíram muito dos nomes das aldeias indígenas por nomes portugueses. Várias denominações foram dadas à cidade de Caxias (MA), ao longo de sua história, dentre as quais: Guanaré (denominação indígena), São José das Aldeias Altas, Arraial das Aldeias Altas, Vila de Cachias e, finalmente, Caxias.

Frederico Westphalen, político e agrimensor, virou um nome próprio, que expressa a origem da ocupação do atual Município de Frederico Westphalen, vinculada à colonização do alto Vale do Uruguai, por refugiados da Revolução Federalista e, posteriormente, por população de origem italiana, migrada internamente, a partir das chamadas Colônias Velhas (origem da ocupação ítalo-germânica do RS) para as Colônias Novas, vindas, principalmente, de Caxias do Sul e de Guaporé.

Uma análise mais detalhada dos nomes das cidades incluídas neste grupo permite concluir que as suas designações apontam para pessoas de vivências aparentemente normais¹², pessoas com destaque social ou político¹³, pessoas que ocuparam cargos militares¹⁴. Outros nomes de pessoas, que encontramos, a denominar alguns lugares, revelam, ainda, outros aspectos marcantes da realidade socioespacial do Rio Grande do Sul, englobando pessoas imigradas, de várias proveniências¹⁵, ou nomes de indígenas¹⁶.

Nome de santos

Os nomes de cidades associados a santos remetem, de um lado, à ocupação espanhola e portuguesa, de tradição católica, representada, no estado, pela presença dos Jesuítas, que tinham como meta catequizar a população nativa (indígenas), tornando-os cristãos e, com isso, desconstruir os pilares de suas sociedades originárias, e de outro lado, à forte colonização italiana, cujo início ocorre, por volta de 1875. Estas

12. Cândido Godói, Carlos Gomes, Carlos Barbosa, Constantina, Vicente Dutra, Floriano Peixoto, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Severiano de Almeida, Paim Filho, Maximiliano de Almeida, Machadinho, São Sepé, Novo Cabrais, Ciriaco, Osório.

13. Barão de Cotegipe, Dr. Maurício Cardoso, Getúlio Vargas.

14. Capitão, Almirante, Tamandaré do Sul, Tenente Portela.

15. Alemanha (Selbach, Nova Hartz, Brochier, Frederico Westphalen), Itália (Bozano, Chiapetta, Muliterno, Vanini) ou outras proveniências (Roque Gonzales, Barros Cassal).

16. Ajuricaba (pessoa amável), Cacequi, Cacique Doble, Marau, Nonoai, Pareci Novo, Miraguai, Parabé, Bagé.

comunidades também apresentavam uma forte religiosidade católica, dado o seu país de origem.

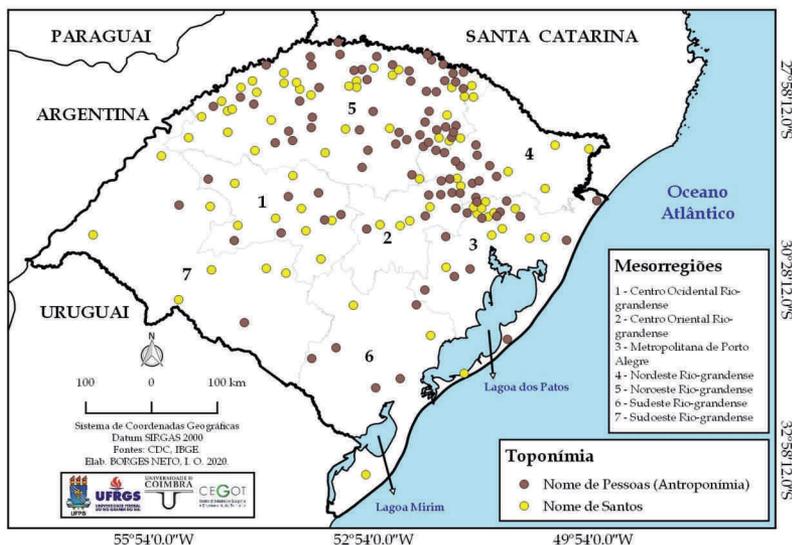


Figura 4 – Mapa de povoamento e antroponímia: nomes de pessoas e nomes de santos

Fonte: elaborado por Borges Neto (2020), com base em CDC e IBGE

Os colonizadores, sejam eles espanhóis, portugueses, alemães e italianos, populações que constituem a base da formação da população do estado, na constituição de vilas, de vilarejos ou de freguesias portuguesas, geralmente, erguiam uma capela, como marco inicial de ocupação do espaço, e seu nome era associado a um santo de devoção da comunidade ou, mesmo, da liderança local.

A importância da igreja teria induzido à escolha de um nome de Santo, para um elevado número de lugares, que foi agrupado numa outra tipologia, a ser analisada mais adiante. Contudo, a enorme proliferação de topônimos com nomes de santos não pode ser interpretada, em absoluto, como efeito gerado pelo credo religioso, que esteve por detrás do papel das missões (Dick, 1990)¹⁷.

17. Santo Ângelo, Santo Augusto, São Luiz Gonzaga, São Nicolau, São Valentim, São José do Ouro, São Jorge, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Jorge, São Francisco de Paula, São José dos Ausentes, São José do Norte, Santiago.

As cidades incluídas neste grupo, com nome direto de um santo ou afim¹⁸, remetem, de maneira geral, à origem da ocupação, associada a disputas entre as coroas portuguesa e espanhola. São exemplos as cidades das missões jesuíticas: Santa Rosa, Santo Ângelo, São Borja, ou à colonização portuguesa: Santiago, Santa Maria, Cruz Alta, São Jerônimo e Soledade. Uma especificidade diz respeito a cidade de Santa Cruz, que surge de uma concessão pelo “governo da Província em 1847, de uma sesmaria, onde, posteriormente, foram demarcados os primeiros lotes, na Picada ou Linha Santa Cruz (antigo rincão de Santo Antônio), destinados a imigrantes alemães”¹⁹.

Importa referir, ainda, duas curiosidades: o reduzido nome de lugares, cuja devoção é dedicada a uma santa²⁰, e, se a atribuição do nome se reveste de algum significado, ligado à chegada ao lugar, como aconteceu com a descoberta das ilhas, por exemplo, ou ao ciclo litúrgico anual. Por vezes, em relação ao nome de Santo de devoção, o vínculo é de uma pessoa da família de moradores iniciais. Santo Antônio da Patrulha, por exemplo, é um topônimo, cujo nome de santo foi dado pelo casal de fundadores, ao criar a igreja. Por outro lado, Patrulha corresponde ao local de controle da circulação e de cobrança de impostos sobre gado/rebanhos, vindos da Campanha, em direção à São Paulo e a Minas Gerais.

Rotas do povoamento primordial: nomes de lugares portugueses, da imigração e datas históricas

Entre os nomes de cidades, que remetem a um povoamento inicial, nessa lenta sedimentação histórica e cultural de povos e de culturas, que se foram sobrepondo ou justapondo, ressaltamos duas coordenadas de interpretação: nomes de lugares portugueses e nomes da imigração.

No caso de nomes de lugares análogos aos nomes portugueses, cidades como Porto Alegre, Braga, São Pedro do Sul e Caxias (do Sul) podem evidenciar sua origem portuguesa, pois têm correlação direta com lugares do Continente de Portugal. É curioso não aparecerem vários nomes de lugares, que remetam à região portuguesa dos Açores, pelo importante papel protagonizado, na colonização de Rio Grande do Sul. A exceção

18. Cruz-altense, Cruz Alta, Sagrada Família, Bom Jesus (ligados à migração lusa) e Soledade (originalmente, Nossa Senhora da Soledade).

19. Dados obtidos do sítio: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/historico>.

20. Sant'Ana do Livramento, Santana da Boa Vista, Nova Santa Rita, Glorinha, Candelária, Nova Candelária.

recai sobre Santa Maria, nome duma das ilhas açorianas.

Relativamente às quatro cidades, cujos topônimos evidenciam sua origem portuguesa, uma busca, em suas histórias locais, bem o demonstra. Todas as quatro têm, nos seus primórdios, uma origem portuguesa. Caxias e Braga são nomes associado a portugueses ilustres, Porto Alegre é uma substituição do antigo nome de Porto dos Casais (alusivo à ocupação açoriana), feita pelo Coronel José Marcelino de Figueiredo, nascido em Bragança e governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande (atual Rio Grande do Sul) entre 1769 e 1780, e São Pedro, de ocupação portuguesa, expressa no nome o topônimo da capitania, de origem portuguesa, portanto.

No caso específico da ocupação do RS por açorianos, o mapa da Figura 5 representa a distribuição espacial das localidades ocupadas por migrantes açorianos.

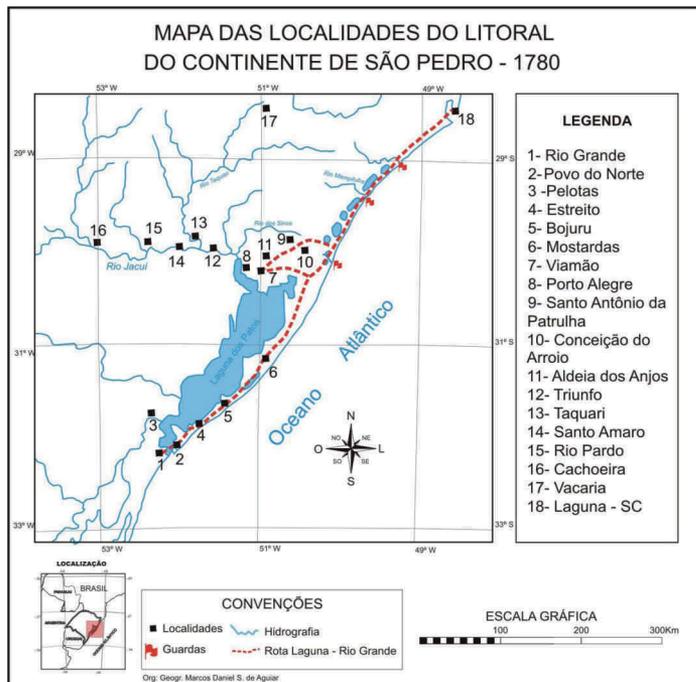


Figura 5 – Mapa de localização das cidades de origem açoriana

Fonte: Cleidirose da Silva *et al.* (2017, p. 187)

A toponímia dessas 18 cidades, distribuídas ao longo do litoral e do vale do rio Jacuí, além do Vale do Taquari e dos Campos de Cima da Serra (17), nesta classificação, se distribuem em: nomes de santos, nomes de elementos naturais, nomes indígenas, entre outros, demonstrando a observação anterior, da ausência de topônimos açorianos nas cidades gaúchas. Entretanto, o legado açoriano está marcado na constituição da identidade gaúcha, na arquitetura, na dança, na música e na culinária.

Quanto aos nomes de localidades oriundos das migrações, como já referimos, tais topônimos surgem do afluxo de pessoas de diferentes países da Europa (ou sugerem-no), com destaque para os de origem italiana (12 topônimos)²¹, alemã (5)²², francesa (Colônia Rural Santo Antônio/Pelotas), grega (Candiota, de Cândia), espanhola (Dom Pedrito, Santiago) e, mesmo, russa (Campinas das Missões). As cidades listadas em rodapé têm sua origem na migração, mas, não, necessariamente, foram classificadas nesta categoria, pois muitas delas estão associadas a nomes de santos, de pessoas e/ou de condicionantes naturais.

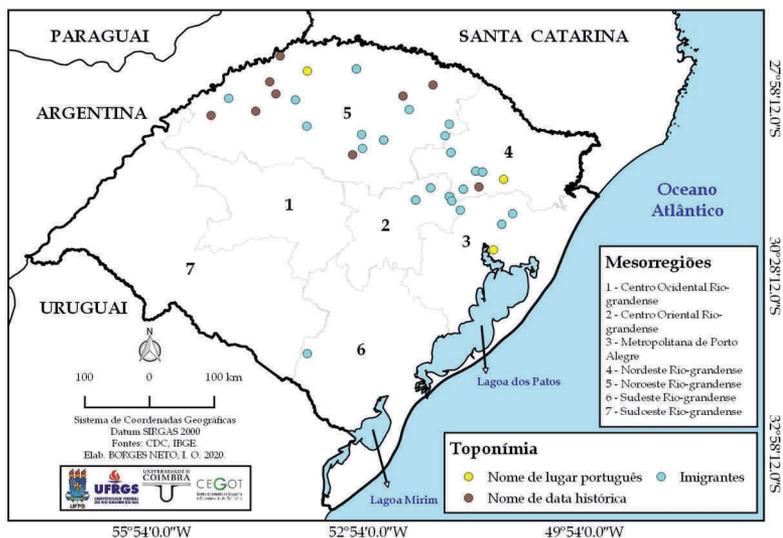


Figura 6 – Mapa das rotas do povoamento primordial: nomes de lugares portugueses, da imigração e de datas históricas. Fonte: elaborado por Borges Neto (2020), com base em CDC e IBGE

21. Nova Roma do Sul, Nova Bassano, Nova Pádua, Garibaldi, Nova Bréscia, Sério, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Veranópolis.

22. São Leopoldo, Novo Hamburgo, Nova Petrópolis, Gramado, Santa Cruz.

Importa destacar um conjunto de lugares, cujos nomes decorrem, por uma qualquer razão, de datas/fatos da história do país, em que se destacam: Tiradentes do Sul, Ipiranga do Sul, Três de Maio, Independência, Centenário, Sete de Setembro, Dezesseis de Novembro, Quinze de Novembro, Farroupilha.

CONCLUSÕES

O estudo sobre os topônimos das cidades do estado do Rio Grande do Sul, realizado através de um ensaio de categorização toponímica, constitui um instrumento singular, para uma análise da ocupação do sul do território brasileiro.

Através deste estudo, foi possível reconstituir a ocupação do espaço sulino, no contexto das lutas por território, dos conflitos, da indicação da presença de grupos e de sua distribuição.

Uma análise de síntese permite concluir que é clara e demarcada a regularidade na distribuição espacial da ocupação original do Rio Grande do Sul, através dos grupos indígenas. Fica também evidenciado, pela toponímia, as diferentes formas de nomeação: enquanto a toponímia indígena expressa, predominantemente, a relação dos povos com a natureza, na medida em que os topônimos indicam elementos ligados à terra, à água e à vegetação, ou a espécies singulares, os topônimos espanhóis e/ou portugueses estão associados a nomes de santos e/ou de pessoas, ocorrendo o mesmo com as denominações de cidades dadas pelos migrantes, notadamente, alemães e italianos.

Ausências foram notadas, em relação a nomes de santas, em menor número do que de santos, bem como são poucos os topônimos açorianos nas cidades por estes originadas, registrando-se a manutenção da denominação indígena e/ou de origem portuguesa (santos e elementos primordiais).

Reconhecemos, igualmente, que os topônimos não se mantêm, por razões étnicas, religiosas e/ou de poder, posto que tais valores e contextos sofrem mudanças, ao longo do tempo. Portanto, este estudo geográfico, a partir de topônimos, é revelador de presenças e de ausências ou supressões, que poderão ser analisadas, em maior detalhe, na sua continuidade.

Por outro lado, num comparativo com topônimos portugueses,

observa-se que há uma relação estreita entre as categorias de topônimos de uso no Brasil e em Portugal e, sob alguns aspectos, a exemplo da religiosidade e/ou da política, observou-se a supressão de nomes indígenas, tanto neste como naquele território.

Percebe-se a validade de um estudo de topônimos, uma vez que, para além das conexões necessárias para seu entendimento de espaço-tempo (memória) e de linguagem, fica evidente a possibilidade da análise geográfica, através de características que lhe são fundantes: o local/lugar, a distribuição espacial, as conexões e os contextos.

Bibliografia

CHERINI, G. **A origem do nome dos municípios**. Porto Alegre: Imprensa Livre.2007.

CLAVAL, P. **La géographie culturelle**. Paris: Nathan Université. 1995.

COELHO, R. G. **Comportamentos de resistência à integração colonial na Amazônia portuguesa (século XVIII)**. Recuperado em 14 dezembro, 2019, de [https://run.unl.pt/bitstream/10362/15891/1/AHAM%20X%20\(2009\).pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/15891/1/AHAM%20X%20(2009).pdf)

COWAN, J. **O sonho do cartógrafo**. (trad. portuguesa, 2000). Lisboa: Rocco.1996.

DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Arquivo do estado. 1990.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e Antroponímia do Brasil**. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo: FFLCH. 1990

FERNANDES, J. A. *ET AL.* **Dicionário de Geografia Aplicada**, 494-495, Lisboa: Porto Editora.2016.

FONSECA, G. S. La gente pasa, los nombres quedan... Introducción em la toponímia. Lima: Lengua e Sociedad. 1997.

FREMONT, A. **A região, e espaço vivido**. Coimbra: Almedina. 1976;1980.

HEBERLE, M., MACHADO, N. T. G. **As contribuições de Dick para o estudo da toponímia brasileira**. Antares: Letras e Humanidades, Caxias do Sul, 10(21). Recuperado em 21 janeiro, 2020, de <http://dx.doi.org/10.18226/19844921.v10.n21.05.2018>.

HOUAISS, A.**Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001.

IBGE. <https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas->

digitais

NASCIMENTO, R. V., SANTOS ANDRADE, K. S., ROCHA BUSCH PEREIRA, C. M. Toponímia e geografia cultural: tecendo fios de investigações no âmbito da interdisciplinaridade. **Revista de Estudos da Linguagem**, 26(3), 1003-1029. 2018.

RIBEIRO, O. **A formação de Portugal**. Lisboa: ICLP. 1987.

ROCHA BUSCH PEREIRA, C. M., BASTIANI, C., SANTOS ANDRADE, K. S. Toponímia e Geografia: diálogos possíveis no contexto da teoria da interdisciplinaridade. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, 19(65), 109-124. 2018.

ROSTAIN, C. **Les noms de lieux**. Que Sais-je. Paris: PUF. 1985.

SILVA, C., LAROQUE, L. F. S., MACHADO, N. T. G. Tradições culturais açorianas e de seus descendentes na região Vale do Taquari, Rio Grande do Sul/Brasil. **Destaques Acadêmicos**, Lajeado, 9(2), 185-205. 2017.

TRICHET, J.-R. **Geographie historique**. Hommes ET territoires dans les Sociétés traditionnelles. Paris : Nathan Université. 1998.

TUAN, Y.-F. **Topofilia, um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: Difel. 1980

A GEOGRAFIA LITERÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL E DO CENTRO DE PORTUGAL: UM PRIMEIRO DIÁLOGO A PARTIR DAS OBRAS DE CYRO MARTINS E FERNANDO NAMORA

Dirce Maria Antunes Suertegaray
Rui Jacinto

INTRODUÇÃO

O presente texto surge na sequência dum intercâmbio entre geógrafos(as) ocorrido por ocasião de dois eventos realizados em Portugal e no Brasil. O primeiro ocorreu em 2018 durante o XIX *Curso de Verão*, organizado pelo Centro de Estudos Ibéricos (CEI), sediado na Guarda (Portugal), que teve por base o Roteiro Namoreano que percorreu diferentes lugares do Centro de Portugal ligados à vida e à obra do escritor Fernando Namora, onde relevam Condeixa, Coimbra e Monsanto, na Beira Baixa. O segundo aconteceu durante o *Seminário Ibero-americano: Disciplinaridade e Transdisciplinaridade - Arenização e Paisagem - Pampa Gaúcho*, realizado em 2019 pela UFRGS/RS/BR, em parceria com UFPB, onde foram abordados múltiplos temas relativos à paisagem, economia, sociedade e cultura panpeana.

O Roteiro Namoreano teve por guião alguns estudos elaborados por Rui Jacinto, retomados neste ensaio com o intuito de promover o diálogo com um dos escritores mais representativos da Pampa: Cyro Martins. Os fragmentos culturais do Rio Grande do Sul que foram sendo apresentados ao longo do percurso de campo até à fronteira com o Uruguai culminaria na cidade de Quaraí, local de nascimento de Cyro Martins. Os percursos e

as temáticas abordadas nos dois casos acabaram por ditar a escolha deste autor e sugerir a composição duma narrativa que pretende, a partir dos itinerários de vida e de algumas obras de Cyro Martins (1908-1995) e de Fernando Namora (1919-1987), identificar problemáticas e similitudes geográficas que se encontram palmadas em alguns dos seus romances.

Embora espacialmente distantes e tendo vivido cada um em seu lado do Atlântico, Fernando Namora e Cyro Martins apresentam alguns pontos em comum que importa evidenciar: a formação em medicina, uma produção literária com além duma forte preocupação social que tem em pano de fundo as suas vivências como médicos, atividade que iniciaram na parte mais recondita e distante de cada um dos países, em comunidades rurais e cidades interioranas. Esta escrita procura explorar analogias, encontrar traços e paralelismos notórios entre o trajetória pessoal e a ficção de cada um dos autores. Entre estes aspetos importa destacar: (i) itinerários pessoais feitos das periferias (geográficas) mais remotas para posições de maior centralidade geográfica, social e cultural; (ii) percursos profissionais análogos, feitos na medicina, cuja vivências foi fonte de inspiração para alguns romances; (iii) a produção literária de ambos os autores que cobre um arco temporal relativamente coincidente, situado entre os anos 40 e 80 do século passado.

As raízes dos dois autores acabaram por determinar tanto as trajetórias individuais como influenciaram decisivamente as respetivas fições marcadas por traços indelévels do “meio geográfico”, das paisagens, do ambiente social e do espírito dos lugares donde são oriundos. A geograficidade latente nas obras destes escritores será explorada num ensaio que seguirá o rasto das respetivas geografias vividas com o objetivo de identificar alguns aspetos mais marcantes dos espaços regionais que podemos encontrar em diferentes romances publicados por Cyro Martins e Fernando Namora.

A redação deste capítulo foi organizada em jeito de diálogo para permitir tanto uma leitura individualizada como manter o modo de escrever em português, do Brasil e de Portugal, preservando através da linguagem, a cultura de cá e de lá.

GEOGRAFIA E FICÇÃO EM CYRO MARTINS E FERNANDO NAMORA: ITINERÁRIOS PARALELOS, CAMINHOS CRUZADOS

Geografia e Literatura: um diálogo inevitável

A literatura pode ser considerada tangível na sua materialidade quando se expressa através dum livro, como outro bem cultural se divulga através da pintura, da música, etc. Contudo, não deixa de encerrar, igualmente, uma dimensão intangível, pois, “[...] *na proporção em que exprime mais do que formalmente as ideias de seu autor ou a materialidade de suas páginas: insere-se no inconsciente coletivo, define pontos de vista, aguça identidades, manifesta sentimentos, congrega valores enfim, estabelece vínculos de pertença. A literatura estabelece-se na região fronteira entre o patrimônio cultural material e imaterial, carregando consigo um contencioso hibridismo, pois, sendo de apreensão subjetiva, a leitura de uma obra literária é sempre imaterial*” (Esquinsani e Esquinsani: 211).

Foi escrito a este propósito que [1 “os trabalhos que preconizam a ligação entre literatura e geografia, têm vindo a ser pensados, apesar de tudo, há relativamente pouco tempo, ao mesmo tempo que ocorreu a abertura das ciências humanas à dimensão espacial e se verificou uma viragem na linguística, contemporânea do surgimento da geopoética. Estamos perante um conhecimento multidisciplinar, que procura incluir em suas áreas de observação representações culturais e a conceção do espaço como uma construção social, prestando-se a geografia particularmente bem a essas conexões. Começaram por ser lidas as representações do espaço implicadas nas literaturas da viagem, nas explorações das que implícita ou explicitamente investem nos lugares (Baron, 2011). A geografia literária evoca e sugere que a geografia, porque ouve o mundo exterior e o que é concreto, informa a escrita e a imaginação do escritor. Contudo, apesar de algumas tentativas distantes ao nível da geografia regional ou passagens perdidas aqui e ali em obras literárias de certos geógrafos, verdadeiramente e, como tal, não existe a geografia da literatura. A geografia literária, pelo contrário, enquanto descrição, análise ou interpretação da representação literária de lugares e paisagens, existe em paralelo com a sociologia literária ou sociocrítica” (Brosseau; Cambron, 2003).

1. Os fragmentos de textos que se seguem assinalados entre [...] são transcritos ou adaptados de diferentes artigos, devidamente assinalados, elaborados em vários momentos, sobre Fernando Namora.

Tais perspectivas se beneficiam, hoje, de trabalhos que começam em tempos mais longínquos, a começar nos que defendiam uma geografia informal, alicerçada em experiências e vivências onde se fundamentaria uma verdadeira Geosofia (geografia do conhecimento), cara a John K. Wright (1945). Esta geografia seria feita além dos muros da Universidade e de qualquer cátedra de geógrafo; estaríamos perante uma geografia experiencial, vigente no mundo independente de qualquer geógrafo profissional (Marandola, Gratão, 2010: 26). Esta fonte de inspiração para muitos geógrafos foi complementada com a tentativa de relacionar ciência e arte, para a segunda “iluminar” a primeira, que já estava claramente presente na obra de um dos pais da Geografia: Alexander Von Humboldt. “Em sua obra magna – O Cosmos – o sábio naturalista preocupou-se tanto em examinar os méritos da descrição literária quanto aqueles da pintura das paisagens como poderosos auxiliares da percepção da natureza, nos diferentes lugares. No primeiro caso ele brindou-nos com uma brilhante apreciação dos Lusíadas de Camões a quem imputa a virtude de ser “no sentido próprio do termo, um grande pintor marítimo” (Monteiro, 2008: 196).

Uma das virtudes do diálogo entre Geografia e Literatura é, pois, o de buscar os traços essenciais da experiência geográfica do mundo. Mas, “ao invés de carregar para dentro da literatura conceitos geográficos, trazer da experiência do mundo narradas na pena do escritor, sentidos para a Geografia” (Marandola, 2010: 26). À luz deste tipo de interpretações, a narrativa literária adquire o sentido da existência, parte do mundo e acaba por adquirir traços de geograficidade ou simplesmente geografias. Ou, como outros preferem, gerar a partir duma poética da geografia uma estética materialista e dinâmica, uma filosofia das forças e dos fluxos, formas e movimentos. Isto, porque “a literatura, ao fazer a grande relação entre homem e a terra, reflete as fortes tendências da territorialidade, bem como os desenvolvimentos significativos na história das sociedades, tanto em termos de realidade como a sua representação” (Levy, 2006: 46). E, portanto, interessa à Geografia..

Em Portugal e no Brasil também ocorreram abordagens a explorar as interfaces entre geografia e literatura. Importa mencionar, sem grande preocupação de sermos exaustivos, os trabalhos pioneiros de José Osório de Oliveira (*Geografia literária*, 1931) e de Aristides de Amorim Girão (*Geografia e Literatura*, 1952), seguidos, mais recentemente, por estudos

como *Ficção, espaço e sociedade: notas para uma leitura geográfica e social da obra de Alves Redol – Avieiros* (Fernanda Cravidão, 1992), *As outras geografias: a literatura e as leituras do território* (Rui Jacinto, 1995) e o trabalho académico mais extenso e detalhado *O lugar do meio. Uma leitura geográfica da obra de Miguel Torga* (F. Choupina, 2005).

O tema, nesta altura, também é desenvolvido na geografia brasileira em trabalhos como *Território, poesia, identidade* (Haesbaert, 2009 [1996]: 143-158) e *O mapa e a trama. Ensaio sobre o Conteúdo Geográfico em criações romanescas* (Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, 2002). Seguem-se *Geografia e Literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação* (Marandola; Gratão, 2010), *Geografia, literatura e arte: reflexões* (Maria Auxiliadora da Silva; Harlan Rodrigo Ferreira da Silva, 2010) e, mais recentemente, *Geografia literária em Rachel de Queiroz* (Tiago Vieira Cavalcante, 2019)²

A base conceptual da abordagem que se irá desenvolver remete para dois textos elaborados sobre Fernando Namora, onde é traçado o percurso pessoal e profissional do escritor na tentativa de correlacionar esta geografia vivida com a sua obra e o olhar lançado pelo autor com o mundo que o rodeia: *As outras geografias: a literatura e as leituras do território* (Rui Jacinto, 1995) e *O itinerário de Fernando Namora e a geografia da sua obra* (Rui Jacinto, 1998)³.

A obra de Cyro Martins ainda não foi objeto de análise similar, pairando sobre ela um relativo desconhecimento geográfico pela ausência duma leitura feita pela Geografia sobre um dos nomes mais expressivo da literatura rio-grandense. Comumente considerado um regionalista, o próprio Cyro refuta esta ideia num texto publicado em *Sem Rumo* (1937); oitava edição, (1980), onde demarca sua posição no contexto literário. Expressa o sentido atribuído à sua literatura, questiona o regionalismo centrado nos pressupostos do heroísmo e da saga dos fazendeiros,

2. Jacinto, Rui (2021), Fernando Namora: Geografia, Literatura e a leitura do País.

3. Além destes ensaios Rui Jacinto tem trabalhado o tema sob várias vertentes a partir das obras doutros autores: Não mais que mar e céu: ensaio para uma geografia das ausências (2001); Transversalidades. Interioridades, insularidades. Apointamentos de viagem ao interior da Beira e ao Arquipélago de Cabo Verde (2011); Mia Couto. O geógrafo heterodoxo e sua imaginária geografia (2011); "As-água" na Geografia e Literatura de Cabo Verde: Manuel Lopes e a geograficidade da sua obra (2015); (D)Escrever a terra: geografia, literatura, viagem. A Geografia de Portugal segundo José Saramago (2015); Legendas à procura dum mapa: a propósito da geografia e do imaginário geográfico de Mia Couto (2021).

dedicando-se à problemática social vivida pelo povo, que denominou de *Gaúcho a Pé*. Assume ser um localista/ localismo, que contrapõe e tenta diferenciar do regionalismo, que explicita em *Visão sobre o Regionalismo*: “o regionalismo retrata uma “realidade eufórica”. O localismo quem sabe se até mais pretencioso, literalmente, procura construir a sua ficção na base da realidade, sem adjetivos” (Sem Rumor: 23).

A apreciação comparativa das obras de Fernando Namora e de Cyro Martins apresentam similaridade, na medida em que expressam a conjuntura socio-política dos anos 30 e 40 do século XX. Namora assume sua literatura comprometida, alinhada com princípios progressistas, integrando o neorrealismo que se posiciona contra a ditadura imposta pelo Estado Novo (1926). Cyro Martins, por seu lado, contextualiza parte de sua obra no movimento político que promove a queda da República Velha, no Brasil. Estamos perante ambientes políticos e condições sócioeconômicas que desencadearam, lá e cá, fortes correntes migratórias. No caso da Campanha do Rio Grande do Sul motivou um forte êxodo rural, que também ocorreu em Portugal, originando um enorme fluxo de pessoas do campo sobretudo para a capital (Lisboa). No caso português o fenómeno migratório teve uma forte componente para o estrangeiro, ocupando o Brasil lugar de destaque até ao início dos anos 60 quando se começam a impôr alguns países europeus como principais destinos (França e Alemanha). A manifesta e objetiva mudança que ocorre na Geografia regional ficará expressa nas significativas literaturas destes dois importantes escritores.

Cyro Martins: breve percurso pessoal e alguns traços da sua obra

“Para a criação literária, porém, é necessário que tenhamos vivências da trama íntima daquela desolada paisagem humana” (Cyro Martins, Sem Rumor: 25).

Cyro Martins nasceu em Quaraí-Rio Grande do Sul, no outro lado da terra relativamente às origens de Fernando Namora, a 5 de agosto 1908, em dias de duros invernos no hemisfério Sul. Filho de Apolinário Martins e Feliciano Martins, nasceu no campo, seu pai era proprietário de um bolicho (venda) de campanha, localizado na beira da estrada. Seus estudos iniciais se deram na sua cidade natal. Estávamos na década de 1920 quando Cyro

Martins transfere-se para Porto Alegre, capital do estado, para dar continuidade a seus estudos como aluno interno, no Colégio Anchieta. Ingressa em 1928 na Faculdade de Medicina, onde inicia a carreira de escritor e acaba por se formar em 1933, para retornar de seguida para Quaraí, sua cidade natal, localidade interiorana onde se dedica durante três anos à clínica médica.

Em 1934, Cyro Martins publica seu primeiro livro, na forma de contos - "*Campo Fora*", reunindo os escritos de sua época de estudante. Em 1937, muda-se para o Rio de Janeiro com a finalidade de estudar neurologia, regressando em 1938 a Porto Alegre para prestar concurso para psiquiatria no Hospital São Pedro. Dedicar-se desde cedo à literatura, seu primeiro romance, após grande peregrinação editorial foi publicado no Rio de Janeiro (1938). Trata-se de "*Sem Rumo*", que posteriormente virá compor, sua "*Trilogia do Gaúcho a Pé*".

Ao longo de sua vida Cyro Martins não se dedicou exclusivamente a literatura. Após três anos clinicando na sua cidade de origem retorna a Porto Alegre, onde pratica medicina e continua os seus escritos literários editando "*Enquanto as Águas Correm*" (1939). Dá continuidade a sua trilogia ao lançar, em 1944, "*Porteira Fechada*". Paralelamente a literatura, persegue a formação médica, formando-se em clínica psiquiátrica no Instituto de Psicanálise da Associação Psicanalítica da Argentina (1951).

Com "*Estrada Nova*" (1954), considerada a obra-prima de Cyro Martins, conclui a "*Trilogia do Gaúcho a Pé*", que fixa o processo de expulsão dos trabalhadores do campo, face à modernização capitalista que avança pela Campanha do Rio Grande do Sul. A trilogia revela a sua leitura diferenciada da produzida pelos regionalistas de então, que baseavam as suas histórias na glorificação de heróis. Seu olhar se debruçou sobre a vida cotidiana, as mazelas das populações pobres, do peão de estância de sua migração campo - cidade e, nela, seu viver nas periferias, o que denominava de aldeias ou coroas pobres (as periferias urbanas). As mudanças associadas ao transporte ferroviário, o cercamento das fazendas, agora, de arame farpado, e aglutinação de propriedades efetuada pela compra das pequenas parcelas habitadas por chacreiros em geral arrendatários, entre outras modalidades, favorece o êxodo rural, e a vida vaga, notadamente dos peões de estância, nas pequenas cidades.

Radicado em Porto Alegre, clinicando no campo da psiquiatria e dando continuidade à sua literatura, que inclui também reflexões no campo

da medicina psiquiátrica expressou uma trajetória memorável de literata, em grande parte dedicada ao povo e a vida na Campanha do Rio Grande do Sul. Suas memórias de estudante em Porto Alegre, de médico em Quaraí, ficaram registradas em seu livro *A Dama do Saladeiro* (1980). Passados alguns anos, em 15 de dezembro de 1995, aos 87 anos, veio a falecer, em Porto Alegre, cidade onde se radicou e construiu sua trajetória médica e literária.

Conforme sua narrativa em *"1929 foi o ano da eloquência cívica, a talvez maior depois das campanhas da abolição e da República. (...) Desencadeia-se a revolução de trinta e brevemente se encerra (...) cai decrépita a República Velha. (...) Mas em 1932 estourou a Revolução Constitucionalista"* (*A Dama do Saladeiro*: 11), altura em que se aproximava sua formatura de médico. Foi politicamente efervescente o tempo de estudante de Cyro na capital gaúcha. Do ponto de vista literário Cyro expressa sua aproximação com o Modernismo (1922) no Brasil e na oitava edição do seu romance *Sem Rumo* (2016), inclui um texto onde expressa a sua visão sobre o regionalismo em torno da literatura gauchesca. Refere que o Modernismo é *"uma ruptura tão brusca com o passado, imprimindo rumo inteiramente novo e surpreendente às letras nacionais, parece ter amedrontado nossos regionalistas que se nutriam da tradição. E aos poucos foram silenciando até que enfim calaram* (*Sem Rumo*:19).

A sua crítica ao regionalismo decorre do facto deste se nutrir da estância e que, por isso mesmo, o regionalismo, tal como ela, teria entrado em crise. *"Com efeito a estância deixou de ser aquele espetáculo, permanente, brioso e bárbaro, de risco, de coragem e de emulação. Tudo que a cerca, agora é monótono. Os rebanhos são doces, os peões passaram a chamar-se operários rurais, o patrão acompanha pelo rádio, com o mapa diante dos olhos, as manobras do "Front" europeu e a sua família raramente aguenta mais de um mês ou dois o tédio da fazenda. Como se vê não persistem mais as condições humanas que faziam da campanha rio-grandense uma existência à parte, original e pitoresca. Além disso, e em consequência disso, é fato conhecido por todos que nossa campanha dia a dia se despoeva, não em benefício da cidade, mas, para a sobrecarga da cidade. O marginalismo é a expressão mais dramática dessa migração caótica, que por vezes assume as características abomináveis do exotamento* (*Sem Rumo*: 21).

A identidade de Cyro se constroi na fronteira do Rio Grande do Sul, na área rural de uma cidade que se constituiu geminada com a cidade

uruguaia, Artigas, desde os idos de 1850, aproximadamente. Embora Cyro Martins tenha nascido em Quaraí a sua obra traduz a vida e a condição fronteiriça do conjunto do estado mais ao sul do Brasil. Expõe com elevada capacidade narrativa a vida no campo, onde nasceu, o cotidiano de uma fazenda, suas lidas, suas mazelas, suas transformações nas mais diferentes dimensões. Seus relatos permitem aos que viveram nesse rincão e, portanto, tem nessas paragens seu espaço de pertencimento com que se identificam através de vários elementos de vida comum: o campo, as aguadas, os rodeios, as tropeadas e as brincadeiras da gurizada (a fazenda de gado de osso) narradas pelo Chiru, seu personagem em *Sem Rumo* (1937). Cyro se preocupa sobremaneira com uma narrativa centrada nas pessoas, nas suas vidas concretas, nas suas subjetividades, captadas quiza pela sua andança e escuta, no interior do município, como médico, articuladas com a sua própria existência de guri da campanha.

Este é o espaço-tempo que dá origem a sua literatura como encontramos no poema o GURI ou no livro *Campo Fora* (1934), onde revela o seu imaginário compeiro: “*Do oitão do rancho, montado no seu cavalinho de pau, o Nilo entusiasmado, contente, batendo os pezitos no chão, que o pingo fogo não parava quieto, não tirava os olhos do grande cenário. Nunca vira aquilo. E estava gostando de ver. Tinha lástima de não ser homem ainda para andar lá também, e correr e se arriscar*” (Campo Fora: 30). Estas vivências e andanças serão ampliadas, de um lado e de outro da fronteira: é em Porto Alegre que se torna médico mas é em Buenos Aires que se especializa em Psiquiatria. São esses mundos, o mundo interiorano em relação a capital (Porto Alegre) e o mundo aberto ao exterior dado pela vivência fronteiriça, lugar onde o longe se pode tornar perto, que estruturam sua trajetória pessoal e literária.

As suas obras, de que são exemplo *A Trilogia do Gaúcho a Pé* e *A Dama do Saladeiro* promovem esse resgate. No livro *A Dama do Saladeiro* explana, a partir da personagem central (D. Ophélia⁴), o seu fascínio por essa que era, também, uma mulher das letras, para migrar, reflexão e estímulo que o animam a buscar caminhos outros, além da sua pequena e “mansa” cidade. É assim que

4. Dona Ophélia uruguaia, personagem no seu Livro - *A Dama do Saladeiro*, era herdeira da fazenda Saudades e vinculada por laços de família ao Saladeiro São Carlos, de propriedade de seu pai. Assumiu a fazenda após o fechamento deste espaço de produção de charque. Neste espaço viveu sua infância e, casada com um brasileiro, ali viveu por tempos esporádicos, quando vinda de Montvidéo e ali permanecia. Pelo menos até o início dos anos 1950, D. Ophélia deslumbrava a elite da cidade pela sua condição de vida abastada, por ser literata e socialmente aberta à vida.

Cyro narra a sua aproximação a esta mulher: “*Sim, o leitor quer saber? Me tornei amigo de D. Ophélia. E quantas e quantas vezes me deu esse conselho “Váyase, váyase – com receio de que a rotina do meu São João Batista de Quarai me colasse definitivamente as asas sobre o corpo” (A Dama do Saladeiro: 129).*

Enquanto médico Cyro vivia cuidando seus doentes nos arrabaldes da cidade e no interior do município. Sobre clinicar no interior escreve, neste mesmo livro, sua prática de jovem médico, uma vez que o Dr. Robertinho era o médico conhecido da cidade e, com grande número de clientes. Cyro Martins adentra com sua medicina ao campo, lugares distantes consultando moradores rurais geralmente, peões, chacreiros e familiares. Da mesma forma suas consultas lhe permitiram andarilhar na aldeia ou coroa pobres (bairros populares), na época mais concentradas na margem do rio. Em relação a sua prática de jovem médico escreve Cyro que praticava uma clínica dos três pés onde os seus pacientes eram *parentes, pobres e putas*, (A dama do Saladeiro: 102). É, desta experiência que se revela o poeta, com suas histórias apreendidas no diálogo com seus pacientes. As dificuldades da vida desses grupos sociais, sob a sensível escuta, acrescida da observação espacial, de suas moradias e entorno, ativam sobremaneira a preocupação social e econômica com seus pacientes, esta dimensão social e humana vão se revelar em sua literatura, quando se refere a saga das populações pobres da Campanha, o peão de estância, o chacreiro, o tropeiro, o esquilador, o posteiro, os agregados e seus familiares.

Fernando Namora: errâncias do homem e da obra entre o litoral e o interior de Portugal

“Peregrinação / Venho de um ermo que não existe / nas tuas rigorosas geografias / venho não sei de onde / e nem lá regressar poderei / porque nunca afinal lhe fixei a exacta / fórmula das suas nutrientes matrizes” (Fernando Namora, Nome para uma casa: 1984: 85).

[“A geminação entre os municípios de Idanha-a-Nova e Condeixa-a-Nova dista meio século do ano em que pela primeira vez se editou o livro *A Casa da Malta* de Fernando Namora. Este autor e aquela obra podiam ser a verdadeira razão de ser dum evento que passará, também, a cimentar a aproximação entre aqueles dois territórios, que têm, pelo menos, o seguinte ponto em comum: integram-se no itinerário vivido, sofrido e

sonhado pelo escritor, ficando a testemunhar a intemporalidade da sua obra.

Foi em Condeixa que nasceu Fernando Namora mas, por intermédio da sua escrita, ficará para a posteridade também ligado a Idanha. A Idanha e as suas gentes (particularmente o seu Monte Santo, qual *Nave de Pedra* carregada de mistérios e de símbolos), perpassam na obra de Namora, captadas e invulgarmente descritas por quem as viveu para além das aparências: embora a planura da campina pareça transmitir uma aparente homogeneidade, os contrastes físicos e as tensões sociais são realçados e minuciosamente descritos.

Condeixa faz parte doutro espaço e doutro tempo, é um território de pertença que foi ficando cada vez mais longínquo, mas que, apesar de menos presente deixou marcas igualmente profundas. Quando o autor refere na sua Auto biografia nomes como o Dr. João Antunes (o Padre-Boi, que se ajusta na perfeição ao padre Brás da Casa da Malta), o Joaquim Melâneo ("O que há de protesto social nos meus livros a ele o devo"), o senhor Gabriel ou o João Loio, está a reviver personagens que marcaram tanto o autor como uma certa época de Condeixa, que corresponde à sua infância e juventude. Estas paisagens, as vivências das gentes e o ambiente social (como referiu, dos verdes anos lembra-se pouco de si e mais das pessoas), povoam o imaginário do escritor e acompanham-no ao longo da sua vida.

Contudo, na sua obra, as referências a Condeixa não são tão extensas como as que dedica a Monsanto ou à Beira Baixa; só numa ou noutra passagem é que se tornam mais explícitas como parece acontecer nas *Aquarelas da Vila (Marketing, 1969)*. O ambiente social condeixense que perdurou até aos anos 60 é traçado com a mesma delicadeza com que as paisagens do concelho são captadas, embora numa visão mais naturalista, nos óleos dos seus conterrâneos e contemporâneos José Ventura, Melâneo ou nas fotografias de José Pinto.

Num poema daquele livro descrevem-se facetas da vila⁵ comuns à generalidade das sedes de concelho integradas nas áreas rurais

5. "Veio para a porta da farmácia / o senhor secretário de Finanças/tirando de frio, zangado com o frio/Zangado com os pobres que lhe roubam o sol que é seu"; "o irmão era da outra Banda / c é preciso que se saiba / quem é e quem não é da "Fina Flor"; "o senhor capitão / tem três filhas donzelas / e um palácio com brasão"; "Tem pincéis, o alfaiate Simão... choupos, várzeas e arroios, azinhagas e levadas, ludo pinta o mestre Simão"; "No consultório do médico está uma senhora doente... tão doente que passou à frente do povo das aldeias".

portuguesas, localidades que permaneciam mais ou menos imunes aos processos de mudança que varriam a Europa. As assimetrias sociais e o modo como a vila e os seus notáveis se impõem ao restante concelho são postos em evidência, no mesmo espaço em que coexistem malteses e classes populares (caixeiros, alfaiates, marceneiros e outros artífices) com estratos sociais mais elevados.

Foram estes dois mundos – Condeixa/Coimbra e Beira Baixa, isto é, o litoral e o interior de Portugal —, com o que possam ter de similitudes e de contrastes, que forjaram a identidade do autor e a que temos de apelar quando pretendemos ler a sua obra.

As efemérides que assinalei inicialmente podiam ser o pretexto único para escrever estas linhas. Contudo, outros motivos me incentivam a passar ao papel algumas reflexões que venho sedimentando. Desde logo porque, de alguma forma, me sinto a fazer um itinerário geográfico e convival paralelo, pois, sendo Condeixa igualmente o meu universo de pertença, a descoberta acidental e recente da Idanha, pertimiu-me observar as paisagens do interior raiano com outros olhos e, por esta via, revisitar e compreender de outro modo a obra de Fernando Namora”]⁶.

[“Em Condeixa-a-Nova, a 15 de Abril de 1919, quando "entre rendas e afagos egoistas, os rouxinóis, pela noite, namoravam a Primavera", nascia Fernando Namora, iniciando um percurso que vai terminar em Lisboa a 31 de Janeiro de 1989. Depois de concluir a licenciatura na Universidade de Coimbra em 1942, começa a exercer medicina na sua terra natal num momento particularmente difícil da sua vida, o que vai precipitar uma peregrinação que o leva ao contacto íntimo com comunidades rurais do interior mais periférico e profundo de Portugal. Até chegar a Lisboa em 1950 para ingressar no Instituto Português de Oncologia, onde se manteve até 1965, altura em que abandonou a medicina para se dedicar por inteiro à escrita, o médico percorreu recônditos lugares da Beira Baixa (Tinalhas, 1943; Monsanto, 1944) e do Alentejo (Pavia, 1946).

A partir do lugar privilegiado que a função de médico lhe confere, estas comunidades marcadas por fortes arcaísmos, terras perdidas no espaço e no tempo, são minuciosamente auscultadas por Namora. Todo o género de carências dos seus habitantes, a teia de relações estabelecidas entre as pessoas e a trama de sentimentos que as envolvem ajudaram a

6. Jacinto, Rui (1995), *As outras geografias: a literatura e as leituras do território*.

moldar o homem e a esculpir os contornos da obra. Como reconhece, foi a medicina que lhe "desvendou e recolheu o material literário", que constituiu a sua "tarimba de homem, o mergulho decisivo na vida vivida por dentro, no que esta tem de mais terrível e de mais euforizante".

Observador empenhado e desperto para os sinais dos tempos, atento aos acontecimentos que varriam o País, a Europa e o Mundo, Fernando Namora não fica indiferente às incertezas e contradições que vão acompanhar as transformações ocorridas ao longo deste século. Não podemos ignorar, pois, a influência decisiva dos ambientes social, económico e político de Portugal dos anos 30 e 40 na formação das convicções duma geração em geral e de Fernando Namora em particular. As diversificadas manifestações sociais e as múltiplas tensões políticas que já haviam concorrido para precipitar o fim da Primeira República, podemos encontrá-las na crise antiga que se havia instalado na sociedade portuguesa, de que a emigração que varreu o país é apenas um dos sinais mais eloquentes; só nos anos 20, saíram anualmente para o estrangeiro, em média, 35.000 pessoas. A Guerra Civil de Espanha, anunciando o eclodir da Segunda Guerra Mundial, cria o clima propício para que uma juventude, normalmente idealista, alicerçasse convicções e, a partir dum forte empenhamento social, procurasse desbravar outros rumos, já que "a juventude tende a olhar em redor e o futuro em vez de olhar para si; não gasta a generosidade em seu proveito, corre a estender as mãos aos que mais precisam de ser redimidos"⁷.

(RE)LENDO CYRO MARTINS E FERNANDO NAMORA: SINAIS DE GEOGRAFICIDADE EM A TRILOGIA DO GAÚCHO A PÉ, A DAMA DO SALADEIRO E CASA DA MALTA

Questionar a sociedade a partir dos desgarrados⁸/ deserdados

Uma leitura que se pretende geográfica dos escritos de Cyro Martins centra-se aqui, no livro *A Dama do Saladeiro* (1980) e na *Trilogia do Gaúcho a Pé*. *A Dama do Saladeiro*, um dos seus últimos livros, foi escrito como uma autobiografia, onde narra seu tempo de permanência em Porto

7. Jacinto, Rui (1998), O itinerário de Fernando Namora e a geografia da sua obra.

8. Desgarrado termo regional indica pessoa (ou mesmo uma rês ou rebanho), um grupo afastado de, extraviado, separado, tresmalhado.

Alegre, seu retorno como médico à sua cidade São João Batista do Quaraí, que hora chama pelo nome todo, ora por São João, ora por Batista. A trilogia é uma expressão do seu pago, das transformações que vinham se processando, nos idos dos anos 30, na Campanha do Rio Grande do Sul. Em *Sem Rumo*, seu personagem, o Chiru, será o protagonista enquanto um menino pobre, sem mãe e pai, arrinconado na casa do padrinho (o fazendeiro)⁹. Chiru é a expressão da vida no campo, revelada pelo seu olhar de criança inicialmente, e a medida que cresce, transformando-se humana e socialmente, através de inovações que vão dispensando as lidas campeiras. Chiru se desdobra em outros personagens para expresser em *Porteira Fechada* e *Estrada Nova*; mudanças, presenças e ausências, frente a um processo migratório desde o campo.

[A *Casa da Malta*, obra de Fernando Namora escrita há meio século, vem a propósito por constituir o traço de união entre os municípios de Condeixa e de Idanha-a-Nova, um no litoral e outro no interior, na fronteira com Espanha. "A sua *Casa da Malta* é, também, um elo de ligação, pelo modo como a realidade social, rural e profunda, tanto da Beira Baixa como da região onde Condeixa se insere, de há umas décadas atrás, parecem coexistir naquela obra. Foi um dos primeiros livros do autor - o primeiro livro publicou-o aos 19 anos e *A Casa da Malta*, o terceiro, concluído em 1943 quando tinha 24 e editado dois anos mais tarde -, escrito em Tinalhas em apenas oito dias, imediatamente após a sua chegada àquele lugar, coincidiu com uma mudança radical na vida do autor: deixa as origens e toma contacto com o ambiente da Beira Baixa, um universo estranho, como veio a confessar.

A *Casa da Malta* é uma obra bem datada e que, logo no título, define a opção do autor em captar a realidade a partir do quotidiano dos estratos

9. *Desgarrados* é uma composição de Mário Barbará / Sergio Napp. Mário Barbará (1954 – 2018) poeta, cantor e compositor brasileiro. "Desgarrados", foi escrita junto com Sérgio Nappe e vencedora da 11ª Califórnia da Canção Nativa de 1981, em Uruguaiana.RS.

"Desgarrados / Eles se encontram no cais do porto pelas calçadas. / Fazem biscates pelos mercados, pelas esquinas. / Carregam lixo, vendem revistas, juntam baganas. / E são pingentes das avenidas da capital. / Eles se escondem pelos botecos entre cortiços. / E pra esquecerem contam bravatas, velhas histórias. / E então são tragos, muitos estragos, por toda a noite. / Olhos abertos, o longe é perto, o que vale é o sonho. / Sopram ventos desgarrados, carregados de saudade. // Viram copos viram mundos, mas o que foi nunca mais será. / Cevavam mate, sorriso franco, palheiro aceso. / Viraram brasas, contavam causos, polindo esporas. / Geada fria, café bem quente, muito alvoroço. / Arreios firmes e nos pescocoços lenços vermelhos. / Jogo do osso, cana de espera e o pão de forno. / O milho assado, a carne gorda, a cancha reta. / Faziam planos e nem sabiam que eram felizes. / Olhos abertos, o longe é perto, o que vale é o sonho. / Sopram ventos desgarrados, carregados de saudade. / Viram copos viram mundos, mas o que foi nunca mais será.

mais excluídos e deserdados da sociedade, os "vagabundos, ciganos, gente do mundo que não escolhe tecto", a gente sem eira nem beira: os malteses. Terá a condição de médico criado maior sensibilidade às assimetrias sociais e ao sofrimento humano?

A casa, por seu lado, assume uma dimensão simbólica, é o espaço de solidariedade e de coesão entre a grande família dos malteses. Talvez não devamos estranhar que, hoje, a outra escala e com outras preocupações, se fale tanto da necessidade de se edificar a casa comum europeia"]¹⁰.

Contextos territoriais e problemas sociais: diferenças e similitudes

O contexto territorial e a identidade de Cyro Martins são lidos aqui com base na Trilogia do Gaúcho a Pé (*Sem Rumo*, 1937; *Porteira Fechada*, 1944; *Estrada Nova*, 1954) e *A Dama do Saladeiro* (1980). Em *A Dama do Saladeiro*, Cyro evoca a vida de efervescência política na capital e o seu engajamento político. Menino pobre, iniciou sua vida no internato, dando continuidade nos estudos, na capital, perambulando de pensão em pensão, em condições precárias. Falemos primeiro de *Dama do Saladeiro* onde Cyro revela a sua capacidade de escutar as palavras e observação dos gestos de cada personagem que escolhe para sua narrativa: o grande professor, a vivência da prática médica, uma cirurgia na Santa Casa; D. Ramon o senhor espanhol e a outra pessoa, D. Margarida, na espera cotidiana pelo amor platônico: "*Porém, ao invés, penalizado sustentei resoluto, a sua fé: D. Ramon virá. Repentinamente a senhorita Margarida desanuviou*" (*A Dama do Saladeiro*: 42). Retorna a Quaraí, jovem, médico, faz a sua carreira inicial aproximada do Dr. Robertinho, médico de longo tempo e conhecido da cidade. Iniciam as consultas, estradas longas, percursos por vezes, noturnos. Muitos deslocamentos feitos no carro, puchado a cavalo, do Jesus(?) ou do Luiz(?) (Carreiros). Narra os percursos e, em parte das suas escritas, já demonstra interesse pelo subjetivo humano, pois segundo Dr. Robertinho era sua especialidade. Doentes que necessitavam de tratamento psicológico, os loucos de outrora, que num primeiro momento iam para a prisão e depois para o sanatório. Tratava-se do estancieiro José Francisco de Souza Marco. Da mesma forma D. Clotilde com seu trauma familiar desde que escutou uma revelação, sem piedade. Além de outros

10. Jacinto, Rui (1995), *As outras geografias: a literatura e as leituras do território*.

casos difíceis, partos e pacientes paupérrimos moribundos em seus leitos, tifo e sífilis campeavam soltas. Esta realidade encaminha uma reflexão que lhe mudará o rumo. Em relação a ser médico no interior escreve: *"Falta-me aquele arrojo, tão necessário, para a ostentação da meia-ciência...Chegara a conclusão de que médico das cidades pequenas, para triunfar, precisa possuir o talismã dos curandeiros"* (A dama do Saladeiro: 103). Dona Gertrudes era uma curandeira em suas narrativas. Percorre os seus livros a visão que tem da cidade, pequena, monótona, rodeada de um arrabalde pobre vinculada a cidade, ocupada pela elite estancieira, a cidade dos jogos, dos bailes, dos cabarés e suas alegrias e tragédias. Não esquecendo, enfim, o outro lado do rio, a conviência com os uruguaios.

O contexto territorial presente nos escritos de Cyro Martins, sobretudo nas obras aqui comentadas corresponde, a Campanha do Rio Grande do Sul, mais particularmente a fronteira com o Uruguai, o que faz a partir da narrativa de seu espaço de vida, a pequena cidade de São João Batista de Quaraí geminada com a cidade de Artigas. O espaço vivido se desdobra entre a vivência no campo, lugar onde nasceu e a pequena cidade, São João, Batista, Quaraí, onde viveu antes e, depois como médico, por apenas três anos, associando essas as vivências em Porto Alegre capital do estado, onde estudou.

No primeiro livro da trilogia, Sem Rumo, através do personagem central Chiru revela, desde sua infância até a sua partida ainda gurisote, os detalhes da lida campeira, da estrutura que expressa o trabalho em uma estância, o proprietário- estancieiro, o capataz a quem cabia o controle da atividade cotidiana com o gado e, o peão, aquele cujas lidas se iniciavam desde muito cedo, percorrendo o campo, vistoriando o gado entre outros cuidados, como o banho de inceticida contra os males comuns. Escreveu então: *"Sairam juntos. Saltava água e espirrava barro por todos os lados. A cada pisada dos cavalos fervia uma vertente, com um rangido fresco de arreio novo. As nuvens galopavam para o norte. Grandes nuvens brancas, de orlas esfiapadas, muitas. Viajavam aceleradas. Advinhava-se que não voltariam tão pouco. Azulavam já manchas e manchas de céu lavado. Uma aragem excitante entrava pelo nariz"; (...)* *"no fundo do campo grande, juntavam-se os grupos. Ali a sanga estava bufando, derramando-se por cima das barrancas."* (Sem Rumo, 53; 55).

A paisagem do campo, os contrastes sociais vividos, pelo estancieiro e pelos trabalhadores da fazenda, desde o capataz à cozinheira, suas origens étnicas, o índio vago, o negro, o crioulo e sobretudo seus traços de

persolidade, descritos nas diferentes atitudes, expressam os contrastes sociais, econômicos ali mesmo e cotidianamente, no âmbito da fazenda/estância.

Nas obras aqui analisadas a questão e os problemas territoriais se desdobram, para além da estância na transformação do modo de viver tradicional, do campo gaúcho (1930/ 40), no êxodo dos “videntes” mais pobres, peões, agregados, posteiros e chacreiros para a aldeia (São João, Batista, Quaraí), onde vão preambular vivendo de changa, trabalhos eventuais e, engrossar a periferia da cidade, criando o que denomina de “coroa de pobres” no entorno da cidade, o arrabalde pobre – do gaúcho a pé.

[Fernando Namora, no primeiro parágrafo de *A Casa da Malta*, “situa-nos no espaço e no tempo: “Do alto das furnas via-se o burgo dormindo; uma névoa de Primavera, fria, engelhava as casas e o arvoredo. Era dia santo, com feira no Salgueiral”. A narrativa coloca-nos na vila e no seu mercado, quais centros polarizadores de que dependem as pessoas e em torno dos quais gravitam as comunidades rurais.

Como o autor reconhece, na aldeia de Vale Florido, nas bandas de Ansião, encontram-se personagens de muitos dos meus poemas e de umas tantas páginas de *Casa da Malta*". O mundo vivido do escritor ainda se circunscrevia muito ao litoral (Condeixa onde nasceu, Vale Florido terra dos pais e Coimbra onde estudou), reflectindo *A Casa da Malta* um compromisso entre aquele espaço de pertença e o mundo que então começa a desbravar. O território descoberto passará a ser uma referência fundamental, onde procurará efectuar uma ruptura com o seu próprio passado, próximo ou longínquo, por vezes doloroso.

O que Namora transmite não será ainda a Beira Baixa na sua plenitude, ambiente onde começa a mergulhar. As referências mais vivas ainda pertencem à Condeixa da sua infância e adolescência, com a feira à terça e sexta, aonde acorrem os aldeões das serras calcárias de Sicó, lugares de origem de seus pais e que visitava nas férias, e os casaleiros, camponeses dos casais implantados na bordadura dos campos do Mondego.

Os contrastes sociais e a dicotomia entre a cidade/vila e o campo estão sempre presentes: o ambiente citadino, Coimbra que tão bem conhece, está povoado de estudantes (“o descuido boémio dos rapazes das repúblicas”), e da coabitação entre doutores e futricas (tipógrafos,

caixeiros, cabeleireiros) com as tricanas pelo meio; a aldeia encerra, por seu lado, uma mescla social com camponeses, sempre à beira de se tornarem malteses, feitores e usurários, mirando a possibilidade de, através de hipotecas, expandirem a sua propriedade”¹¹.

Os campos e a cidade: contrastes locais e regionais

A obra de Cyro Martins é a expressão duma Geografia em que ao ler me reconheço, posto que por lá nasci, por lá me criei. O pampa, o campo, as águadas, a planura, a chuva de inverno, o frio, os quentes verões, a lida da estância, a vida no arrabalde, a migração campo-cidade, tudo em Cyro revela sua estreita relação com a paisagem de campos, com a cidade de nascimento. Em cada página, em cada palavra é observável a terminologia local, a fala local: *“Sentou-se sob o velho cinamomo, senhor do terreiro, de onde podia acompanhar o movimento dos galpões, das mangueiras e divisar grande parte do campo, uma planície bem pampeana. Ali passava grande parte do dia se fazia tempo bom... Por enquanto os campos ainda estavam molhados de amarelo palha restos do inverno resistindo a força renovadora dos primeiros sóis de outubro”* (Sem Rumo: 41).

A cidade representada pela centro, a praça, o clube, a prefeitura, a igreja, a cadeia é São João Batista de Quaraí, que denominou de Boa Ventura em *Porteira Fechada* (1944). Ao descrever sobre campo e cidade, está presente a conexão com o Uruguai e a cidade do lado de lá, Artigas, ao se refrir ao castelhano, ou fugir para o Uruguai para não votar a cabresto, em tempo de eleições: *“Sabe onde ele está? Se escondeu no mato ou fugiu para os castelhanos para não votá”* (Sem Rumo: 12); se referindo ao Chiru, já migrado para cidade, depois de ter trabalhado em muitas frentes, *carroceiro de venda, changador, pipeiro, mascate*, vai ser boteiro na travessia do rio Quaraí, em direção a Artigas. *“Inté pensei ué chiru madrugou. Descerto teve de leva alguém para o outro lado, muito cedo, alguém que precisava embarcá no trem para Montevideo. E depois ficou esperando passageiro de lá prá cá”* (Sem Rumo: 126; 127).

Como médico jovem, novo na cidade, seus pacientes eram os pobres, moradores dos arrabaldes, *da aldeia*, que descreve como: *“Eram todos eles da aldeia, aquela zona de ranchario entre as chácaras e a cidade, lá*

11. Jacinto, Rui (1995), *As outras geografias: a literatura e as leituras do território*.

onde havia ruas, casas e luz. Mas, pro povinho tudo era cidade. Afinal a cidade distraia” (Sem Rumo: 92). A sensibilidade para olhar o lugar, captar os contrastes e revelar as contradições locais são patentes ao referir: “Eucaliptos, dispersos e enormes, projetando sombras compridas na terra vermelha da ruazinha arrabaleira. Casebres alcatruzados, sórdidos por fora e sugerindo, à simples vista a sujeira, a porcaria reinante no interior. Atrás de cada, um sítio, alguns grandes tomados de ervas daninhas, inúteis” (Sem Rumo: 110).

A cidade, por oposição ao campo, era assim descrita: *“Domingo de tarde. Nas ruas largas, terminando-se imperceptível no campo, umas, outras na beira do rio, não há movimento algum. Todas as casas fechadas. Solaço bruto. Sesta. Preguiça. Moleza. E deixa pra o dia seguinte (...) a praça não tinha iluminação. Um foco aqui, outro lá no ontonte” (Sem Rumo: 103). Este espaço geográfico em sua temporalidade, magnificamente, representada, na obra de Cyro Martins esta impregnado de revelações sobre a política local e estadual, as artimanhas, as promessas, os feitos e os não feitos. Neste contexto questiona a vida deplorável das populações marginalizadas, relato contundente em *Porteira Fechada* (1944).*

[A obra de Namora revela uma “dialéctica entre o homem e o meio, o aproveitamento dos recursos e o modo como são socialmente apropriados não lhe escapam: “O rio! Vem da serra num fiozinho (...) Sem a rega os campos gretavam de sede e os fidalgos iam-se embora. Por isso aquelas zaragatas da Primavera às colheitas: os homens são amigos até que a semente grele da terra; (...) As casas-grandes têm o privilégio dos boqueirões.”

A serra e os campos. As paisagens. A água, fonte de vida e pomo de discórdia, alimentou disputas e demandas, gerou guerras e desavenças redimidas à sacholada ou na barra do tribunal, tornando-se uma questão tão antiga como actual. Embora o mundo rural tenha uma dimensão privilegiada na narrativa, a vila está omnipresente através dos seus artífices (ferreiros, alfaiates), do comércio (a taberna, a estalagem), dos instalados nos serviços (o escrivão, o médico, o oficial de diligências, o juiz) e de toda a casta de malteses que a procuram (ciganos, ambulantes, feirantes e outros migrantes).

A vila fervilha de actividade: “aí pelas oito, o comércio estaria aberto,

12. Veja-se a referência de António Nobre sobre Condeixa: “Velhos aldeões (...) Com o chapéu na mão, simples e bons e honrados; / Vem consultar-nos, porque “somos advogados / E sabemos das leis...” O que devem fazer / Aí numa questão, numa questão qualquer / De águas com um vizinho”. (Só, 154 ed., p. 65).

espanejando as fazendas. As carroças dos azeiteiros da serra à porta das vendas; a fruta e o peixe vivo, ainda a sangrar maresia, na praça; a gente das aldeias trocando o dinheiro das hortaliças por saias e riscados."

A sociedade e as disputas locais são igualmente captadas: "A vila, com as suas bandas de música e os seus teatros (ao todo, três palcos), só faltava o caminho de ferro. O visconde ainda pensou nisso; reuniu-se a Câmara; D. Mattoso, sondado na farmácia, se não adiantou, também não se negou; tudo parecia resolver-se sem melindres. Mas Lucas, como sempre rezingueiro, interpôs o veneno; às punhadas no balcão, berrou que o caminho de ferro só servia a bazófia de certos políticos; havia a estrada nacional para desenvolver o comércio. E hoje, nas tardes serenas, ouvem-se os apitos do comboio - mas lá para as bandas da Granja."

Os ambientes sociais de outras sedes de concelho podiam ser idênticos, mas a descrição ajusta-se na perfeição ao retrato sociográfico de Condeixa daquela época, com as suas personagens típicas—"ressoava a voz cheia e timbrada do padre Brás. O padre era um ganapo endiabrado num corpo de toiro. Tinha no mundo dois prazeres: as crianças e as jantaras" —, e a atmosfera pequeno-burguesa "ensaios da música no sobrado do padre Brás, para as festas no palácio dos Mattosos"]].

Processos migratórios: exodos, errâncias, retorno

Na *Trilogia do gaúcho a pé*, sobretudo em *Porteira Fechada* e *Estrada Nova*, a narrativa expressa a migração sob dois sentidos, a migração campo-cidade (Quaraí) e a migração para a capital, também revelada, aproximadamente, trinta anos depois, na letra de uma música nativista onde, ao se referir aos migrantes vindos do interior do estado são identificados como, os "*pingentes das avenidas da capital*" (Desgarrados de Mário Barbará e Sérgio Napp, 1983). Em tais processos migratórios, a centralidade está vinculada, as transformações no campo, a perda de terra e trabalho e, a ida para a cidade, num primeiro momento, para Boa Ventura, a cidade fronteiriça, que revela as condições de sua terra Natal (Quaraí) e, sobretudo a vida na aldeia (arrabalde) que congregava em, grande maioria, os migrantes do campo. João Guedes é o protagonista desta migração, em *Porteira Fechada*.

Nesta obra, desde seu título, fica expressa a dificuldade da pequena

13. Jacinto, Rui (1995), *As outras geografias: a literatura e as leituras do território*.

cidade, acolher os gentes vindas do campo. O que lhe resta é o biscate, a changa (trabalho eventual), o comércio como mascate ou boteiro, para ao final, ainda que de consciência pesada partir para o roubo de ovelha (abigeato), para poder ter alimento, para a família. *“Aquele homem era João Guedes que carregava uma ovelha atravessada na garupa. Sim, o Guedes em pessoa, um gaúcho bom e direito, que foi domador, tropeiro, aramador, vizinho apreciado, plantador, que afrontou todos os riscos da vida campeira, no tempo em que esta oferecia riscos, e que um dia se mudou para cidade”* (Porteira Fechada: 64). A vida de João Guedes, dos parceiros da canha, no bolicho do Capitão Fagundes, vai aos poucos revelando as personalidades, os conflitos, os conchavos, as relações sociais entre a elite e delas, com os pobres da aldeia. Numa manifestação que se expressa no campo da política, no voto a cabresto, na figura do caudilho (Coronel Ramiro), nos crimes encomendados e, nas proposições de fuga para o Uruguai.

A figura feminina está presente na obra de Cyro Martins, por vezes submissa, por vezes ativa e questionadora. Maria José, a mulher que casou com Quedes, vivendo na cidade, no rancho, na aldeia, as argurias da migração, é, ao mesmo tempo, forte e frágil. *“Aliás sempre se calava quando Maria José erguia a voz. Ela dominava sobretudo por que se expressava direito, dizendo como queria o que pensava”*. De outro lado, *“Maria José costumava pensar e às vezes mesmo dizer, se oportuno: “esta máquina (de costura) é o meu marido”* (Porteira fechada: 65, 95). Ao vender o cavalo e posteriormente, os arreios, como última possibilidade de recursos, *“Contava assim o último tendo que o prendia a vida passada. Curvava-se a fatalidade, cedendo a um desígnio doloroso de gaúcho “de a Pé”* (Porteira Fechada: 95).

A migração para capital, se configura como o êxodo rural, que constituiu num primeiro momento a formação das coroas pobres, as aldeias, em torno das pequenas cidades da fronteira. Esta toma novos rumos em *Estrada Nova* (1954). A migração, campo-cidade, seja para a cidade de São João ou Batista seja, para-Porto Alegre, compõe a narrativa deste terceiro volume (da *Trilogia do gaúcho a pé*.) Cyro, revela os processos de migração, explicitando as causas na sua profundidade, na medida em que expõe, as transformações pelas quais passa a fronteira, no campo político e socioeconômico. Essas transformações se manifestam na compra das pequenas parcelas, de proprietários que persistiam vivendo no interstício dos campos grandes dos fazendeiros. Sua expulsão era imediata, por vezes via “ordem judicial” a exemplo de seu Janguta, sua mulher e filha:

“Caminhavam dès das quatro da tarde e ainda se encontravam distante das última divisa do Coronel Teodoro. lam agora enterrando os pés na cinza do campo quimado” (Estrada Nova: 190).

Janguta é pai de Ricardo que, por sua vez, já migrara para Porto Alegre e que retornara a sua terra, exatamente, no momento da expulsão de seus pais de sua gleba. Seu irmão vivia, já migrado, no “miserio” da aldeia no Batista. Ricardo, em tendo ido para capital, vai compreender melhor a sua condição, a de seus pais e irmãos e, da vizinhança de sua infância, outros chacreiros, e mesmo, o forte comerciante rural, centro de encontro da vida na Campanha, entregando-se aos desígnios do tempo - a migração para a cidade. É em defesa do pedaço de chão para seus pais, que Ricardo, com sua conversa com o fazendeiro favorece a criação imaginária, por parte das autoridades locais, de um ataque “comunista” a propriedade fundiária. Nesse enredo Cyro revela a conjuntura política e as práticas associadas, de violência e prisão. No entanto, expressa também, as mudanças que vinham se processando, qual seja, a destruição paulatina do poder do coronel, representado na figura do Caudilho Teodoro, que percebe, de um lado o vazio dos campos, provocado pela expansão de sua propriedade, por outro, a diminuição de seu prestígio político - em seus arredores, não tinha mais a presença dos camponeses, campeiros, posteiros, arrendatários, peões que lhe seguim a “cabresto” e que tinha ajudado a expulsar.

Tais processos políticos econômicos, nas ideias do coronel, estão transformando a vida no campo. Sem respaldo político do “homem campeiro” migrado, também decide migrar. O campo se esfaziava e concentrava a propriedade. O poder político se transformava, os doutores da cidade (advogados como Dr. Serafim), assumiriam o protagonismo. Como espaço fronteiro, outros contextos e migrações também se revelam em sua obra. Em *A dama do Saladeiro*, o destaque enquanto dama é de D. Ophélia, herdeira do Saladeiro São Carlos, já vivia nessa época no Uruguai (Montevideo), mas costumava migrar para a estância da Saudades, ou a estância do Saladeiro e ali, viver por longos meses. O saladeiro, na sua origem, pode ser lido como uma típica migração fronteira, ora vive-se do lado de cá, ora vive-se do lado de lá. Esse trânsito, revelado na obra de Cyro, é uma dimensão fundante da fronteira, migra-se, para negócios, por constituir parcerias casamenteiras ou para fugir de um mal feito lá ou cá.

Cyro, vive e transporta para sua obra transformações singulares no

espaço fronteiro: "o Saladeiro ainda gozava de prestígios de mito na minha fantasia. Tratava-se de uma antiga charqueada, desativada desde anos. Os galpões, os varais, os mangueirões de pedra, a imponente mansão do dono Dom Emílio Calo, o casario dos trabalhadores já desmoronando, os restos de canteiros no jardim, os arvoredos depenados, o pomar já improdutivo, todos esses detalhes e relevos integravam o cenário de ruídos por onde pervagam sombras de outroras prósperos. (A Dama do Saladeiro: 126).

O Saladeiro, retrata, o movimento das gentes, da fronteira e na fronteira, das permanências e das ausências, da energia da atividade que ali se desenvolveu, com capital em parte internacional e gerência uruguaia, onde "sentia ganas de pôr as mãos em concha diante da boca e gritar num apelo de vida àquelas energias paralisadas." (A Dama do Saladeiro: 126).

["O que ficou escrito em A Casa da Malta é um retrato exemplar do processo migratório e de todo o universo de afectividades e de expectativas que acompanham o migrante na sua aventura. Observador atento, aponta as causas e os destinos mais vulgares naquela época, dos que se viam obrigados a abandonar as suas origens: "na sua aldeia, se o pão faltava, os homens tinham o Alentejo, a Bairrada, ou as vendas da vila, ou o Brasil"; "estamos a caminho do Alentejo, vamos prevenidos. Somos ratinhos. Vossemecês já ouviram falar em gaibéus e ratinhos? (...) Sabia que quem não tem pão na sua terra vai procurá-lo longe."

As migrações internas e o sonho do emigrante são preocupações centrais: o "Alentejo espera ratinhos. O Alentejo ou países de longe, onde um homem pode acabar dono também e voltar para a terra e ter falas do feitor das Lajes". Como agora é vulgar dizer-se, a descrição é cientificamente correcta, o que nos desculpa uma transcrição mais longa: "Ratinhos. Juntava-se aí uma dúzia de homens, às vezes ganapos à mistura, e revoavam para os campos alagadiços dos arrozais ou para os descampados do Alentejo. A Bairrada fora tempo. (...) Mas o Alentejo, enquanto houver fome e braços sem faina nas Beiras, tem gente. Tem gente que vem do mar ou das serras, gente de falas e de corpos vários, para as searas túmidas consumirem, gente despejada na campina escaldante pela estrada de ferro, como deportados, ou então pelas caravanas de carros de bois, morada ambulante dos que emigram sonhando com um poiso. Voltam mais morenos ainda, de carnes ossudas e com cinco notas cosidas no forro do colete. Um rapaz não precisava de ir às sortes para ser homem: é gente quando vai na Malta. Os ratinhos falam a uma junta de bois, enche-se o carro de farnel para toda a ceifa da companhia, e aí vão. A boroa,

mesmo bolorenta, far-se-á durar todo o tempo, como o conduto de chouriço e toucinho."

O retorno é o eterno mito do emigrante, pensando sempre como aquela mãe, que seu filho havia de nascer na terra dos seus avós". Mas o regresso à Terra firme (Cap. VI) deve ser de sucesso, não pode ser com uma mão à frente e outra atrás: "consequia um patrão, mercador de fazendas (que lhe permitiria) encher os ossos e de ter uma roupa decente para regressar à vila". Entre as atribuições dos migrantes, a nostalgia do rincão natal ocupa um lugar especial: há três anos que não ia à vila (...), de noite, deitado ao luar, sonhava com a sua terra"; agora queria esquecer os desenganos, entregar-se todo ao alvoroço do regresso. Sentira, na carne, as lições de uma vagabundagem de misérias; aprendera muitas coisas e, entre alas, a amar a sua terra."

"Todo o homem vai de passagem. A gente é como se fosse sempre a viajar neste mundo"; tal como seu pai, "viageiro de sonhos", também não idealizamos "tornar à aldeia para um crepúsculo resignado"?]¹⁴.

GEOGRAFIA E GEOGRAFICIDADE NA OBRA LITERÁRIA DE CYRO MARTINS E DE FERNANDO NAMORA

Cyro Martins: uma obra com a Geografia da Campanha em pano de fundo

A obra de Cyro Martins é centrada, conforme suas próprias reflexões numa Nota Explicativa a *Estrada Nova*, na fronteira do sudoeste do Rio Grande do Sul/BR com o Uruguai, onde viveu sua infância, as férias colegiais até sua formatura em medicina e o começo de sua vida profissional. É a Campanha (campo, zona rural) e pequena cidade em estado puro que vão dialogando alternadamente num contexto histórico bem determinado, situado pelos anos 1930 e 1940. Cyro reconhece que sua linha referencial de narrativa tem início com *Campo Fora* (1934), seu primeiro livro de contos, informando que a fantasia criadora nunca conseguirá atingir a plenitude *cismática*. Confessa, por isso, que "*Daí sobrar sempre um toque de saudades a nos acenar com o facínio de novas aventuras através do pampa imenso das folhas em branco, a ver se um dia esgotamos o assunto, dando-lhe forma definitiva. É sabido que este desfecho de ouro não existe*" (*Estrada Nova*: 7).

14. Jacinto, Rui (1995), *As outras geografias: a literatura e as leituras do território*.

Ler Cyro Martins e adentrar numa geograficidade onde se conjuga tanto a sua vivência imaginativa como, e por que não, a sua própria Geografia afetiva. Esta Geografia vivida está bem expressa, alias, nos títulos dados às suas obras onde abundam paisagens físicas e humanas plenas dum topofílico significado pessoal e regional: *Campo Fora* (1934), *Sem Rumo* (1937), *Enquanto as Águas Correm* (1939), *Um menino vai para o colégio* (1942), *Porteira Fechada* (1944), *Estrada Nova* (1954), *Rodeios* (1976), *A Dama do Saladeiro* (1980). Mas é sobretudo a partir das suas narrativas que a Geografia assume uma subliminar e inequívoca expressão. Seus textos, analisados neste momento, permitem reconhecer a paisagem pampeana quando descreve os campos, os horizontes infindos, os dias chuvosos e tormentosos. Os límpidos dias de frio, de céu azul e vento Minuano (vento que vem das bandas do Uruguai), contrastando com os dias tórridos impõem a sesta sob o cinamomo. Sua obra é o pulsar dessa vida pampeana, das transformações vividas, que aceleraram a partir dessa época gerando conflitos de todas as ordens.

É reveladora das personalidades forjadas nesse viver, o fazendeiro, o capataz, o peão, o caudilho (Coronel), o capanga, a mulher, a gurizada/molecada, cada qual manifestando as suas contingências e circunstâncias. A mulher trata das lidas da casa do fazendeiro, os homens, do manejo do gado, do comércio e do transporte, antes feito pelos tropeiros ou usando a carroça, depois, com as transformações no campo, mercadorias e gado foram sendo levados pelo trem para os matadouros. Sua narrativa aborda a estrutura fundiária, as relações de trabalho, os conflitos políticos, o perfil dos caudilhos. Uma Geografia em movimento que vai revelando as transformações, locais e regionais, das causas mais profundas que geraram o êxodo rural e formaram as coroas de pobreza que alimentaram o desmesurado crescimento das cidades.

Cyro escreveu a propósito de tudo isto que *"foi crescendo a emoção de inferioridade dos moradores da campanha em relação aos cidadãos, que passaram a invejar. Os próprios pagos viraram desterro. Portanto, o meu regionalismo inspirado nesse documentário humano, para ser terno e coerente, não poderia ser saudosista de um tempo de larguezas que mal conheci. E mais, tinha que ser, como é, campeiro e pracista, para acompanhar o destino dos migrantes. Feio destino na verdade"* (*Estrada Nova*: 9).

Fernando Namora também expressou o mesmo sentimento quando assumiu que *"cada livro seria uma etapa, ou uma incidência, do mesmo*

itinerário”. A obra de Cyro Martins alinha pelo mesmo diapasão ao traduzir, do mesmo modo, tanto o itinerário do homem como a geografia duma errância, assente num localismo revelador de problemas sociais, que não deixam de ser universais, cuja denuncia não era relatada nem assumida pela corrente literária regionalista que vivia da exaltação ufana de míticos heróis.

Fernando Namora: o percurso do homem a Geograficidade da sua obra

[“O percurso pessoal e ficcional de Fernando Namora tem por azimutes Condeixa e Vale Florido (Ansião), Coimbra, Tinalhas (Castelo Branco), Monsanto (Idanha-a-Nova) e Pavia (Mora) antes de passar a observar o Tejo a partir duma das colinas de Lisboa. A obra do escritor incorporou este itinerário, assumiu a matriz telúrica dos territórios por onde deambulou e terminou por configurar uma invulgar “geografia literária” daqueles lugares e dos espaços regionais onde se integram. Esta constatação, que nos remete para a relação entre literatura e geografia, reforça a necessidade de situar o escritor e a sua obra no espaço e no tempo, assim definida pelo autor: *“por muito diferenciada que seja a obra de um escritor, em climas humanos, personagens, temáticas, em todos os seus livros se deteta o mesmo modo de estar no mundo e de o interrogar, o mesmo perseguir de metas. Cada livro seria uma etapa, ou uma incidência, do mesmo itinerário”* (Encontros: 210)].

[“A obra de Fernando Namora, além de impregnada por uma profunda geograficidade, encerra uma elevada cumplicidade com a Geografia se atendermos ao uso, explícito e recorrente, que faz do termo e à generalidade dos temas que aborda, situados no perímetro desta ciência. Recorde-se, a este propósito, o léxico a que recorre para intitular algumas das obras: Relevos, Mundo (As sete partidas do), Mar (de Sargaços), Terra, Cidade (solitária), Montanha (Um sino na), Sol (Os adoradores do), Vento (Estamos no), Pedra (A nave de), Rio (triste), URSS (Mal amada, bem amada). A relação íntima com a Geografia é reconhecida, aliás, na hora de balanço duma vida: *“Livros sucederam-se a outros livros, correndo idiomas e geografias (meu pecado mortal), muitos deles ainda memória dos tempos de aldeão”* (Autobiografia, 1987: 40).

A confirmação desta cumplicidade, manifestada desde a juventude até uma fase mais adiantada da vida, pode ser detetada em várias

passagens: “o mundo é mudança e não há geografias fixas” (verso de *Mar de Sargaços*, 1940); “Na vida de um escritor é preciso conhecer-lhe o “território” e as pessoas que o habitaram” (*Jornal sem Data*, 1988: 78). Num outro contexto, adianta que “os meus livros representam quase um itinerário de geografia humana, por mim percorrido; as andanças do homem explicam as do escritor”; a Geografia continua presente, noutras circunstâncias, onde emerge e vem à baila sob vários pretextos:

- quando se refere ao “provinciano de magra bolsa, e num tempo em que viajar era luxo de uns tantos ou estigma de desesperados, levou anos que eu atravessasse as fronteiras com destino alongado, pois, até aí, fora um ir furtivo à outra margem da raia, em escapadelas de acaso, no ofício de clinicastro de algum camponês perdido nas geografias, outras vezes como repórter de dramas, na companhia de contrabandistas arriscadiços” (*A Nave de Pedra*, 1975: 304-305);

- a propósito de “um giro pelos novos bairros da cidade” em que terá ficado “sem a certeza de estarmos na Portalegre do futuro, desembarçada dos estigmas do feudalismo rural, se na Amadora carpida pelos ventos. Se num clima frio, se num clima tórrido. Se na montanha, se na beira-mar. É o estilo de não importa onde. Um estilo descaracterizado, efêmero, nascido com as negociatas do volfrâmio e depois feito endemia com a «casa do emigrante», ingénuo e dramático desagravo daquele que, partindo de mãos a abanar, precisa que os outros saibam que o seu estatuto social mudou. Um estilo sem alma nem geografia. Pergunta-se quem o criou, assim feiço e desvinculado do que o rodeia, e quem lhe instiga ou consente a sementeira” (*Sentados na relva*, 1986: 113-115);

- ao esboçar a sua *Peregrinação*: “Venho de um ermo que não existe / nas tuas rigorosas geografias / venho não sei de onde / e nem lá regressar poderei / porque nunca afinal lhe fixei a exacta / fórmula das suas nutrientes matrizes” (*Nome para Uma Casa*: 85); já havia escrito, anteriormente, que “foi preciso descer estes degraus no mapa, da Beira Litoral para a Beira Baixa, desta para o Alentejo, para me obrigarem a esse despique sentindo-me progressivamente um estrangeiro no meu país. O alentejano, por exemplo, limitou a geografia e a vida ao seu mundo. Se fala dos problemas da nação é dos seus que fala; quando comenta evoluções, crises, interesses, medita apenas nos hectares da sua herdade. Cerrou-se em desconfiança ou em orgulho. Ao que vem de fora não se consentem misturas – é o emigrante, o galego. Se por cá fica, aos filhos e netos ainda se lhes chamará, com a naturalidade do hábito, a Rosa Galega, o Manuel Ratinho, ou o Manuel Galego”¹⁵.

Remate: a geografia (o tempo e o espaço) como traço de união

O ensaio que agora se conclui explorou a Geografia difusa presente na generalidade das obras literárias e que se encontra escondida, com sutileza, sob a fina espessura das páginas dum romance. A geograficidade latente nas várias obras de dois escritores incontornáveis da língua portuguesa, Fernando Namora (Portugal) e Cyro Martins (Brasil), situa-nos na confluência dos respetivos espaços vividos com a geografia concreta das regiões com que mais se identificam. A leitura do Rio Grande do Sul feita por Cyro ou de algumas parcelas da Região Centro de Portugal, particularmente a Beira Baixa, esboçada por Namora, será necessariamente interpretações subjetivas que construíram a partir da mundividência e da sensibilidade pessoal de cada um dos referidos autores.

A ficção que deram à estampa situa-se num tempo bem determinado, período que, embora coincidente, não se afigura sincrónico pois o desenrolar da ação remete para enquadramentos geo-históricos distintos, universos bem distantes, tanto no tempo e no espaço como do ponto de vista geográfico, econômico, social e cultural. Namora, por exemplo, desponta para a escrita por altura da Guerra Civil de Espanha, antecâmara da Segunda Grande Guerra, acontecimentos próximos e intensamente vividos em Portugal. O enorme impacto no ambiente académico de Coimbra que frequentava despertou consciências e levou uma geração voluntarista a aderir a causas que a moldou ideologicamente e que teria consequências quer a nível estético quer no modo de estar, ler e imaginar o mundo. Cyro, por sua vez tem seus escritos, nos anos 30, e serão emoldurados, pelos efervescente ano de 1929, quando ainda em Porto Alegre, como estudante, vincula-se a um grupo de universitários e intelectuais, que demandam novos rumos à política nacional. Eram os anos finais da década de 1920, antevéspera da revolução de 1930. Ambos viveram de perto profundos processos de transformação política e social, tempos de “Estado Novo” e de “Novas Repúblicas”, consoante estamos em um ou outro lado do Atlântico.

Os espaços que estão no cerne das obras de Cyro Martins e de Fernando Namora e que servem de palco à ação, ainda que localizados em

15. Jacinto, Rui (2020), *As Pátrias Namoreanas revisitadas: retalhos para uma Geografia Literária da Beira*.

hemisférios opostos e longinquamente vivenciados, permitem identificar convergências e pontos de contacto entre os dois autores, que importa continuar a explorar, de que se destacam algumas coordenadas:

- *As áreas de fronteira e os protagonistas do seu hibridismo.* O centro do mundo, o fulcro da obra destes dois escritores está em Quaraí, na fronteira com o Uruguai, e em Monsanto, Idanha-a-Nova, na fronteira com Espanha. Nestes lugares vizinhos da fronteira, que retrataram com naturalidade e humanismo, o tempo e o espaço adquirem outro significado, sendo classificados tantas vezes, pejorativamente, com recurso a um vocabulário estigmatizador, onde proliferam palavras como territórios periféricos, marginais, reconditos, olvidados, finisterras, calcanhares do mundo. Apesar desta adjetivação negativa e estigmatizadora, os espaços fronteiriços não deixam de ser abertos, mostrarem disponibilidade para o diálogo e o contacto com o outro, bem demonstrado no recurso às atividades informais. Não deixa de ser curioso a referência sistemática ao contabando, de pessoas e de bens, sem referência a permeabilidade e abertura que igualmente manifestam à circulação de ideias.

- *Território e sociedade: assimetrias territoriais e dinâmicas sociais.* Os dois autores fazem as suas novelas acontecer em contextos geográficos débeis, excêntricos e deprimidos, dando protagonismo a grupos sociais mais frágeis e desfavorecidos. Apesar de estarmos perante estruturas agrárias e sociais distintas, ambos optam por dar voz aos territórios mais deserdados e às pessoas mais excluídas, pondo em evidência dinâmicas sociais e modos de organização do poder e da política a nível local. A leitura dos seus livros permite perceber como se operaram algumas transformações sociais no campo, particularmente nas aldeias do interior de Portugal, no caso de Fernando Namora. Em Cyro Martins, essas transformações são indicadas pela aglutinação das propriedades sob o poderio do caudilho (dono das terras) em declínio. Mudanças que afetam de um lado aqueles que denominou gaúcho a pé, ou seja, aquele que perdeu seu pedaço de chão, de outro lado, Cyro, dirige o olhar, ao caudilho/coronel, que ampliando seu espaço de produção e expulsando agregados, posteiros, peões e pequenos arrendatários também migra. Sente que seu poder, sem o povo que vivia nos interstícios de seus campos, a serviço de seus mandos, e não estava mais ali, promoveu a diminuição de sua força política, sem votos a cabresto, seu poder se esvaia. Mudanças espaço-tempo, movimento e reconstituição da Geografia seja ela local ou regional.

- *Geografia e ausência: traços de união entre Cyro Martins e Fernando Namora.* O êxodo rural, os processos migratórios, do campo para a cidade ou para além da fronteira é um ponto comum com expressão e grande significado nas obras dos dois escritores. A pobreza empurrou uma multidão de deserdados para a cintura das cidades, causa imediata de processos migratório que deixam na retaguarda imensos “vazios interiores” que adquirem um significado ambivalente: são extensos espaços que se vão despovoando enquanto se instala uma ausência, não apenas de pessoas, que toca fundo na alma dos que ficam, mergulhados em nostalgia, solidão e saudade. As migrações acabam por não beneficiar quem parte nem quem fica, nem os lugares donde fogem ou as cidades onde esperam encontrar a terra de redenção. As suas obras revelam relações peculiares espaço-tempo, vivências marcadas em contextos rurais, pobres, comunidades localizadas no interior mais distante, que conheceram com detalhe pelo convívio que resultou numa medicina de proximidade junto a uma população onde predominam os pobres. São observadores atentos destas paisagens, físicas e humanas, das mudanças políticas, económicas, do reordenamento acelerado que foi ocorrendo nas relações sociais. As narrativas, por serem do campo da ficção, dão margem à criação para transformar a geografia vivida em formas peculiares e criativas de descrição dos lugares. Cyro, por exemplo, acaba por, em seus textos literários, atribuir o significado de aldeia à coroa pobre da cidade. A aldeia representa, pois, a periferia das cidades, os bairros de migrantes vindos do campo, que se aglomeravam no entorno da cidade. Para Cyro a cidade resume-se ao centro, iluminado, das festas, da política e dos conflitos; a coroa pobre, sem luz, sem recursos, apenas emoldura a cidade. Este não é, certamente, o tipo de aldeia a que se refere Namora em muitas das suas obras.

As construções ficcionais de Cyro Martins e de Fernando Namora são demarcadas por vivências e percursos de vida que impregnaram as obras, cada um delas numa geografia peculiar e específica. Vivendo e escrevendo em tempos próximos e lugares distantes os seus livros incorporam uma geograficidade latente que importa escavar por múltiplas e variadas razões. A leitura das suas obras permite expandir o imaginário, sobretudo para os que se continuam a identificar com estes espaços de pertença, as pequenas pátrias a que continuam permanentemente ligados por indelévels laços de perene referências, identidade que a memória vai

aguçando. Para os demais, a leitura daquelas páginas configura uma pesquisa num campo arqueológico onde as páginas dum livro representam as sucessivas camadas duma estratigrafia onde ficou cristalizada uma geografia doutros tempos. A importância desta exploração reside no facto dela continuar a aflorar, aqui e ali, através de sinais, por vezes imperceptíveis, que importa decifrar se estiver em causa a interpretação holística das novas geografias locais e regionais que a cada instante se renovam.

BIBLIOGRAFIA

- NAMORA, Fernando. **Casa da Malta**, 1945.
- NAMORA, Fernando. **Marketing**, 1969.
- NAMORA, Fernando. **Mar de Sargaços**, 1940.
- NAMORA, Fernando. **A Nave de Pedra**, 1975.
- NAMORA, Fernando. **Encontros – entrevistas**, 1979.
- NAMORA, Fernando. **Nome para uma casa**, 1984.
- NAMORA, Fernando. **Sentados na relva**, 1986.
- NAMORA, Fernando. **Autobiografia**, 1987.
- NAMORA, Fernando. **Jornal sem Data**, 1988.
- MARTINS, Cyro. **Campo Fora**, 1934.
- MARTINS, Cyro. **Sem Rumo**, 1937/2016.
- MARTINS, Cyro. **Enquanto as Águas Correm**, 1939.
- MARTINS, Cyro. **Um menino vai para o colégio**, 1942.
- MARTINS, Cyro. **Porteira Fechada**, 1944.
- MARTINS, Cyro. **Estrata Nova**, 1954.
- MARTINS, Cyro. **Rodeios**, 1976.
- MARTINS, Cyro. **A Dama do Saladeiro**, 1980.

BARON, CHRISTINE (2011) - **Littérature et géographie**: lieux, espaces, paysages et écritures. <http://www.fabula.org/lht/8/index.php?id=221>

BROSSEAU, M. & CAMBRON, M. (2003), Entre géographie et littérature: frontières et perspectives dialogiques. **Recherches sociographiques**, 44 (3), pp. 525-547. doi:10.7202/008205ar

BROSSEAU, MARC (1996), Geografia e literatura. In Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa (2013; org.) – **Geografia cultural**. Uma antologia (vol.II). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, pp: 265-292.

BROSSEAU, MARC (2008), L'espace littéraire en l'absence de description: un défi pour l'interprétation géographique de la littérature. **Cahiers de géographie du Québec**, vol. 52, n° 147, 2008, pp: 419-437. URI: <http://id.erudit.org/iderudit/029869ar>

CAVALCANTE, Tiago Vieira. **Geografia Literária em Rachel de Queiroz**. Fortaleza: Edições UFC, 2019.

CRAVIDÃO, FERNANDA (1992), Ficção, espaço e sociedade: notas para uma leitura geográfica e social da obra de Alves Redol – Avieiros. **Cadernos de Geografia**, Coimbra, IEG.

CRAVIDÃO, FERNANDA (2000; colaboração com Sergio Marcos), Literatura e Geografia - outras viagens, outros territórios. Emigrantes de Ferreira de Castro. **Cadernos de Geografia**, n° 19, IEG, Coimbra, pp. 23-27.

CRAVIDÃO, FERNANDA (2007), Gândara – encontro entre as paisagens literárias e o espaço vivido. In **Geophilia, o sentir e o sentido da Geografia** (Livro de Homenagem a Jorge Gaspar). Lisboa: CEG, pp. 129-135.

ESQUINSANI, SERENA SIQUEIRA E ESQUINSANI, VALDOCIR ANTONIO. Patrimônio Cultural, Leitura e Formação: a atuação docente. **Patrimônio Cultural**.revistas.pucsp.br. Acesso em 15 de fevereiro de 2020> [index.php > revph > article](http://index.php?revph).

GIRÃO, A. DE AMORIM (1952), Geografia e Literatura. **Boletim do Centro de Estudos Geográficos**, 4/5, Coimbra: Faculdade de Letras, pp. 105-107.

HAESBAERT, ROGÉRIO (1996; 2009), Território, poesia, identidade. In: **Territórios alternativos**. São Paulo: Editora Contexto, pp. 143-158.

JACINTO, RUI (1995), As outras geografias: a literatura e as leituras do território. **Cadernos de Geografia**, Coimbra: IEG.

JACINTO, RUI (1998), O itinerário de Fernando Namora e a geografia da sua obra. In: JACINTO, Rui; et al. **Fernando Namora**: nome para uma vida. Castelo Branco:

Câmara Municipal de Castelo Branco.

JACINTO, RUI (2019), Fernando Namora: o viajante, a viagem e a (releitura da sua) obra. In Rui Jacinto (Coordenação; 2019) - **Fernando Namora: Itinerário duma Vida**, Geografia duma Obra. Condeixa, Câmara Municipal de Condeixa.

JACINTO, RUI (2020), As Pátrias Namoreanas revisitadas: retalhos para uma Geografia Literária da Beira. In José Manuel Mendes (Org.; 2020) – **O Arco da Memória**. Evocação de Fernando Namora (1919-1986). Editorial Caminho, Alferagide, pp: 151-170

JACINTO, RUI (2021), Fernando Namora e a geograficidade da sua obra: do espírito dos lugares aos diálogos prospetivos. In **O Escritor**. Revista da Associação Portuguesa de Escritores, N° 3-5, 3ª Série, pp.: 575-586.

JACINTO, RUI (2021), Fernando Namora: Geografia, Literatura e a leitura do País. In Lúcio Cunha, et al. **Geografia, Turismo, Território**. Livro de Homenagem a Fernanda Delgado Cravidão. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp.: 337 – 360 (<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2058-9>).

JACINTO, RUI (Coordenação; 2019), **Fernando Namora: Itinerário duma Vida**, Geografia duma Obra. Condeixa, Câmara Municipal de Condeixa.

LACOSTE, YVES (1990), **Paysages politiques**: Braudel, Gracq Reclus. Paris: Librairie Générale Française.

LEVY, B. (1989), **Géographie humaniste et littérature**: l'espace existencial dans l'oeuvre de Hermann Hesse (1877-1952). Le Concept Moderne Éditions, Genève.

LEVY, B. (2006), Géographie et littérature: une synthèse historique. In: Le Globe. Revue genevoise de géographie, tome 146, 2006. **Géographie et littérature**. pp. 25-52. doi : 10.3406/globe.2006.1513

MARANDOLA JR., EDUARDO (2010), Geograficidades vigentes pela literatura. In: SILVA, Maria A. da; SILVA, Harlan R. Ferreira da (orgs.) – **Geografia, literatura e arte**: reflexões. EDUFBA, Salvador, Bahia, pp. 21-32.

MARANDOLA JR., EDUARDO; GRATÃO, LÚCIA HELENA BATISTA (2010), **Geografia e Literatura**: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL.

MONTEIRO, CARLOS A. DE F. (2008), O pacto das veredas mortas. In: MONTEIRO, Carlos A. de F. **Geografia sempre**. O homem e seus mundos. Campinas: Edições Territorial, pp. 151-172.

MONTEIRO, CARLOS A. DE F. (2002), **O mapa e a trama**. Ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis: Editora da UFSC.

OLIVEIRA, JOSÉ OSÓRIO DE (1931), **Geografia literária**. Coimbra: Imprensa da Universidade.

SILVA, MARIA AUXILIADORA; Harlan, Rodrigo Ferreira da Silva (2010; org.), **Geografia, literatura e arte**: reflexões. Salvador, Bahia: EDUFBA.

TUAN, YI-FU (1978), Literature and Geography: Implications for Geographical Research. In D. Ley, M.S. Samuels (eds), **Humanistic Geography. Prospects and problems**. Routledge Library Editions, pp. 194-206.

**AS VELHAS E AS NOVAS FRONTEIRAS:
UMA REFLEXÃO, A PARTIR DOS
ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS ENTRE
PORTUGAL-ESPANHA
E BRASIL-URUGUAI**

Rui Jacinto
Dirce Maria Antunes Suertegaray

FRONTEIRA

*De um lado terra, doutro lado terra;
De um lado gente; doutro lado gente;
Lados e filhos desta mesma serra,
O mesmo céu os olha e os consente.*

*O mesmo beijo aqui; o mesmo beijo além;
Uivos iguais de cão ou de alcateia.
E a mesma lua lírica que vem
Corar meadas de uma velha teia.*

*Mas uma força que não tem razão,
Que não tem olhos, que não tem sentido,
Passa e reparte o coração
Do mais pequeno tojo adormecido.*

Miguel Torga (1944)

INTRODUÇÃO

O trabalho de campo, feito em diferentes regiões de Portugal e do Brasil, permitiu constatar como realidades distintas, embora enfrentem problemas similares, que suscitem problemáticas afins, acabam por proporcionar discursos relativamente distintos. As referências teóricas, os quadros conceptuais e os contextos geográficos fazem, neste particular, toda a diferença, quanto ao vocabulário assumido e ao significado do léxico incorporado na construção do discurso interpretativo: cidade, rural, interior, litoral, como outros conceitos e temáticas, são exemplos de expressões, que podem estimular tais reflexões comparativas.

A partir destes pressupostos e das observações, feitas durante as referidas visitas, que nos levaram a percorrer o interior da Região Centro de Portugal e do estado do Rio Grande do Sul, até cidades, que se situam além das respetivas fronteiras com Espanha e com Uruguai, surgiram discussões que desencadearam o esboço da presente proposta analítica. O foco da reflexão comparativa, que percorre este ensaio, está centrado, pois, nos territórios de fronteira, que se situam entre Portugal e Espanha e entre Brasil e Uruguai, mais precisamente, entre a Região Centro e Castilla y León e, no caso brasileiro, a fronteira Sul, ou seja, entre o estado do Rio Grande do Sul e o Uruguai.

A partir do conceito de fronteira, e levando em consideração a realidade destas regiões, tão distantes quão diferentes, começou-se por aprofundar as origens históricas das fronteiras, as características e as dinâmicas, feitas a partir do levantamento de dados, relativos à população, à economia e a outros indicadores sociais. A análise comparativa acaba por colocar em evidência as assimetrias, que vincam as suas diferenças e as mudanças ocorridas nessas áreas fronteiriças. Resgatando a formação das fronteiras e analisando, numa escala de maior detalhe, a área de fronteira do Centro de Portugal e do estado do Rio Grande do Sul, no seu limite com o Uruguai, preparou-se o texto presente, que se estrutura a partir das seguintes coordenadas:

- Fronteira: algumas considerações, em torno do conceito;
- Os espaços fronteiriços de Portugal e do Brasil: a formação dos Estados e a evolução das fronteiras;

1. No respeito pela liberdade de cada autor, o texto final manteve as redações e os estilos do português de Portugal e do usado no Brasil.

- Fronteira, (sub)desenvolvimento e coesão do território: diálogos transfronteiriços.

A partir da caracterização das áreas de fronteira entre o Brasil (Rio Grande do Sul) e o Uruguai e entre Portugal e Espanha (Região Centro-Castylla y León), são enfatizados aspectos, como os da relação entre fronteira e território, das dinâmicas socioeconômicas e das estratégias de desenvolvimento, os quais relevam questões, como políticas públicas, programas e iniciativas de cooperação transfronteiriça.

Esta leitura comparativa, ao realçar as formas de ocupação e as dinâmicas distintas (populacionais, etc.), expressas, antes de mais, na ausência e nos vazios, na baixa densidade, que, além de demográfica, também é econômica e social.

FRONTEIRA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES EM TORNO DO CONCEITO

A fronteira é um conceito com múltiplos significados, uma construção conceptual que, como tantas outras, é vincadamente polissêmica; nesse sentido, consoante os olhares, podemos entender fronteira sob diferentes perspectivas. O seu estudo, no seio da geografia, instigado pela geopolítica, aparece sistematizado num trabalho pioneiro, de grande relevo, levado a cabo por Jacques Ancel, faz quase um século (1938). Nesta senda, fronteira foi sendo entendida como herança, cicatriz da história, inscrição de poder ou, para os mais idealistas, uma construção do espírito. Tantas vezes concebida como limite, importa compreender que "a fronteira não é uma linha, a fronteira é um dos elementos da comunicação biossocial que assume uma função reguladora". Como tem sido escrito, "as fronteiras recortam o espaço geográfico; delimitam o conteúdo dos Estados e fazem nascer, sobre o seu traçado e na sua vizinhança, uma multidão de fenómenos políticos, económicos e sociais". Segundo este entendimento "a fronteira é um instrumento geográfico de diferenciação e, por consequência, no fim de contas, de organização do espaço" (Raffestin; Guichonnet, 1974).

Para estes autores: a palavra fronteira (*frontière*), em francês, é a forma substantiva do antigo adjectivo *frontier*, derivada de *fronte* e que significa, literalmente, "fazer face" e "ser vizinho de". O termo "confins" que contém a ideia de extremidade e implica a de passagem intermédia, de transição entre dois Estados, remontaria ao século XV". Os anglo-saxónico

dispõem, segundo eles, de dois termos que são complementares e que recobrem, hoje, duas realidades bem distintas: *frontière* e *boundary*. O primeiro, cuja origem é similar à palavra francesa, apareceu no século XIV, enquanto o segundo, que veicula uma ideia de delimitação precisa, datará do século XVIII. Atualmente, o primeiro pode ser traduzido imperfeitamente em francês por franja (frente) pioneira e o segundo corresponde à palavra fronteira. O inglês dispõe, portanto, dum material linguístico especializado que lhe permite exprimir, por um lado, a zonalidade, e por outro a linearidade. A evolução da ecumena no mundo anglo-saxónico teve necessidade desta coexistência no vocabulário” (Raffestin; Guichonnet, 1974:12). Na continuidade Raffestin indica que:

[...] no momento em que se encara a fronteira numa perspectiva zonal, ou regional, se preferirmos, somos levados a interrogar sobre o papel, ou meios, sobre as influências que a rede dos limites políticos é susceptível de exercer sobre a população e sua distribuição, sobre as estruturas económicas, sobre a orientação e a organização das vias de circulação e, enfim, sobre os ordenamentos rurais e urbanos. (Raffestin; Guichonnet, 1974: 147)

As reflexões sobre fronteiras são variadas, mesmo na Geografia brasileira, como nos revelam vários trabalhos que ressaltam os múltiplos contornos que a fronteira pode assumir. Rogério Haesbaert, por exemplo, a partir da fronteira “gaúcha”, relativamente difusa, decorrente da sua expansão pelo território brasileiro, vai ao ponto de comentar as fronteiras ilegais nos espaços favelados. Ao discorrer sobre limites e fronteiras encontra-as tanto entre os migrantes “gaúchos” que transitam entre as fronteiras capitalistas inter-regionais e as fronteiras políticas internacionais como entre os favelados perdidos entre as imperceptíveis “fronteiras internas” das cidades e das áreas metropolitanas. É evidente, para este autor, que tais “fronteiras” são bem distintas, o que obriga a discriminar, pelo menos, o carácter “externo” (ao Estado nação) de algumas – no caso, a dos migrantes sulistas nos países vizinhos do Mercosul – e o carácter mais “interno” de outras, exemplificadas aqui pela ação do narcotráfico nas favelas do Rio de Janeiro” (Rogério Haesbaert, 2016: 473). Depreende que a fronteira assume diferentes configurações, sejam “externas”, exemplificadas pelas hegemônicas fronteiras tradicionais que separam os Estados, sejam “internas”, que se manifestam de múltiplas maneiras, desde as que a administração continua a inscrever para gerir o território às que

decorrem das clivagens socioespaciais, ditadas pela exclusão, que as têm cavado cada vez mais fundas diferenças a nível urbano.

O pensamento sobre as fronteiras também seguiu caminhos distintos que ao diversificarem perspectivas acabam por renovar o olhar sobre a matéria. Donald Schüller, por exemplo, acabou por reconhecer que:

Menos rígidas, menos problemáticas, menos dolorosas são as fronteiras culturais. No território dos sentimentos, do pensamento e das artes, alfândegas não barram a circulação de valores. Imagens de hoje misturam-se com lembranças antigas, ritmos atravessam continentes em busca de novas sonoridades, palavras armazenam significados imprevistos, sintaxes se dissolvem e se refazem no embate de novas exigências. Acima da cultura de lá e de cá, alarga-se o território de uma terceira cultura em que o lá e o cá se aproximam amistosamente. Trata-se de uma terceira cultura ou de uma terceira margem. Esta fronteira protege o sonho, o inexplorado, a liberdade. Sem ela como criar, como viver².

O significado e o papel das múltiplas fronteiras sociais, culturais e identitárias têm sido muito comentados quando se aborda a questão da multiculturalidade. É assumido, neste caso, a:

[...] perspectiva de fronteiras multiplas do homem dividido ou integralizado em pelo menos duas fronteiras, onde ele se desenraiza de sua terra de origem sem se enraizar na terra de origem dos outros, coexistindo com grupos sociais migrantes de outras culturas, pode favorecer a criação de hábitos críticos, em razão dessa contraposição de perspectivas. Através desses contactos e ausências, próprios de uma população nômade, em constante circulação e deslocamentos, a identidade afirma-se ainda mais como um constante vir-a-ser, sem um porto de chegada, permitindo o afastamento de mitologias essencialistas. (Abdala Junior, 2002: 47)

A este propósito não podemos perder de vista o comentário avisado de Rogério Haesbaert quando refere que:

[...] se a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial - e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território. Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais - o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que

2. Donald Schüller é professor titular do Instituto de Letras da UFRGS e escritor. Fonte: http://www.celpsyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&Itemid=0&id=373

3. Rogério Haesbaert (2004; 2010) – O mito da desterritorialização. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.

impede o reconhecimento de identidades claramente definidas - O território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades³.

O conceito de fronteira, como vemos, é amplo, vasto, volátil e relativamente plástico, o que tem levado alguns a carregar mais uma certa dimensão metafórica, como decorre da observação feita por Mia Couto quando refere acreditar:

[...] à partida, que o pensamento não tem fronteiras. Foi feito para superar limites, para rivalizar com o sonho na visita ao impossível. A realidade, porém, é que o nosso pensamento – como toda a entidade viva – nasce para se vestir de fronteiras. Essa invenção de limites é uma espécie de desvio na mais primordial arquitetura: não há infinito sem linha de horizonte. (...) A verdade é esta: a vida tem fome de fronteiras (...) Dizem-nos que vivemos numa “aldeia global”. O que se globalizou, porém, foi um mundo sem aldeias, um mundo sem lugares. Já havia tristemente os “sem terra”. Pois nós somos todos os “sem aldeia. (Mia Couto, 2019)

O significado de fronteira é, como vemos, tão amplo e variável quanto as funções que acaba por desempenhar. Enquanto limite político entre estados impôs uma organização peculiar ao espaço transfronteiriço, configuração que encontramos bem expressa tanto em termos territoriais e económica como sociais da zona envolvente. O falar “crioulo” e o contrabando são algumas das manifestações desencadeadas pela proximidade da fronteira: se, num caso, é a maneira eficaz e pragmática de comunicar, no outro, é a oportunidade que as comunidades locais não podem despediçar, mesmo à margem da lei, de lutar pela sobrevivência. A língua uma imposição dos Estados para afirmarem o seu poder soberano que, nos casos que vamos abordar, não só assume uma elevada conotação política como se torna um importante veículo de expressão cultural com significativa carga simbólica. Tanto na Península Ibérica como na América do Sul a distribuição dos falantes de português e de espanhol são a melhor expressão duma outra fronteira que coincide, aliás, com a fronteira política.

Bertrand, Rio de Janeiro: 35. Refere, ainda: “As próprias fronteiras teriam mudado de sentido: (...) fronteiras podem ter-se tornado mais do que linhas que definem o que está cercado daquele que não está, o ordenado do não-ordenado, ou o conhecido fo desconhecido. Fronteiras marcam o limite onde a ausência se torna presença. Mas tais fronteiras parecem estar se dissolvendo. Elas aparecem menos como barricadas impermeáveis e mais como limiares, “limen” através dos quais tomam lugar as comunicações e onde coisas e pessoas de diferentes categorias — local e distante, nativo e estrangeiro etc. – interagem (Shields, 1992: 195).

Entre Portugal e Espanha e o Brasil e demais Estados Sul-americanos, designadamente o Uruguai, a língua é a marca duma outra absoluta separação.

A velha geografia política que havia emergido com o Estado Nação, que redefiniu o significado da fronteira e lhe atribuiu uma conotação eminentemente política, foi inpotente para as irradiar e lhes ditar o fim da história. Nas últimas décadas do século XX, entre sinais contraditórios, à medida que adquire novos atributos, parece que a importância das fronteiras se esvanece e o seu poder tradicional se esbate. O discurso da globalização, escudado na geopolítica que emerge dos escombros da Guerra Fria, na prática, tem como preocupação contornar as fronteiras para, exclusivamente, facilitar o mercado e a livre circulação de mercadorias. O apregoado desaparecimento das fronteiras, teórico e limitado, resumia-se à livre circulação de bens enquanto, concomitantemente, eram levantados muros para confinar emigrantes. Esta constatação, baseada em evidências materiais e palpáveis, foi acompanhada pelo levantamento doutras fronteiras, mais subtis e intangíveis, desmaterializadas, virtuais ou simplesmente simbólicas, cujos traçados, ainda incertos, obedecem a geometrias bastante variáveis. A subtileza deste tipo de fronteiras, líquidas e invisíveis, acompanham a fluidez das transações financeiras, o comércio eletrônico, sem esquecer os limites, igualmente incertos, associados a tantas atividades ilícitas, que vão do terrorismo e das *fake news* ao cibercrime.

Importa comentar, nesta linha de raciocínio, a expressão *Europa sem Fronteiras*, chavão político introduzido no início dos anos 90, pela União Europeia, após a queda do Muro de Berlim (1989), prenúncio da construção do Mercado Único europeu. A carga simbólica que a expressão carrega não deixa de encerrar, também, uma dimensão metafórica. O slogan *Europa sem Fronteiras*, que parecia esgotar-se na simples diluição duma rugosidade, trazia no seu bojo o ideal liberal, bem limitado, que se resumia a esbater o custo de contexto acrescido que estas sempre representam para a atividade econômica. Na prática, uma ideia aparentemente lógica e inocente, não foi inócua nem isenta de repercussões, nem sempre positivas, no campo econômico, social, cultural e, mesmo, político.

A fronteira é muitas vezes concebida de maneira dual, no confronto entre os que advogam a liberdade para o mercado, sem uma adequada

regulação, e os que resistem a forças tão hegemónicas. Embora afirmativos, pouco valeu a contestação dos que se posicionaram contra a globalização, que valorizavam as especificidades, diferenças, recursos e potencialidades locais. Os movimentos contrários, de pendor nacionalista, que têm vindo a ganhar protagonismo, apostam na reposição dum controlo cerrado que chega, em casos mais extremos, a construção física de muros estanques, mostrando que as fronteiras têm a sua sobrevivência garantida.

Há uma realidade emergente no momento em que se escreve este artigo paralela à expansão da pandemia e à imparável difusão do corona vírus. O pânico que se instalou à escala global, justificado pelo controlo profilático mais eficaz que defende daquele poderoso inimigo invisível, levou os Estados de todo o mundo a fechar ainda mais radicalmente as fronteiras. O risco de contaminação pelo vírus, ao precipitar uma crise sem precedentes, global e sistémica, sem uma geografia ainda definida está a exercer uma pressão sobre as fronteiras mais aguda que a crise económica e financeira de 2008. As novas e ainda incertas configurações impostas por esta mutabilidade não só irá recompor todo o género de fronteira, mesmo as menos convencionais, das reais e simbólicas até às fronteiras da fome, a exemplo do que aconteceu com a difusão do AIDS-SIDA e do Ébola.

As notícias mais recentes dão conta duma mudança rápida na geografia das fronteiras que se tornam ainda mais estanque para servirem de barreira e controlo apertado ao fluxo de pessoas, sejam migrantes ou potenciais transmissores do croronavirus. O gradual desconfinamento acentuou esta perspetiva, tornando-as mais seletivas, a raiar a arbitrariedade, para desempenhar a função clássica da fronteira no xadrez geo-económico: condiciona a circulação de pessoas e seleciona países de origem que pretendam chegar a determinado destino. Alguns países criam corredores para os seus cidadãos, desaconselham destinos, designadamente turísticos. A função da fronteira nesta fase não é exclusiva

4. A circulação foi restrita em muitos estados europeus, ficando aberta, apenas, à passagem de transportes de mercadorias; noutros casos, houve fortes críticas pela demora em tomar esta decisão. No Brasil foi considerado que as decisões de fechamento foram tomadas tardiamente, "medidas para tentar conter a escalada de casos de corona vírus, o governo federal decidiu fechar as fronteiras terrestres do Brasil com as demais nações da América do Sul, à exceção do Uruguai, e restringir a entrada de estrangeiros vindos de diversos países, como os da União Europeia". A notícia que decretou esse fechamento de fronteira informa, no detalhe de sua normativa, que a fronteira sul Uruguai-Brasil permanece como espaços de livre circulação, exclusiva para os habitantes locais, os espaços urbanos, as cidades gêmeas e de conexão próximas, pois, estas

sanitária podendo funcionar como filtro que discrimina, positiva ou negativamente, uns países em proveito doutros⁴.

As novas geografias que daqui resultam mostram, por tão invias razões, não só o regresso das velhas fronteiras como a reinvenção de novas fronteira. A que sobreviveu à era da primeira revolução industrial, representada pelo caminho de ferro, é a mesma fronteira que se reinventa e adquire capacidade para resistir à era da informática e das novas tecnologias de informação, da internet e da subsequente revolução digital. Embora tenham vindo a diluir-se, ainda persiste discursos que tentam visionar uma putativa aldeia global, antecâmara dum inverosímil mundo sem fronteiras sem força a apagar as velhas fronteiras nem capacidade para suster a emergência de novas e mais implacáveis fronteiras.

A morte anunciada das fronteiras, perante tais evidências, foi manifestamente prematura e terá o mesmo destino que, no passado, tiveram os que advogaram o fim dos territórios e anunciavam a irrelevância da geografia. A fronteira afugura-se, pois, como um conceito camaleónico, mutável, que revela capacidades para se transvertir e assumir permanentemente novas qualidades, materiais e intangíveis, geográficas ou de outro tipo, sem falar nas que continuam a prevalecer entre as diferentes áreas do conhecimento. A geografia e demais áreas de saber estão confrontadas com novos desafios, a começar pelos de índole teórica, se tiverem como preocupação apreender as múltiplas consequências, territoriais, econômicas, sociais, culturais e políticas, induzidas a cada momento pelas velhas e pelas novas fronteiras.

As múltiplas cambiantes que as fronteiras assumem na contemporaneidade só se captam cabalmente na confluência dum profícuo diálogo entre as várias disciplinas, abrangente, transversal e aberto às artes (cinema, ficção etc.). Ao reforçar a importância e ampliar a abrangência do seu significado a fronteira, sem perder o tradicional papel geopolítico, supera-o ao afirmar-se como mais um instrumento incontornável da biopolítica.

configuram um único espaço de convívio e partilha seja econômica, como social. Este espaço fronteiriço é entendido como se fosse um único espaço, onde as cidades gêmeas estruturam a economia, de acordo com as demandas da cá e de lá, assim como os interesses dos proprietários de terra, que são os mesmos, aqui e lá, do outro lado do rio.

OS ESPAÇOS FRONTEIRIÇOS DE PORTUGAL E DO BRASIL: A FORMAÇÃO DOS ESTADOS E A EVOLUÇÃO DAS FRONTEIRAS

As rugosidades dos territórios adjacentes às fronteiras são inscrições realçadas por temporalidades sobrepostas desde a sua gênese, bem evidentes nos casos estudados, repartidas entre a velha fronteira, que divide Portugal e Espanha, e a nova fronteira, representada pela que separa o Brasil e o Uruguai. A preocupação de defesa e afirmação de soberania, comum em ambos os casos, vem desde tempos recuados, afirma-se coma ideia de Estado Nação e, mais recentemente, quando as políticas passaram a potenciar o reforço de novas centralidades, geográficas e de poder, desde a escala local até ao nível global (mundo). Aquele papel regulador, que presidiu à construção dum conceito que ainda prevalece, baseado no controle de certas práticas e na limitação dalguns tipos de convivência, continua presente mesmo quando surgem alternativas ou se impõem novos limites, físicos ou virtuais, pela construção de muros ou de outras formas de (des)controle mais ou menos desmaterializado.

Um documento recente produzido pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil destaca o significado, a importância e a centralidade do conceito, expresso desde logo no título da publicação (Estatuto da Fronteira Brasil – Uruguai; PUCCI, 2010), situando o lugar dado pelos Estados ao debate sobre as fronteiras, focado neste caso sobre a fronteira sul entre o Brasil e o Uruguai. Aquele documento governamental, ao apresentar um plano bilateral à escala local, acaba por ter um alcance mais dilatado, de âmbito Federal, no caso do Brasil, e Nacional, no caso do Estado Unitário do Uruguai, ressalta o significado e o modo como as fronteiras, atualmente, encaradas pelos estados:

i. A *fronteira* é entendida como um conceito polissêmico, sendo o “*Estatuto da Fronteira*” “invocado como um princípio hermenêutico, de equidade frente aos rigores na aplicação de dispositivos legais aos espaços fronteiriços, ora alude um rol de reivindicações das comunidades fronteiriças” (Pucci, 2010: 19).

ii. “*Ideia de um só acordo abrangente para promover o exercício da cidadania fronteiriça*” pressupõe a existência de vários “instrumentos reguladores de aspectos específicos das relações transfronteiriças. Podendo ter também o caráter de um estatuto como diretriz, política de atuação, revitalização e harmonização do acervo de normas vigentes” (Pucci, 2010: 20).

Os papéis que desempenham, variáveis consoante o contexto onde se implantam e o papel regulador que lhes é atribuído acaba por influenciar o modo como são vividas e apreendidas. Não é indiferente do lugar onde se localiza nem o tempo que levam de maturação, o grau de consolidação que medeia desde a sua formação ou a estabilidade que tenham conhecido ao longo do tempo. A aferição do que uma fronteira representa não dispensa, pois, que se conheça o contexto geográfico onde se implanta nem o ambiente político que presidiu à sua genese ou ditou a respetiva evolução. As diferentes fronteiras, sejam as que separam estados ou que dividem territórios ou grupos sociais específicos, nunca são estáticas nem consideradas imunes ou definitivas. Tal como as fronteiras políticas também são dinâmicos os limites entre os espaços rurais e os urbanos, entre o centro e as periferias das cidades ou os vários bairros de uma mesma cidade. As fronteiras, enquanto construções sociais, acabam por fluir no espaço e no tempo, interdependentes das dinâmicas económicas, sociais, culturais e políticos. Fenómenos geográficos por excelência, as suas implicações nas áreas adjacentes acabam por determinar, em última instância, a maneira como são vividas, percecionadas e interpretadas pelas populações.

A formação de Portugal e a evolução da fronteira

A fronteira portuguesa, como destacou Orlando Ribeiro, representa uma situação peculiar por ter sido:

[...] fixada nas linhas gerais quando terminou a Reconquista, é o mais antigo limite político mundial, perdurando há sete séculos com essa função. Regular no traçado, grosseiramente paralela à linha de costa, desenha com esta um tectângulo alongado no sentido meridiano, que constitui uma das figuras de Estado mais harmoniosas e mais simples. (...) Portugal perdia assim, a oriente deste rio [Guadiana], todas as terras que iam até Aracena; mas a guerra acendeu-se por duas vezes pela disputa destes lugares; ela deu pretexto, em 1296, a incorporar no reino de Portugal a comarca de Ribacoa (entre o rio Côa e a fronteira atual); pela paz de Alcañices, celebrada no ano seguinte, estabeleceu-se ao sul do Douro o traçado que, com pequenas alterações, chegou aos nossos dias. Esta notável fixidez de limites não impediu que, por duas vezes, a independência de Portugal corresse perigo perante as pretensões de hegemonia peninsular. (Ribeiro, 1987: 59)

Desde a criação do Condado Portucalense, a Norte, e a incorporação do Algarve, a Sul, apesar de tudo, não decorreu muito tempo:

A Reconquista portuguesa vai desenvolver-se rapidamente, mediante pouco mais de um século entre as primeiras ações militares de Afonso Henriques e a ocupação das últimas povoações do Algarve. Ela efetua-se em completa independência da Reconquista do interior da Península. (Ribeiro, 1987: 48)

Trata-se, pois, duma velha fronteira, que foi sendo construída ao longo de quase três séculos, até assumir a atual configuração (Figura 1).

A reconquista no tempo de D. Afonso

A reconquista após D. Afonso Henriques

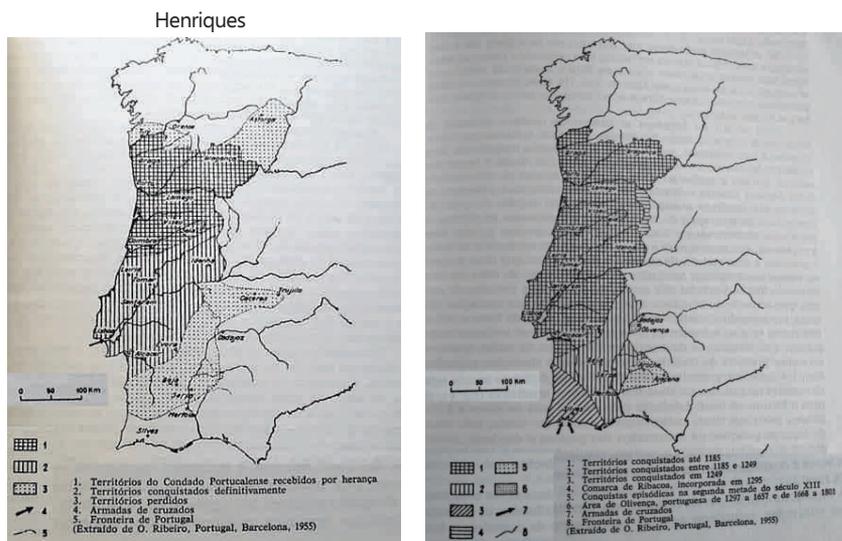


Figura 1 – Fronteira portuguesa: formação de Portugal e evolução da fronteira

Fonte: Ribeiro (1987: 49; 51)

O desenho deste limite é indissociável da gênese de Portugal e do complexo xadrez político e geoestratégico da época, pautado pela assumpção da autonomia de Portugal e da Reconquista, então iniciada, visando expulsar “os infiéis” da Península Ibérica⁵. É neste complexo xadrez de alianças políticas que o jovem príncipe Afonso Henriques viria a declarar a independência e assumir-se como primeiro rei de Portugal:

Em 1139 tomou o título de rei; em 1143, Afonso VII de Leão, perante o legado do papa, reconhece a independência do novo Estado, sancionando uma situação de facto irreversivelmente estabelecida, que

Roma, porventura sensível ao prestígio das conquistas e vitórias de Afonso Henriques contra os “infiéis”, muitos anos depois acabará por confirmar (1179). (Ribeiro, 1987: 47)

Os territórios portugueses de fronteira assistiram, no decurso dos últimos sete séculos, a guerras e as sucessivas invasões que denunciam a função militar que sempre desempenhou, cujos reflexos materiais estão bem patentes nas suas imediações, onde abundam castelos e fortalezas. Esta matriz profunda, por outro lado, além de deixar marcas profundas na organização do espaço, acabou por influenciar o modo de vida, a identidade raiana e os imaginários das populações que aí habitam.

Os espaços fronteiriços começaram por ter funções militares, de defesa da soberania, tarefa que era confiada aos Estados Maiores, que os discriminavam ao atribuir-lhes alguma excepcionalidade com reflexos notórios na organização do território, consequência que acabou por perdurar até aos nossos dias. O relativo armamento motivado por esta opção foi propício a uma certa rarefação do número de lugares e de habitantes, tendência potenciada pelo tempo e pela emigração. Estas condicionantes acabaram por ditar tanto o despovoamento como o desenho anómalo da rede viária, sobretudo rodoviária, cujo traçado não conheceu, por razões militares, um desenvolvimento normal nas áreas de fronteira. A imposição pelo Estado desta e doutras normas restritivas, enquanto limite absoluto e um filtro seletivo ao fluxo de pessoas e de bens, motivou que a relação entre comunidades vizinhas tivesse de recorrer ao contrabando para contornar a fronteira.

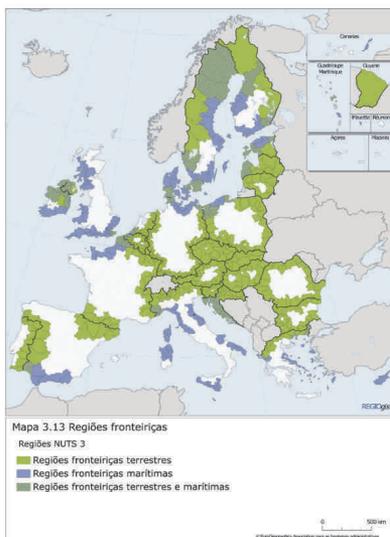
As autoridades de um e de outro lado fizeram desta linha imaginária um espelho que reflete a organização socioespacial do espaço envolvente. Os postos fronteiriços, situados em locais estratégicos de atravessamento (pontes, estações de caminho de ferro etc.), em muitos casos, deram origem a povoações que passaram a viver para a fronteira e em função dela. Ao longo desta linha imaginária, criada quase sempre pela arbitrariedade dos homens, encontramos em ambos os países, dum e doutro lado, povoações contíguas, de que servem de exemplo Vilar Formoso-Fuentes de Oñoro ou, em pontos de passagem noutras regiões

5. “Quando D. Teresa, viúva e sucessora de D. Henrique, busca, no xadrez das suas combinações políticas, o auxílio dos barões da Galiza e a ingerência destes se torna perigosa para a autonomia de Portugal, os nobres portugueses apoiam D. Afonso Henriques na luta aberta contra sua mãe. O jovem príncipe, que a si próprio se armara cavaleiro, segundo o uso apenas reservado aos filhos de reis, vence e expulsa D. Teresa em 1128 e conduz com mão firme a guerra em duas frentes, consolidando a autonomia de Portugal e alargando para si os limites da Reconquista” (Ribeiro, 1987: 47).

do país, Valença-Vigo, Verin-Chaves, Elvas-Badajoz e Vila Real de Santo António-Ayamonte. Estes lugares, que tiveram origem e viviam em função da fronteira e de atividades por ela gerada, sofreram um rude golpe na sua base económica local, depois de 1986, com a adesão de Portugal à União Europeia, (Figura 2). Os estímulos e os apoios criados para contrariar tais perdas evoluíram para lhes ser reconhecido o estatuto de Eurocidades, do mesmo modo que as situações equivalentes, no caso brasileiro, viraram cidades gémeas, exemplificadas por Quaraí-Artigas ou Santana do Livramento-Rivera, no Rio Grande do Sul.

Uma geografia adversa, débeis condições naturais, económicas e sociais e uma localização periférica moldaram o quadro sucintamente apresentado que relegou a generalidade das áreas adjacentes à fronteira, na generalidade dos países, como acontece em Portugal, para a condição de marginalidade no sentido mais amplo do termo. Cicatriz da história, a fronteira acaba por ser a causa e a consequência dum processo cumulativo que ajudou a cavar um subdesenvolvimento estrutural que caracteriza, quase sempre, estes territórios.

Regiões Fronteiriças, (NUTS III)



Perda de PIB nas regiões fronteiriças terrestres devido a obstáculos transfronteiriços

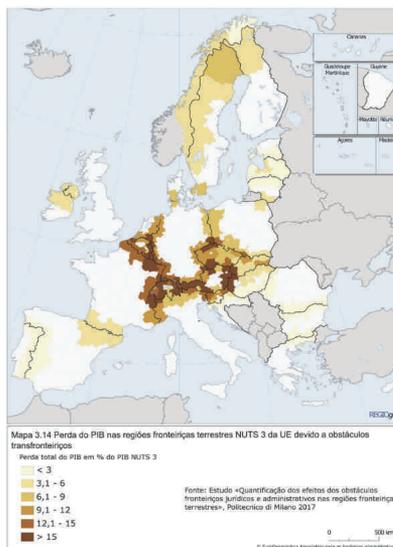


Figura 2 – A fronteira portuguesa no contexto das regiões fronteiriças da União Europeia
Fonte: Comissão Europeia (2017) e relatório *A minha Região, a minha Europa, o nosso futuro: Sétimo relatório sobre a coesão económica, social e territorial* (PNPOT, 2019: 45)

[...] dois hemisférios, de polo a polo, deu a Portugal o direito de posse sobre a faixa de terra onde se encontrava o Brasil: ficou Portugal com as terras localizadas a leste da linha de 370 léguas traçadas a partir de Açores e Cabo Verde, e a Espanha com as terras que ficassem do lado ocidental desta linha... A proximidade das datas do Tratado de Tordesilhas (1494) e do "descobrimto" (1500) faz supor que Portugal já sabia da existência das terras brasileiras antes mesmo da expedição cabralina".⁶

Após mais de 100 anos de ocupação pelo Império Português, surge, no extremo sul do Brasil, um conflito territorial pela posse da Colônia do Sacramento e da Região das Missões. Este conflito foi dirimido pelo Tratado de Lisboa (1681), com a "devolução da Colônia do Sacramento, ocupada pelos espanhóis no ano de sua fundação. O apoio da Inglaterra foi decisivo para Portugal conseguir essa vitória diplomática. A saída das forças espanholas só se dá efetivamente em 1683". A disputa territorial teria outro marco importante no Tratado de Madri (1750), que:

[...] redefiniu as fronteiras entre as Américas Portuguesa e Espanhola, anulando o estabelecido no Tratado de Tordesilhas: Portugal garantia o controle da maior parte da Bacia Amazônica, enquanto a Espanha controlava a maior parte da baixa do Prata. Nesse Tratado, o princípio da usucapião (*uti possidetis*), que quer dizer a terra pertence a quem a ocupa, foi levado em consideração pela primeira vez.

Os mapas elaborados em 1749, em 1800, em 1852 e em 1877 (figuras 4 e 5) mostram as várias marcações que as fronteiras brasileiras conheceram. Uma análise sequencial dos quatro mapas permite visualizar o conflito territorial e as mudanças frequentes na linha de fronteira, em relação ao sul do Brasil. Em 1749, o espaço do atual Uruguai e do estado do Rio Grande do Sul pertencia a Portugal; meio século depois, estes espaços permaneciam em disputa, mostrando, o mapa de 1800, uma soberania em disputa ou, pelo menos, indefinida na metade oeste do atual estado do Rio Grande do Sul. Será só no final do século XVIII que o Tratado de Santo Ildefonso (1777) confirma o Tratado de Madri e devolve a Portugal a ilha de Santa Catarina, ficando a Espanha com a Colônia de Sacramento e com a Região dos Sete Povos das Missões. O Tratado de Badajoz, celebrado entre Portugal e Espanha, em 1801, acabará, finalmente, por incorporar, definitivamente, os Sete Povos das Missões no Brasil.

O setor oeste do estado, correspondente à região das Missões,

6. Fonte: IBGE. <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio.html>

como se observa no mapa de 1852, já é reconhecido como província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sob domínio do Império português. Fica estabelecida, deste modo, a delimitação atual do Brasil no seu extremo meridional. Ainda assim, a efetiva demarcação territorial do sul do Brasil só acabará por ser consolidada no contexto das Guerras Cisplatinas, no início do século XIX. O atual limite territorial sul do Brasil continuará palco de disputas, até se estabilizar, a partir de 1877. As fronteiras do Rio Grande do Sul foram sendo consolidadas por uma sucessão de tratados (Madrid, Santo Ildefonso e Badajoz), cujos domínios, em conflito, ao longo desse tempo, revelam-se no estado mais extremo do Brasil. Este estado tem, na sua ocupação, o registro histórico dessas demarcações⁷.

1749

1800

Figura 3 – Mapa dos Cortes ou Mapa dos confins do Brasil com as terras da coroa de Espanha na América Meridional, 1749. Fonte: Fac-símile do original da Biblioteca Nacional.

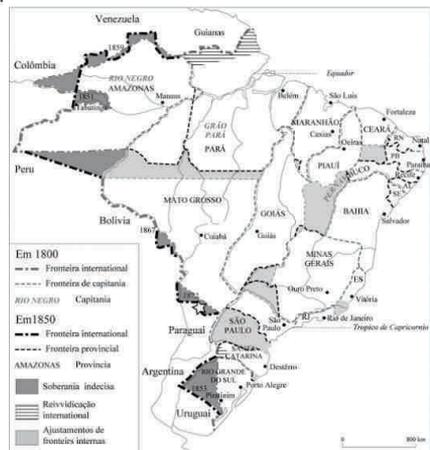


Figura 4 – Fronteiras brasileiras em 1749 e 1800

Fonte: Biaggi (2015)⁸

Até a Independência do Brasil, a ocupação do território era feita, através do sistema de sesmarias, em que uma sesmaria equivalia a 13068 ha. Esta característica de ocupação territorial dará origem à estância e,

7. Fonte: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados.html>

8. Arquivo Nacional; Biblioteca Nacional; e Biaggi, E. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira. Os mapas como um meio de delimitar o território 2015. Fonte: <https://journals.openedition.org/terrabrasil/1094>

politicamente, garantirá a ocupação portuguesa nessas áreas de disputas territoriais. Suertegaray (1987/1998) sintetiza a ocupação do Rio Grande do Sul em três fases, associadas à presença das denominadas vacarias, ou seja, estâncias de criação de gado xucro, que foram se constituindo, ao longo do processo de ocupação espanhola.

A primeira fase foi denominada Vacaria do Mar – séc. XVII e XVIII –, com presença de gado entre as margens do rio Uruguai e o oceano e de Tapes a Montevideo, segundo Jaeger (1943). A segunda fase corresponde ao retorno dos jesuítas e à ocupação e origem das Missões Jesuíticas, hoje, região constituinte do território brasileiro. Esta segunda fase corresponde à Vacaria dos Pinhais (1712), estância de abastecimento das populações espanhola e indígena, habitantes das Missões. A terceira fase corresponderia ao período de ocupação portuguesa, que se consolida, após a ocupação espanhola. Neste caso:

[...] a ocupação espanhola promoveu, pelo conflito estabelecido com os portugueses(bandeirantes), uma ocupação peculiar, caracterizada pelo caráter político e militar da ocupação e pela riqueza, que advinha do gado. Esta riqueza conferiu ao Rio Grande do Sul e à região em estudo um sentido econômico bem definido, quando de sua inserção ao território português na América (séc XVIII), como área secundária e subsidiária, dependente do setor exportador do centro do país. (Suertegaray, 1987: 173; 1988: 60)

A região reconhecida como Campanha do Rio Grande do Sul, sobretudo, a fronteira Sudoeste, permaneceu em conflito, até o período das Guerras Cisplatinas (1811-1828). Neste período, ocorre, por parte da Coroa Portuguesa, uma mudança estratégica na ocupação desta parcela do território, sob seu domínio, sendo promovida a migração de açorianos e o deslocamento de lagunistas e ocorrendo a incorporação de uma terceira categoria de ocupantes, composta por milicianos, oficiais e soldados. A estes, foram doadas sesmarias, para que o processo de ocupação garantisse a posse portuguesa.

A Lei nº 601, de 1850, transformou as sesmarias em terras devolutas, as quais, a partir daí, deveriam ser efetivadas pela compra. A exceção ocorreu nas áreas de fronteira, quando o Governo Imperial:

[...] conferiu [...] tratamento diferenciado para as terras situadas numa extensão de seis léguas, a partir da linha limítrofe, ao autorizar a sua concessão gratuita, com o propósito de estabelecer acampamentos militares, para a defesa daquela área, principalmente, no sul do país. (Pucci, 2010: 31)

1852



Herrmann Rudolf Wendroth

1877



Arquivo Nacional

Figura 5 – Fronteiras brasileiras do Sul: a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1852 e em 1877

Fonte: Biaggi (2015)⁹

Assim, vai se consolidando a fronteira portuguesa, ao sul do Brasil, efetivada com a Lei de Terras e, com ela, pela definitiva posse da terra, por parte de seus proprietários, e pela garantia da herança aos seus descendentes. Ainda neste documento do Itamaraty, tem-se as seguintes colocações sobre fronteira e sobre linha de fronteira: a atribuição, pela Lei de Terras, a consolidação da ideia de faixa, para consolidar a separação entre o Brasil e os países vizinhos; a consolidação, na Constituição de 1934, da definição de faixa e a denominação de *Faixa de Segurança de Interesse Nacional*, com extensão de 100 Km. Na Constituição de 1937, essa faixa é ampliada para 150 Km, dimensão que prevalece, até os dias atuais.

Na América Latina, somente Brasil, Bolívia e Peru estabelecem faixas de fronteira. No caso da fronteira sul, o Uruguai não estabelece faixa de fronteira, entretanto, desde 2008, o parlamento uruguaio vem discutindo a possibilidade de constituir uma zona, que denominam *Faixa Soberana ou de Biossegurança*. O objetivo desta faixa de fronteira seria segurança sanitária e o impedimento da estrangeirização especulativa (Figura 6).

9. Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Biaggi, E. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira. Os mapas como um meio de delimitar o território 2015. <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1094>

Países que fazem fronteiras com estados brasileiros

Municípios na faixa de fronteira, conforme faixa de fronteira brasileira (delimitação 2019)

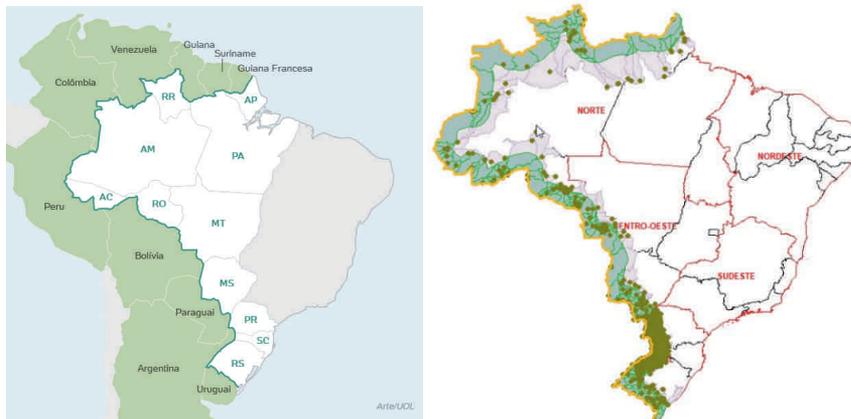


Figura 6 – Fronteiras atuais do Brasil

Fonte: IBGE^{10 11}

A tese, construída no âmbito do Ministério das Relações Exteriores/Fundação Alexandre Gusmão (2010), centrada no diálogo entre as chancelarias dos dois países, visando à construção de um documento, relativo à identificação das peculiaridades da fronteira sul do Brasil, mais particularmente, Brasil-Uruguai, expressa o objetivo de facilitar a integração fronteiriça:

[...] obstaculizada pela ausência de um marco regulatório abrangente ou pela disjunção entre a legislação vigente e realidade local. Tal contradição entre norma e fatos manifestam-se em leis que funcionam em Brasília e em Montevideo, mas não em Quaraí nem em Artigas, onde atos supostamente cotidianos da vida civil, a exemplo de uma compra de supermercado, podem caracterizar infrações, se implicam cruzar a fronteira. (Pucci, 2010: 19)

Este documento distingue a fronteira Brasil-Uruguai, seja pela característica geográfica de ser uma fronteira predominantemente seca, seja

10. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=sobre>

11. Fonte: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28009-ibge-divulga-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira?fbclid=IwAR3tYRSwoY6Ld7mpcvNj0IDIXYttQBomBzcsXAuM_23gphFfS-be-WFFGpI

pelo ponto de vista da “historiografia oficial do Prata”, alicerçada nas disputas territoriais, mas, também, nos laços sociais, econômicos e culturais, que se construíram, ao longo desse processo. Refere-se, também, ao uso do termo fronteira pelos moradores locais, em lugar de linha. Sob perspectiva do morador, enquanto fronteira, é área de convivência recíproca, isto é, linha é limite.

Esta compreensão revela mudanças, seja na concepção de fronteira, seja nas ações em fronteiras. A fronteira Brasil-Uruguai, conforme será detalhado mais adiante, constitui, como Portugal-Espanha, é exemplo dessas transformações.

FRONTEIRA, (SUB)DESENVOLVIMENTO E COESÃO DO TERRITÓRIO: DIÁLOGOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Este componente busca discorrer sobre o tema proposto, centrando sua análise em aspetos, relativos à fronteira e ao território, às dinâmicas socioeconômicas e às estratégias de desenvolvimento, além de explicitar as políticas públicas, os programas e as iniciativas de cooperação transfronteiriça, sobretudo, nas duas áreas de fronteira, escolhidas para esta análise comparativa.

A fronteira Sul do Brasil entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai

Rio Grande do Sul: fronteira e território

O território brasileiro tem uma superfície de 8.510.820,623 Km² (2018) e uma população de 210.147.125 pessoas (2019), com uma densidade demográfica média de 22,43 hab/Km² (2010). Do ponto de vista administrativo, tem 5570 municípios (2019).

O Brasil faz fronteiras com dez dos dozes países da América do Sul, exceptuando Chile e Equador, como mostra a Figura 6. Sua fronteira terrestre totaliza 16.885 quilômetros, que é a terceira maior fronteira terrestre do mundo, atrás da da China e da da Rússia. A linha de fronteira internacional define uma faixa de fronteira, que ocupa a área total de 1.415.611,46 Km², equivalente a 16,6% da área do país, comportando 11 unidades da federação e 586 municípios. Destacam-se, como principais resultados, a identificação de 11 unidades da federação, de 586 municípios,

da Lagoa dos Patos e da Lagoa Mirim, total ou parcialmente afetados, com respectivas áreas e percentuais, com 502 sedes municipais, que se encontram na Faixa de Fronteira, e 86 sedes, que se encontram fora da referida faixa.

Neste vasto território, a distribuição da população é diversa. Historicamente, a maior concentração ocorre na faixa atlântica e, à medida que se projeta ao interior do território, a população e a sua densidade territorial diminuem. As regiões de fronteira terrestre do território bem expressam esse vazio, o que será analisado no contexto do estado do Rio Grande do Sul, enquanto espaço de fronteira.

O Rio Grande do Sul, como ficou dito, constitui o estado mais meridional do país. O estado tem uma extensão de 281.738 Km² e faz fronteira com o Uruguai, ao sul, e com a Argentina, a oeste. Conforme o IBGE, a população total, em 2019, é estimada em 11.377.239 hab. Para a finalidade deste texto, será dada ênfase à Mesorregião Sudoeste Riograndense, que constitui o objeto focal desta análise. O mapa da Figura 7 indica as três microrregiões geográficas, que constituem essa mesorregião: a Campanha Ocidental, a Campanha Central e a Campanha Meridional.

No conjunto, essa mesorregião tem uma extensão de 62.753 Km² e uma população de 718.385 habitantes. Esta população se distribui de forma diferenciada entre as três microrregiões que a compõe: a Campanha Ocidental apresenta 31.166 Km² e 358.508 habitantes; a Campanha Central, 17.315 Km² e 181.116 hab.; e a Campanha Meridional, 14.272 Km² e 178.761 hab. Esta é a mesorregião com menores densidades demográficas: 12% (Campanha Ocidental e Meridional) e 11% (Campanha Central).

Ao analisar os dados populacionais, comparativamente com as demais mesorregiões do RS, em relação à densidade demográfica, essa mesorregião diminuiu sua população e sua densidade por Km², desde os anos 1970. Na Tabela 4 (Anexo), estão discriminados os dados por município constituinte de cada região. Praticamente todos os municípios dessas regiões perderam população nesse período, à exceção dos municípios de Uruguaiana na Microrregião Campanha Ocidental, de São Gabriel na Microrregião Campanha Central, e de Ulha Negra e de Aceguá na Microrregião Bagé. No entanto, os acréscimos populacionais nessas cidades foram pouco expressivos.

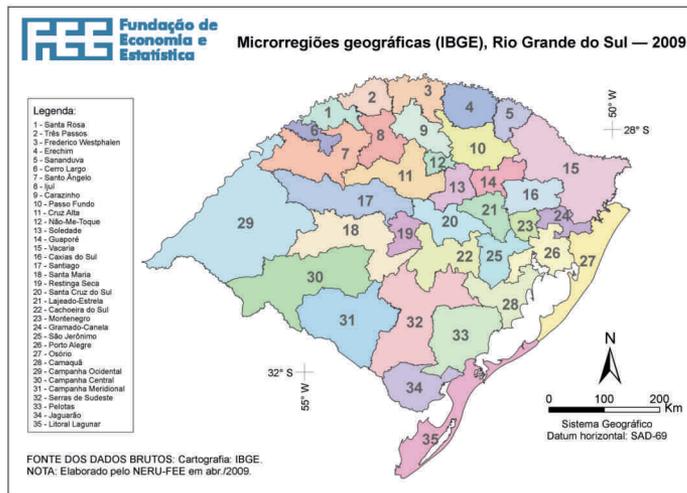


Figura 7 – Rio Grande do Sul – Brasil (2009): Microrregiões Geográficas

Fonte: IBGE

Em síntese, historicamente, essa região apresentou baixas densidades e cidades dispersas, em decorrência da estrutura fundiária, historicamente assentada no latifúndio e/ou nas grandes propriedades pastoris, ainda que, nos últimos anos do sec. XX, as transformações no uso do solo, com o estímulo à associação da pecuária com o plantio do arroz, inicialmente, em 1930, e da soja, em 1970, e, posteriormente, com o desenvolvimento da silvicultura (eucalipto), não tenham promovido modificações expressivas na estrutura fundiária ou trazido significativos ganhos econômicos para a região.

Em relação à dinâmica populacional, esta mesorregião tem, como característica, a perda de população por migração para outras cidades do estado, em particular, para as regiões de Porto Alegre e de Caxias do Sul. Esta migração para as regiões mais dinâmicas do estado promove um debate sobre o “empobrecimento” e, mesmo, sobre o esvaziamento desta porção do estado.

Neste item, destacam-se alguns elementos do que se considerou analisar, em relação ao desenvolvimento e à coesão do território nas duas áreas escolhidas para análise.

Importa sublinhar que a fronteira do Brasil com o Uruguai tem

extensão de 1.068,1 Km, dos quais 608,4 Km são compostos de rios e de canais, 140,1 Km de lagoas, 57,6 Km de linhas convencionais e 262,0 Km de divisores de águas. O Rio Grande do Sul é o único estado brasileiro que faz fronteira com o Uruguai e esta fronteira é a segunda maior fronteira brasileira com países da América do Sul.

O Quadro 1 indica as cidades de fronteira, a população aproximada e uma informação simplificada sobre essas cidades. Do conjunto de cidades, que compõe a fronteira do Rio Grande do Sul com a República do Uruguai, enquanto espaço de vivência, toma-se, como referência particular desta fronteira do Brasil Sul, a cidade de Quaraí.

Quadro 1 – Cidades gêmeas do Rio Grande do Sul na fronteira entre o Brasil e o Uruguai

Brasil	Uruguai	População (conjunta)	Notas
<u>Santana do Livramento</u>	<u>Rivera</u>	155.000	São as duas maiores cidades da fronteira sul do Brasil; são cidades conurbadas; fronteira seca; presença de freeshops em Rivera (UY).
<u>Quaraí</u>	<u>Artigas</u>	101.000	As cidades são conurbadas e a ligação entre elas é feita por ponte internacional; comércio ativo e presença de freeshops em Artigas (UY).
<u>Jaguarão</u>	<u>Rio Branco</u>	41.398	Cidades com ligação comercial, estimulada pelos freeshops em Rio Branco (UY).
<u>Barra do Quaraí</u>	<u>Bella Unión</u>	17.208	Ligação marcada pelas relações comerciais e busca de projetos comuns de serviços; comércio de bens.
<u>Chuí</u>	<u>Chuy</u>	17 000	Cidades conurbadas, com ligação comercial importante; presença de freeshops em Chuy (UY).
<u>Aceguá</u>	<u>Aceguá</u>	5.900	São as menores cidades em ambos os lados da fronteira. Comércio local.

A distinção da fronteira Brasil-Uruguai se caracteriza, comparativamente às demais fronteiras brasileiras, pela predominância geográfica de planuras e de campos; por uma extensa fronteira seca; pela “historiografia oficial do Prata”, alicerçada nas disputas territoriais, mas, também, nos laços sociais, econômicos e culturais, que se construíram, ao longo desse processo, bem como se refere, também, ao uso do termo fronteira pelos moradores locais, em lugar de limite, de divisão, de separação. Sob a perspectiva do morador, enquanto fronteira é área de convivência recíproca, linha é limite. Por outro lado:

[...] no plano regional, a relativa homogeneidade política do continente, com raízes no processo de democratização dos anos 1980, assim como o impulso à integração dado pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a partir de 1991, e mais recentemente pela União das Nações Sul-Americanas (ANASUL), contribuiu para abrandar a lógica da territorialidade (Pucci, 2010: 28).

Nesse documento, também se reconhece que o espaço local se modifica e passa a reivindicar, dos governos, ações diferenciadas e em articulação com os países limítrofes/vizinhos.

Sobre o Uruguai, há uma concepção de que este é em si mesmo um país de fronteira. Esta característica se expressa na ocupação geográfica deste país, em que pode se observar que a maior concentração populacional se distribui no litoral, na fronteira seca e às margens do rio Uruguai. É essa fronteira seca, ao norte do Uruguai, que constitui a zona limítrofe com o Brasil, ao sul, mais especificamente, com o Rio Grande do Sul. Esta fronteira, pelas suas razões históricas, é considerada uma fronteira aberta.

Enfim, a fronteira sul do Brasil apresentou, ao longo de sua constituição, diferentes elementos demarcatórios, constituindo-se, inicialmente, a partir da disputa por definição de limites imperiais, iniciando pela definição, através de tratados, de demarcações, pela distribuição de sesmarias, pela regulação e pela compra de terras.

Diante dos processos históricos, econômicos e culturais, esse espaço, que compõe a fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, é um espaço de conexões facilitadas, de formas de viver em coexistência, que levaram os governos do Brasil e do Uruguai, sobretudo, entre 2002 e 2015, a ampliar o debate sobre fronteira e sobre seu significado nas legislações nacionais, para promover o maior desenvolvimento local, no âmbito da integração bilateral.

Não obstante, há conflitos de fronteira, em meio à convivência. Na fronteira Uruguai-Brasil, persiste uma área de conflito territorial e de questionamento de limites. Numa região distante da cidade de Livramento, em torno de 70 Km, tem-se, do lado brasileiro, a Vila Albornoz e, do lado uruguaio, Masoller. Enquanto a vila brasileira dispõe de alguma infraestrutura – em termos de serviços emergenciais, de saúde, e educacionais, por exemplo –, a cidade uruguaia usufrui destes e dos mais modernos sistemas de comunicação, além de conexão por via asfaltada com a cidade mais próxima, o que não ocorre do lado brasileiro. Esta

desigualdade faz com que brasileiros se utilizem dos serviços de comércio, de informática, de veículos, de médicos, de segurança (polícia), de telefonia, entre outros, do Uruguai, enquanto os uruguaios, por sua vez, fazem suas compras diárias no mercado do lado brasileiro, adquirindo ovinos, já que a atividade básica da localidade é pastoril, e seus filhos, por vezes, estudam em escolas públicas brasileiras, que detêm um maior número de vagas.

Ainda que brasileiros e uruguaios convivam neste espaço, trata-se de uma área de disputa territorial e, ainda que as duas comunidades convivam e usufruam do que cada país oferece, em termos de comércio, de serviços e de infraestrutura, persiste o sentimento, para os uruguaios, de que esta parcela de território pertence ao Uruguai, e, para os brasileiros, de que pertence ao Brasil. Trata-se de uma fronteira que, diante de sua periferação e, por consequência, do certo abandono que experimenta, dadas as dimensões e a política do território brasileiro, abriga-se no que lhe oferece a República Oriental do Uruguai.

Como exemplo de cidade da fronteira do sul do Brasil, trazemos, aqui, informações sobre a cidade de Quaraí, situada na divisa com Artigas (Figura 8). As três imagens da figura representam uma visão vertical, em que é possível observar as cidades nas suas dimensões espaciais. A observação da malha urbana em maior detalhe permite verificar a concentração urbana, mais densa, na cidade uruguaia de Artigas, se comparada à da cidade brasileira, Quaraí, cujo traçado das ruas é constituído por quadras de 100 m x 100 m. A terceira imagem enfoca o rio Quaraí, que faz o limite desta fronteira, e a ponte internacional, que conecta as duas cidades, a Ponte Internacional da Concórdia.

O conjunto de imagens da Figura 9 ilustra aspectos representativos das duas cidades: do lado esquerdo, tem-se pórtico da Ponte Internacional do lado uruguaio, uma das lojas do *freeshopping* e o quartel da cidade de Artigas; à direita, nota-se o pequeno comércio da rua da ponte, basicamente, ligado aos comerciantes de origem síria e/ou libanesa, denominados, pelos moradores locais, turcos, a rua principal da cidade, ao fundo, com a presença de lojas comerciais, e a imagem da ruína do Novo Saladeiro São Carlos, atividade econômica que vitalizou a economia do município de Quaraí entre 1880 e 1930, aproximadamente.

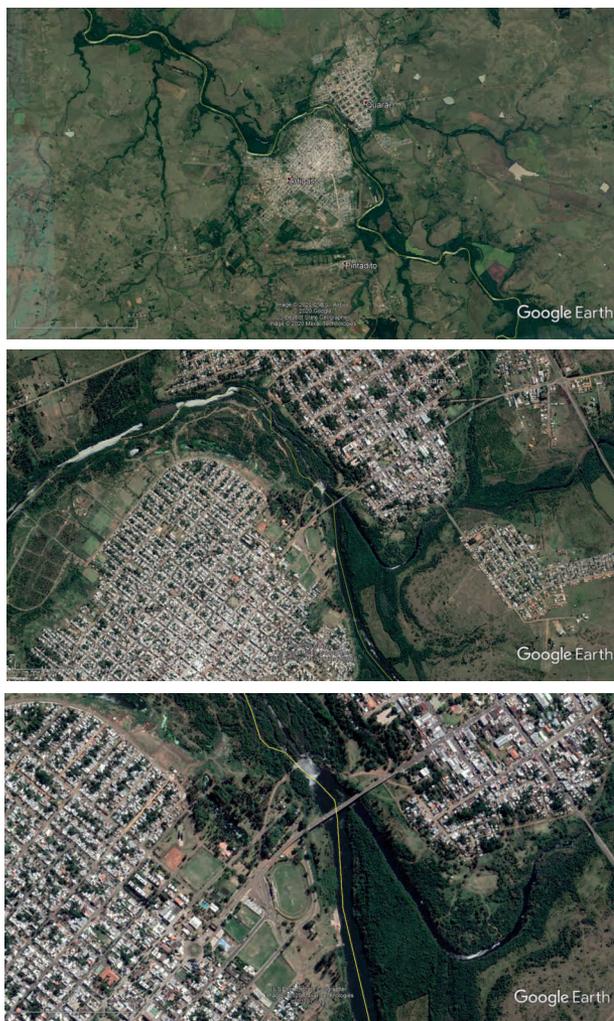


Figura 8 – Quaraí e Artigas, cidades gêmeas na Fronteira Brasil-Uruguai:
enquadramento e organização do espaço

Fonte: *Google Earth* (2021)

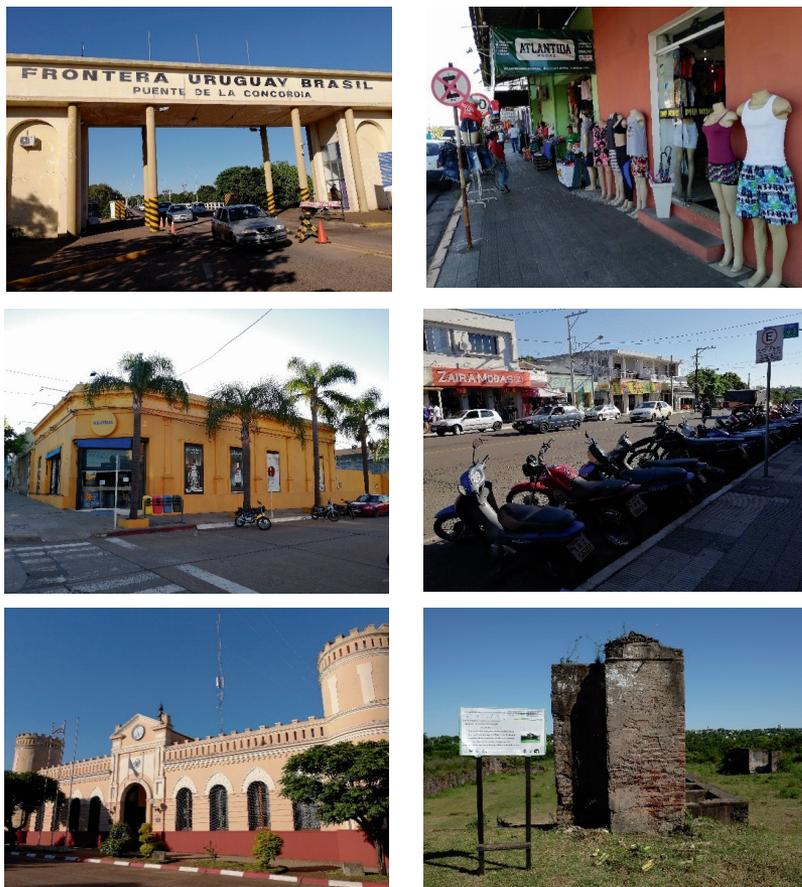


Figura 9 – Imagens das cidades de Artigas (à esquerda) e de Quarai (à direita) na da Fronteira Brasil-Uruguai

Fonte: acervo dos autores

Dinâmicas socioeconômicas

Nos anos 1990, intensifica-se o debate político sobre a Região Sul do Rio Grande do Sul. Conforme o plano de reestruturação econômica da Metade Sul (1998)¹², esta região compreendia 54,3% da área do estado e

12. Concepção Geral do *Plano de Reestruturação Econômica da Metade Sul do Rio Grande do Sul*: 55

apresentava baixa inserção na economia estadual. Os dados sistematizados, à época, indicavam que, em 1980, a presença do sul na economia do estado era de 52% e da metade norte, de 48%, e, em 1991, a região sul respondia por apenas 25% da economia do RS, enquanto o restante do estado atingia 75% do total¹³.

Em relação ao PIB, a participação desta porção do território era de 38%, em 1939, e o restante do estado, de 62%. Em 1990, a participação da Metade Sul se reduz a 18% e o restante do estado atinge 82%.

Na indústria, em 1939, a Metade Sul tinha uma participação de 35%, contra 65% do restante do estado. Este percentual cai para 13%, em 1990, enquanto o restante do estado apresenta 87%. Com base nesses dados, constituirá preocupação dos governos estaduais e federais de época fazer um diagnóstico e propor iniciativas, que promovessem o crescimento da região, ampliando sua participação no PIB do Rio Grande do Sul.

A ideia da necessidade de um esforço institucional para reverter o declínio econômico da Região Sul foi desenvolvida pelo então deputado federal Irajá Andara Rodrigues que, utilizando os dados da Secretaria do Planejamento, constatou que os municípios da Região Sul recebiam somente 9,0% dos investimentos e 20% dos gastos com pessoal e manutenção respectivamente do Estado do Rio Grande do Sul, no período de 1983 a 1988. Tais constatações foram apresentadas no Fórum de Reitores, realizado em Pelotas, no mesmo ano. Em 1993, por solicitação do Presidente Itamar Franco, o então Ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, encarregou o Embaixador Rubens Barbosa de realizar estudos sobre a situação estrutural da Região Sul face aos efeitos do MERCOSUL. 6 Em fevereiro de 1995, o Presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou, publicamente, a preocupação de seu governo com a região meridional no Rio Grande do Sul e os tratamentos especiais de seu governo a esta questão.¹⁴

No âmbito deste plano, a delimitação da região, então denominada Metade Sul:

[...] corresponde à definição de uma área geográfica de ação do Estado, em parceria com a União, objetivando - através da indicação de oportunidades - a reversão do quadro de declínio, ainda que relativo, das atividades econômicas regionalizadas, frente aos novos quadros da globalização e de inserção do país neste processo (idem: 55).

13. onte: <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29105026-metade-sul-1998.pdf>.

14. Conceção Geral do Plano de Reestruturação Econômica da Metade Sul do Rio Grande do Sul: 58.

Segundo este mesmo plano:

[...] a Metade Sul, sob o ponto de vista político e econômico, é conceitualmente uma região-plano segundo os paradigmas clássicos da economia regional. Pode ser designada de região programa uma vez que tem a sua gênese em dois programas governamentais: Projeto Articulado de Desenvolvimento, instituído pelo estado do Rio Grande do Sul e o Programa de Fomento e Reconversão Produtiva da Metade Sul (Reconversul), concebido pelo BNDES. É, nestas circunstâncias, um espaço de decisão política territorialmente limitado, um instrumento da autoridade para alcançar fins econômicos (idem: 56).

As cidades de fronteira, comparativamente à região norte do estado, apresentam uma distribuição urbana esparsa. Ao longo da fronteira com o Uruguai, tem-se apenas seis cidades: Livramento, Quaraí, Jaguarão, Barra do Quaraí, Chuí e Aceguá, dispostas nessa sequência, considerando a sua população (Quadro 2). Entre essas cidades, Sant'Ana do Livramento é a mais populosa e constitui, com a cidade uruguaia de Rivera, uma aglomeração de cerca de 170.000 habitantes. Com uma população significativamente menor, seguem-se Jaguarão, com 26.600 habitantes, na fronteira com a cidade de Rio Branco, com 13.456 habitantes; e Quaraí, com 22.687 habitantes, que, acrescida dos 78.000 habitantes de Artigas, forma uma área que ultrapassa os 100.000 hab. Destas, Quaraí-Artigas e Livramento-Rivera são as duas maiores aglomerações urbanas da fronteira sul.

Quadro 2 – As cidades de fronteira do Rio Grande do Sul (Brasil): área e população

Cidades	População				Área Territorial km ²		Densidade Demográfica hab/km ²	
	Total		Urbana	Rural				
	2010	2019*	2010	2010	2010	2019*	2010	2019*
Sant'Ana do Livramento	82.464	77.027	74.410	8.054	6950,4	6946,4	11,9	11,1
Quaraí	23.021	22.687	21.310	1.711	3147,6	3139,9	7,3	7,2
Jaguarão	27.931	26.680	26.105	1.826	2054,4	2051,8	13,6	13,0
Barra do Quaraí	4.012	4.215	2.840	1.172	1056,1	1055,9	3,8	4,0
Chuí	5.917	6.704	5.697	220	202,6	202,3	29,2	33,1
Aceguá	4.394	4.901	1.059	3.335	1549,4	1551,3	2,8	3,2

*Estimativas IBGE (2019)

Fonte: IBGE (2010)

Não obstante, os municípios de fronteira, dada a sua atividade econômica preponderante, centrada na atividade agropastoril, apresentam uma baixa dinâmica econômica, o que faz com que essas

idades venham perdendo população, já faz algum tempo. A estimativa da população para 2019 (Quadro 2) demonstrou essa queda. Para o conjunto dessas seis cidades, Chui e Aceguá apresentam estimativa de crescimento populacional positivo, ainda que pouco significativo. Considerando a densidade demográfica, os dados revelam pouca oscilação entre 2010 e 2019, a exceção de Chui, que indica acréscimo populacional. O Índice de Desenvolvimento Humano nessas cidades varia entre 0,662, de Barra do Quaraí, e 0,727, de Livramento.

O Quadro 3 apresenta alguns indicadores sociais e permite verificar que todos os municípios apresentam IDH médio, embora a taxa de escolarização seja elevada – acima de 97% –, para cinco dos municípios. Aceguá é exceção, pois registra nível de instrução por habitante de 93,9% e salários menores entre seus trabalhadores. O nível de escolaridade de grande parte da população da região é o ensino fundamental incompleto e os salários atingem, em média, 2,5 salários no máximo (R\$ 2.612,50), o que revela a carência socioeconômica das populações de fronteira. Tal indicador é contrabalançado, nessas cidades, pela expectativa média de vida/longevidade, que apresenta índices similares aos da média brasileira, de 75,46 anos. Essas seis cidades revelam índices de: 76,14 (Quaraí), 76,1 (Aceguá), 75,77 (Livramento), 74,89 (Jaguarão), 73,13 (Barra do Quaraí) e 72,52 (Chui).

Quadro 3 – Cidades da fronteira Sul do Rio Grande do Sul: escolarização e salário

Municípios	Índice de Desenvolvimento Humano - IDH	Taxa de escolarização (1)	Salário Médio Mensal (2)	Sem Instrução e Fundamental Incompleto	Fundamental Completo e Médio Incompleto	Médio Completo e Superior Incompleto	Superior Completo
Sant'Ana do Livramento	0,727	97,6 %	2,2	34.148	15.114	16.327	5.330
Quaraí	0,704	99,4 %	1,8	10.743	3.878	3.796	1.070
Jaguarão	0,707	97,1 %	1,8	12.942	4.783	4.989	1.464
Barra do Quaraí	0,662	97,7 %	1,9	1.789	839	532	131
Chuí	0,706	97,7 %	1,8	2.126	1.732	824	244
Aceguá	0,687	93,9 %	2,5	2.442	704	454	148

(1) Porcentagem de Escolarização - Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade

(2) Salário Médio Mensal dos Trabalhadores Formais (Salário Mínimo)

Fonte: Censo do IBGE (2010) e estimativas do IBGE (2019)

Considerando a dimensão sócioeconômica dos municípios de fronteira, os dados levantados indicam, como atividades expressivas desses municípios: i. a pecuária, em que Santana do Livramento registra 512.941 cabeças de gado bovino, seguida pela cidade de Quaraí, com 232.149

cabeças, e, em menor proporção, Aceguá (93.734 cabeças), Jaguarão (91.375 cabeças) e Chuí (9.291 cabeças); ii. a ovinocultura se destaca em Livramento (287.981 cabeças) e em Quaraí (122.193 cabeças), seguidas por Jaguarão, com 36.417 cabeças, Aceguá, com 22.235 cabeças, e Chui, com 2.378 cabeças; e iii. a equinocultura é representativa, sobretudo, em Livramento, em Quaraí e em Aceguá.

Além da pecuária, atividade histórica da região, tem-se, como segunda atividade, a agricultura, sobretudo, no plantio do arroz, com destaque, em relação à área colhida, para Jaguarão (21.996 ha) e para Barra do Quaraí (20.086 ha), seguidas de Quaraí (14.625 ha), de Livramento (10.744 ha), de Chuí (9.088 ha) e de Aceguá (9.088 ha). A cultura da soja, na região, é mais extensa, em área, nos municípios de Jaguarão (44.570 ha), de Livramento (43.911 ha) e de Aceguá (27.298 ha). Em relação às culturas permanentes, destaca-se a produção de uva nos municípios de Livramento e de Quaraí, em termos de áreas de plantio (878 ha) e de pés plantados (71). Nos demais municípios, não há registro de plantio da videiras. Esta cultura, introduzida mais recentemente, em decorrência das condições favoráveis, sobretudo, em relação às características de clima (mais seco no verão), à elevada radiação e aos solos arenosos, vem sendo estimulada na região. No caso de Livramento, já se implanta uma promissora produção de vinhos de qualidade, com certificação recente, recebida por produtores locais.

Livramento e Quaraí, as duas principais aglomerações de fronteira com o Uruguai, apresentam dinâmicas diferentes. Em Quaraí, a economia continua fortemente baseada na pecuária. Na agricultura, o destaque é para o plantio de arroz. Os serviços, o comércio e a indústria, ainda que com participação reduzida, são responsáveis por uma grande parcela da arrecadação de impostos. Conforme o SEBRAE (2019), a participação do número relativo de empresas por setor em Quaraí é de: serviços (22%), agropecuária, extração vegetal caça e pesca (15%), comércio (57%) e indústria (6%). As oscilações na arrecadação, características de municípios de fronteira, são produtos das movimentações resultantes do câmbio, ou seja, do valor do peso uruguaio. Cabe destacar que o setor de serviços é responsável pela maior parte da economia da cidade e, em 2017, somando 94% da arrecadação do município, restando 5% para a agropecuária e 1% para a indústria (SEBRAE, 2019).

Livramento, para além de atividades similares às de Quaraí, exerce

uma centralidade, em relação aos municípios vizinhos, na medida em que apresenta uma concentração de serviços mais especializados, principalmente, na educação e na saúde. Passados alguns poucos anos, no início dos anos 2000¹³, em trabalho de avaliação comparativa entre a Metade Sul, área que congrega a área de fronteira sul, Moraes (s/d) explicita os principais fatores de desigualdade econômica entre sul e norte do estado, com uma base de dados dos anos 2001/2002:

Considerando a bipartição Norte x Sul, a grande desigualdade econômica entre estas duas regiões pode ser resumida nos seguintes números : (i) apesar do Norte abranger em torno de 51 % tanto da população como da área do estado, esta região produz 55,81 % do PIB ; (ii) a renda per capita do Norte é 21, 2 % superior à da metade Sul (R\$ 10217,19 contra R\$ 8430,39) ; (iii) o número de municípios no Norte (408) é brutalmente maior do que na metade Sul (89). Além disto, o padrão de concentração de renda é diferenciado: (iv) o Gini médio dos municípios do Norte é dado por 0,512 contra 0,554 na metade Sul.¹⁵

Mais recentemente, em outro documento, relativo ao planejamento do estado do Rio Grande do Sul, um novo diagnóstico, comparando os dados de Fronteira Oeste, a chamada trílice fronteira no Rio Grande do Sul, indica que esta região é a oitava economia regional (numa classificação total, com base na sua participação no PIB do estado). Isto demonstra que, em que pesem os planos e os projetos de estado, esta região ainda expressa uma participação periférica e deprimida, economicamente, comparando com o conjunto do estado do RS.

A oitava região do Estado, em termos de importância para o PIB total, é a RFP6, localizada na fronteira trílice com o Uruguai e a Argentina. Com participação média de 5,1% no PIB gaúcho ao longo do período, a RFP6 é a região com o menor número de municípios e a que apresenta a melhor distribuição da produção entres eles. Além disso, com um crescimento médio de 3,6% ao ano, essa região também logrou ampliar de forma proporcionalmente importante a sua participação no estado, no período de 2000-10 em 0,33 ponto percentual. Apesar de a agropecuária também ser expressiva na composição do Valor Adicionado dessa região, que possui a maior lavoura de arroz do Estado e a metade do efetivo de bovinos, o seu patamar de importância sobre o PIB gaúcho manteve-se estável ao longo do período, sem as grandes oscilações típicas desse tipo de base produtiva.¹⁶

15. MORAES, Roberto Camps. Metade Sul x Metade Norte: Uma Comparação a partir de Dados Municipais do Rio Grande do Sul. p. 5 (s/d). Disponível em: <https://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m23t05.pdf>. Acesso em: 03/04/2020.

Outro constituinte importante na análise de regiões de fronteira corresponde à rede e à hierarquia urbanas das cidades. O mapa da Figura 10 expressa a distribuição das cidades, ao Sul do Brasil. Dele, tomamos, como referência, o Rio Grande do Sul e a fronteira com o Uruguai. Em relação à rede urbana, são visíveis a presença e a dominância de capitais regionais ou centros subregionais, ao Norte do estado. Ao Sul e, em particular, na região fronteira com o Uruguai, a densidade das cidades é reduzida e apenas a cidade de Pelotas constitui uma capital regional, seguida de Bagé como centro sub-regional. Em relação aos fluxos, é visível a polarização da capital, seja diretamente, com relação às cidades menores, que é o caso típico das cidades da Fronteira Oeste, seja através dos centros sub-regionais. Esta dinâmica é reveladora das características econômicas da população, associada ao processo histórico, cuja base é pastoril e latifundiária, que promoveu baixa densidade populacional e um menor número de cidades, em comparação com o norte do estado.

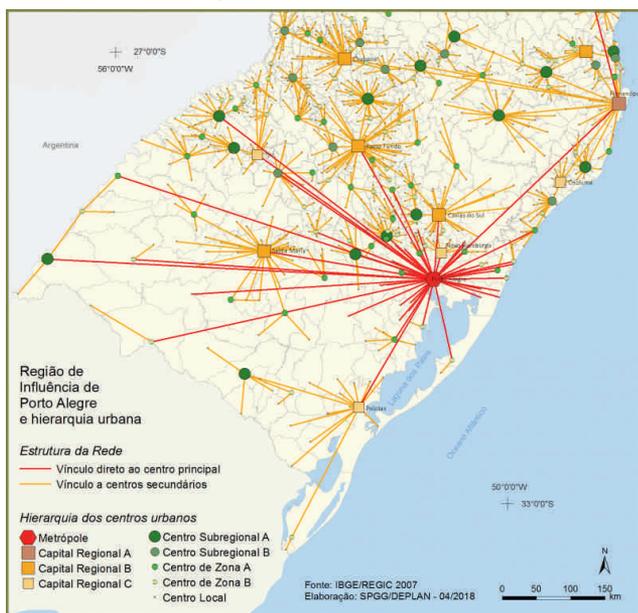


Figura 10 – Distribuição e hierarquia das cidades, ao Sul do Brasil

Fonte: IBGE (2010)

16. GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA . RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial. -TENDÊNCIAS REGIONAIS: PIB, DEMOGRAFIA E PIB PER CAPITA. Porto Alegre, dezembro de 2014: 20.

Desenvolvimento das áreas de fronteira: políticas públicas e iniciativas de cooperação transfronteiriça

O Tratado de Assunção (1991) surge, com o objetivo de constituir um mercado comum entre a República da Argentina, a República Oriental do Uruguai, a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai: “[...] foi concebido como um novo avanço, no esforço de promover o desenvolvimento progressivo da integração da América Latina, conforme o objetivo do Tratado de Montevidéu de 1980”. O tratado previa, na sua constituição, a adesão de outros Estados, membros da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), tendo sido a Venezuela o primeiro Estado latino-americano a aderir ao tratado constitutivo (2006), mais recentemente, tem-se a adesão da Bolívia (2015). Conforme o estatuto, são considerados associados ao ALADI Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Suriname.

Este acordo, conhecido como Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), levou em consideração a necessidade de ampliação das dimensões de seus mercados nacionais, , que deveriam ser estimulados, considerando a ampliação das atuais dimensões:

- Através da integração, como condição fundamental para acelerar seus processos de desenvolvimento econômico, com justiça social, entendendo que esse objetivo deve ser alcançado, mediante ao aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis e à preservação do meio ambiente;

- Do melhoramento das interconexões físicas e da coordenação de políticas macroeconômica de complementação dos diferentes setores da economia.

Tal proposição é construída num contexto geopolítico, em que a concorrência comercial se intensificava e a “evolução dos acontecimentos internacionais, aponta para a consolidação de grandes espaços econômicos.” Nesse sentido, tal iniciativa visa a favorecer a inserção internacional de seus países, associada ao desenvolvimento progressivo da integração da América Latina.

Apresenta, como propósito a esses objetivos, a necessidade de promover os desenvolvimentos científico e tecnológico dos estados, modernizar suas economias e ampliar a oferta e a qualidade de bens e de serviços, com a finalidade de melhorar as condições de vida de seus habitantes.

Desde a 54ª Cúpula do MERCOSUL, em Santa Fé, na Argentina, o Brasil assumiu a presidência *pro tempore* do bloco, então, ocupada pela Argentina. A partir dessa reunião (em 2019), há uma proposição de “[...] transformá-lo em instrumento, para reforçar a competitividade e para aumentar a integração de suas economias com os mercados regional e global. O acordo com a União Europeia é evidência deste novo momento vivido pelo MERCOSUL”. No entanto, em carta da FEE, analisando a conjuntura, ainda em 2013, é indicado um agravante conjuntural, uma vez que, pelos governos, não havia integração e abertura amplas, ocorrendo a priorização de certos setores.

Nesse contexto, o Rio Grande do Sul insere-se em desvantagem, sem capacidade de negociar diretamente com parceiros do Mercosul e de elaborar acordos bilaterais com outros países e regiões. Além disso, as barreiras comerciais impostas pela Argentina impactam o RS mais do que os outros estados brasileiros, devido ao alto grau de participação da Argentina nas exportações gaúchas. Qualquer movimento em relação à maior integração regional necessariamente passa pela aprovação e liderança do Brasil e da Argentina. A busca da integração através da criação de laços econômicos estruturais entre as cadeias produtivas seria capaz de reduzir as resistências dos países do Bloco e elevar a competitividade dos setores, situação que requer uma negociação mais aprofundada do que simplesmente focar na abertura de mercados para produtos finais. No entanto, tal movimento não se configura no curto prazo. Pelo contrário: existe uma tendência de redução da integração regional no curto prazo, encabeçada pela Argentina, como resposta à crise interna, focando diretamente na balança comercial deficitária que esta possui com o Brasil, sendo o RS prejudicado diretamente. O Mercosul encontra-se na situação caracterizada como “Dilema dos Prisioneiros”, isto é, incapaz de gerar um equilíbrio cooperativo, pelo menos nos próximos anos, sendo o RS um mero observador¹⁷.

Em relação à dinamização socioeconômica das cidades de fronteira do RS, poucas foram as mudanças significativas e as atividades, que caracterizam essas localidades, permanecem as mesmas: o comércio (local) é bilateral e, em alguns casos – Quaraí é um exemplo –, ampliou-se o fluxo de mercadorias para o Uruguai, para a Argentina e, até mesmo, para o Chile, tornando essas cidades pontos de passagem, sobretudo, de caminhoneiros. Da mesma forma, a presecção de *freshshopings* na cidade de Artigas, entre outros acontecimentos, promoveu um afluxo de pessoas para aquela cidade, para a realização de compras. Estas novas

17. Fonte: <http://carta.fee.tche.br/article/comercio-rs-mercosul-historico-entraves-e-tendencias/>

configurações funcionais exigiram, em certa medida, uma maior infraestrutura em restaurantes e em hotéis, em especial, na cidade de Quaraí.

Entretanto, em relação ao Mercosul, as preocupações da população da fronteira, à época, residiam no fato de que esse mercado poderia trazer consequências às populações locais, em relação ao chamado “comércio formiga” e/ou à invasão de produtos brasileiros no Uruguai:

Sabe-se que essa prática econômica e social tem consequências sociais importantes. O diferencial de preços em função de políticas cambiais próprias de cada país gera o “efeito gangorra”, ou “efeito pêndulo”: os preços das diferentes mercadorias, sob esse efeito, quase nunca coincidem. Aproveitando-se desse componente é que sobrevive e se recria, desde a constituição das fronteiras nacionais Brasil - Uruguai, tanto o grande contrabando (de gado em pé, charque, arroz), quanto o “contrabando formiga” (de produtos alimentícios, gás, bebidas). Ao lado dessas preocupações que afetariam as populações que vivem desse tipo de comércio – aquilo que dirigente político uruguaio chamou de arancel zero – podem ser agregadas as expectativas de que os acordos comerciais fossem além da esfera econômica ou pudessem “favorecer” as populações fronteiriças. (MÉLO, 2004: 139)

Em síntese, para as áreas de fronteira, neste caso, entre Brasil e Uruguai, o Tratado do Mercosul, conforme o entendimento dos gestores locais, não veio a beneficiar a população da fronteira. As mudanças foram poucas e a população, de maneira ampla, permanece sob a mesma pressão econômica, na condição de pobreza, por vezes, ampliada. Nos últimos anos, uma série de conflitos políticos se instalaram, no âmbito do Mercosul, promovendo questões externas significativas, em especial, com a União Europeia. Atualmente, há, por parte de políticos europeus, em desacordo com as práticas do governo brasileiro atual, uma pressão para que o acordo entre MERCOSUL e União Europeia, que venceria em junho de 2020, não seja renovado, ainda que haja interesse em manter essa relação comercial entre os dois blocos.

Raia de Portugal entre a Região Centro e Castilla y León

Beira Interior, a fronteira do (sub)desenvolvimento

As dinâmicas econômicas e sociais desiguais que se registam em Portugal e Espanha tiveram como tradução profundos desequilíbrios territoriais bem evidentes, no caso português, na litoralização da

população e das atividades e na forte bipolarizada numa rede urbana centrada nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. A maior densidade populacional e a intensidade dos processos de urbanização que se verificam no litoral Atlântico são tendências pesadas e estruturantes que têm como reverso o número reduzido de pequenas cidades que se dispersam na faixa interior do país, sobretudo na parcela mais adjacente à fronteira. Este arquipélago assemelha-se a um conjunto de algumas ilhas perdidas num oceano despovoado, espaço predominante rural, rarefeito de pessoas, habitado por idosos que vivem isolados em aldeias paradas no tempo.

Este retrato de ausência e solidão, que tem por base uma leitura dicotómica, porventura extremada e, portanto, redutora e excessiva, tem sido veiculada à exaustão nas últimas décadas e que se encontra reproduzida na generalidade dos relatórios técnicos e trabalhos de diferentes matizes, desde os de pendor literário (p. ex. A viagem a Portugal de José Saramago) aos de cariz jornalístico, sem esquecer os elaborados por diferentes especialidades académicas, incluindo os da geografia. Os mapas elaborados pelos geógrafos acabam por reproduzir, visualmente, o mesmo discurso, quando ressaltam, invariavelmente, a baixa densidade e a singularidade numa rede urbana incipiente, onde fica espelhado o vazio populacional da raia espanhola-portuguesa.

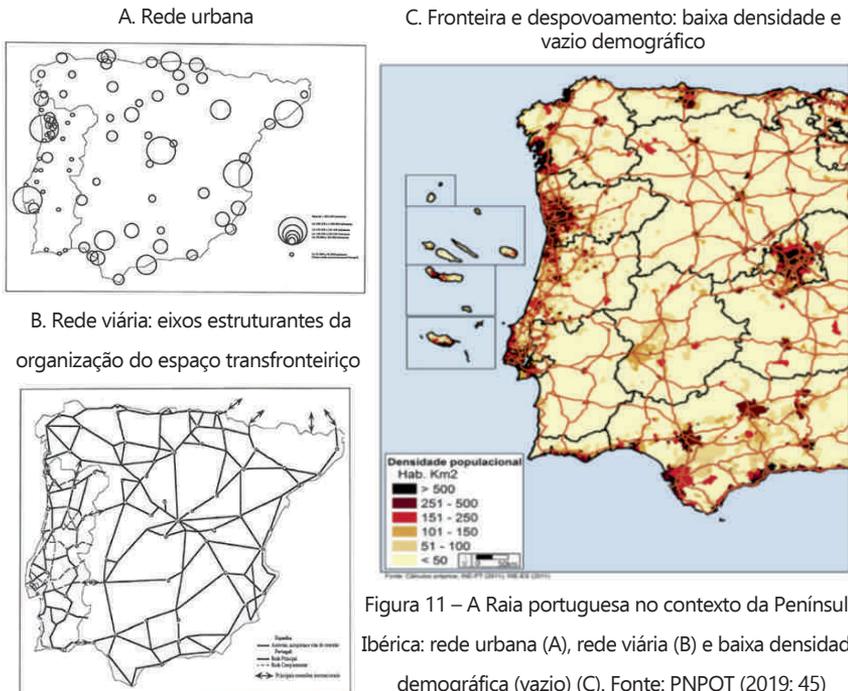
O alerta para a situação de letargia que se havia instalado na raia fronteiriça foi dado, faz meio século, com a publicação dum livro, escrito por dois jornalistas espanhóis, a que colocaram um título emblemático: "A Raia de Portugal. A fronteira do subdesenvolvimento" (Edições Afrontamento, 1974). Foi um marco por denunciar o drama social vivido num território votado ao esquecimento abalado por um processo emigratório endémico que conhecia uma intensidade dramática. Esta referência incontornável dos estudos sobre a fronteira facultava uma pluralidade de perspetivas, apresenta uma leitura do território raiano, dum lado e doutro da fronteira, onde ficaram registados os traços mais impressionantes numa região e são referidos aspetos cuja atualidade não foi beliscada (Figura 11); factos que justificam uma transcrição mais longa:

A região Centro ocupa, mesmo assim, uma posição intermédia, central, entre o latifúndio de culturas extensivas, a sul (Algarve e Alentejo), e o minifúndio pobre do norte. Não tem as oportunidades de desenvolvimento de Faro nem o triste destino de Trás-os-Montes. A região Centro é o reino, não da mesocracia, mas da mediocridade, dos

tons cinzentos, do tempo perdido. Não se fica impressionado nem pela riqueza pujante nem pela pobreza em demasia: é «centrista», detalhadamente medíocre, triste, anódina. Ou seja, «nem carne nem peixe».

Estamos nas Beiras. Ao sul introduz o Alto Alentejo, orla do latifúndio, das grandes culturas e da vida semifeudal. Ao norte confina com Trás-os-Montes: reino da autarquia, dos montes lisos, do minifúndio. As Beiras, região charneira em que só os pinheiros e outras espécies arbóreas dão à paisagem um tom que engana. O «mentiroso» verde das Beiras. Um verde que cobre a paisagem parecendo outorgar-lhe uma riqueza de que carece. Um verde que encobre uma vida nada pujante, uma emigração que não cessa. Um andar que é mais um arrastar.

O desalento que dá ver esta economia baseada na resina, no sobreiro e na oliveira! Em muitas zonas as árvores que bordejam as estradas são sobreiros. Até a estes lhes são arrancadas as cortiças. O cansaço que dá andar quilómetros e quilómetros sem encontrar um centro comercial ou fabril, passar em povoações tão belas, tão limpas e tão tristes: tão mortas! Portugal começa a deixar de ser idílico e tranquilo para começar a mostrar que o idílico não é mais que triste e que o tranquilo é sinónimo de falta de vida, de falta de actividade económica. (Pintado; Barrenechea, 1974: 179; 189)¹⁸.



A publicação deste livro foi um grito de alerta que mostrou uma realidade ignorada, dá a conhecer um mundo esquecido, levanta interrogações e sugere algumas das suas possíveis causas. Ao apelidar este território de “raia do subdesenvolvimento” é facultada uma visão, pioneira, analítica e comparativa, faz uma “exposição pungente sobre a realidade raiana, construiu uma densidade metafórica de designações e de figuras que começaram a identificar a paisagem da linha de separação política como, por exemplo: “Região marginalizada”, “Grande berço de pobreza e atraso”, “Zona de pouca vida”, “Fronteira de cortiça”. A raia era apresentada por aqueles autores como “uma construção social resultante da contrição constante dos seus atores com uma historicidade resultante de momentos de tranquilidade ou de convulsão em séculos de separação peninsular com o que tudo isso implica de consenso e conflito, negociação, poder, legitimação, imposição ou aceitação. E, num pioneirismo crítico conceptual concluem e avisam:

Noutras partes da Península existem regiões que hoje é costume designar por “deprimidas” ou “subdesenvolvidas”. Temo poder armar que, no conjunto, estas terras fronteiriças entre Portugal e Espanha são as piores, que dizer, as mais pobres e abandonadas dos dois países. (Salvado; Jacinto, 2020: 149-152)

Revisitar “a raia de Portugal” meio século volvido é depararmos com dificuldades que permanecem e enfrentar uma nova geração de problemas que decorrem das mudanças entretanto ocorridas a nível regional, nacional, europeu e mundial. Permanece a ideia de muro que se ergue ao longo da fronteira, dum imenso vazio rural pontuados por alguns centros urbanos onde se concentra o pouco emprego existente na região e se localizam os serviços geradores de fluxos com baixa intensidade (Figura 12). A existência de poucas (e pequenas) cidades, a baixa densidade de serviços especializados não fomenta a polarização nem o desenvolvimento de relações interurbanas. Estas debilidades são bem expressas, por exemplo, pelos fluxos do deslocamento casa-trabalho/escola que, na Raia Central Ibérica, regista baixa intensidade. A sua observação ressalta a polarização que se verifica no eixo urbano, paralelo à fronteira, formado pela Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco, cidades que parecem perdidas no vasto vazio que alastrou a toda esta região fronteiriça.

A) Relações interurbanas e rurais-urbanas (2011) B) Polaridades e redes de fluxos casa-trabalho/ escola, por concelho (2011)

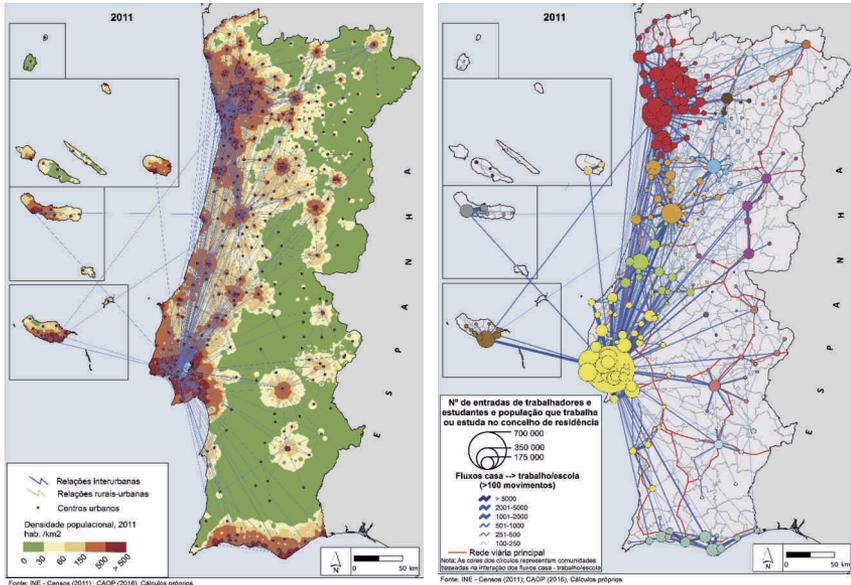


Figura 12 – A Raia portuguesa no contexto das relações interurbanas, das polaridades e dos fluxos casa-trabalho/ escola

Fonte: PNPOT (2019)

Apesar das alterações ocorridas nas últimas décadas, a raia é dividida por essa linha de separação, cicatriz da história que se impõe e emerge com força redobrada em momentos determinados, como aconteceu recentemente por causa da pandemia provocada pelo Covid 19. Por esta e outras razões, designadamente as migrações, as fronteiras parecem ter regressado para assumir, de novo, o tradicional papel de barreira à circulação de pessoas e sinalizarem de forma perentória uma efetiva descontinuidade territorial. Só a cooperação pode ajudar a reverter este efeito e fazer dos espaços fronteiriços faixas mais permeáveis e de efetiva de ligação entre pessoas e territórios vizinhos.

Os lugares situados junto à fronteira são parte importante deste jogo cuja evolução ocorre ao sabor dos fluxos, materiais e intangíveis, resultantes das relações que se vão estabelecendo entre os diferentes países. A geografia é, pois, a causa do aparecimento destes lugares como a

evolução que registam flutua em função da geografia das relações comerciais. Vilar Formoso (PT) e Fuentes de Oñoro (ES)¹⁸, casos exemplares deste tipo de situação, são povoações gémeas que viram o seu destino ditado pela localização dum posto fronteiriço comum a Portugal e Espanha.

A localidade e a região envolvente, em função da sua localização raiana, foram palco de assaltos, cercos e devastações, sobretudo no período da Guerra Peninsular. O concelho de Almeida é predominantemente rural, onde a atividade agrícola, de subsistência e com baixos níveis de produtividade, é praticada em pequenas propriedades com base no trabalho familiar. A indústria, com pouca expressão, tem por base a alimentar, madeira e transformação de mármore e granitos, assumindo sector terciário significado em dois lugares. Se em Almeida estão os serviços administrativos inerentes a uma sede de concelho, além de escritórios (advogados, contabilidade, etc.), algum comércio tradicional, agências bancárias e pequenas unidades hoteleiras, em Vilar Formoso encontramos uma variedade de serviços específicos que decorrem da implantação da principal fronteira terrestre portuguesa (Figura 13).

É possível encontrar em Vilar Formoso, além de algumas agências bancárias, unidades hoteleiras e estabelecimentos comerciais, outros negócios, tanto formais como informais. Para responder às atividades aduaneiras instalaram-se transitários e despachantes ligados aos serviços aduaneiros de importação e exportação, além doutras atividades conexas como as operações de câmbio, o comércio variado destinado ao turismo, onde se inclui a restauração. Esta economia local entra em perda com a adesão de Portugal à CEE, posteriormente EU, sobretudo quando se avança com a construção do mercado interno, desencadeado sob o lema duma “Europa sem fronteiras”, que vai mudar radicalmente o papel, a função e o significado que as fronteiras haviam desempenhado.

18. Vilar Formoso registou uma expansão assinalável com a chegada em 1892 do caminho de ferro que passou a ligar Portugal à Europa. Em 1991 tinha 2.833 habitante, altura em que se inicia uma recessão. Em 2011 tinha 2.219 habitantes, tendência de perda que não foi revertida. Fuentes de Oñoro, município espanhol vizinho (comarca de Campo do Argañán, provincia de Salamanca, comunidade autónoma de Castela e Leão), regista uma tendência similar: 1537 habitantes em 1991 e 1251 habitantes em 2020.



Figura 13 – A Eurocidade (cidades gêmeas) Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro, na fronteira entre Portugal e Espanha

Fonte: *Google Earth* (2021)

O desmantelamento desta rede de serviços seria responsável pela diminuição do emprego com impacto na economia local e reflexos na evolução da demografia. Na cidade gêmea de Fuentes o fenómeno é equivalente, com uma evolução paralela desde a chegada da ferrovia e o trânsito transfronteiriço a partir de 1886, a inauguração da nova gare na década de 1920, e o reforço posterior do trânsito automóvel, funcionando a ligação de Vilar Formoso-Fuentes de ponto de passagem por onde circula a maioria do transporte de mercadorias que se dirige para Espanha, França (via Hendaye, Hendaia em português e basco) e o resto da Europa (Figura 14).



Velha Alfândega, edifício atualmente abandonado.



Postos Fronteiriços de Portugal e de Espanha, construídos lado a lado, num estilo arquitetónico promovido do período de regime autoritário nos dois países.



Serviços de Estrangeiros e Fronteiras, para controlo da emigração, em edifício que albergou a antiga polícia política.



Estação de caminho de ferro, principal ponto de entrada e de saída por comboio na ligação à Europa.



A fronteira como entreposto comercial e apoio ao turismo.



Serviços hoteleiros e de restauração.

Figura 14 – Vilar Formoso: memória e funções dum lugar de fronteira

Fonte: Acervo dos autores.

Dinâmicas socioeconómicas

A raia portuguesa, entendida como espaço que ainda sente o efeito da fronteira, não configura uma geografia fixa, bem delimitada, nem corresponde a um espaço homogéneo. Estamos perante a última fronteira europeia, à periferia das periferias, como denuncia a posição que ocupa se levarmos em conta o valor do PIB relativamente à média europeia. O Quadro 4 revela outros indicadores económicos e sociais que assinalam a persistência de outras debilidades estruturais, ressaltando deste perfil: o despovoamento, fruto de uma significativa e constante diminuição da população; a baixa densidade populacional, que continua a cavar, tendência que espelha os saldos demográficos negativos, tanto os que estão associados às dinâmicas naturais, onde releva a baixíssima natalidade, e migratórias, onde a emigração têm sido uma componente estrutural e flagrante.

Quadro 4 – Evolução da população na Região Centro de Portugal, sub-regiões e municípios fronteiriços entre 1960 e 2018

NUT III	Área km ²	População residente		Variação						Densidade	
		N.º	N.º	%		%		%		Hab./Km ²	
Municípios	2018	1960	2 018	1960-81	1981-11	1960-11	2001-11	2011-18	1960-18	1960	2018
Centro	28 199	2 434 934	2 216 569	-5,5	1,1	-4,4	-0,9	-4,8	-9,0	86,3	78,6
Beiras e Serra da Estrela	6 305	385 841	213 326	-25,6	-17,7	-38,8	-8,8	-9,6	-44,7	61,2	33,8
Beira Baixa	4 615	151 312	80 782	-28,4	-17,7	-41,1	-5,7	-9,3	-46,6	32,8	17,5
NUT fronteiriças	10 920	537 153	294 108	-26,4	-17,7	-39,5	-8	-9,5	-45,2	49,2	26,9
%	38,7	22,1	13,3								
Almeida	518	16 107	5 926	-34,7	-31,2	-55	-14	-18,2	-63,2	31,1	11,4
Figueira de Castelo Rodrigo	509	13 237	5 652	-31	-31,5	-52,7	-12,5	-9,7	-57,3	26	11,1
Sabugal	823	38 062	10 748	-50,3	-33,7	-67	-15,6	-14,3	-71,8	46,2	13,1
Idanha-a-Nova	1 416	30 418	8 157	-47,1	-39,7	-68,1	-16,7	-16	-73,2	21,5	5,8
Penamacor	564	16 659	4 831	-42,8	-40,3	-65,9	-14,7	-15	-71,0	29,5	8,6
Municípios de fronteira	3 830	114 483	35 314	-43,9	-35,5	-63,8	-15	-14,8	-69,2	29,9	9,2

Fonte: INE

O que foi dito sobre a posição relativa que a raia ocupa relativamente à Europa, ao país e ao conjunto da Região Centro é bem traduzido pelo comportamento demográfico, um dos indicadores agregados que melhor traduz a evolução económica e social, a qualquer escala territorial. A este propósito importa reter entre os seguintes traços mais marcantes:

i. Entre 1960 e 2028, em cerca de meio século, as subregiões fronteiriças (Berias e Serras da Estrela e Beira Baixa) perderam quase metade da população (-45,2%; a Região perdeu apenas -9%), com duas consequências relevantes: o peso relativo da subregião passou de 22,1% para 13,3% no conjunto da região; a densidade populacional baixou de 49,2 hab./Km² para apenas 26,9 hab./Km².

ii. Esta tendência de depressão e perda foi ainda mais acentada nos municípios colados à fronteira (Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Sabugal, Idanha-a-Nova e Penamacor) que registaram perdas mais assinaláveis, em termos médios, perto de -70% para uma densidade que não vai além de 9,2 hab./Km². O concelho de Idanha é, neste panorama, o que regista piores indicadores com perdas de -73,2% no número de habitantes e apenas 5,8 hab./Km².

Importa chamar novamente à coação o livro já referido sobre “A Raia de Portugal” para debater as dinâmicas socioeconómicas e os processos de “desenvolvimento”, retomando a conclusão dos seus autores:

As cifras, as estatísticas, os dados, (...) todo o conjunto de números – oficiais – que vou trabalhar, denunciam sem palavras, mas muito claramente, a presença viva, latente e dolorosa de uma zona atrasada ao máximo. Mas os números não bastam. Há que encará-los com a vivência directa. Para isso percorremos cinco mil quilómetros ziguezagueando a fronteira, contornando-a por ambos os lados.

Em tempos de marketing territorial e turistificações, mesmo que tenham desaparecido o negro entre as cores dominantes das vestes das mulheres raianas não deixa de ser verdade que:

[...] em geral o luto está muito presente em toda a franja fronteiriça espano-portuguesa, (...), de forma que nós, conhecedores do interesse que os organismos oficiais têm em baptizar com os nomes adequados à promoção turística, pensamos propor para a Raia de Portugal o de “Costa do Luto”

Observando o enquadramento prospetivo das áreas de fronteira da

Região Centro, (Figura 13), no conjunto do país não se vislumbram diferenças significativas ao que se tem vindo a comentar. São regiões onde continuar a predomina o branco, sinal dum vazio de pessoas e de atividades, embora dispõem de potencialidades, ditadas pela geografia, que podem ajudar a reverter o ciclo vicioso de desenvolvimento em que se mergulhou: (i) localização fronteiriça pode representar uma oportunidade porque a acessibilidade potencial que reúne poder ancorar atividades logisticas e, deste modo, o território não ser apenas um espaço de atravessamento; (ii) importância da incipiente rede urbana para vertebrar o território, criando uma nova relação entre as cidades e vilas (sedes de concelho), dispersas no território, com os espaços rurais envolventes; (iii) as áreas fronteiriças são pródigas em paisagens e patrimónios (natural, histórico, cultural; material e intangível; etc.), ricos e diversos, como demonstra a ocorrência de parques e reservas naturais (Estrela, Malcata, Douro e Tejo Internacional).

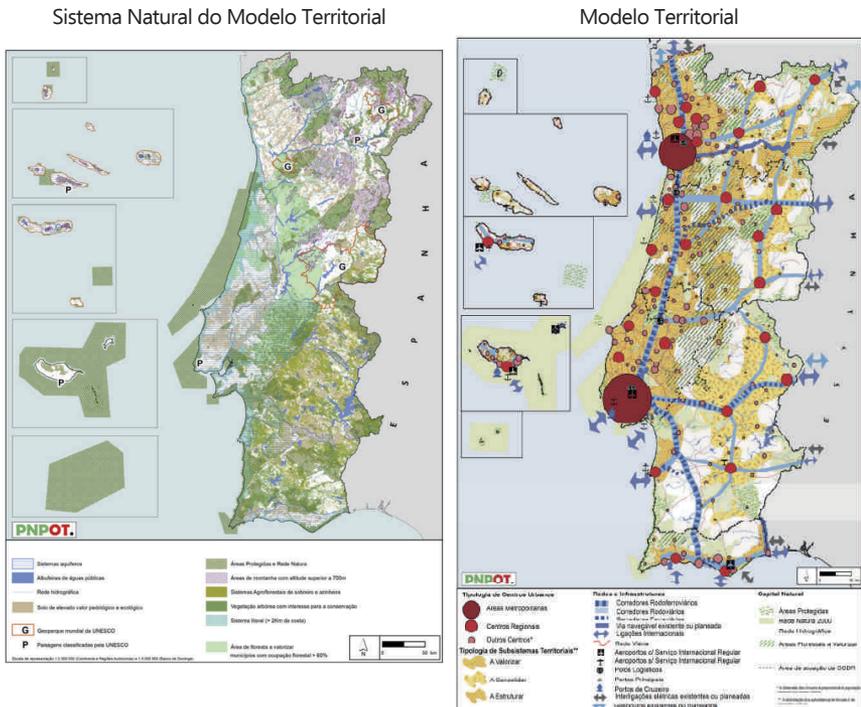


Figura 15 – As regiões portuguesas de fronteira face ao modelo territorial de desenvolvimento previsto no PNPOT. Fonte: PNPOT (2019)

Por mais longa que se torne esta análise e se enriqueça com outro tipo de indicadores estamos condenados a chegar à mesma conclusão dos referidos autores para quem “qualquer informação socioeconómica torna-se monótona”, por acrescentarem pouco a um efectivo conhecimento das realidades e das paisagens da fronteira luso-espanhola: “quilómetros e quilómetros (...) sem a suficiente comunicação de pessoas, de mercadorias, de ideias, separadas por uma verdadeira muralha, uma vala, um muro da vergonha ibérico”.

Políticas de desenvolvimento territorial e de cooperação transfronteiriça

O panorama e as perspetivas das áreas de fronteira mudaram consideravelmente com a adesão de Portugal à CEE em 1986. As três décadas posteriores foram marcadas por muitas alterações ao nível das políticas de desenvolvimento territorial, incluído as abordagens específicas para as áreas de fronteira, tanto em termos europeus como nacionais. Destacam-se, nesta abordagem específica, três coordenadas de observação principais: (i) Cooperação transfronteiriça apoiada pelo Programa Interreg da União Europeia, prosseguida pela Cooperação Territorial Europeia; (ii) Desenvolvimento transfronteiriço assumida no âmbito da dimensão territorial do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT); (iii) Perspetivas para a cooperação transfronteiriça e as áreas de fronteira no limiar dum novo ciclo de políticas públicas (2021-2027).

Cooperação transfronteiriça apoiada pelo Programa Interreg da União Europeia, prosseguida pela Cooperação Territorial Europeia.

A cooperação transfronteiriça foi enquadrada na política territorial União Europeia com o objetivo de promover a correcção dos desequilíbrios e desigualdades ao abrigo dos princípios da solidariedade e coesão. Com base nestes pressupostos e destinado a apoiar tais políticas e respetivos programas foi criado, em 1975, o Fundo de Desenvolvimento Regional, a que se seguiram amplas reformas como as realizadas a partir de 1983, que haviam de ter um ponto alto com o reforço dos Fundos Estruturais e o chamado “pacote Delors” (1989-1993). Nesta altura, não só se enfatizou a dimensão territorial como os programas de desenvolvimento passaram a valorizar a “coesão económica e social”, desde o nível europeu e nacional ao regional.

A partir daqui emerge “uma política baseada na geografia que concede uma função específica a cada um dos territórios europeus”, passando a apostar-se em abordagens integradas, onde se inclui uma Iniciativa Comunitária pioneira vocacionada para responder a problemas específicos para territórios fronteiriços (Interreg). Vários programas foram lançados, desde então, para atender e discriminar positivamente as áreas de fronteira, o que aconteceu em cinco momentos diferentes, correspondendo a outros tantos períodos de programação: Interreg I (1990-1993), Interreg II (1994-1999), Interreg III (2000-2006), Interreg IV (2007-2013) e Interreg V (2014-2020).

O Interreg, que posteriormente foi integrado como pilar da *Cooperação Territorial Europeia* (ETC), constitui um programa emblemático da política de coesão destinado a apoiar a realização de ações e iniciativas comuns em regiões de mais do que um país, apoiando o intercâmbio estratégico entre os atores nacionais, regionais e locais de diferentes Estados-Membros. Quando o programa Interreg da UE celebra os seus trinta anos e a Cooperação Territorial Europeia continua a apostar na promoção da coesão económica, social e territorial, o Interreg prossegue o apoio à cooperação articulando três eixos principais de cooperação: transfronteiriço (Interreg A), transnacional (Interreg B) e interregional (Interreg C) (Figura 16).

Tendo como referência as áreas de fronteira entre Portugal e Espanha e a incidência dos diferentes Programas de Cooperação Transfronteiriça, desde os anos 90 até ao atual *Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça entre Espanha-Portugal* (POCTEP; Interreg V, 2014-2020), podemos reter três conclusões fundamentais:

i. a geografia desta atuação foi variando com o tempo, deixando de estar confinado o espaço mais adjacente à fronteira para ter uma intervenção mais alargada territorialmente;

ii. o Programa Interreg Portugal – Espanha permitiu investimentos consideráveis em diferentes projetos - infraestruturas (abastecimento de água, saneamento básico, estradas), equipamentos (culturais, desportivos, etc.), reabilitação do património e requalificação do espaço público -, fundamentais para melhorar as condições de vida a nível local;

iii. o esforço, contudo, não foi suficiente para reverter os problemas estruturais que às áreas de fronteira enfrentam, embora o Interreg tenha desempenhado um papel apreciável, como era seu objetivo, na

permeabilização da fronteira, ao criar condições para diferentes atores promoverem, dum lado e doutro da raia, conjuntamente, diferentes iniciativas. Este aspeto, cujas consequências são mais intangíveis, representa, porventura, um dos ativos mais positivos por ter ajudado a esbater o efeito de barreira e romper um muro que continua a manter pessoas, territórios e instituições, embora próximas e vizinhas, realmente distantes.

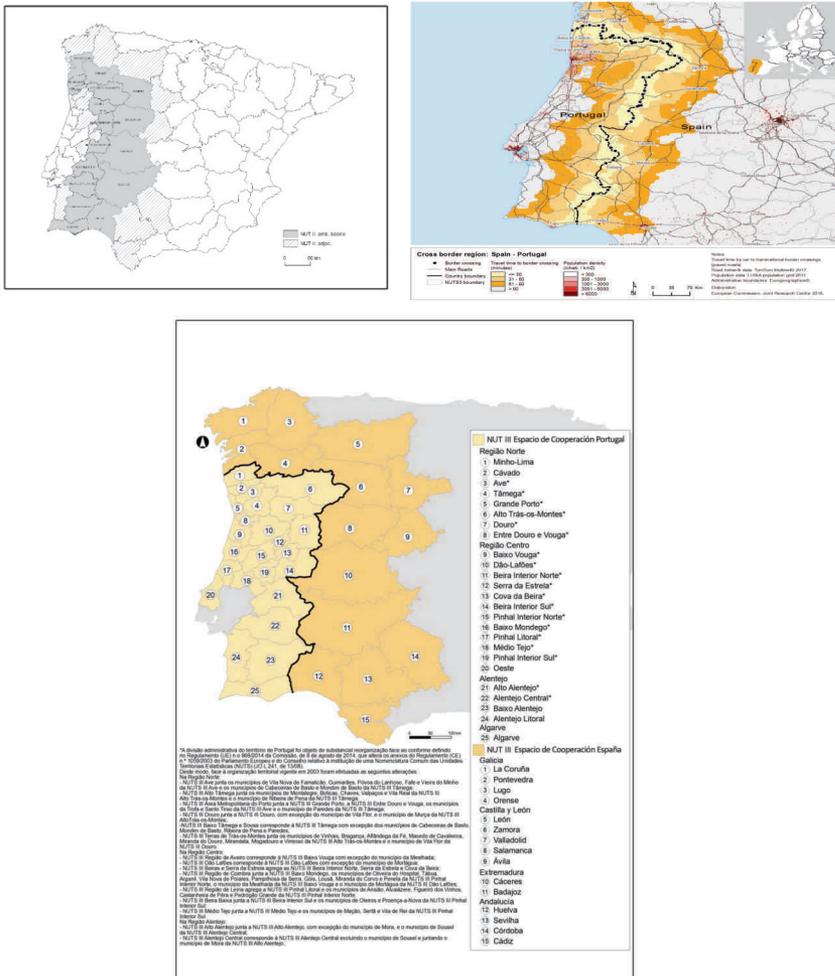


Figura 16 – Áreas de fronteira entre Portugal e Espanha e a cooperação transfronteiriça: a zona abrangida pelo Programa Interreg V-A Portugal Espanha (POCTEP). Fonte: POCTEP (2014-2020)

Desenvolvimento transfronteiriço assumida no âmbito da dimensão territorial do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT).

A primeira revisão do PNPOT¹⁹ contempla um ponto específico para o *desenvolvimento transfronteiriço*, enquadrado num dos cinco (5) grandes *Desafios Territoriais* enunciados: 1. Gerir os recursos naturais de forma sustentável; 2. Promover um sistema urbano policêntrico; 3. Promover a inclusão e valorizar a diversidade territorial²⁰; 4. Reforçar a conetividade interna e externa; 5. Promover a governança territorial.

O respetivo relatório refere o seguinte a propósito da necessidade de “promover o desenvolvimento transfronteiriço” (pag. 46):

Os impactos resultantes da ação conjugada dos fatores críticos de mudança emergentes, oportunamente identificados, far-se-ão sentir no espaço transfronteiriço. Este espaço está confrontado, independentemente do lado da fronteira, com alterações significativas do seu enquadramento de referência ao nível ambiental, demográfico, tecnológico, económico e social. Alterações cujas consequências, num cenário de ausência de ação, se aprofundarão inevitavelmente de forma agravada nestes territórios transfronteiriços.

O esbatimento do efeito de fronteira e o reforço das relações transfronteiriças, que historicamente constituíram os principais objetivos estratégicos da cooperação transfronteiriça europeia ainda que não tenham sido integralmente alcançados, mitigaram visivelmente as consequências adversas que decorrem desse efeito.

No futuro, o desafio com que as regiões de fronteira serão confrontadas será mais exigente e justifica uma maior ambição, focando -se sobretudo na promoção do desenvolvimento conjunto destes territórios. A promoção do desenvolvimento das áreas de fronteira precisa de ser prosseguida à escala adequada para cada uma das temáticas ou áreas de intervenção conjunta — macrorregiões europeias, regiões bilaterais NUTS II, cooperação intermunicipal entre

19. A primeira versão do PNPOT foi aprovada através da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, e a sua revisão, após aprovação pela Assembleia da República, foi vertida na Lei n.º 99/2019, 1.ª série, N.º 170, de 5 de setembro de 2019. São apontados como princípios de programação e execução enunciados do PNPOT (Artigo 2.º): A elaboração de estratégias, de programas e de planos territoriais ou com incidência territorial é condicionada pelo quadro de referência do PNPOT, nomeadamente os princípios da coesão territorial e da competitividade externa, os desafios e opções estratégicas e o modelo territorial constantes do relatório, bem como as medidas de política, os compromissos e as diretrizes constantes do programa de ação.

20. Destacam-se neste ponto três aspetos: 3.1. Aumentar a atratividade populacional, a inclusão social, e reforçar o acesso aos serviços de interesse geral; 3.2. Dinamizar os potenciais locais e regionais e o desenvolvimento rural face à dinâmica de globalização; 3.3. Promover o desenvolvimento transfronteiriço.

NUTS III e eixos interurbanos (Eurocidades). Impõe-se, por isso, um duplo salto qualitativo em matéria de políticas de cooperação transfronteiriça.

O comércio e os serviços são entendidos como uma componente estratégica na dinamização das atividades económicas dos núcleos urbanos, nas suas variadas dimensões, sendo, simultaneamente, um ativo muito relevante para a qualidade de vida dos residentes e para a atração de turistas e de não residentes. Neste contexto, a complementaridade entre os eixos interurbanos é determinante na criação de escala fundamental ao dinamismo empresarial e à afirmação de uma imagem distintiva dos territórios transfronteiriços.

Por um lado, será dada prioridade, visibilidade e notoriedade política à cooperação transfronteiriça para o desenvolvimento, a qual se deverá traduzir em estratégias, ações e iniciativas realmente transfronteiriças em que a ação comum e concertada entre os dois lados da fronteira produz resultados e efeitos positivos que de outra forma não seriam atingíveis, em matérias vitais para a sustentabilidade, integração e competitividade destas áreas.

Por outro, assistir-se-á ao alargamento do âmbito da cooperação transfronteiriça a novos domínios, como as estratégias de especialização inteligente conjuntas, a articulação entre a investigação científica, o ensino superior e as empresas, as novas tecnologias, a internacionalização, a preservação e valorização dos recursos comuns, a gestão e regeneração urbana, os serviços de proximidade, os transportes e a educação, entre outros.

Ao ser incluída num dos instrumentos orientadores do ordenamento do território e que irá balizar a definição estratégica das políticas públicas a questão transfronteiriça não só é reconhecida no plano doméstico como passa a fazer parte da equação e das abordagens destinadas a promover a coesão territorial.

Perspetivas para a cooperação transfronteiriça e as áreas de fronteira no limiar dum novo ciclo de políticas públicas (2021-2027).

As políticas públicas europeias e nacionais vão entrar num novo ciclo marcado pela recessão e incerteza, que a pandemia apenas veio aprofundar, que tem como consequências mais evidentes o aumento das desigualdades sociais e territoriais. É neste cenário, pouco favorável às áreas de fronteira, que se deve enquadrar o Plano de Recuperação e Resiliência, preparado pelo governo para vigorar entre 2021 e 2027 e

recentemente aprovado pela Comissão Europeia, onde se pretendem acomodar algumas agendas importantes como são as relativas às mudanças climáticas, à crise energética e, agora, as que decorrem das pandemias.

A “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” constitui um documento que enquadra as opções e prioridades que devem nortear a recuperação dos efeitos económicos adversos causados pela a atual pandemia. Esta visão estratégica, que serviu de base ao Plano de Recuperação e Resiliência, constitui a referência para o desenvolvimento do país num contexto pós-Covid19 assente nos seguintes pilares:

(i) uma Rede de Infraestruturas Indispensáveis, (ii) a Qualificação da População, a Aceleração da Transição Digital, as Infraestruturas Digitais, a Ciência e Tecnologia, (iii) o Setor da Saúde e o Futuro, (iv) Estado Social, (v) a Reindustrialização do País, (vi) a Reconversão Industrial, (vii) a Transição Energética e Eletrificação da Economia, (viii) a Coesão do Território, Agricultura e Floresta, (ix) um Novo Paradigma para as Cidades e a Mobilidade e (x) Cultura, Serviços, Turismo e Comércio²¹

O aprofundamento da cooperação transfronteiriça no novo ciclo de programação passa por continuar a concretizar iniciativas que concorram para “facilitar a vida das pessoas” e esbater “o efeito fronteira e aos seus custos”, o isolamento e a tendência demográfica bastante negativa. Estas preocupações dominaram a Cimeira Luso-Espanhola, realizada na Guarda, a 10 de outubro de 2020, onde se abordou a gestão comum da fronteira ibérica no contexto da gravíssima e excepcional situação sanitária provocada pela Covid-19. O compromisso renovado entre ambos os países, que ficou plasmado na Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT), aprovada nesta Cimeira, aposta no reforço da coesão territorial para o interior em geral e as áreas de fronteira em particular.

Os desafios demográficos e a luta contra o despovoamento continua a ser um dos grandes desafios após trinta anos de políticas europeias e dos apoios a ações e iniciativas, dos dois lados da fronteira, proporcionados pelas deferentes gerações de Programas Operacionais de Cooperação Territorial de Espanha e Portugal (POCTEP - Interreg). É

21. <https://www.portugal.gov.pt/pt/>

verdade que sucessivos programas conseguiram tecer redes de cooperação estreitamente comprometidas com as áreas limítrofes e apoiar projetos de indiscutível impacto. Contudo, espera-se que a Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço (ECDT), apresentado a 10 de outubro, numa Cimeira Luso-Espanhola, que teve lugar na cidade da Guarda, tenha efeitos mais consequentes. A ECDT aponta como eixos estratégicos de atuação para estruturar o próximo Programa de Cooperação Transfronteiriço as cinco seguintes coordenadas de intervenção:

- *Mobilidade transfronteiriça e redução dos custos de contexto* - centrada na mobilidade dos trabalhadores destas zonas, tornando a fronteira um fator de união e não de separação. A título de exemplo, vai ser criada a figura do trabalhador transfronteiriço, para que a circulação destes cidadãos seja facilitada.

- *Melhoria das infraestruturas e da conectividade territorial* - que inclui não só o investimento no fecho de redes rodoviárias e ferroviárias nestes territórios, mas também um investimento na banda larga.

- *Coordenação de serviços básicos, como a saúde, educação, serviços sociais e proteção civil* - para potenciar a partilha de serviços novos ou já existentes, de forma a melhor servir os cidadãos de ambos os países. A ECDT prevê, por exemplo, o 112 transfronteiriço, que vai permitir ao utente acesso aos serviços de emergência mais próximos, sejam eles portugueses ou espanhóis.

- *Desenvolvimento económico e inovação territorial* - para permitir a atração de novas empresas e investimentos para estes territórios, através de projetos comuns inovadores entre os dois países, como na agroindústria, no setor agroflorestal e ao nível das energias renováveis.

- *Ambiente, energia, centros urbanos e cultura* – para dar continuidade à gestão conjunta de áreas transfronteiriças classificadas, estimular mais programas culturais partilhados e projetos turísticos de natureza.

AS VELHAS E AS NOVAS FRONTEIRAS: DIFERENTES CONTEXTOS, PROBLEMAS SIMILARES

A análise comparativa entre as duas áreas de fronteira que foram objeto do presente ensaio implica ter certas referências, a começar pela

escala porque, desde logo, a dimensão é uma questão relevante e o tamanho territorial é um aspeto que conta. A par da dimensão importa considerar o contexto geográfico, além do processo histórico, dos aspetos sócio-económicos, culturais e políticos, pertinentes para se compreender o contexto geopolítico onde se enquadra o troço de fronteira em apreço.

A demografia das duas faixas de fronteira é valorizada nesta breve síntese, seja a variação e densidade populacional quanto os fluxos migratórios. São igualmente tidos em consideração a organização do território, particularmente a rede urbana, a dinâmica sócioeconómica e as políticas públicas, orientadas para os espaços fronteiriços, particularmente as que se relacionam com a cooperação transfronteiriça.

O Quadro 4 que sintetiza a comparação entre as duas fronteiras, além de evidenciar as diferenças mais marcantes permite constatar, ao mesmo tempo, que tanto uma como a outra, apesar de uma ser muito mais antiga que a outra, não deixam de ter alguns traços em comum. A distância, seja geográfica, económica ou social, é a que marca a maior rutura das áreas consideradas relativamente às mais dinâmicas dos dois países. Os traços gerais que melhor definem e diferenciam os perfis de cada uma das regiões em causa são os que se passam a comentar.

Localização: enquadramento; contexto

Os territórios fronteiriços do Centro de Portugal e do Brasil Sul expressam múltiplas diferenças onde sobressaem dois aspetos incontornáveis: o contexto onde se localizam (Hemisfério Norte, Europa e Península Ibérica; Hemisfério Sul, América do Sul e Cone Sul) e a dimensão, variáveis que colocam, antes de mais, dificuldade de comparação, tanto a nível nacional como entre as duas regiões. Enquanto o Brasil, pela sua dimensão territorial, tem 11 estados que fazem fronteira com diferentes países da América Latina, a fronteira portuguesa, embora relativamente extensa (1234 Km), separa o país dum único Estado (Espanha). O próprio conceito de área de fronteira é igualmente distinto: com contornos territoriais mais fluido no caso português, tem a peculiaridade, no longo território brasileiro, de corresponder a uma faixa bem delimitada, de 150 Km, para o interior do território a partir dessa linha que corresponde ao limite oficial.

Fronteira: temporalidades e processos de integração

Estamos perante “a mais antiga fronteira do mundo”, no caso português, definida no século XII, enquanto a fronteira brasileira só conheceu os seus contornos mais precisos no século XIX. A “idade” é, pois, um outro elemento chave para comparar e compreender determinados sinais mais intangíveis e distintivos entre a “velha” e a “nova” fronteira. Esta, mais recente, como a generalidade das fronteiras, é o resultado dum tenso e conflituoso processo de expansão colonial protagonizado, precisamente, pelos países que ergueram o velho limite de separação na Península Ibérica: Portugal e Espanha. Estas temporalidades e a consequente diferença de “espessura temporal” proporcionou condições fronteiriças específicas em cada caso que acabaram inscrita nas paisagens envolventes. A sedimentação destes impressionantes sinais físicos e humanos foram aprofundados nas últimas décadas pelos efeitos de acelerados processos de integração económica, que se aprofundou com a dita globalização e, muito particularmente, com a adesão de Portugal e da Espanha à CEE – EU (1986) e, no caso do Brasil, com a criação do MERCOSUL.

Características geográficas

As características e as condições geográficas são tão distintas na Região Centro e no Rio Grande do Sul quanto diversos são os contextos naturais e humanos que rodeiam as respetivas regiões adjacentes à fronteira. A diversidade paisagística é enorme entre o rio Douro e o Tejo encontramos o planalto da Meseta Central, entrecortado por serras (Marçate, Gardunha), e a planície (Campo de Castelo Branco e campina da Idanha) que anuncia o Portugal do Sul. Do outro lado, a Pampa revela-se mais monotona deixando sobressair as colinas para ondular as extensas pradarias. Em ambos os casos não deixamos de estar perante uma geografia adversa, onde encontramos débeis condições naturais, económicas e sociais que a localização periférica e o isolamento ajudaram a vincar. Este quadro, relativamente comum à maioria das regiões fronteiriças, embora ajude a explicar porque as áreas adjacentes à fronteira continuam a ser, na generalidade dos países, margens no sentido mais amplo do termo, não significa que não encerrem potencialidades e que tais fragilidades sejam necessariamente uma fatalidade.

População e território

A dimensão conta e constitui um importante elemento diferenciador das duas realidades em apreço: a região fronteira entre a Região Centro de Portugal e a Espanha, com apenas 10.920 Km² e 294.108 habitantes é bem mais pequena que a região equivalente do Rio Grande do Sul, com o dobro da área de Portugal e onde residem 3.246.139 pessoas. No conjunto dos 11 estados do Brasil com regiões de fronteira, estas ocupam 24,6% da superfície total do país, abrigando 4,6% do total da população brasileira (10.310.238 habitante, sensivelmente a população de Portugal). A demografia é ainda um dos indicadores que melhor traduz diferentes dinâmicas económica e sociais que se registam nos territórios fronteiriços em análise. As regiões fronteiriças que estamos a analisar correspondem a espaços marcados pela baixa densidade demográfica, tendência pesada e estruturante que, sendo correlativa da continuada evolução negativa de população, é sinónimo dum progressivo despovoamento.

Organização do espaço: povoamento, rede urbana e rede viária

A fronteira gera, por si mesma, dinâmicas particulares que se manifestam em práticas cotidianas tanto dos habitantes locais como dos que a ela afluem, de cidades próximas ou mais distantes, por causa do comércio, formal e informal, que aí se pratica. O abastecimento da população uruguaia é em grande parte feito pelo comércio em cidades brasileiras fronteiriças, em freeshopping localizadas em cidades como Livramento, Rio Branco ou Chui, geradores dum significativo movimento e mobilidade intensa da população. São Cidades Gémeas, de que existem vários exemplos (p. ex. Quaraí – Artigas, etc.), equivalentes às Eurocidades europeias que têm como equivalente Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro. Partilham uma vida comum baseada na atividade comercial, que se estende aos serviços e ao lazer e, mesmo, através de laços de família. São lugares com forte centralidade e que acabam por ter um papel importante na organização do espaço fronteiro. Em qualquer dos casos não deixamos de estar em regiões predominantemente rurais, caracterizados em Portugal pela presença de muitas aldeias, pouco urbanizadas, com uma rede urbana pouco densa, formada por cidades de pequena e média dimensão. É de assinalar que são regiões de atravessamento, articuladas por eixos viários que asseguram a ligação ao estrangeiro, de Portugal com a Espanha e a Europa, e com o Uruguai e a Argentina no caso do Brasil.

Dinâmica econômica e social

As duas áreas de fronteira apresentam perfis em termos econômicos, sociais e culturais bastante distintas. Na região portuguesa prevalece uma população relativamente homogênea, embora o Centro Interior de Portugal seja fértil em testemunhos e heranças da passagem de outros povos (Romanos, Árabes, Judeus...). No caso brasileiro, em sua fronteira sul (RS), a herança da colonização portuguesa e espanhola, a que se seguiu uma expressiva imigração, sobretudo italiana e alemã, a par dum afluxo de africanos, acabou por gerar tensões e conflitos, que persistem, designadamente com a população indígena. A importância da agricultura foi sempre assinalável embora se confrontem distintos modos de organização produtiva: no caso português prevalece a pequena propriedade e o domínio da agricultura familiar (agricultura de subsistência), que se encontra num acelerado processo de mudança; no caso da fronteira no Rio Grande do Sul prevalece o latifúndio e o recurso ao trabalho escravo (até 1888), posteriormente assalariado, para explorar a pecuária e a agricultura comercial orientada para a exportação. Sem alternativas, a região continua vinculada à agricultura em grande escala ou a silvicultura, sem alterações na posse e distribuição da terra e na pouca dinamização da economia local, uma vez que a produção é predominantemente associada a grande propriedade, vinculada a produtos de exportação (carne e grãos). A renda da população local provém do trabalho assalariado (trabalhador do campo) que, é historicamente precária, uma média de 2 salários mínimos (R\$ 2000,00 ou em torno de 400 euros), do assalariado vinculado aos serviços urbanos e servidores públicos de diferentes níveis administrativos. Esta matriz econômica histórica baseada na pecuária está em mudança e a ser substituída por uma agricultura baseada na soja e na silvicultura. A crise do setor, que não foi compensada pela expansão verificada no setor dos serviços nem pela incipiente industrialização, depois da passagem das frentes pioneira que acompanharam os processos de colonização interna, esteve na origem, em ambos os casos, do forte êxodo rural que se fez sentir, motivado pela atração urbana. Este processo, no caso da área fronteiriça portuguesa, veio expor problemas estruturais, motivou uma fortíssima emigração que apenas veio precipitar a ausência, o isolamento e o enorme despovoamento que se tem vindo a instalar. A origem populacional e econômica daquela nova fronteira no sul do Brasil, causa histórica das lutas

pelo território, expressa uma herança latifundiária e pastoril que se traduz, igualmente, numa diminuição da população e numa dispersão urbana onde predominam as pequenas cidades. O sul, distante dos centros de poder, estadual e nacional, apresenta-se no cenário nacional e regional como uma região pobre e distante.

Políticas públicas

Uma diferença substantiva entre as regiões fronteira da península ibérica e do sul do Brasil reside na ênfase que a Europa colocou na promoção de estratégia, programas e projetos para o ordenamento do território, a coesão do território e, muito em particular, a dinamização da cooperação transfronteira. O interior da Região Centro de Portugal beneficiou consideravelmente de políticas públicas específicas, promovidas e apoiadas pela União Europeia (UE) destinadas a discriminar positivamente as áreas fronteiriças, o Interreg, atual Programa de Cooperação Territorial Europeia (CTE). Importa sublinhar os vários Programas de Cooperação Transfronteira Portugal - Espanha (POCTEP), promovidos neste âmbito, que tiveram início nos anos 90 - INTERREG I (1990-1993), INTERREG II (1994-1999), INTERREG III (2000-2006), INTERREG IV (2007-2013) e INTERREG V (2014-2020) –, responsáveis por melhorarem consideravelmente as condições de vida a nível local. Entre outras iniciativas apoiadas, além das infraestruturas básicas e de vários tipos de equipamento apoiados, importa destacar os apoios à preservação do património natural, ordenamento do território, desenvolvimento económico local e valorização património cultural. As fronteiras Brasil – Uruguai objeto do presente estudo distingue-se também neste particular por não ter sido promovida uma abordagem similar. Neste caso, as diferentes políticas públicas nacionais e estaduais para as áreas de fronteira foram de baixa intensidade (ordenamento territorial, etc.), mais precárias e menos estruturadas. As políticas de gestão oriundas do estado, não conseguiram dinamizar a região, nem os projetos de conversão económica vinculados às políticas nacionais para a Metade Sul tiveram grandes avanços. A constituição do MERCOSUL, da mesma forma, não trouxe os benefícios esperados, acabando por as tornar mais um lugar de passagem de mercadorias vindas das áreas mais centrais. Esta síntese comparativa é expressa, no Quadro 5.

Quadro 5 – Velhas e novas fronteiras: breve esboço comparativo entre a fronteira Sul do Brasil (Rio Grande do Sul – Uruguai) e a Raia de Portugal entre a Região Centro e Castylla y León

Elementos de comparação	Região Centro (PT) e Castylla y León (SP)	Rio Grande do Sul – Uruguai
. Localização: enquadramento; contexto	. Hemisfério Norte . Europa/ Península Ibérica	. Hemisfério Sul . América do Sul/ Cone sul
. Fronteira: temporalidades e processos de integração	. A mais antiga fronteira do mundo, definida no século XII. . A espessura da condição fronteiriça inscreveu uma fortíssima marca física e intangível no território . Integração económica aprofunda-se com a adesão à CEE – EU (1986).	. Delimitação concretizada no século XIX. . Forte marca no território envolvente . Integração económica com a criação do MERCOSUL.
. Características geográficas	. Meseta Central a norte (planalto, entrecortado por serras (Marçata, Gardunha). . Planície a sul (Campo de Castelo Branco e campina da Idanha) . Diversidade paisagística	. Pampa: colinas e pradarias
População e território		
. Superfície: área de fronteira/ total (%)	Portugal = 59,1 R. Centro = 38,7	Brasil = 26,6 R. G. Sul = 61,6
. População (País – Região)		
. Nº de habitantes em áreas de fronteira	294.108	3.246.139
. A residir áreas de fronteira/ Total (%)	Portugal = 17,6 R. Centro = 13,3	Brasil = 5,4 R. G. Sul = 30,4
. Densidade demográfica (Hab./ km ²)		
. Global	Portugal = 109,8 R. Centro = 78,6	Brasil = 22,4 R. G. Sul = 38,0
. Área de fronteira	Portugal = 32,6 R. Centro = 26,9	Brasil = 4,6 R. G. Sul = 18,7
. Organização do espaço: povoamento, rede urbana e rede viária	. Predomínio do universo rural (aldeias) . Rede urbana pouco densa, formada por cidades de pequenas e média dimensão (aprox. 30.000 hab.), articulada por eixos viários que fazem, também, a ligação de Portugal com a Espanha e a Europa. . Eurocidades (Vilar Formoso – Fuentes de Oñoro)	. Predominam cidades de pequena e média dimensão . Eixo de circulação Brasil, Uruguai e Argentina. . Cidades Gêmeas (p. ex. Quaraí – Artigas, Livramento – Rivera)
. Dinâmica económica e social	. População relativamente homogénea onde se detetam testemunhos e heranças da passagem de outros povos (Romanos, Árabes, Judeus...) . Êxodo rural e atração urbana; forte emigração . Pequena propriedade, predomínio de agricultura familiar (agricultura de subsistência) em mudança acelerada . Expressão do setor dos serviços	. Herança da colonização portuguesa, espanhola, afrodescendentes, etc.; populações em conflitos com (índigenas, populações originárias) . Êxodo rural e atração urbana. . Latifúndio; trabalho escravo (até 1888) e posteriormente assalariado. . Pecuária, agricultura comercial (exportação). Mudança na matriz económica histórica, baseada na pecuária, pela substituição agrícola, arroz, soja e silvicultura.
. Políticas públicas	. Políticas específicas de discriminação positiva das áreas fronteiriças promovidas e apoiadas pela União Europeia (UE). . Programa de Cooperação Transfronteiriça (Interreg) iniciado no início dos anos 90 (Atualmente POCTEP). Entre outras iniciativas apoia a preservação do património natural, o ordenamento territorial fronteiriço, o desenvolvimento económico local, valorização património cultural.	. Políticas de fraca intensidade no ordenamento territorial. Acordos bilaterais no âmbito do MERCOSUL.

As duas fronteiras, além de espacialmente distantes e se mostrarem dispares se atendermos aos perfis que se acabaram de traçar, resultam de formações temporais e de construções sócio-territoriais específicas que denunciam tanto as geografias distintas que as moldaram como a evidência de diferenças e similitudes com graduações e cambiantes diversas. As perspectivas de movimento no tempo-espaço são igualmente tão diversas quanto as ações políticas, as estratégias de desenvolvimento econômico, os processos de ordenamentos ou os caminhos preconizados para diminuir os vazios populacionais, dinâmicas que não isentas de contradição nem de expressar modos distintos de participação das comunidades e de exercício do poder político em cada uma das áreas analisadas.

As possibilidades de permanência que decorrem dos vínculos fortes entre os países, regiões e lugares fronteiriços tanto se expressam através das práticas cotidianas dos seus habitantes como de significativas ausências. Uma parcela dessas fronteiras, qual terceira margem, mantém e prolonga vivência pois a fronteira se impõe como divisória e linha de separação é a mesma que exerce um forte apelo para a aproximação entre os habitantes que com ela convivem cotidianamente, continuando a exercer um certo fascínio pelo risco que advém da transgressão que lhe é inerente, motivo de fluxos e tráficos, quer formais quanto informais.

BIBLIOGRAFIA

Fronteira: algumas considerações em torno do conceito

ANCEL, Jacques (1938). **Geographie des frontieres**. Paris, Gallimard.

RAFFESTIN, C.; GUICHONNET P. (1974). **Géographie des frontières**. PUF, Colletion SUP, Le Geographe, Paris.

HAESBAERT, R. (2016), Reflexões sobre múltiplas fronteiras no Brasil: da fronteira capitalista “gaúcha” às fronteiras ilegais nos espaços favelados. CEI, Guarda, **Coleção Iberografias**, Nº 31, pp. 457-475.

Haesbaert, R. (2004; 2010). **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Bertrand, Rio de Janeiro.

Abdala Junior, Benjamim (2002). **Fronteiras múltiplas, identidades plurais**. Um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural. S. Paulo, Senac.

Mia Couto (2019). **O Universo num grão de areia**. Conferências “Fronteiras do

Pensamento”, Porto Alegre, 2012, a que deu o título “Repensar o pensamento redesenhando fronteiras”.

CORTÉS, FERNANDO C. (1990). **Guerra e pressão militar nas terras de fronteira (1640-1668)**. Lisboa, Livros Horizonte.

GUICHONNET, P. ; RAFFESTIN, C. (1974). **Géographie des frontières**. Paris, PUF.

RAFFESTIN, CLAUDE (1993). Autour de la fonction sociale de la frontière. **Espaces et Sociétés**, n° 70/71, pp. 157-164.

URIARTE, LUIS M. (1994). **La Coabsera: cultura de fronteras y fronteras culturales en la Raya Luso-Extremeña**. Mérida, Asamblea de Extremadura.

CORDEIRO CRISTINA ROBALO ; JACINTO RUI (Coord.; 2020). **Geografias & Poéticas da Fronteira. Leituras do Território**. CEI, Guarda, Coleção Iberografias Nº 39.

Espaços fronteiriços: Brasil

ARQUIVO NACIONAL, BIBLIOTECA NACIONAL. Biaggi, E.de. **Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira**. Os mapas como um meio de delimitar o território.2015 <https://journals.openedition.org/terrabilis/1094>

ARQUIVO NACIONAL, BIBLIOTECA NACIONAL E BIAGGI, E. de. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira. Os mapas como um meio de delimitar o território.2015

<https://journals.openedition.org/terrabilis/1094>

CONCEPÇÃO GERAL DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA DA METADE SUL DO RIO GRANDE DO SUL: 55 <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29105026-metade-sul-1998.pdf>.p 1195

FEE.RS/BR.<http://carta.fee.tche.br/article/comercio-rs-mercosul-historico-entraves-e-tendencias/>

GOVERNO do ESTADO do RS/BR. <https://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/29105026-metade-sul-1998.pdf>

GOVERNO DO ESTADO DO RS.SECRETARIA DO PLANEJAMENTO,GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA . RS 2030: Agenda de Desenvolvimento Territorial. Tendências Regionais: PIB demografia e PIB per capita. Porto Alegre, dezembro de 2014: 20.

IBGE.<https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/>

construcao-do-territorio/territorio-legalizado-os-tratados.html

IBGE.<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/24073-municipios-da-faixa-de-fronteira.html?=&t=sobre>

IBGE.[https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28009-ibge-divulga-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira?](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28009-ibge-divulga-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira?fbclid=iwar3tyrswoy6ld7mpcvnj0ldixyttqbombzcsxaum_23gphffs-be-wffgpi)

[fbclid=iwar3tyrswoy6ld7mpcvnj0ldixyttqbombzcsxaum_23gphffs-be-wffgpi](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28009-ibge-divulga-relacao-dos-municipios-na-faixa-de-fronteira?fbclid=iwar3tyrswoy6ld7mpcvnj0ldixyttqbombzcsxaum_23gphffs-be-wffgpi)

MÉLO, J.B. DE. Fronteiras: da linha imaginária ao campo de conflitos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 126-146

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES. **Brasil 500 Anos de Povoamento**. Rio de Janeiro 2007.

PUCCI, ADRIANO SILVA (2010). O Estatuto da Fronteira Brasil - Uruguai: 1.ed. Brasília: FUNAG, 2010. (Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2010) - PUCCI, A.S. Estatuto da Fronteira Brasil – Uruguai)

ROBERTO CAMPOS MORAES. Metade Sul x Metade Norte: Uma Comparação a partir de Dados Municipais do Rio Grande do Sul..p. 5 (s/d) <https://www.fee.rs.gov.br/3eeg/Artigos/m23t05.pdf>. Acesso em 03/04/2020

SEBRAE.RS. **Perfil das cidades gaúchas**.2019.

SUERTEGARAY,D.M.A. (1998). A incorporação da natureza ao território: o exemplo do município de Quaraí. In Suertegaray,D.M.A. **Deserto Grande do Sul** controvérsia.Ed.2.rev.amp. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.p.109.

CARLOS G. ZÁRATE B ET AL. **Espacios Urbanos y Sociedades transfronterizas en la Amazonia**. Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia © Instituto Amazónico de investigaciones Imani. Primera edición Leticia - Amazonas - Colombia. 2012. p.279

Espaços fronteiriços: Portugal

NUNES,ADÉLIA (2008). Abandono do espaço agrícola na Beira Transmontana. CEI, Guarda, 2011. **Coleção Iberografias**, Vol. nº 13.

PINTADO ANTÓNIO e BARRENECHEA EDUARDO (1974).A raia de Portugal, a fronteira do subdesenvolvimento. **Afrontamento**, pp. 179-189.

DE MAGALHÃES BASTO, ARTUR (1923) – A fronteira hispano-portuguesa (ensaio

de geografia política). **O Instituto: revista científica e literária**, Coimbra, vol. 70.º, 1923, pp. 57-225.

CABERO DIÉGUEZ, VALENTÍN; GUTIÉRREZ, JUAN I. P. (1987). "El sector fronterizo de Salamanca y Zamora com Portugal. Tradición y modernización". **Encuentros Encontros de Ajuda, Acta, Ponencias y Comunicaciones, Badajoz, Diputación**, pp. 246-277.

CABERO, VALENTÍN e JACINTO, RUI (2020).La vieja frontera ante los nuevos desafíos de la cooperación territorial: la demanda de un futuro de esperanza para la Raya Ibérica. In Cristina Robalo Cordeiro; Rui Jacinto (Coord.).*Geografias & Poéticas da Fronteira. Leituras do Território*. CEI, Guarda, Coleção **Iberografias N° 39**, pp.: 91-129.

SALVADO, PEDRO e JACINTO, RUI. (2020) Fragmentos de uma Raia Inacabada: narrativas dum certo imaginário Beirão. In Cristina Robalo Cordeiro; Rui Jacinto (Coord.) - *Geografias & Poéticas da Fronteira. Leituras do Território*. CEI, Guarda, **Coleção Iberografias N° 39**, pp.: 133-188.

CAMPESINO FERNÁNDEZ, ANTONIO J. (1987). "La frontera como factor geográfico:situación actual de la investigación peninsular". **Encuentros/Encontros de Ajuda, Acta, Ponencias y Comunicaciones, Badajoz, Diputación**, pp. 207-224.

CARLOS ALBERTO MARQUES (1936; 1995). **A bacia hidrográfica do Côa seguido de algumas notas etnográficas de Riba Côa**. Lisboa, Assírio & Alvim.

CAVACO, CARMINDA (1973).**A região de fronteira do Rio Minho**, CEG, Lisboa.

CAVACO, CARMINDA (1996). "Planificação transfronteiriça e desenvolvimento regional e local, In Campesino Fernández António; Berardo Cármen Velasco (Coords.), Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitário (Actas, ponencias y comunicaciones, **VII Colóquio Ibérico de Geografia**), *Universidad de Extremadura*, Cáceres.

CAVACO, CARMINDA (Coord.; 1995). **As Regiões de Fronteira. Inovação e Desenvolvimento na Perspectiva do Mercado Único Europeu**, CEG, Universidade de Lisboa, EDU, n° 43, Lisboa.

MARQUES DA COSTA, EDUARDA (2000).Cidades médias e ordenamento do território. O caso da Beira Interior. **Dissertação de Doutoramento em Planeamento Regional e Local**. CEG, Universidade de Lisboa.

MEDEIROS, EDUARDO (2011). Efeito Barreira e Cooperação Transfronteiriça na Raia Ibérica. Impactes Territoriais do **INTERREG-A**. CEI, Guarda, 2011. Coleção Iberografias, Vol. n° 18.

GASPAR, JORGE (1987). A fronteira como factor geográfico. **Encuentros/ Encuentros de Ajuda, Acta, Ponencias y Comunicaciones**. Badajoz, Diputación, pp. 225-234.

GASPAR, JORGE (1996). Planeamento transfronteiriço e desenvolvimento regional do sudoeste comunitário. In Campesino Fernández, António ; Berardo, Cármen Velasco (Coords.), **Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitário** (Actas, ponencias y comunicaciones, *VII Colóquio Ibérico de Geografía*), Universidad de Extremadura, Cáceres.

LEMA, PAULA BORDALO (1983). A fronteira como factor geográfico. Problemas da área fronteiriça entre Portugal e Espanha, in III **Colóquio Ibérico de Geografía**, Barcelona.

TRIGAL, LORENZO LOPEZ (1996). Estado de la planificación transfronteiriça en España. In António Campesino Fernández; Cármen Velasco Berardo (Coords.), Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitário (Actas, ponencias y comunicaciones, **VII Colóquio Ibérico de Geografía**), Universidad de Extremadura, Cáceres.

FERREIRA, MARIA JÚLIA (1998). As regiões fronteiriças portuguesas. Potencialidades de desenvolvimento no actual contexto de internacionalização. **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, n.º 11, Lisboa, Edições Colibri, 1998, pp. 337-353.

MARTINS, RUI CUNHA (2008). **O Método da Fronteira. Radiografia Histórica de um Dispositivo Contemporâneo (Matrizes Ibéricas e Americanas)**. Coimbra: Almedina, 2008.

MARTINS, RUI CUNHA; ANDRÉ, JOSÉ MARIA (Coord.; 2017). Fronteiras. **Revista de História das Ideias**, Vol. 35, 2ª Série, 2017. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.

RIBEIRO, ORLANDO (1987). **A formação de Portugal**. ICLP, Lisboa.

PATRÍCIO, M. C. (2002). **Espaços de Identidade e Percepção em Áreas de Fronteira** (O Caso de Trás-os-Montes). FLUL, Lisboa.

LEMA, PAULA BORDALO (1978). Tourém, uma aldeia raiana do Barroso. **Chorographia**, CEG, Lisboa.

GOMES, RITA COSTA (1996). **Castelos da Raia**. Vol. I Beira. IPPAR, Lisboa.

JACINTO, RUI (1993). **O desenvolvimento urbano das áreas de fronteira: estrangulamentos e perspectivas face a novas centralidades**. "Cooperação transfronteiriça e Ordenamento do Território". MPAT, Lisboa.

JACINTO,RUI(1995). Perspetivas de cooperação transfronteiriça a partir dos Programas Comunitários e a administração portuguesa: desenvolvimento da fronteira hispano-portuguesa e cooperação transfronteiriça. in *La Cooperación de Castilla y León com Portugal. Relaciones Transfronterizas, Actas das Jornadas sobre Relaciones Transfronterizas*, Cortes de Castilla y León, Valladolid, pp. 48-80. Reublicado com o título “As regiões portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça”. **Cadernos de Geografia**, FLUC, Nº 14, 1995, pp. 37-54.

JACINTO,RUI (1996).As regiões de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça. In Campesino Fernández António,; Berardo, Carmen Velasco (Coords.), Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitario (Actas, ponencias y comunicaciones, **VII Colóquio Ibérico de Geografia**, Universidad de Extremadura, Cáceres, pp: 511-521.

JACINTO,RUI (2004). Entre margens e fronteiras: para uma geografia das ausências e das identidades raianas. **Iberografias**, CEI - Campo das Letras, nº 4.

JACINTO,RUI (2006) Raia Central, espaço de cooperação: esbater fronteiras, integrar territórios, recentrar periferias. O Interior raiano do Centro de Portugal: outras fronteiras, novos intercâmbios in Jacinto, Rui; Bento, Virgílio; Coord. e apresentação. **Iberografias**, CEI - Campo das Letras, nº 8, pp. 417-442.

JACINTO,RUI(2008).Imagem e exclusão territorial: transversalidades, uma cartografia da ausência e da memória transfronteiriça. In Jacinto, Rui (Coord.; 2008), **Transversalidades: territórios, diálogos e itinerários ibéricos**, CEI, Guarda, 2008, pp. 8-12.

JACINTO,RUI(2014). Espaços de fronteira, territórios de esperança: esbater fronteiras, promover a coesão territorial. in Jacinto, Rui (Coord.; 2014) - Espaços de fronteira, territórios de esperança. Das vulnerabilidades às dinâmicas de desenvolvimento. CEI, Guarda, **Coleção Iberografias**, Vol. nº 27, pp.: 7-17.

JACINTO.RUI (2015) Calcanhar do mundo: da geografia das ausências à geografia da esperança. In Praça Velha, **Revista Cultural da cidade da Guarda**, CM Guarda, Ano XVII, Nº 35, 1ª série, novembro 2015, pp. 243-260.

JACINTO,RUI;CABERO,VALENTIN (2018). Andanças e reflexões transfronteiriças: Roteiro Miguel de Unamuno – Eduardo Lourenço. Lisboa, Ancora – CEI, **Coleção Iberografias** Nº 34 ,177 pags.

CARAMELO, SERGIO (2007).União Europeia, Fronteira e Território. CEI, Guarda, 2011. **Coleção Iberografias**, Vol. nº 11.

PEREIRA, TERESA ALVES (1985). O sector agrícola no sistema capitalista. Análise de

algumas forma de integração. **Dissertação de Doutoramento**. CEG, Universidade de Lisboa.

CABERO DIÉGUEZ, VALENTIN (1996). Medelos de getión y ordenación de los espacios naturales: ejemplos fronteirizos. In António Campesino Fernández; Cármen Velasco Berardo (Coords.), Portugal-España: ordenación territorial del suroeste comunitário (Actas, ponencias y comunicaciones, **VII Colóquio Ibérico de Geografia**), **Universidad de Extremadura**, Cáceres.

TABORDA,VIRGÍLIO (1932). **Alto Trás-os-Montes**, Coimbra.

Políticas Publicas: Europa, Portugal-Espanha, Região

CABERO,VALENTÍN;SANTOS,PAULO; JACINTO,RUI ET AL. (1994) **Contributo para a definição de uma estratégia de intervenção de iniciativas comuns**. Salamanca, Diputación de Salamanca y Departamento de Geografía.

CEDRU(2001).**Diagnóstico prospetivo da cooperação inter-regional no território de fronteira**. CCDRC, Coimbra.

DGDR(1989).**Programa operacional de desenvolvimento das regiões fronteiriças de Portugal e Espanha**. MPAT/DGDR, Lisboa.

HOLOHAN, WANDA DRESSLER (1993) **La politique européenne de coopération transfrontalière et les modalités de son application dans le cadre français"**.

LÓPEZ,F.SANCHEZ,CABERO,VALENTÍN(1994).**La frontera Hispano-Portuguesa en el marco de Ia nueva Europa**: Ia región fronteriza de Salamanca, Ed Junta de Castilla y León, Salamanca.

POCTEP 2014-2020 (2014). Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020. **Documento de Trabalho para a programação 2014-2020: ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA, SOCIAL E AMBIENTAL DA ZONA TRANSFRONTEIRIÇA DE ESPANHA E PORTUGAL** (7 de abril de 2014)

POCTEP 2014-2020 (2015). Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2014-2020. Versão Final: **INTERREG V-A ESPANHA-PORTUGAL** (POCTEP) (13 de janeiro de 2015)

PROGRAMA NACIONAL DA POLÍTICA DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO (PNPOT), aprovado pela Assembleia da República e publicado no **Diário da República** (Lei n.º 99/2019, 1.ª série, N.º 170, de 5 de setembro de 2019), corresponde à primeira revisão do referido Programa, aprovado através da Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, que aquela irá revogar.

RATTI, REMIGIO e REICHMAN, SHALOM (eds.) (1993). **Theory and practice of transborder cooperation**. Basel, Helbing & Lichtenhahn.

SANCHEZ LÓPEZ, FRANCISCO (ed. 1993). Frontera y desarrollo - el programa transfronterizo de España y Portugal. Salamanca, IRNA.

TRIGAL, LORENZO LÓPEZ (1995). La frontera hispano-portuguesa: su caracterización diferencial y problemática territorial. in **La Cooperación de Castilla y León con Portugal. Relaciones Transfronterizas**, Actas das Jornadas sobre Relaciones Transfronterizas, Cortes de Castilla y León, Valladolid, pp.15-37.

CABERO DIEGUEZ, VALENTÍN (1995). La visión regional Castellano-Leonesa de la Raya de Portugal. in *La Cooperación de Castilla y León con Portugal. Relaciones Transfronterizas*, **Actas das Jornadas sobre Relaciones Transfronterizas**, Cortes de Castilla y León, Valladolid, pp. 39-48.

CCE(1992). **Europa 2000**. Perspectivas para o desenvolvimento do território da Comunidade. Bruxelas-Luxemburgo.

CONSEIL DE L'EUROPE (1993). **Les défis pour la société européenne à l'aube de l'an 2000**. La coopération transfrontalière dans le cadre de l'aménagement durable du territoire en Europe centrale. Strasbourg, Conseil de l'Europe.

CONSEIL DE L'EUROPE - CPPLRE (1994). **54 Conférence européenne des régions frontalières (1991)**. Strasbourg, Conseil de l'Europe.

QUARAÍ, UMA GEOGRAFIA VIVIDA: REPRESENTAÇÕES E VIVÊNCIA (TRANS)FRONTEIRIÇAS

Dirce Maria Antunes Suertegaray

Nossa casa, no tempo, ainda era mais próxima do rio, obra de nem quarto de léguas: o rio por aí se estendendo grande, fundo, calado que sempre. Largo, de não se poder ver a forma da outra beira. E esquecer não posso, do dia em que a canoa ficou pronta.

João Guimarães Rosa (1962), *Terceira Margem do Rio*.

UMA LONGÍNQUA FRONTEIRA: O OESTE DO RIO GRANDE DO SUL

Nasci na campanha, sem ser camponesa ou latifundiária, filha dum comerciante rural, proprietário de um armazém² de secos e molhados, no limite com o Uruguai. Esta minha narrativa, ao fazer apelo a esta memória e ao transito entre as margens dum rio, que serve de fronteira, acaba por entrecruzar diferentes territórios e por abrir múltiplas possibilidades de compreensão do espaço geográfico. Tratando-se dum território, que tem, na sua constituição matricial, um limite fronteiriço, somos impelidos a abordar, não, apenas, o lugar, a paisagem ou a região, mas a fronteira, como um todo, enquanto questão, que se impõe, de maneira absoluta e incontornável.

1. Transcrição do capítulo: SUERTEGARAY, D. M. A. Representações e vivência (trans)fronteiriças: Quaraí, uma geografia vivida. In: Cristina Robalo Cordeiro; Rui Jacinto. (Org.). **Geografias & Poéticas da Fronteira**. 1ed. Lisboa: Âncora Editora, 2020, v. 39, p. 139-156.

2. Comércio varejista de secos e molhados. Eram chamados de armazéns de secos e molhados, em função do conteúdo vendido, que poderia ser líquido ou sólido, em que se vendia, desde botões, até bebidas, azeite e tudo mais. Caracterizava-se pela eficiência no atendimento ao público, por parte do proprietário e de seus auxiliares, e tinha sua grande estratégia de sucesso na venda a prazo, para pagamento ao final do mês, sendo, os produtos, arrolados na caderneta ou borrador.

Começo por falar de lugar, do lugar de origem – Saladeiro –, local de abate de animais e de produção de charque, comercializado pelo Uruguai, via Montevideo. No município de Quaraí existiam, então, dois saladeiros (São Carlos e Novo São Carlos), criados com capital uruguaio e europeu, que foram a base da economia da cidade, entre os anos de 1880 e de 1930, quando ambos encerraram suas atividades. Esta é a minha pátria, o meu território de origem, onde se localizava a casa de comércio, próxima das atuais ruínas do Saladeiro Novo São Carlos. Posteriormente, ainda muito criança, ocorre a mudança para uma nova casa, construída na área das antigas ruínas deste saladeiro, muito próxima à margem do rio Quaraí, que faz a divisa Brasil-Uruguai (Figuras 1A e 1B).



Figuras 1A e 1B – Visão do Saladeiro São Carlos, à época (à esquerda), e de suas ruínas, na atualidade, em Quaraí (RS)

Fonte: acervos pessoais de Antonio Augusto Nadal da Luz (1A) e de Dirce Suertegaray (1B)

No armazém, vendia-se de tudo, predominantemente, para os uruguaiois, que eram a possibilidade desse comércio, cuja centralidade residia no negócio com a cidade de Artigas, na outra margem do rio. Os fregueses iam e vinham, majoritariamente, do Uruguai, atravessando o rio Quaraí, em botes simples, movidos a remo, a partir de pequenos portos improvisados, tanto em uma quanto na outra margem. Chegavam no armazém São José, cedinho da manhã e faziam suas compras, lá permanecendo por um tempo razoável. Muitos, provavelmente, vindos mais tarde e ficavam no estabelecimento, no horário do almoço, fazendo, ali, suas refeições, constituídas, geralmente, de um pão com salame e de um copo de vinho ou um gole da cachaça. Por vezes, se excediam no gole de

3. Estabelecimento, em que se prepara a carne-seca; charqueada. Termo de origem espanhola, comum no Rio Grande do Sul, utilizado, em substituição à palavra “charqueada”.

cachaça e aconteciam alguns desencontros, que, no extremo, poderia terminar em conflitos maiores e em peleias⁴. De algo de mais grave, não há lembrança; a habilidade de diálogo do dono da venda (José) e dos demais membros da família, que ali trabalhavam, não permitia excessos. O dia transcorria normalmente, chegando bem, ao final.

Feita as compras, o retorno à casa se fazia pelo mesmo transcurso de vinda. Agora, carregados de mercadorias, que podiam ser víveres, para a alimentação, tecidos, para vestuário, armarinhos, alparcatas, remédios (homeopáticas), doces, bolacha e tanto mais, como lâmpadas, abajures, panelas, etc. Quando as compras eram de maior porte, a rota de travessia do rio era outra. Para desviar da guarda de fronteira, que costumava fazer ronda no porto, atravessavam o rio a cavalo, na conhecida volta do perau, margem de rio, com declive abrupto. Este era um local de águas menos profundas. Dependendo do fluxo, os cavalos passavam a trote (andar entre o passo e o galope), sobre as pedras do fundo do leito. Em tempos de rio mais cheio, os cavalos passavam a nado.

Hoje, a casa de comércio, como o Saladeiro, também virou ruína, mas persistem o alicerce e o poço (Figuras 2A e 2B). A pequena propriedade, local do estabelecimento comercial, foi comprada pelo grande fazendeiro, que destruiu as duas casas, tanto a primeira, minha casa de nascimento e do primeiro armazém estabelecido, quanto a segunda, a nova casa e o novo armazém, mais próximos da margem do rio. Este local, que é, também, lugar, faz parte de um bairro rural, vinculado à cidade de Quaraí, que faz fronteira com a cidade de Artigas, no Uruguai.

Quaraí é cidade pequena, de 25.000 habitantes, que não cresce há muitos anos, em termos de população, mas muito já se transformou (Figuras 3A e 3B). Por sua vez, Artigas (no Uruguai), é capital de departamento e sua população se aproxima de 80.000 habitantes. É essa conjugação, ou conurbação, que faz dessa fronteira algo peculiar. Separadas pelo rio fronteiro, Quaraí e Artigas são unidas pela Ponte da Concórdia (Figuras 4A e 4B). As Figuras 5A e 5B indicam que, nos anos de 1950, a cidade era a da foto, com poucos carros. Na atualidade (Figuras 6A e 6B e 7A e 7B), as cidades, cuja arquitetura segue, ora a tradição espanhola, ora a portuguesa, predominante na cidade brasileira, expressam diferenças arquitetônicas e de preservação, ao longo do tempo.

4. Peleia é um termo, que tem origem do espanhol (*pelea*) e significa confronto, batalha. É utilizado no sul do Brasil, particularmente, na fronteira do Rio Grande do Sul, para expressar desentendimento, briga, quando dois ou mais adversários, por conflitos de interesses, batem-se corpo a corpo. Pode ser considerada, também, uma discussão agressiva.



Figuras 2A e 2B – Antigo espaço de moradia, no Saladeiro São Carlos, em Quarai (RS)

Fonte: acervo pessoal de Dirce Suertegaray



Figuras 3A e 3B – Vista área de Quarai (à esquerda) e fachada da prefeitura municipal.

Fonte: acervos pessoais de Antonio Augusto Nadal da Luz (3A) e de Dirce Suertegaray (3B)



Figuras 4A e 4B – Imagens da Ponte da Concórdia, entre Quarai (à esquerda) e Artigas

Fonte: acervo pessoal de Dirce Suertegaray



Figuras 5A e 5B – Cidade de Quaraí, no anos de 1950

Fonte: acervos pessoais de Antonio Augusto Nadal da Luz (5A) e de Dirce Suertegaray (5B)



Figuras 6A e 6B – Praça General Osório, em Quaraí (à esquerda), e Praça Batlle, em Artigas

Fonte: acervo pessoal de Dirce Suertegaray



Figuras 7A e 7B – Imagens da rua Sete de Setembro, a principal de Quaraí (à esquerda) e da avenida Cel. Carlos Lecuerder, a principal de Artigas

Fonte: acervo pessoal de Dirce Suertegaray

Geograficamente, a paisagem que me acolheu, quando de meu nascimento, foi a das coxilhas⁵, a do campo, entremeada de matas galerias, de

5. Termo originário do espanhol (*cuchillo*), que designa objetos, como lâminas e facas, e, na Geografia, descreve uma linha ou uma ondulação no topo de uma forma de relevo. No Rio Grande do Sul, o termo é utilizado, para se referir a formas de colinas características do relevo da campanha gaúcha e de parte do Pampa da América Latina.

capões e de matas de encosta e de infindos horizontes, aos quais se referiu Ab'Saber (Figuras 8A e 8B).



Figuras 8A e 8B – Campos de Quaraí, na região da Campanha, sudoeste do Rio Grande do Sul
Fonte: acervo pessoal de Antonio Augusto Nadal da Luz

Estas paragens de largos horizontes, de grandes ausências populacionais e de relevo na forma de coxilha (colinas de pouca altitude) têm, como feição mais elevada, o Cerro do Jarau (Figura 9A e 9B), no município de Quaraí. Este se vincula à lenda da Salamanca do Jarau, que se constrói, a partir de uma lagartixa (salamandra), que se transforma em uma princesa moura, que captura seus amores e os transporta para uma gruta (existente neste Cerro). É lendário, também, este cerro, na medida em que foi abrigo dos republicanos, nos idos de 1835/1845, quando da Revolução Farroupilha.



Figuras 9A e 9B – Cerro do Jarau e coxilhas do entorno
Fonte: acervo pessoal de Dirce Suertegaray (2019)

Esta é a paisagem dominante na Campanha do RS, região da fronteira Sul (entre Brasil, Argentina e Uruguai), espaço de conflitos políticos pelo domínio espanhol e português. De origem latifundiária e pastoril, esta paisagem compõe o território gaúcho, artisticamente expresso na *Estética do frio*, de Vitor Ramil, através da milonga⁶. A escolha da milonga, como ritmo musical desta parcela do território brasileiro, diferentemente do Brasil, predominantemente tropical, confere a essa Geografia a expressão mais intimista dos solitários gaúchos e das gaúchas viventes da imensidão pampiana, da criação de gado, das aguadas e dos nevoeiros e geadas, em tempos inverniais, da nostalgia do lugar.

O território, a partir de sua construção cultural, é alargado, para além das atuais fronteiras entre Brasil, Uruguai e Argentina e para além dos ritmos musicais comuns, resultando em hábitos comuns, como beber chimarrão e comer churrasco de carne de boi e/ou de ovelha, que fazem parte da identidade e da tradição alimentar local, bem como na coincidência nas vestes e na lida campeira, entre tantas manifestações de aproximação. Este território deu origem ao gaúcho, um perfil humano, que caracteriza os indivíduos dos povos tradicionais desse espaço, cuja miscigenação vinculou espanhóis, portugueses, indígenas e negros.

Este espaço, que é geográfico, revela a imbricada relação social entre política, economia, natureza e cultura.

IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES FRONTEIRIÇAS: REALIDADES MÚLTIPLAS

Os brasileiros e os uruguaios, que vivem na fronteira, apresentam distanciamentos e aproximações. Os distanciamentos têm relação com as legislações diferentes entre um e outro país. Por outro lado, o convívio cotidiano entre os fronteiriços torna tênue, a linha de fronteira (o limite). Por essa razão, o processo sociocultural é complexo, tendo sido denominado nacionalidade em conjunção (OLIVEIRA, 1997).

É assim que em ambos os lados da fronteira pode-se constatar a existência de contingentes populacionais não necessariamente homogêneos, mas diferenciados pela presença de indivíduos ou grupos pertencentes a diferentes etnias, sejam elas autóctones ou indígenas, sejam provenientes de outros países pelo processo de migração. Ora, isso confere à população inserida no contexto de

6. Tipo de música platina de ritmo dolente ou lamentoso, cantada com acompanhamento de guitarra ou de violão.

fronteira um grau de diversificação étnica que, somado à nacionalidade natural ou conquistada do conjunto populacional de um e de outro lado da fronteira, cria uma situação sociocultural extremamente complexa. (OLIVEIRA, 1997, p. 14)

Tal significa dizer que, diferentemente de regiões distantes de áreas de fronteira geopolítica, nesses lugares – principalmente, nas cidades –, medidas econômicas ou políticas implementadas afetam imediatamente, positiva ou negativamente, a população vizinha (OLIVEIRA, 1997, p. 127). Mélo (2004), ao estudar, social e culturalmente, a fronteira Brasil-Uruguai, relata representações constituintes das integrações cultural, socio-econômica e política.

Em relação à integração cultural, o estudioso destaca: fatores linguísticos, como a introdução do espanhol nas escolas das cidades de fronteira do Brasil e do português nas cidades do Uruguai, em alguns casos, antes do estabelecimento do Mercosul (Sant’Ana do Livramento). No cotidiano dessas cidades de fronteira, o idioma, híbrido, é denominado portunhol; a sociabilidade é tida como uma de suas características, de onde se idealiza que a população fronteiriça é mais solidária, que as pessoas têm boa índole, que a criminalidade é menor. Há a referência, ainda, à cordialidade do fronteiriço, das “vivências regulares e integradas” e das relações familiares e das festividades comuns entre brasileiros e uruguaios; há, igualmente, o compartilhamento, em relação ao comércio e aos serviços, uma vez que as populações das cidades da fronteira sul do Brasil partilham de muitas atividades, seja no âmbito do comércio, seja nas possíveis regulações e acordos locais, seja no lazer, seja, mais recentemente, na educação (MÉLO, 2004). Quanto ao último tópico, é cada vez mais comum que estudantes do ensino fundamental de Quaraí realizem seus estudos na cidade vizinha, Artigas. Há, também, uma integração étnica – plasmada no gaúcho –, originária da fusão dos povos indígena, espanhol, português e africano, que se conforma, em associação com a Geografia da região (Pampa), com a historiografia e com a paisagem.

Em termos de integração econômica, nestas paragens, o espaço vivido está associado à estrutura fundiária, composta de grandes propriedades, predominantemente; à pecuária, como atividade econômica fundante; às lidas do campo; ao rodeio; à marcação do gado; às tropas, em deslocamento; à tosa da ovelha, entre outras; aos hábitos de vestir a

bombacha, a bota de cano alto, o poncho, etc.; à alimentação, no gosto pelo churrasco; à bebida, no consumo do chimarrão/*mate*⁷; e à música, na audição da milonga, entre outros ritmos.

Por outro lado, tomando como referência as representações socioeconômicas, estas são reveladoras da fronteira, como espaço periférico, uma vez que:

(...) [a] pobreza [estaria presente] nos dois lados da fronteira, sendo o desemprego cíclico da fronteira decorrência de uma espécie de “pêndulo”: quando questões cambiais e econômicas favorecem uma das localidades, desfavorecem a outra. Em que pese a ressalva de que a existência da pobreza, como apontam os diferentes agentes, seria de ordem estrutural e histórica, antecedendo a própria formação dos dois Estados Nacionais, são enfatizados os aspectos ligados à integração. (MÉLO, 2004, p. 128, inserções nossas)

Cabe, ainda, indicar, como problema socioeconômico, uma economia balizada pela metáfora do pêndulo, ou seja, ora os preços de mercadorias e/ou o câmbio beneficiam o Uruguai, ora, o Brasil (MÉLO, 2004). Isto, associado à presença de um significativo percentual de fronteiriços, denominados *doble-chapa*, o que significa dupla nacionalidade, que, portanto, podem trabalhar dos dois lados da fronteira, não ameniza a situação econômica da população, de maneira geral, uma vez que, havendo possibilidade de emprego de um ou de outro lado da fronteira, tal trabalho será demandado por esses indivíduos, por vezes, de forma clandestina.

A crise econômica e a pobreza resultam em outras práticas, como o abigeato⁸ e o contrabando, que constituem elementos de tensão no cotidiano da fronteira. A terra (propriedade) constitui outro elemento de conflito, que, pode-se dizer, ocorre em duas frentes: de um lado, há a preocupação dos proprietários do Uruguai, em relação à implantação de assentamentos do MST na região da fronteira, a partir dos anos 1990, merecendo destaque os assentamentos de Bagé e de Livramento, que

7. O vocábulo tem origem no português (marron) e espanhol (*cimarrón*). Significa clandestino, chucro, bárbaro. A palavra foi empregada, pelos colonizadores da região platina, para designar a bebida amarga de origem indígena, derivada da erva-mate (*Ilex paraguayensis*). Essa bebida também é denominada *mate* e constitui hábito entre os habitantes da América do Sul, sobretudo, na Argentina e no Uruguai. No Brasil, a bebida é consumida e faz parte da cultura do Rio Grande de Sul.

8. Furto de animais, principalmente, domesticados, como animais de carga e de abate, no campo e em fazendas/estâncias. É prática comum nas estâncias de criação de gado, na fronteira do Rio Grande do Sul.

poderiam gerar pressão sobre a fronteira; de outro, existe a questão da aquisição de terras por proprietários brasileiros, em processo denominado estrangeirização da terra, contido nos discursos políticos (dos parlamentares) uruguaios:

Mesmo segundo o dirigente da Frente Ampla que, “em princípio, apoia a reforma agrária brasileira”, a existência de grande número de propriedades em mãos de brasileiros, principalmente nos Departamentos de Rivera, Artigas e Cerro Largo, teria importantes implicações na esfera do trabalho, na medida em que estaria proporcionando a presença cada vez mais acentuada dos “indocumentados brasileiros”, ocasionando dois problemas básicos: a presença de trabalhadores ilegais sem quaisquer garantias em termos de direitos sociais e, em segundo lugar, a pressão sobre o já reduzido mercado de trabalho no espaço agrário uruguaio. (MÉLO, 2004, p. 138)

Em relação à dimensão da integração política, o autor observa:

(...) que os discursos, primordialmente dos agentes sociais dominantes, sejam na esfera política, seja na esfera econômica, atribuem os “problemas” da fronteira a causas exógenas: centralização política e decisões tomadas na esfera federal. Se é correto pensar que a região de fronteira efetivamente está geográfica e politicamente distante dos centros de poder (Porto Alegre, Brasília e Montevidéu), não se pode, no entanto, desconhecer que existem elementos endógenos ligados a um certo padrão de convivência cotidiana que está presente no próprio meio social. Mesmo que fosse possível admitir interesses coincidentes entre as duas localidades, como de resto aos demais pares de cidades da fronteira brasileiro- uruguaia, quais sejam Jaguarão-Rio Branco, Chuí-Chuy, Quaraí-Artigas, os próprios agentes sociais que enfatizam a integração admitem elementos de atrito ou de conflitualidade. É possível verificar que não existem convênios formais na área política. (MÉLO, 2004, p. 139)

QUARAÍ: A VIVÊNCIA DO LUGAR E AS MUDANÇAS, EM UMA SOCIEDADE DE FRONTEIRA

Quaraí é uma cidade fronteira, cujo território pertenceu, ora à Espanha, ora a Portugal. Na origem, suas terras eram habitadas por índios guaicurus, mas, após a chegada do europeu no continente, a posse dessa gleba se alterna entre Portugal e Espanha, em face das lutas por territórios. A posse portuguesa só vai ser efetivada, a partir das Guerras Cisplatinas, no início do século XIX.

A fixação dos limites, se situava, no lado espanhol as Missões Orientais, e no português a Colônia do Sacramento (fundada em

1680), não satisfez as partes litigantes, dando início às lutas cisplatinas. Foi durante esse período (1817) que Dom João VI concedeu a José Joaquim de Melo uma sesmaria em local onde hoje se encontra a cidade. Três anos depois, aquela área foi comprada por João Batista de Castilhos, denominando-se, desde essa época, "Passo do Batista" o trecho do rio Quaraí em que mais tarde surgiram a cidade do mesmo nome e a de Artigas, na margem uruguaia. Entre 1835 e 1844, o território foi teatro de inúmeros combates por se ter incorporado ao grupo republicano durante a Revolução Farroupilha. Quando, em 1852, o Governo uruguaio determinou a fundação de San Eugenio, atual Artigas, o Governo brasileiro apressou-se em fortificar a margem direita, para onde destacou uma guarnição militar⁹.

Desde então, inicia-se a formação do embrião desta cidade de fronteira, formalizada na planta e no traçado do futuro povoado de Quaraí, constituída de um plano ortogonal, com seu centro ocupado por uma praça, em cujo entorno se distribuía os poderes: a prefeitura (no quadrante sul), a Igreja (no quadrante oeste), a justiça e a cadeia (no quadrante leste) e as atividades de comércio e de serviços (no quadrante norte). O arruamento ortogonal é constituído de quadras de 100 m x 100 m e suas ruas apresentam uma largura expressiva, fundamentada em uma estratégia militar, por se tratar de cidade de fronteira.

Foi inicialmente denominada de freguesia de São João Batista de Quaraí. O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 442, de 15 de dezembro de 1859, com território desmembrado do Município de Alegrete. A Lei provincial n.º 972, de 8 de abril de 1875, criou o Município, que foi instalado a 6 de outubro do mesmo ano. O Ato n.º 149, de 26 de março de 1890, elevou a sede municipal à categoria de cidade¹⁰.

Nascem as duas cidades fronteiriças de Quaraí e de Artigas, a partir das lutas por território, e ambas têm sua economia local centrada na atividade pastoril, vinculada às grandes propriedades, cuja origem, no Brasil, foram as doações de sesmarias.

Em zona de fronteira, o comércio é outra atividade marcante. Desde algum tempo, até os dias atuais, o comércio e os serviços promovem importantes espaços de troca. Ocorrem, essas trocas, também, na atividade pastoril, as quais, por vezes, podem ser legalizadas e, por vezes, constituem o denominado contrabando.

9. Obtido do IBGE, em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedodosul/Quaraai.pdf>.

10. Idem.

No cotidiano, as trocas comerciais são, em geral, para a sustentação da família, o comércio formiga, ou seja, compradores de um lado e de outro da fronteira se movimentam, cotidianamente, de lá para cá ou daqui para lá, com compras, que podem ser para consumo próprio ou para abastecer alguma *provisión* (pequeno comércio de alimentos). Esse comércio é regulado pela variação da moeda, fazendo com que, ora seja vantajoso comprar no Uruguai, ora, no Brasil. A diversidade de produtos ofertados pelo Brasil faz das cidades de fronteira, como Quaraí, espaços dotados de uma infraestrutura comercial mais ampla do que demanda, a sua população específica.

As cidades de Quaraí e de Artigas são unidas pela Ponte Internacional da Concórdia, cujo vão tem 750 m. Por esta ponte é feita a circulação diária das populações brasileira e uruguaia, em um vai e vem diário de ônibus públicos, de carros, de motos, de bicicletas e de pedestres. Mas nem sempre foi assim: a ponte internacional foi inaugurada em 3 de abril de 1968. Antes dessa data, tal mobilidade pendular cotidiana também ocorria, ainda que de forma diferente. Havia uma passagem de concreto (fig 10A e 10B), chamada, pelos moradores locais, pranchada ou *planchada*¹⁰, denominação, que, talvez, queira indicar a possibilidade de se planchar (cair, em espanhol). Esta pranchada (fig 10A e 10B), em períodos de muita chuva e de aumento do nível do rio Quaraí (em enchentes), era recoberta pela água, impedindo a passagem. Entretanto, ainda nessas condições, o fluxo de pessoas era feito, em menor escala, por botes a remo.

Figuras 10A e 10B – Travessia do rio Quaraí pela pranchada (à esquerda) e por botes



Fonte: acervo pessoal de Antonio Augusto Nadal da Luz

10. Termo de origem espanhola, usado para designar passada ou passagem, na fala local.

Quando criança, morei em Artigas, por dois anos. Estudava em Quaraí, e fazer essa travessia, em tempos de rio cheio, era comum. A correnteza era forte e eu sentia medo e me perguntava, sem entender qualquer coisa de navegação fluvial, por que razão aquele bote ia “lá em cima” (mais a montante do rio) e depois voltava, para chegar no porto, do outro lado. Mais tarde, entendi que esse trajeto era necessário, para poder aportar corretamente, frente à forte correnteza do canal principal.

De atividade econômica predominante pastoril, Quaraí foi lugar de saladeiros (charqueadas), que se instalaram na cidade, no final dos anos 1800, e que perduraram, até 1930, quando os proprietários desses estabelecimentos pediram falência. Estes dois empreendimentos, os saladeiros São Carlos e Novo São Carlos eram constituídos de capital uruguaio e europeu, sobretudo, de maquinário e de tecnologia de produção vinda da Inglaterra. O charque produzido era exportado, sendo transportado ao país vizinho (Uruguai), através de um sistema de roldanas e de cabos de aço, que sustentavam as “mantas de charque”. Estas, ao chegar no lado uruguaio, eram embarcadas, em um trem, com destino à estação férrea e, de lá, seguiam para Montevideo. Este charque era exportado, inclusive, para o Brasil, através do porto de Montevideo. Esta foi a razão da queda da produção: a proibição, por parte do Brasil, da compra de charque vinda do Uruguai ou do Prata.

Além do gado, a criação de ovinos está presente no município, cuja produção de lã é comprada, em geral, pela Cooperativa de Lãs do município, sendo vendida a outras cidades e/ou regiões, para beneficiamento.

A carne e a lã são, até hoje, os principais produtos locais. A carne produzida tem, na sua origem, o gado europeu, introduzido na região, que, através de tecnologias de reprodução, atingiu certos níveis de qualidade e, em consequência, passou a abastecer mercados externos. As cabanhas, empreendimentos que promovem melhorias na raça e na qualidade da carne, estão presentes no município. Mais recentemente, para fins de exportação, as fazendas têm se dedicado ao pastoreio extensivo (dominante, na região) e ao uso de pastagem natural, valorizando a produção da denominada carne verde, para a exportação internacional. A criação de ovinos, de origem australiana, também compõe a economia primária do município.

A cultura agrícola do arroz é iniciada, nos anos 1930, introduzida por

descendentes de italianos, vindos da região denominada colonial, ao norte do Rio Grande do Sul. Ao chegarem, passaram a cultivar as várzeas dos campos, através do arrendamento da terra. Com o passar do tempo e com a expansão da produção, ocorre a capitalização dos chamados arrozeiros, os quais começam a adquirir propriedades e a se tornar, também, criadores de gado. A introdução e a expansão do arroz no município permitem que se observe, hoje, um número expressivo de silos, em áreas rurais, destinados à preservação e à posterior comercialização de grãos.

Um viajante que, porventura, chegue em Quaraí, vindo de longe, terá, provavelmente, dificuldade para entender seu dinamismo urbano, a intensidade de seu comércio e a dimensão de seus supermercados. Para entender esse expressivo comércio, é preciso reconhecer que as cidades de Quaraí e de Artigas têm uma vida em comum, logo, enquanto Quaraí tem em torno de 25.000 habitantes, Artigas (capital de Departamento no Uruguai) tem cerca de 80.000 habitantes, perfazendo, no conjunto, um total de 100.000 habitantes, aproximadamente.

Por muito tempo, o fato de que Quaraí está, praticamente, a mesma distância de Montevideo e de Porto Alegre, favoreceu a que muito de seus habitantes buscassem serviços no Uruguai, especialmente, serviços médicos especializados. Ainda hoje, médicos uruguaios atendem no hospital municipal de Quaraí e muitos pacientes se deslocam para hospitais de Artigas. Alguns deles possuem, inclusive, convênios de atendimento de saúde do outro lado da ponte, em Artigas. A hospitalização do lado uruguaio tem, na sua história, casos singulares. Por exemplo, na ocorrência do falecimento de um paciente brasileiro, em solo uruguaio, o corpo era transportado muito rapidamente para o Brasil, por vezes, em carros particulares de amigos do falecido. O fato de a cidade brasileira ser pequena e por conta dessa transação exigir liberação de traslado, por parte de órgãos oficiais, localizados a grande distância, fazia com que essa transferência fosse feita de forma clandestina.

A cidade também já usufruiu de outros serviços, como o de bombeiros, que, por muito anos, até o início dos anos 2000, foi um serviço prestado pela cidade de Artigas.

Outra prática a ser registrada, que ocorria, quando os uruguaios não tinham montadoras de carros, era a da compra de carros no Brasil, com registro, em nome de um amigo brasileiro. A única planta existente no Uruguai, da LIFAN (chinesa), foi construída em São José de Mayo, em 2010,

que montava veículos, com peças vindas da China. Esta montadora foi fechada, em fevereiro de 2019. Hoje, o processo de importação de carros é mais facilitado, naquele país.

As duas cidades vivem da atividade agropastoril, do comércio e dos serviços, apresentam uma economia local, com um certo dinamismo, decorrente do fato de serem cidades conurbadas. Entretanto, essa economia é limitada e Quaraí, como outras cidades da fronteira, vem perdendo sua população há muitos anos. Os migrantes são os jovens: alguns, para dar continuidade aos estudos; outros, uma grande maioria, saem da cidade, em busca de trabalho em outras regiões do estado do Rio Grande do Sul, economicamente mais dinâmicas.

Um fato inédito, que permite compreender melhor essa fronteira, trata de uma experiência mais recente. Quaraí foi local de instalação de uma fábrica de coco ralado, algo inusitado para uma cidade, que, dadas as suas características e atividades econômicas principais e históricas, nunca cultivou essa palmeira. Como isso transcorreu, na realidade? Essa indústria era de capital uruguaio e o coco era adquirido de um lugar longínquo do oriente, via importação, pelo Uruguai. A matéria-prima era trazida para Quaraí, para ser processada, e, posteriormente ao beneficiamento, o produto retornava ao Uruguai, para ser comercializado. Tal atividade durou pouco tempo e, certamente, não teve rentabilidade. Ao ter suas portas fechadas, no entanto, deixou, na cidade, um significativo passivo de resíduos de processamento, cuja resolução exigiu a ação da municipalidade.

A presença de brasileiros em Artigas e de uruguaios em Quaraí é uma constante, revelando laços de interação, sejam comerciais, sejam afetivos, desde longo tempo. Em relação aos negócios, é comum, tanto na cidade de Artigas quanto na cidade de Quaraí, a existência de comércios de proprietários originários do país vizinho.

É digno de registro que esta mobilidade entre brasileiros e uruguaios, sofre restrições nos dias atuais, decorrentes de pandemia mundial do coronavírus (covid 19). A figura 11A demonstra a mudança de fluxo entre essas duas cidades. Normalmente esse fluxo é rápido, considerando que não há exigência de apresentação de documentos na passagem da fronteira, a não ser quando brasileiros e ou uruguaios desejam adentrar no Uruguai e ou Brasil para um tempo maior de permanência.

Diante da pandemia há um controle sanitário expressivo na aduana Uruguai, o que promove grandes “engarrafamentos” sobre a ponte e ruas adjacentes. Os percursos são lentos, pois a passagem só é permitida aos moradores das cidades de Quaraí e Artigas o que deve ser comprovado via documento de identidade.



Figura 11. A Ponte da Concórdia em tempo de pandemia- controle sanitário aduaneiro .

Foto: Mara S. Ardais. Agosto de 2020.

De outra parte, com a dificuldade de passagem via ponte internacional as pessoas utilizam, para o transporte de mercadorias (comércio formiga), a antiga pranchada (figura12). Neste caso trata-se de uma mobilidade à parte da fiscalização.

A pranchada, em tempos de vazão normal é visível, no caso da foto, o rio está “cheio”, ou seja com nível alto de água. Os carroceiros demonstram um conhecimento deste percurso e são capazes de conduzir suas carroças sem acidentes.

Ainda em relação ao comércio: a comunidade árabe é significativa, em Quaraí, e grande parte do comércio estabelecido, especialmente, na rua principal e/ou em ruas comerciais da cidade, como a antiga rua do Porto (hoje, rua da Ponte), são de propriedade de libaneses, de turcos, de sírios, entre outros. Localmente, são todos conhecidos como turcos e o comércio que praticam é, predominantemente, o do vestuário. A mesquita, espaço religioso que os caracteriza, só se tornou visível, após os anos 2000. Não obstante, essas comunidades preservam, especialmente, as mulheres, sua forma cultural de vestir.



Figura 12. Passagem de carroceiros (comércio formiga) em tempo de pandemia. Fronteira Quaraí (BR)-Artigas (UY).

Foto de Juliana S. Ardais. Setembro de 2020.

As atividades culturais, como, por exemplo, assistir a um filme ou sentar-se, em uma cafeteria, aos domingos, era um hábito das famílias de Quaraí, até os anos 1970/1980, aproximadamente. Os jovens brasileiros costumavam ir a Artigas, durante a noite, especialmente, aos finais de semana. Era habitual, a circulação, na rua principal da cidade, de carros e/ou de pessoas. Como é o hábito espanhol, Artigas, diferentemente da cidade brasileira, favorecia a convivência noturna, em bares e em restaurantes, com suas mesas distribuídas nas calçadas. A cidade de Artigas foi o centro de convivência entre os dois povos, além de fonte de atração e de lazer para brasileiros e para brasileiras, por longos anos. Na atualidade, ainda que o costume permaneça, foi reduzido, em seu volume.

Este hábito arrefeceu, somente, após os anos 2000, quando os brasileiros organizam um espaço de lazer no lado brasileiro, muito semelhante ao hábito uruguaio. Aos finais de semana, parte dos cidadãos se reúne nas ruas do entorno da praça, com seus carros estacionados, e outra parte circula pelas ruas, devagar, passeando. Conta-se que isto ocorreu, pelo impedimento, imposto aos brasileiros, quanto à permanência em áreas abertas de lazer de Artigas, devido à expansão do narcotráfico, nas regiões de fronteira.

O mundo mudou, as tecnologias modificaram hábitos e os cinemas de Artigas se transformaram em *freeshopings* ou em lojas comerciais, a cafeteria, ao lado do cinema Artigas (ponto de encontro de jovens, nos

anos 1960 e 1970) tornou-se uma loja de bazar, a famosa confeitaria Maricarmen, na esquina do cinema, não existe há muito tempo, o cinema Ayda se tornou um templo e, depois, passou a abrigar um *freeshopping* e Artigas é, hoje, uma área de livre comércio (*freeshopping*), com venda proibida para os moradores da cidade, cujo comércio é, predominantemente, feito para estrangeiros, em maior número, brasileiros.

Em Quaraí, nunca foram prósperos, os bares e os restaurantes. Hoje, alguns restaurantes são muito frequentados pelos uruguaios. O cinema da cidade brasileira, no entanto, fechou, talvez, há duas décadas e se tornou um prédio abandonado. Desde os anos 1990, proliferaram as lojas de aluguel de vídeos, que, hoje, também não são mais um bom negócio.

Outro fato peculiar, diz respeito ao Carnaval. Existia, em Quaraí, um Carnaval local (de rua), animado por escolas de samba, em que a mais conhecida era a Escola de Samba Bataclã. Entre 1997 e 2004, o Carnaval de rua não ocorreu, devido à falta de recursos, uma vez que a prefeitura municipal deixou de prestar o auxílio financeiro, para a realização da festa. Diante disto, a Intendência (a prefeitura) de Artigas contratou as escolas de samba de Quaraí e construiu um Carnaval à brasileira, em Artigas. Esta iniciativa foi bem-sucedida e, hoje, Artigas detém o melhor carnaval do Uruguai, recebendo significativo afluxo de turistas daquele país, nessa época.

Foram muitas, as transformações, nas duas cidades. Por exemplo, ambas as cidades eram servidas, no passado, por estradas de ferro e por transporte aéreo. Estes tipos de transporte foram se extinguindo e, hoje, o ônibus é o principal meio de locomoção interurbano. O trem saía de Quaraí, às cinco horas da manhã, e percorria grandes extensões, passando pelas cidades de Alegrete, de Cacequi, de Santa Maria (maior entroncamento ferroviário do Rio Grande do Sul), de Cachoeira do Sul, até chegar à capital, Porto Alegre. O longo percurso do chamado trem da fronteira, na direção Oeste-Leste, era feito em 28 horas, aproximadamente, quando não ocorriam atrasos. As estações eram repletas de pessoas/viajantes, particularmente, na estação de Santa Maria, onde era necessário realizar o transbordo. Esse dinamismo foi sendo substituído, contudo, à medida que a Viação Ferroviária do Rio Grande do Sul (VFRGS), criada em 1920, e incampada, pela Rede Ferroviária Federal SA (RFFSA), em 1959, foi, aos poucos, sendo desativada. Em relação ao transporte de passageiros, este experimentou um incremento, nos anos de 1970, com a melhoria dos

trens (a introdução das locomotivas Minuano e, posteriormente, Pampeiro, na linha), entretanto tal sistema de transporte encerrou as suas atividades, no início da década de 1980.

A convivência era intensa, sobretudo, nos anos 1960/1970/1980, época em que a vida cultural e festiva se fazia, em Artigas, e em que os bailes de salão eram centrais, em Quaraí, nos quais a comunidade de Artigas também estava presente. A música brasileira, o samba, entre outros ritmos, e o tango e a cumbia uruguaios se mesclavam no rodopio dos salões. Certamente, muitos casais se constituíram entre brasileiros e uruguaios. Filhos, ora brasileiros, ora nascidos no Uruguai, são, desde sempre, comuns na fronteira. Os que têm dupla nacionalidade, chamados, mais recentemente, de *doble-chapa*, quando se trata do atualmente restrito mercado de trabalho dessas cidades, não são, necessariamente, bem acolhidos, em uma ou em outra. Esses exemplos são trazidos, como relato, no sentido de demonstrar que as cidades da fronteira do RS, tendo em Quaraí um exemplo, expressam um dinamismo, que podemos definir como fronteira aberta, ou fronteira da paz, como é comumente denominada a fronteira entre as cidades de Livramento e de Rivera.

Diria que a fronteira, nessas cidades, não é uma linha, um limite rigoroso; é um outro espaço, em que se mesclam atividades, culturas, idiomas e convivências. É visível a diferença entre brasileiros e uruguaios na fronteira, na fala (embora haja o portunhol), no modo de ser, nas regras de convivência social. Mas é, também, visível a semelhança na música, nas danças, que se mesclaram, entre as trazidas pelos espanhóis e, de outro lado, pelos portugueses/açorianos, ocorrendo o mesmo com as lendas, em que a mais expressiva é a da Salamanca do Jarau, provavelmente, uma lenda trazida pelos espanhóis e hibridizada pelos portugueses, torna-se símbolo da cidade, uma vez que, hoje, o Cerro do Jarau é uma forma expressiva do relevo municipal, sendo este o local de construção lendária, em tempos passados.

ÚLTIMOS APONTAMENTOS

Ouvi dizer que a fronteira é um não lugar. Discordo. Para quem nasce na fronteira, a fronteira é um outro lugar, é um espaço, que exige o se colocar no lugar do outro, absorver o outro, seu idioma, seus hábitos, seus jeitos, por vezes, sua arquitetura. É conviver na troca, de mercadorias,

pelo comércio, ou pelo contrabando – sem achar que o seja –, na alegria, das festas e das tristezas comuns. É ter amigos aqui e lá, e perder amigos aqui e lá. É ter identidade transumante, posto que o espaço é aberto, de contato; uma janela central, porém longínqua, do centro do país.

Enfim, conversando sobre a fronteira, e rememorando a vida nesses espaços, pelos corredores da academia, com colegas de trabalho, passado um tempo, recebi, de um colega da universidade, uma síntese da fronteira. Segundo Nelson Rego, esta reflexão seria resultado de nosso diálogo:

A fronteira é um terceiro espaço, nem o do lado de cá, nem o do lado de lá. Não é um meio-termo entre os dois, nem a soma, nem a ausência de ambos. Pensando bem, a fronteira não é um terceiro espaço; é outro.

Pensando bem, diria que a fronteira é uma terceira margem; é mais outra.

REFERÊNCIAS

MÉLO, J. B. de. Fronteiras: da linha imaginária ao campo de conflitos. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004. p. 126-146.

OLIVEIRA, R. C. de. Identidade, etnicidade e nacionalidade no Mercosul. Política Comparada. **Revista de Políticas Comparadas**, Brasília, v. 1, n. 2, 1997. p. 9.

